

**UNIVERSIDADE DE LISBOA**  
**FACULDADE DE LETRAS**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**



**Centro Republicano Federal de Ponta Delgada:  
ideologia, organização e dinâmica (1880-1888)**

Ana Paula Pavão Tavares do Rego

Dissertação de Mestrado em História

Especialidade de História Moderna e Contemporânea

Lisboa

2014



**UNIVERSIDADE DE LISBOA**  
**FACULDADE DE LETRAS**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**



**Centro Republicano Federal de Ponta Delgada:**  
**ideologia, organização e dinâmica (1880-1888)**

Ana Paula Pavão Tavares do Rego

Dissertação de Mestrado em História

Especialidade de História Moderna e Contemporânea apresentada à

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa sob orientação do

Professor Doutor Ernesto Castro Leal

**Lisboa**

**2014**





## Índice

Resumo / Palavras-chave .....	3
Abstract / Keywords.....	5
Siglas e Abreviaturas.....	7
Agradecimentos.....	9
INTRODUÇÃO .....	11
I – IDEOLOGIA.....	15
1. Breve enquadramento histórico.....	17
2. Republicanismo: cultura política.....	21
3. Teófilo Braga: a figura tutelar.....	25
4. Programa do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada: uma visão geral.....	31
5. Programa do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada: alguns tópicos .....	33
5.1 Liberdade.....	33
5.2 Federalismo .....	37
5.3 Mandato Imperativo de 1880 .....	44
5.4 Mandato Imperativo de 1881 .....	50
II – ORGANIZAÇÃO.....	55
1. Formação do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada.....	57
1.1 Constituição e identidade do Centro .....	57
1.2 Manuel de Medeiros do Canto: o presidente do Centro.....	60
1.2.1 Percurso militar.....	61
1.2.2 Percurso político.....	63
2. Estrutura organizativa do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada: os Estatutos de 1880 .....	65
3. Evolução organizativa do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada.....	75
3.1 Dirigentes .....	75
3.2 Filiados .....	77
III – DINÂMICA .....	83
1. O Centro Republicano Federal de Ponta Delgada e o jornal <i>A Republica Federal</i> .....	85
1.1 A liberdade de imprensa.....	86
1.2 O ideário republicano na imprensa micaelense .....	88

1.3 <i>A Republica Federal</i> .....	89
1.3.1 Características essenciais do jornal.....	89
1.3.2 O jornal e a propaganda.....	93
1.3.3 O jornal, os discursos e os debates.....	96
2. O Centro Republicano Federal de Ponta Delgada e as eleições.....	103
2.1 Breve análise dos resultados eleitorais: 1880-1887.....	107
3. O Centro Republicano Federal de Ponta Delgada, a pedagogia cívica e a instrução....	113
3.1 A solenidade comemorativa.....	113
3.1.1 Tricentenário da morte de Camões.....	117
3.1.2 Centenário da morte do Marquês de Pombal.....	120
3.1.3 Homenagem a Roberto Ivens e Hermenegildo Capelo.....	123
3.2 A Escola Nocturna .....	125
CONCLUSÃO .....	131
ANEXOS e QUADROS.....	137
Anexos 1 – 9: Jornais e correspondência .....	139
Anexo 10: Centro Republicano Federal de Ponta Delgada - Estatutos de 1880.....	152
Anexo 11: Lista de republicanos conhecidos para o período de 1880-1888.....	156
Quadros 2 – 5: Resultados no círculo eleitoral de Ponta Delgada 1880-1887 .....	161
FONTES E BIBLIOGRAFIA .....	165
I. Fontes .....	167
1. Fontes manuscritas .....	167
2. Fontes Impressas .....	167
3. Periódicos .....	170
II Bibliografia.....	171
1. Bibliografia Geral.....	171
2. Bibliografia específica.....	179
3. Referências Electrónicas .....	184

## Resumo

A criação do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada em 1880 inscreve-se nos projectos republicanos federalistas e insere-se no quadro do seu movimento expansionista. Com a publicação do periódico *A Republica Federal* vinculado ao republicanismo português, o Centro instituiu o seu órgão de imprensa e principal elemento propagandístico. As suas páginas foram portadoras das novas concepções políticas e o elemento impulsionador das novas ideologias propagadas por Teófilo Braga, candidato a deputado e figura titular deste Centro. A sua leitura mostra-nos o percurso e o posicionamento político-ideológico dos republicanos micaelenses, particularmente em Ponta Delgada. Enquanto espaço público politizado, *A Republica Federal* foi o principal palco dos debates e disputas partidárias na luta contra as instituições monárquicas e no combate pela destituição dos poderes há muito implantados. Apresenta-nos um trajecto de contestação à centralização do poder, à oposição e resistência com que se depararam os republicanos na tentativa de por fim aos privilégios e práticas de corrupção que permitiam um controle pernicioso dos processos eleitorais, abalando inevitavelmente o conservadorismo das elites locais com costumes e preconceitos difíceis de alterar. Foi no Centro Republicano Federal de Ponta Delgada e no seu jornal que convergiram os projectos de descentralização administrativa, foram eles os promotores e foco disseminador do ideário republicano federal, aglutinando as aspirações dos republicanos que pretendem instalar-se como sistema alternativo.

**Palavras-chave:** Centros Republicanos; Centro Republicano Federal de Ponta Delgada; *A Republica Federal*; Republicanismo; Teófilo Braga; Mandato Imperativo.



## Abstract

The creation of the Federal Republican Centre in Ponta Delgada in 1880 falls within the context of the Federalist Republican projects and is part of its expansionist movement. With the publication of the periodical *A Republica Federal*, linked to Portuguese Republicanism, the Centre established its press agent and main propaganda medium. Its pages were the herald of new political concepts and the main driver for the new ideologies propagated by Teófilo Braga, parliamentary candidate and the Centre's namesake. Through its pages, we can see the political and ideological journey and standing points of São Miguel's Republicans, particularly those from Ponta Delgada. Being a politicized public space, *A Republica Federal* was the main stage for debate and party disputes in the struggle against monarchic institutions and the destitution of long established powers. It shows us a journey of fighting against the centralization of power, the opposition and resistance that the Republicans faced when trying to end privileges and corrupt practices that allowed for a pernicious control of electoral processes, and it inevitably shook the conservatism of local elites with hard to change uses and prejudices. It was in Ponta Delgada's Federal Republican Centre and in its newspaper that the projects for administrative decentralization converged. They were the promoters and propagators of the Federal Republican ideology and brought together the Republican aspirations to establish themselves as an alternative system.

**Keywords:** Republican Centre's; Federal Republican Centre in Ponta Delgada; *A Republica Federal*; Republicanism; Teófilo Braga; Imperative Mandate.



## **Siglas e Abreviaturas**

A.E.M. – Arquivo Eleitoral Monárquico

A.H.M. – Arquivo Histórico Militar

A.H.P. – Arquivo Histórico Parlamentar

B.P.A.R.P.D. – Biblioteca Pública Arquivo Regional de Ponta Delgada

C.V.P. – Comissão de Verificação de Poderes





## Agradecimentos

Ao professor Doutor Ernesto Castro Leal, pelo entusiasmo que manifestou em relação a este projecto de dissertação, demonstrado no empenho, disponibilidade e rigor da orientação que dedicou a esta investigação.

Aos professores Doutores António Ventura e Teresa Nunes que nos emprestaram as bases teóricas sobre republicanos e republicanismo e acolherem o primeiro esboço deste projecto.

À Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, docentes do Departamento de História e aos colegas do Mestrado que foram uma companhia neste caminhar, dos quais guardo uma genuína lembrança.

À Biblioteca da Faculdade de Letras, Bibliotecas Municipais de Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo Histórico Militar, Arquivo Histórico Parlamentar, Biblioteca da Universidade dos Açores, à Biblioteca da Reitoria da Universidade de Lisboa, lugar de leitura e escrita, particularmente à D. Alda, pelo sempre afável sorriso e vontade de auxiliar.

À Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, ao vasto número de pessoas que, com simpatia e profissionalismo, facultaram o acesso a toda a documentação sempre com a maior brevidade entendendo a minha contingência temporal.

À professora Elisa Pinto, que espontânea e desinteressadamente se prontificou a rever o texto. Pela sua colaboração, atenção e tempo subtraído à sua actividade.

À Ulda pelo apoio e incentivo, à Celeste pelo suporte imprescindível em material e atenta leitura, à Teresa pelos contributos na tradução e ao Rui pelas pertinentes sugestões e criteriosa revisão final, que trouxeram melhorias significativas a este trabalho.

Ao José Manuel com quem partilhei o início desta viagem, à minha família e em especial ao meu pai, que infelizmente não sobreviveu à sua conclusão, à minha mãe e irmãos, que apoiaram com entusiasmo este projecto na expectativa que tal acarretaria mais visitas e longas estadias insulares.

À Ana Rita e ao João Pedro, as minhas esperanças, pela ternura, compreensão e dedicação disponibilizados ao longo deste percurso, a quem, inúmeras vezes privei da minha companhia. A eles dedico a resultante deste projecto.

A todos

a minha mais profunda gratidão.



## INTRODUÇÃO

*“As opiniões republicanas manterão sempre em nós o nexó moral que liga cada homem à sua terra”<sup>1</sup>.*

Teófilo Braga

Decorria o ano de 2010 quando assistimos em Ponta Delgada ao colóquio, “Os Açores, a 1ª Guerra Mundial e a República Portuguesa no contexto internacional”, quando a nossa atenção recaiu num pequeno livrete sobre os Estatutos do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada de 1880. Festejava-se então o centenário da implantação da República, não se homenageava apenas os seus impulsionadores como se cumpria o desígnio de um dos projectos mais ambiciosos encetados pelos republicanos: as comemorações cívicas, a mais alta manifestação da memória colectiva de um povo no resgate dos seus heróis e dos seus feitos.

O tema para uma dissertação resulta de uma necessidade académica, uma interrogação, e também pode simplesmente resultar de uma afinidade. Se rememorar um acontecimento é uma expressão da memória, seja individual, seja colectiva, nesta celebração centenária, os açorianos tal como outrora e sempre presentes, não ficaram indiferentes. Resultado da minha própria naturalidade enquanto açoriana, ainda que separada pelo imenso mar, decidi participar nesta odisseia centenária. Pretendendo ir mais além, procurei trilhar os caminhos desses republicanos de então, na tentativa de convergir para o resgate da sua memória e deste modo aqui legar um contributo da minha identidade insular.

No contexto da expansão do movimento republicano português e dela indissociável, está a criação do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada, em 1880. A presente investigação visa dar a conhecer o seu percurso, tendo para tal, recorrido às fontes coevas, espólios pessoais e imprensa, mas sobretudo centrada no seu jornal *A Republica Federal*, que se publicou ao longo de oito anos. Procurámos compreender o impacto deste periódico de referência afecto à imprensa republicana e ao Centro, que circulou na ilha de São Miguel, na década de oitenta do século XIX, enquanto fonte para a história do Republicanismo

---

<sup>1</sup> Carta de Teófilo Braga em resposta ao ofício enviado pelo Centro no qual lhe comunicaram os resultados da eleição no círculo 131, em Setembro de 1880, 1ª a que Teófilo Braga foi candidato. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 29, 2 de Novembro de 1880, p. 1.

micaelense e espaço institucional onde se desenrolaram reflexões e debates em defesa da causa republicana a favor da mudança de regime e da implantação da República.

A baliza temporal que delimita esta nossa dissertação corresponde à existência deste periódico. A década correspondente caracteriza-se por ser um período agitado, de luta dos republicanos contra a Monarquia Constitucional, visto por eles como um regime falhado, que mergulhou o país numa grave crise política com profundas consequências económicas e financeiras. Esgotadas as sucessivas soluções da governação, acreditava-se que a implantação da República era a única esperança.

É também este o período em que a imprensa se torna numa importante tribuna da propaganda republicana, e as manifestações, os comícios e os debates partidários e institucionais se sucedem. O movimento republicano expande-se, através de uma onda de associativismo que se espalha por todo o país, visível na abertura de grémios e associações, na criação de centros e na luta contra as instituições. Contudo, no reverso deste movimento, e nestes tempos conturbados, assiste-se a um clima de múltiplas agressões e perseguições aos paladinos das ideias novas. Encerram-se jornais, prendem-se colaboradores símbolos das vozes que ameaçam a monarquia e em consequência escreve-se sob anonimato e, por vezes, vive-se sob a capa da clandestinidade.

Sem prejudicar o exercício da problematização e da atitude crítica, normalmente requeridos no âmbito de qualquer trabalho académico, a nossa investigação visa trazer maior visibilidade sobre o percurso de alguns republicanos e o impacto do republicanismo na ilha de São Miguel, com particular olhar em relação a Ponta Delgada.

É expectável que o estudo da criação deste Centro, inscrito nos projectos republicanos federalistas, seja um contributo para melhor compreender em que contexto e de que forma o movimento republicano micaelense conseguiu a propagação, implementação, mobilização política, junto de uma elite demasiado conservadora, e tendencialmente partidária, do regime monárquico.

Deste modo, na tentativa de elaborar o quadro de disseminação e resistência com que estes republicanos se depararam, colocou-se-nos uma abordagem interrogativa que suscitou um conjunto de questões para as quais procuramos maior esclarecimento. De todas, impuseram-se-nos algumas essenciais: Porquê a fraca implantação dos republicanos em Ponta Delgada ao longo desta década? Se esta luta resultou em fracasso, que causas estiveram na sua origem? O que aconteceu ao Centro? Porque encerrou o seu jornal? Que condições

adversas afectaram o percurso destes simpatizantes e suas organizações, num momento em que a orientação política, a nível nacional, tende para uma crescente adesão aos princípios republicanos, que acabaria por vingar algumas décadas depois?

Perante os objectivos propostos e para que a nossa pesquisa e consequente reflexão assumissem forma estruturada, procedemos a uma análise em três níveis:

- Num primeiro capítulo, ao qual atribuímos a titulação de “Ideologia”, procuramos estabelecer os princípios fundamentais da cultura política republicana. Intentamos revelar qual a sua recepção, quer através do programa do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada, quer em textos políticos dos seus filiados mais destacados e principais figuras republicanas, como Teófilo Braga, candidato a deputado pelo círculo de Ponta Delgada e mandatário pelo respectivo Centro.

Procuramos reflectir sobre o destaque que este republicano adquiriu quanto à recepção das suas ideias no programa difundido pelo referido Centro, visando o combate ao regime vigente e a defesa da causa republicana para a criação de uma República Federal.

Partindo dos vários números do órgão de imprensa, *A Republica Federal*, enquanto espaço público politizado e principal elemento de divulgação e difusão da ideologia do Partido Republicano Português em Ponta Delgada, desenvolvemos a análise e caracterização de vários artigos e notícias publicadas, acções de propaganda, debates entre republicanos federalistas, unitaristas e monárquicos, que contribuíram para caracterizar o republicanismo federal quanto aos seus princípios político-ideológicos fundamentais.

- No segundo nível, debruçamo-nos sobre a “Organização”, para tal foram analisados os Estatutos do Centro de 1880, os artigos de maior relevância, sobretudo os respeitantes aos direitos e deveres dos cidadãos filiados no Centro, bem como os objectivos traçados aquando da aprovação dos mesmos. Elaboramos uma lista de elementos assumidamente republicanos, que nos foi possível resgatar através dos documentos estudados, e que, de alguma forma, se relacionaram com o Centro, com destaque para o seu presidente, Manuel de Medeiros do Canto. Inserido neste contexto, procuramos ainda mostrar a organização do Centro, o seu funcionamento interno, tendo por base o normativo do seu estatuto, que intentamos cruzar com o perfil dos seus militantes e eleitorado caracterizado com base em registos e demais notícias.

- Num terceiro plano, centrámo-nos na “Dinâmica” do Centro, essencialmente no momento em que a imprensa se torna o palco da divulgação do ideário republicano, tomando

como principal fonte *A Republica Federal* e o seu protagonismo, sem contudo descurar os demais jornais da época, bem como outras fontes coevas. Neste ponto, tentámos recuperar as propostas do novo regime político, as reivindicações das populações, os projectos do Centro, nomeadamente o Jornal, a Escola Nocturna, o seu papel nas comemorações centenárias e a forma como todos estes projectos se articulam nas dinâmicas a nível nacional.

Por último não quisemos deixar de legar ao leitor um conjunto de documentos que consideramos mais marcantes neste período que aqui agregamos em apêndice extra textual.

Conscientes das dificuldades com que nos deparamos face a uma certa escassez de fontes, nomeadamente o espólio do Centro ficou-nos um trajecto com várias lacunas que intentamos colmatar mediante o confronto dos demais documentos resgatados e que nos foi possível compulsar, nomeadamente os seus Estatutos, e algum epistolário avulso, essencialmente periódicos contemporâneos que, importa referir não nos permitem assegurar com a plausibilidade desejada os resultados aqui presentes persistindo por isso algumas incertezas, talvez passíveis de um dia mitigar, e quem sabe possíveis de aportar a esta nossa dissertação.

# **I – IDEOLOGIA**





## 1. Breve enquadramento histórico

Não havia terminado a década de setenta do século XIX, e são visíveis os sinais de crise em vários pontos do país. Afiguram-se anos particularmente difíceis, marcados por enormes problemas no sector agrícola, que arrastam Portugal para uma profunda crise financeira com graves repercussões a nível económico e social.

Segue-se uma década marcada por uma baixa de preços de grande parte dos produtos agrícolas e industriais e quebra das exportações, em particular do vinho, um cenário, de tal forma crítico, que viria a culminar na crise financeira de 1891-1892. Com um défice orçamental elevadíssimo, urgia tomar medidas para reduzir a despesa, mas a solução do governo português passa pelo agravamento da carga fiscal, para reequilibrar o orçamento, pela via da receita.

Sendo este o quadro nacional, é inevitável que os Açores não escapem ao contexto, e que esta crise vá ter consequências mais graves, tendo em conta o espaço em questão: “[...] os Açores, zona periférica e relativamente atrasada vivem de forma aguda a crise nacional”<sup>2</sup>. Se por um lado se multiplicam os protestos contra as tributações, por outro, baixaram as exportações devido à concorrência em consequência da descida dos preços, provocados pelas doenças que afectaram os pomares vindo a arruinar a principal fonte de exportação da ilha de São Miguel: referimo-nos à laranja<sup>3</sup>, cuja venda sobretudo para Inglaterra também se destinava em parte, a custear as obras do porto de Ponta Delgada. A agravar o decréscimo de produção da laranja, recaíam sobre este produto, e respectivas propriedades de cultivo, pesadas contribuições: “[...] agora com a repentina depreciação do seu principal artigo de exportação, ficam os seus habitantes lutando com uma gravíssima crise económica”<sup>4</sup>. Os micalenses alegando que é devido à ausência de competitividade deste produto nos mercados ingleses, vão responsabilizar o governo central pelas medidas de tributação tomadas, parte das

---

<sup>2</sup> Maria Isabel João, *Os Açores no Século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, Lisboa, Edições Cosmos, 1991, p. 244.

<sup>3</sup> Ao longo de cerca de um século a produção da laranja conheceu um período de apogeu, que se caracterizou como “economia da laranja”, repercutiu-se nas estruturas económicas micalenses, foi importante para a sua população, condicionou e articulou as principais redes económicas insulares. Cf. Fátima Sequeira Dias, *Os Açores na História de Portugal Séculos XIX-XX*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, p. 59.

<sup>4</sup> A crise já se arrastava, neste momento além da produção ter decrescido, o conhecimento da depreciação no mercado de Inglaterra fazem notícia na imprensa micalense. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 45, 22 de Fevereiro de 1881, p. 1.

quais onera os proprietários, situação que acaba por inviabilizar a sua recuperação económica<sup>5</sup>.

Assim, o início da década de oitenta será, para os micaelenses, o resultado de anos com más colheitas, consequente quebra da exportação agrícola, e ruína total dos campos em São Miguel. A subsistência da ilha será, substancialmente, afectada pela escassez de produtos e subida de preços. Este fenómeno terá uma maior visibilidade, atentarmos à baixa demográfica que então se verificou, traduzida numa acentuada emigração em direcção às Américas.

Para os micaelenses, 1880 é um ano de uma profunda crise económica e social, a sua economia agrária e comercial está falida “Quer se falasse de agricultura, de indústria, de comércio quer de investimento, finanças e dívida externa”<sup>6</sup>. Será neste conturbado quadro que irá ser criado o Centro Republicano Federal de Ponta Delgada, bem como o seu órgão de propaganda, o jornal *A Republica Federal*.

No final dos anos oitenta, a anulação da lei de 1885, que havia aberto o mercado nacional ao tabaco dos Açores, vem originar uma nova crise que, desta vez, afecta não só a cultura do tabaco<sup>7</sup> mas, simultaneamente a indústria do álcool que começa a ser tributada. No campo administrativo, é revogado o código administrativo de 1886, que já contemplava alguns princípios descentralizadores<sup>8</sup>.

---

<sup>5</sup> Em 12 de Janeiro de 1880 reuniu em Ponta Delgada, sob a presidência de Veríssimo d’Aguiar Cabral uma comissão para estudar a crise económica e agrícola no distrito, bem como encetar medidas legislativas de forma a combater-la. Faziam igualmente parte desta comissão, Pereira de Ataíde, Ernesto do Canto, além de Caetano de Andrade Albuquerque. Francisco Moita Flores, “A Autonomia Republicana Federal em 1880”, *A Autonomia no Plano Histórico. I Centenário da Autonomia dos Açores, Actas do Congresso 1895-1995*, Universidade dos Açores, vol. I, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995, p. 234. No ano de 1881 o jornal *A Republica Federal* dedica alguns números ao estado económico do distrito de Ponta Delgada dos quais se destacam três, que traçam um quadro da situação crítica que atravessa a agricultura, as pescas e a indústria. Fornecem-nos números, valores, apontam como causa principal a política praticada pelo governo e proprietários que apelidam de capitalistas, bem como apontam soluções. Cf. “É deveras assustador o nosso estado económico: desde o anno de 76 a 77 que não deixamos de ter um importante deficit [...]”. Cf. “Estado económico do distrito”, *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 48, 15 de Março de 1881, p. 1 ou *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 49, 22 de Março de 1881, p. 1 e nº 50, 29 de Março de 1881, p. 1.

<sup>6</sup> Cf. Francisco Moita Flores, *op. cit.*, p. 234.

<sup>7</sup> A indústria do tabaco era uma das maiores fontes de receita e emprego de emprego para muitos homens e mulheres desta ilha. De acordo com o periódico republicano a tributação que o Estado exige aos contratadores pode comprometer os postos de trabalho e levar ao encerramento de algumas fábricas insulanas. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 7º ano, nº 356, 22 de Fevereiro de 1887, p. 1.

<sup>8</sup> Com a revogação deste código o governo assume algumas das competências das anteriores corporações, medida que não foi contestada em Ponta Delgada por este concelho ter obtido um estatuto semelhante ao do município de Lisboa, gozando desta forma de alguma autonomia, contrariamente à junta Geral de Angra donde chegaram vários protestos. Para informação mais detalhada sobre a economia dos Açores ao longo deste período, cf. Maria Isabel João, *Os Açores no Século XIX. Economia [...]*, p. 247.

A década de oitenta termina com crescente insatisfação e sucessivas manifestações contra o poder central. A entrada nos anos noventa revela-se particularmente agitada em consequência do *Ultimatum* inglês, ao que se junta os efeitos negativos da questão da moeda, que há muito afecta ao açorianos<sup>9</sup>, e que adensa os confrontos políticos entre os “Açores” e o “Governo central”, conflito que culminará num manifesto separatista e no primeiro movimento organizado para a autonomia.

---

<sup>9</sup> Além da escassez de numerário há ainda dificuldade na troca de notas no comércio ordinário. Baixam as taxas de juro, bem como o valor dos títulos de dívida pública, o que também afecta os açorianos. Cf. Idem, *ibidem*, p. 250. Cf. artigo sobre as desvantagens da falta de uniformidade da moeda e o seu efeito prejudicial nas transacções entre os Açores e o continente, *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 7º ano, nº 354, 8 de Fevereiro de 1887, p. 1.



## 2. Republicanismo: cultura política

O republicanismo português e o seu ideário começa a afirmar-se em Portugal em meados do século XIX. Condenava o jacobinismo, as revoluções que se alastram pela Europa e Américas, visava o derrube da monarquia e a instauração da república pela via pacífica. Porém, à medida que a crise se instala na sociedade portuguesa, no final do século XIX, a este movimento ideológico principal opositor do sistema monárquico, sobrepõem-se as teorias que defendem e propõem o derrube do sistema pela via revolucionária<sup>10</sup>.

Fortemente influenciado pelas teses sociológica e política positivistas, o pensamento republicano português inspirou-se no racionalismo iluminista, na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, resultantes da Revolução Francesa de 1789<sup>11</sup>: “A revolução francesa, estabelecendo a noção do direito político, deu um golpe terrível na instituição da monarquia, que não queria prescindir do seu sistema despótico”<sup>12</sup>. O movimento foi tributário de Proudhon e da revolução de 1848, que a geração de cinquenta, nomeadamente Lopes de Mendonça e Henriques Nogueira, assumiram. É ainda devedor das filosofias positivistas evolucionistas de August Comte e Littré, dos novos conceitos de ordem e progresso e conciliação das classes sociais, doutrinas que o Centro disseminou, através do seu periódico de referência, *A Republica Federal*, em diversos artigos publicados sobre as novas ciências, tentando articular o ideário republicano na angariação de militantes em torno da luta contra o regime e pelo fim dos privilégios monárquicos.

Assim se processa a acção de republicanos como Teófilo Braga<sup>13</sup> que, na senda de Henriques Nogueira, contribuiu para o desenvolvimento do positivismo português. Centra-se

---

<sup>10</sup> Fernando Catroga, “O Republicanismo Português (Cultura, história e política)”, *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, III Série, vol. 11, Porto, 2010, p. 97.

<sup>11</sup> Estamos num período em que surgem duas revoluções que se interligam em vários ideais. A Revolução Americana em 1776, donde sai a Declaração da Independência dos Estados Unidos da América e da Revolução Francesa que contempla na sua Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão o termo “Nação”, surge como forma de identificar a união de um povo para legitimar o novo poder e as novas leis, leis estas que agora não assentam num poder monárquico legitimado por uma religião, mas sim pelo povo reunido pela sua autodeterminação. Eric Hobsbawm, *A Era do Império 1875-1914*, Lisboa, Editorial Presença, 1990, p. 1.

<sup>12</sup> Em vésperas de finalizar as suas publicações e apesar de todos os reveses do Partido Republicano Micaelense, *A Republica Federal* não deixa de publicar os seus artigos doutrinários e simultaneamente de ataque ao sistema monárquico. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 9º ano, nº 423, 12 de Junho de 1888, pp. 1-2.

<sup>13</sup> Joaquim Teófilo Fernandes Braga, (Ponta Delgada, 24-02-1843, Lisboa, 28-01-1924). Filho mais novo de Joaquim Manuel Fernandes Braga e de D. Maria José da Câmara Albuquerque. A morte da mãe quando tinha 3 anos de idade e a má relação que tinha com a madrastra marcaram decisivamente o seu temperamento tornando-o fechado e áspero. Em 1858 termina o curso do liceu e em 1861 deixa a sua terra natal, aonde jamais voltaria, para estudar em Coimbra. Formou-se com distinção em Direito na Faculdade de Coimbra no ano de 1867 e em

na questão civil e política com vista ao estabelecimento de uma democracia formal, assente na livre expressão do pensamento e na descentralização administrativa.

Teófilo Braga foi o principal mentor deste ideário, ao qual o Centro Republicano Federal de Ponta Delgada aderiu desde logo: “Inspirados nas doutrinas positivistas, não nos ocupamos de coisas que não tenham imediata utilidade [...]”<sup>14</sup>. Desenvolveu e fundamentou a descentralização administrativa, não obstante a sua principal atenção se focar em questões

---

1868 defendeu a tese sobre História do Direito Português. Nesse mesmo ano fixa-se em Lisboa onde dá início à actividade de advocacia. Casa com Maria do Carmo Xavier, irmã de Júlio de Matos, de quem teve três filhos, que viriam a falecer muito jovens: “Com a morte do filho perdi a esperança de apresentar á sociedade um homem prestante, com o qual faria o que se conta de um rei, que ao afogar-se em um rio na retirada de uma derrota, atirara a sua coroa para a margem distante, dizendo: “aonde eu não posso ir vai a minha coroa”. Com a morte de minha filha perdi a principal causa do meu aperfeiçoamento moral, perdi o prémio de todos os sacrifícios, perdi a consciência que me havia de julgar com mais conhecimento e justiça”. Cf. carta que Teófilo Braga enviou ao jornal, *A Republica Federal*, Ponta Delgada, nº 367, 17 de Maio de 1887, p. 1, aquando da morte de sua filha. Foi preterido para professor na Academia Politécnica do Porto e na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra por se assumir defensor dos ideais republicanos, sendo em Maio de 1871 um dos doze signatários do programa das Conferências Democráticas do Casino Lisbonense, interrompidas por portaria do Governo cujo presidente à altura era António José de Ávila, também ele um açoriano. Em 1872 torna-se lente de Literaturas Modernas do Curso Superior de Letras. Foi escritor, ensaísta e político, um entusiástico estudioso da literatura europeia, especialmente dos autores franceses que viriam a reflectir-se e influenciar a sua extensa obra, nomeadamente da doutrina de Comte cujas teses sociológicas e política positivista foram decisivas no seu pensamento, obra literária e na sua atitude política. Foi com Comte e com o positivismo que descobriu uma filosofia ordenadora e aglutinadora para os seus estudos anteriores de literatura e direito. É nesta base nacionalista antropológica e histórica dos portugueses que culminarão os seus estudos posteriores. Destacou-se como membro da geração doutrinária do republicanismo português e dos ideais republicanos, a que cedo aderiu. Em finais da década de setenta Teófilo é um republicano convicto e assumido. Enquanto impulsor do positivismo, em 1878 funda e dirige com Júlio de Matos a revista *O Positivismo*, ano em que inicia a sua acção na vida política como deputado às Cortes da Monarquia Constitucional Portuguesa integrando as listas dos republicanos federalistas. Doravante exerce vários cargos de destaque nas estruturas do Partido Republicano Português sendo eleito membro do directório em 1890, e será nessa condição que a 11 de Janeiro de 1891 subscreve e colabora na elaboração do Manifesto e Programa do Partido Republicano Português cuja apresentação pública, precede em três semanas a Revolta de 31 de Janeiro de 1891 no Porto, à qual se opôs, mas cujo fracasso resultou num período de certeza teórica, para o seu positivismo e militância activa. Foi também o momento em que se afasta das posições jacobinas de João Chagas e se aproxima de José Relvas. A 1 de Janeiro de 1910 torna-se membro efectivo do directório político e é eleito deputado republicano por Lisboa às Cortes monárquicas a 28 de Agosto de 1910. Todavia não chega a tomar posse por entretanto ocorrer a implantação da República Portuguesa a 5 de Outubro. É nomeado Presidente do Governo Provisório da República Portuguesa saído da Revolução de 5 de Outubro de 1910, por decreto do Diário do Governo de 6 de Outubro de 1910, encontrando-se já viúvo e sem filhos. Exerce as funções de Chefe de Estado até à eleição do primeiro Presidente da República Portuguesa, Manuel de Arriaga, a 24 de Agosto de 1911. Na sequência da Revolta de 14 de Maio de 1915, Manuel de Arriaga é obrigado a resignar ao cargo de Presidente da República e Teófilo Braga é eleito para o substituir a 29 de Maio de 1915. Na qualidade de Presidente de transição cumpre o mandato até ser substituído por Bernardino Machado a 5 de Outubro do mesmo ano, sendo esta a sua última participação na vida política activa. Após o mandato, Teófilo Braga, viúvo, passa a ser um misógino enfiado na sua biblioteca e no seu isolamento, dedicando-se quase em exclusivo à escrita.

<sup>14</sup> Sobre a apresentação de Teófilo Braga como candidato e propósitos do Centro nesta candidatura. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 6, 18 de Maio de 1880, p. 1.

como: o alcance da Soberania Nacional, o Mandato Imperativo, os limites do princípio associativo, o combate ao clericalismo e o sufrágio universal.

Enquanto adepto da direcção de uma economia estatal e eliminação da representatividade de classes inferiores, Teófilo preconizou uma filosofia que se baseava no ideal da soberania nacional que prevalecesse sobre qualquer outro princípio, à qual aliou uma teoria evolucionista positivista e uma forte crítica ao socialismo, expressa na aversão às entidades patronais e à burguesia detentora dos meios de produção e exploradora da classe operária:

“É por isto que nós vemos que na monarchia nenhuma liberdade terá effectividade pratica, ao passo que na republica federal tudo tenderá para o aperfeiçoamento successivo e evolutivo, não por virtude milagrosa da forma, mas pela expansão das forças naturaes”<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 4º ano, nº 200, 19 de Fevereiro de 1884, p. 1.





### 3. Teófilo Braga: a figura tutelar

“Nas sociedades modernas duas novas formas de Poder começam a definir-se espontaneamente, como as que têm de vir a substituir de um modo consciente o poder espiritual dos dogmas, que já não realizam o accordo das consciências, e o poder temporal da auctoridade empirica, que reconhece a necessidade de fortalecer-se na renovação plebiscitaria; essas formas novas do poder são a *Sciencia* e a *Industria*”<sup>16</sup>.

O Centro Republicano Federal de Ponta Delgada teve em Teófilo Braga a figura política tutelar, em torno do qual militaram os republicanos micalenses filiados e demais simpatizantes do Centro, apoiados pelo partido Republicano Português, um dos pilares da sua organização, e do seu periódico, ambos pedras fundamentais e de enorme repercussão no edifício do republicanismo micalense.

A relação do poder espiritual e temporal estiveram no centro das preocupações de Teófilo Braga, ligação a que o Centro não ficou indiferente, acompanhando assim os espíritos da época através do seu periódico, *A Republica Federal*, acolhendo e divulgando o movimento de contestação, então encetado pelos republicanos contra os órgãos de poder e de soberania.

Com a Revolução Francesa surgira um conceito de soberania mais abrangente, que se afirma como um poder político e jurídico que deriva de uma vontade geral da nação. Contrariamente às teorias do direito divino ou sobrenatural dos reis, exercido em nome de Deus e concentrado na figura sagrada do soberano, estas teorias ou soluções democráticas, como Teófilo de Braga lhes chama, provêm da vontade do povo, ou seja, uma teoria de soberania popular ou da nação, soberania nacional que só pode ser interpretada à luz do conceito de Nação.

A formulação do conceito de soberania variou no espaço e no tempo. De um poder político transcendente, um poder de “mando supremo”, que se refletia numa majestade imperial e irrevogável, no tempo dos romanos<sup>17</sup>, tornou-se um poder de fundamento carismático e intocável nas monarquias medievais, e, com o absolutismo monárquico, alicerça-se no poder divino.

---

<sup>16</sup> Cf. Teófilo Braga, *Os Centenários como Synthese Affectiva nas Sociedades Modernas*, Porto, Silva Teixeira, 1884, p. 1.

<sup>17</sup> Tratava-se do poder de *imperium*, um cargo vitalício no qual estavam alocadas ao imperador funções militares, religiosas e judiciais, embora o povo participasse na sua investidura.

A sistematização deste conceito de soberania assente no poder divino iniciou-se em França no século XVI, com Jean Bodin<sup>18</sup> e a idealização do Estado Absolutista, um Estado com um poder absoluto e de origem divina do monarca. Defendia a soberania do rei como originária, ilimitada, absoluta e perpétua, independente de qualquer poder temporal ou espiritual. Baseava-se no fundamento histórico cujas raízes remontam às monarquias antigas fundadas pelo “direito divino dos reis”. Será nesses monarcas, tidos como representantes de Deus na ordem temporal, e na sua pessoa, que se concentraram todos os poderes, tornando o poder de soberania do rei ilimitado, conceito que atingirá o seu expoente máximo com Luís XIV. Com ele, a soberania torna-se, um poder pessoal exclusivo dos monarcas, legitimado por uma crença generalizada da origem divina do poder de Estado.

Todavia, a Revolução Francesa<sup>19</sup> veio alterar essa ordem, à luz do positivismo e das modernas ciências políticas, a prevalência dessa soberania é encarada como uma forma de governo primitiva. Contrapõe-se-lhe uma nova teoria de fundamento democrático, que preconiza uma soberania proveniente da vontade do povo. É uma soberania popular, ou da Nação<sup>20</sup>, firmada no poder político e jurídico, e que emana de uma vontade geral da Nação. Uma soberania nacional à luz do emergente conceito de Nação, que virá a ter relevância com as ideias político-filosóficas que fomentaram o liberalismo e na defesa do princípio de que o Rei é depositário da Coroa e não o seu proprietário: “Temos em questão não um projecto de constituição, dada por um monarca para ser aceite pelo povo, mas sim o de uma dada pelo povo por via dos seus representantes, para ser aceite pelo monarca”<sup>21</sup>.

Assim, e assente nessa premissa, a Nação torna-se a única fonte do poder e soberania, um órgão governamental que exerce legitimamente o poder, mediante o

---

<sup>18</sup> Foi ele o primeiro a sistematizar o conceito de soberania, na sua obra, *Os Seis Livros da República*, publicado em 1576.

<sup>19</sup> Neste período ocorreram duas revoluções interligadas em vários ideais. A Revolução Americana em 1776, donde sai a Declaração da Independência dos Estados Unidos da América, e Revolução Francesa que contempla na sua Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão o termo “Nação” como forma de identificar a reunião de um povo para legitimar o poder. O novo poder que não assenta no monarca legitimado por uma religião, mas pelo povo reunido pela sua autodeterminação. Eric Hobsbawm, *A Era do Império 1875-1914*, Lisboa, Editorial Presença, 1990, p. 1.

<sup>20</sup> O conceito de Nação já fora anteriormente desenvolvido por Sieyès. Este considerava que Nação era um corpo de associados que vivem segundo uma lei *comum* e são representados pela mesma *legislatura*. Cf. Sieyès, *O que é o Terceiro Estado*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2008, p. 78.

<sup>21</sup> Na opinião de Teófilo Braga estas foram palavras memoráveis proferidas sobre o princípio político da soberania da nação categoricamente afirmado pelo deputado açoriano Manuel António de Vasconcelos no congresso constituinte de 1837, aquando da discussão de uma segunda câmara. Cf. Teófilo Braga, *História das Ideias Republicanas em Portugal*, 2ª ed., Lisboa, Vega, 2010, p. 58.

consentimento nacional<sup>22</sup>. Esta teoria da soberania, radicalmente nacionalista, deve ser entendida no sentido estrito de população nacional, ou povo nacional, e não do povo em sentido mais amplo<sup>23</sup>:

“[...] a soberania reside essencialmente em a Nação. Não pode, porém ser exercitada senão pelos seus representantes legalmente eleitos porque nenhum indivíduo ou corporação exerce autoridade pública que não derive da mesma Nação”<sup>24</sup>.

Este novo conceito estabelece a independência da realeza e radica-se na separação do poder temporal face ao poder espiritual. Esta separação dos poderes do Estado será um dos pilares que sustenta o republicanismo: “O poder da igreja acaba à porta do santuário cá fora só domina sociedade civil”<sup>25</sup>. Os republicanos preconizam que um governo que pretende ser justo deve atribuir a supremacia à sociedade civil, e admitir a perpetuidade e prevalência da opinião da maioria. É o agregado de cidadãos que regula a marcha do progresso e estabelece a transição das instituições.

Certo é que as consciências das sociedades modernas já não estão receptivas ao poder espiritual dos dogmas, tendem a substituí-lo por novas formas de poder: Ciência e a Indústria<sup>26</sup> e acolhem antes um poder temporal, com uma autoridade que reconhece a necessidade de se fortalecer numa renovação plebiscitária e com uma soberania baseada na vontade nacional, expressa através do sufrágio:

---

<sup>22</sup> O conceito de Renan já projecta uma modernidade. Desmonta o princípio da nacionalidade, que não pode ter por base raça, religião etc., Preconiza uma Nação etno-cultural, uma Nação etno-política. Propõe um princípio espiritual, há uma alma, uma consciência moral, cujo enraizamento está no passado, nas lembranças ritualizadas que justificam a construção da Nação Moderna, que se perpetua no presente, no consentimento e desejo de viver em comum e uma vontade de continuar. É este o Plebiscito de todos os dias. Cf. Ernest Renan, *Qu'est-ce qu'une nation?*, [s.l., s.n.], 1996, pp. 240-243.

<sup>23</sup> Só exercem os direitos de soberania apenas os nacionais ou nacionalizados, que gozem dos direitos de cidadania prescritas na lei, não se trata de uma teoria da soberania popular, com um exercício de poder soberano ampliado e exercido sobre os residentes no país.

<sup>24</sup> No seu artigo 26º está que nenhum indivíduo ou corporação exerce autoridade pública que não derive da mesma Nação. No artigo 94º, cada deputado é procurador e representante de toda a Nação não somente da divisão que o elegeu. Cf. Fernando Catroga e Pedro Tavares Almeida (coordenação), *Res publica. Cidadania e Representação Política em Portugal, 1820-1926*, Lisboa, Assembleia da República, Biblioteca Nacional de Portugal, 2010, p. 28. Sobre “A soberania régia e a soberania nacional”, questão que acompanha a existência desde jornal, cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 5º ano, nº 253, 12 de Fevereiro de 1885, p. 1.

<sup>25</sup> Cf. Teófilo Braga, *História das Ideias Republicanas [...]*, p. 133.

<sup>26</sup> Cf. Teófilo Braga, *Os Centenários como Synthese Affectiva [...]*, p. 1.

“Dizem que vivemos debaixo de um regímen em que a soberania reside no povo, que a exerce por via do suffragio que a dizer a verdade, é quasi universal; a lição dos factos, porém, vem, a cada nova eleição, provar-nos que tudo são meras ficções”<sup>27</sup>.

Dos vários artigos sobre esta temática, dispomos da que supomos ser a primeira carta que Teófilo Braga dirigiu ao Centro, aquando do convite que lhe foi endereçado para representar o círculo de Ponta Delgada nas eleições de 1880. Tal documento afigura-se-nos incontornável pela sua importância, atendendo que encerra e sistematiza os princípios fundamentais da doutrina republicana e crença no futuro, defendidos por este mandatário, no que concerne aos conceitos de associação, liberdade e soberania<sup>28</sup>:

“A vontade nacional é a origem e base da soberania; essa vontade exprime-se pelo suffragio, pelo qual delega o seu poder em indivíduos competentes para que legislem e executem segundo as necessidades do progresso coexistentes com a ordem social”<sup>29</sup>.

Teófilo considera que, em Portugal, tais princípios se encontram corrompidos pelo regime monárquico, cuja vontade arrogando-se de investida por uma origem divina, os desvirtua sobrepondo-se assim à vontade ou à soberania da nação e contra a qual o povo não consegue lutar: “A monarquia impõe-se acima da vontade ou soberania da nação, dando-se a si uma origem divina – *por graça de deus* [...]”<sup>30</sup>.

Considera o *monarquismo* uma invasão que se apossa e empossa do governo da Nação, geralmente através de matrimónios, o que considera indigno e humilhante, porque faz com que um povo seja herdado por uma família, que faz derivar a sua autoridade de Deus. Arroga-se de ter um poder inviolável, sagrado e moderador, e coloca-se como primeiro agente da lei, não obstante também ser o primeiro a violá-la, quando subtrai ao povo o direito à existência e ao progresso.

---

<sup>27</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 7º ano, nº 346, 14 de Dezembro de 1886, p. 1.

<sup>28</sup> Os princípios expressos no mandato imperativo, cuja aceitação constitui pretensão dos militantes do Centro, são parte dos ideais republicanos que Teófilo Braga defendeu e desenvolveu na sua obra, *História das Ideias Republicanas em Portugal*. No entanto, *A Republica Federal* publicará alguns artigos de esclarecimento ao eleitorado sobre os mesmos. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, suplemento nº 5, 12 de Maio de 1880, nº 14 de 13 de Julho de 1880 e nº 14 de 19 de Julho de 1881. Apesar de se encontrar numa fase embrionária, esses são também os princípios sobre os quais este Centro se fundou e organizou no mês anterior, e que se encontram nos seus Estatutos, analisados no capítulo II, desta nossa dissertação.

<sup>29</sup> Carta que Teófilo Braga dirigiu ao Centro e que acompanhou o mandato imperativo. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, suplemento nº 5, 12 de Maio de 1880, p. 1.

<sup>30</sup> Cf. *Ibidem*, p. 1.

É da necessidade de derrubar esse poder absolutista, e de pôr fim ao livre arbítrio que surge o mandato imperativo, que este Centro defende e cuja aceitação propõe como condição ao seu mandatário. O mandato imperativo assume a forma contratual, resulta num compromisso mútuo entre o candidato e o eleitor, baseia-se em promessas, garantias de confiança pessoal e defesa do sufrágio popular, estabelecendo um vínculo entre ambos e não com o partido. Mediante este contrato assente em várias garantias, à semelhança de um contrato civil, o cidadão confere ao candidato o direito de legislar: “O mandato imperativo é na garantia política o mesmo que a procuração bastante é na garantia individual”<sup>31</sup>.

A doutrina do mandato imperativo, desenvolvida exaustivamente por Teófilo Braga e integrada na sua *História das Ideias Republicanas em Portugal*, é entendida como uma *fórmula do bom senso*, uma garantia individual, que em direito civil resulta da relação que se estabelece entre as instituições políticas e civis<sup>32</sup>. Esta concepção advém da necessidade de combater a corrupção dos governos, o constante engano do poder legislativo e a falsificação dos votos pela acção administrativa nas candidaturas oficiais: “É pelas candidaturas oficiais que os governos simulam as aparências do régimen parlamentar. Os povos não podem lutar contra estes governos saídos do favor da realeza, porque eles têm todas as forças sociais na mão [...]”<sup>33</sup>.

Maioritariamente, foram estes os princípios que Teófilo Braga viria a sintetizar na doutrina do mandato imperativo, esta vontade mediante a qual o cidadão dá o seu consentimento e delega em indivíduos competentes, o poder de legislar e executar sobre determinadas matérias, de acordo com as necessidades do progresso coexistentes com a ordem social presente<sup>34</sup>.

São esses os princípios que dão a garantia política, e são a base racional das instituições modernas, quer sejam civis, quer se trate de instituições políticas. Teófilo irá debater-se contra tudo o que leva à dissolução da nacionalidade, e defender a afirmação da soberania da nação na forma de República<sup>35</sup> como solução. É para dar cumprimento à sua luta que aceita a responsabilidade de ser mandatário dos micalenses, e será na imprensa periódica republicana, através do mandato imperativo, que apresenta os princípios e

---

<sup>31</sup> Cf. *A Republica Federal*, 1º ano, nº 14, Ponta Delgada, 13 de Julho de 1880, pp. 1-2. Os princípios doutrinários aqui referidos são uma transcrição de parte da obra de Teófilo Braga, *História das Ideias Republicanas em Portugal* [...], p. 125 e segs.

<sup>32</sup> Para um melhor entendimento desta doutrina, veja-se idem, *ibidem*, p. 125 e segs.

<sup>33</sup> Carta que Teófilo Braga dirigiu ao *Centro* e que acompanhou o *Mandato Imperativo*. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, suplemento nº 5, 12 de Maio de 1880, p. 1.

<sup>34</sup> Cf. *Ibidem*, p. 1.

<sup>35</sup> Cf. *Ibidem*, p. 1.

fundamentos, nos quais preconiza a defesa dos ideais republicanos na luta contra a inércia e corrupção do regime monárquico, que acusa de despótico e absolutista.

#### 4. Programa do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada: uma visão geral

“Todo o partido tende a consubstanciar a sua doutrina num programa político específico”<sup>36</sup>.

Os Estatutos do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada reflectem o seu programa político e o propósito das aspirações republicanas. Consolidam os vários excertos publicados em *A Republica Federal*, essencialmente os que invocam os princípios e a herança da Revolução Francesa, e consagram as reivindicações de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, indissociáveis do romantismo social da época, norteados pela perspectiva de derrube do regime monárquico e instauração de uma República Federal.

Percorrendo as primeiras publicações do periódico do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada, deparámo-nos com um artigo da responsabilidade da redacção, alvo de vários comentários por parte do *Diario dos Açores*. Sendo programa e propaganda, centra-se numa crítica às instituições monárquicas, combate os detentores do poder e os privilégios e é, simultaneamente, um apelo à participação de todos “[...] inteligências livres, enérgicas retemperam as diárias fadigas do estudo na perseverança dos novéis cultores da ideia”<sup>37</sup>. O seu discurso versa o “querer”, querer a ordem, querer a paz, e querer a justiça; consubstancia a doutrina republicana, exprime as aspirações democráticas, a convicção profunda nos ideais propagados e encerra o ensejo de mudança de regime e tomada do poder.

Para Fernando Catroga, o programa e a consecução destes objectivos funcionam como força motriz dos Centros e Clubes para os ideais que propugnam, sendo que os vários programas, sucessivamente publicados, são a história do movimento contra a monarquia e reflectem os propósitos das aspirações republicanas<sup>38</sup>. Materializar este discurso implicou uma adesão convicta dos membros aos princípios republicanos e uma dinamização, por parte dos dirigentes do Centro, de forma a persuadir os cidadãos para uma participação activa.

Os princípios preconizados no programa do Centro são o resultado do que já se vinha delineando desde a década de setenta do século XIX. *A Republica Federal* revela-nos que a estrutura ideológica do Centro seguiu de perto a tradição de pendor federalista, com referência

---

<sup>36</sup> Cf. Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal. Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, 3ª edição, Lisboa, Editorial Notícias, 2010, p. 43.

<sup>37</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 2, 20 de Abril de 1880, pp. 1-2.

<sup>38</sup> Para um melhor conhecimento sobre o conceito de programas políticos, veja-se Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal [...]*, p. 43 e segs.

em Henriques Nogueira<sup>39</sup>, sendo tal conexão visível nos textos de cariz político-ideológico que aí se publicam. Nesse sentido, deparámo-nos com extensos artigos doutrinários de filósofos e políticos como Proudhon e a República Federal, Stuart Mill, Pi y Margall e ainda textos sobre a Constituição dos Estados Unidos, o Iberismo, o Constitucionalismo e outros<sup>40</sup>. Cabe-nos aqui lembrar que, para os republicanos, a elevada taxa de analfabetismo traduzia uma falha cultural da responsabilidade da monarquia e era entendido como um obstáculo real para a compreensão das suas doutrinas.

---

<sup>39</sup> O primeiro programa federalista foi assinado por Horácio Esk Ferrari tendo por referência o pensamento de Henriques Nogueira e foi publicado pelo Centro Republicano Federal de Lisboa em 22 de Junho de 1873. Cf. Idem, *ibidem*, p. 44.

<sup>40</sup> Referimos aqui apenas alguns nomes e algumas doutrinas, embora estas não sejam objecto de desenvolvimento, por ser matéria a analisar posteriormente.



## 5. Programa do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada: alguns tópicos

### 5.1 Liberdade

“«Liberdade» Aprende-se na filosofia – a faculdade de praticar uma acção ou deixar de a praticar. Todos os reis e tyrannos do mundo possuiram essa liberdade. Só elles faziam o que lhes aprazia, *quasi* sempre em beneficio proprio e poucas vezes em favor dos governados”<sup>41</sup>.

Influenciada pelas concepções positivistas, pela Revolução Francesa que veio estabelecer a noção do direito político, e pela Revolução Americana, a ideologia republicana valoriza os direitos do cidadão e a liberdade. Com o triunfo do direito à vida e à liberdade, a Revolução Francesa esmaga o despotismo, infligindo, desta forma, um terrível golpe às instituições monárquicas, embora as ideias de autoridade e liberdade tardem a conciliarem-se no seio das monarquias constitucionais: “A politica constituida como sciência tem como primeiro princípio que o governo será mais forte e fecundo, quanto mais a sua acção disciplinadora poder ter por base a liberdade”<sup>42</sup>.

A liberdade torna-se, então, na primeira necessidade, é ela que permite o desenvolvimento social, visto que é na liberdade civil e política que o cidadão exprime e exercita todos os seus direitos. Se, por um lado, a liberdade civil se apoia na dignidade humana e nas condições do homem enquanto ser social, por outro, a liberdade política salvaguarda e garante o exercício da vontade do homem como ser político, racional e sociável. Esta é uma concepção que advém da igualdade do homem perante o Direito e da soberania nacional face à Governação.

Neste âmbito, a eleição é a representação e tem o valor de um voto colectivo, pelo direito à reunião e associação, associação que é independente dos governos e da sua intervenção, na qual, o indivíduo pode ser reconhecido em coexistência com o Estado. Assim, o governo democrático torna-se um obstáculo ao despotismo, e, embora não seja garantia contra a tirania, é, seguramente, uma hipoteca ao seu exercício.

Todos os povos aspiram à liberdade, só um governo livre permite a um povo desenvolver as suas riquezas e poder, é neste sentido que devemos encerrar os nove artigos referentes à liberdade que se encontram plasmados no mandato imperativo que Teófilo Braga

---

<sup>41</sup> Artigo analítico sobre o conflito entre liberdade e autoridade dos governantes e a forma como esta é exercida, sobretudo na Europa após a Revolução Francesa. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 9º ano, nº 423, 12 de Junho de 1888, p. 1.

<sup>42</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 28, 26 de Outubro de 1880, p. 1.

defendeu, em 1880, quando foi eleito como mandatário, em representação do círculo de Ponta Delgada:

1º *Liberdade de consciência*; 2º *liberdade de ensino*; 3º *liberdade de cultos*;  
4º *liberdade de reunião*; 6º *liberdade de indústria*; 7º *liberdade de imprensa*;  
10º *liberdade de eleição*; 11º *liberdade de tráfico* e 12º *liberdade de contratos*<sup>43</sup>.

A questão da liberdade foi uma preocupação constante para Teófilo Braga, que a entende como primeira condição e uma exigência necessária para que o homem tenha capacidade de compreender e expressar as suas necessidades, ao longo do seu processo evolutivo. Para Teófilo, a força de um Estado não se desenvolve por interesses particulares, mas sim pelo bem geral e apenas as repúblicas têm em vista esse bem público. Este é um princípio contrário ao governo de um “príncipe”, cujo interesse particular se opõe e sobrepõe ao interesse do Estado, tornando, desta forma, o povo submisso. Logo, um povo que não é livre e que se submete trava o seu progresso, na medida em que não aumenta a sua riqueza nem poder, marchando inevitavelmente para a decadência<sup>44</sup>.

Estamos em presença dos princípios preconizados por Nicolau Maquiavel que, pela primeira vez, atribuiu ao Estado o sentido que hoje assume, e já proclamara os seus ideais republicanos, defendendo que a República, em última análise, era preferível à Monarquia<sup>45</sup>.

Mas, se por um lado, este conceito encerra uma vertente determinista e de previsibilidade, por outro, contém a ordem e o progresso dentro dos limites em que se enquadra o movimento das sociedades modernas. Todavia, a questão sempre presente e que legitimamente se coloca, é sempre a da liberdade, da disposição do indivíduo e dos grupos, questão esta que, desde cedo, preocupou as sociedades e outros teorizadores, entre eles, John Locke e Jean-Jacques Rousseau.

---

<sup>43</sup> Os mesmos artigos foram repetidos no mandato imperativo de 1881. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, suplemento nº 5, 12 de Maio de 1880, p. 1; *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 2º ano, nº 14, 19 de Julho de 1881, p. 1.

<sup>44</sup> Todos os Estados, todos os governos que tiveram e têm autoridade sobre os homens, foram e são ou repúblicas ou principados, cuja autoridade em toda a sua província não existe nem reconhece outro chefe que não ele, que usa de todos os meios para manter os súbditos sob a sua autoridade e conservar o Estado, ainda que por vezes em tal tentativa os arruíne ou destrua. Cf. Maquiavel, *O Príncipe*, Oeiras, Editorial Presença, 2010, pp. 11, 25-28, 105-110.

<sup>45</sup> Tese defendida por Maquiavel quando escreveu os seus “[...] Discursos [Ensaio] sobre a *Primeira Década de Tito Livio*”. Tal experiência permitiu-lhe, posteriormente, formular as regras de acção para os governantes, sobre a forma de conquistar, usar e manter o poder, partindo do princípio de que a natureza humana é sempre a mesma e imutável, logo, é lícito e possível entender o presente através da experiência do passado. Cf. Diogo Freitas do Amaral, “Maquiavel: a Política liberta da Moral «O Príncipe»”, *História do Pensamento Político Ocidental*, Coimbra, Almedina, 2012, pp. 119-128.

Locke procurou encontrar um equilíbrio entre a liberdade individual e a autoridade de um poder político. Para Locke, a liberdade natural do homem consistia em viver livre da submissão de qualquer poder superior, vontade ou autoridade legisladora. Contudo, a liberdade do homem em sociedade consiste em não estar submetido a nenhum outro poder legislativo, a não ser o que for estabelecido por uma comunidade política, através do consentimento, e sem depender de nenhuma vontade, nem ser restringido por nenhuma lei, que não as que sejam promulgadas por um poder legislativo e, sejam conforme as tarefas que lhe forem confiadas<sup>46</sup>.

Assim, sustenta que o homem é o detentor dos seus direitos individuais e naturais que, no plano substantivo, implicam o direito à vida, à liberdade e à saúde, direitos dos quais é titular, e foram legitimamente adquiridos porque com eles nasceu, detendo ainda o direito à propriedade<sup>47</sup>, que deve ser protegida pelo Estado<sup>48</sup>. Baseando-se nestes princípios, Locke entende que o poder político do Estado está limitado por um pacto ou convenção delegado pelos cidadãos, e assente num consentimento mútuo de todos os que constituem a sociedade, logo, não pode nem deve ser um poder absoluto e ilimitado. Partindo desta limitação ao governo, preconiza uma doutrina de separação dos poderes, teoria que viria a impor-se na Revolução Americana e na Revolução Francesa, transposta posteriormente para o constitucionalismo liberal e democrático que subsiste nos nossos dias<sup>49</sup>.

Na senda de Locke, Rousseau, assumidamente republicano e democrata, também idealizava uma sociedade justa, preconizando um regime político ideal, assente nas ideias de liberdade, igualdade e bom governo, embora através de conceitos diferentes. Entende que o

---

<sup>46</sup> Cf. John Locke, *Dois Tratados do Governo Civil*, Edições 70, Lisboa, 2006, p. 247.

<sup>47</sup> O direito à propriedade defendido por John Locke foi alvo de contestação por parte dos marxistas que o acusaram de materialista, capitalista e burguês. No entanto este defende que, tal como os direitos adquiridos por nascimento, o homem também detém os bens materiais que legitimamente adquiriu e que o Estado também existe para os proteger. Cf. Diogo Freitas do Amaral, “Locke: o primeiro defensor do liberalismo político «Dois Tratados sobre a Governação»”, *op. cit.*, pp. 191-192.

<sup>48</sup> Locke foi dos teóricos que reflectiu sobre a propriedade privada em termos de modernidade. Os seus argumentos, todavia, deveram-se a uma contraposição entre a propriedade individual e propriedade social. Sendo que não existe o conceito de propriedade social, tal como esta se estruturava no direito romano, o que existe é uma: “[...] propriedade, como expressão da liberdade [...], que deve ser entendida enquanto concepção filosófica de tradição filosófica liberal. Cf. Miguel Nogueira de Brito, *Propriedade Privada: entre o Privilégio e a Liberdade*, Lisboa, Ensaio da Fundação Francisco Manuel dos Santos e Miguel Nogueira de Brito, 2010, p. 61.

<sup>49</sup> Apesar de na divisão de poderes que Locke estabeleceu não menciona o poder judicial, mas de acordo com Freitas do Amaral estaria na sua mente, visto que já existia. Sendo esta separação um obstáculo à ambição do poder ilimitado, não foi aceite pelas monarquias absolutas e ditaduras de direita e esquerda. Cf. Diogo Freitas do Amaral, “Locke: o primeiro defensor do liberalismo político «Dois Tratados sobre a Governação»”, *op. cit.*, pp. 188-196.

homem nasce livre, mas que, por via do contrato social, deixa o estado livre e fica “acorrentado”: “Renunciar à liberdade é renunciar ao que mais qualifica o homem, aos direitos da humanidade, aos próprios deveres”<sup>50</sup>. Todavia, a maioria das Nações que lutaram, tal como Portugal, e derrubaram o despotismo, abandonaram a política, tornaram-se passivas, por desalento ou medo, certo é que as gerações precedentes desistiram.

Em Portugal, estas doutrinas encontram eco nos denominados homens da ciência, dos quais Teófilo Braga foi dos mais enérgicos defensores, cujo principal propósito era preparar o futuro. Estes declaram-se a favor da República, através da evolução das ideias, na medida em que são estas que impulsionam as sociedades atrasadas e não as revoluções.

Através das notícias do jornal *A Republica Federal*, sabemos que os colaboradores e militantes do Centro também empreenderam a sua luta contra a Monarquia e poderes instalados localmente. É na doutrina positivista que procuram os referenciais para sustentar as suas críticas e seus ensejos de mudança, do desejo de derrubarem as instituições sustentadas e fundadas no direito divino, com vista a uma regeneração social cuja divisa era: liberdade, igualdade e soberania do povo.

“O medo do povo é a base da política dos que governam sem critério científico, e d’esta base derivam todas as violações que os povos soffrem tais como politica preventiva, as restrições no direito de associação, o pé de guerra ou exércitos permanentes, as barreiras fiscais, os direitos protectores, e todos os mil meios capciosos de sofismar a liberdade como vemos cada dia nas praxes do constitucionalismo monarchico”<sup>51</sup>.

Os governos monárquicos continuaram a perturbar a sociedade e a retirar-lhes as forças vivas pelos exércitos permanentes. Cabe então à moderna geração contrariar este estado e renovar as instituições, para além do momento histórico, sendo a instauração de uma República Federal a solução. O republicanismo e os republicanos pretendem alterar esse estado, através do derrube desse sistema constitucional que perverteu todas essas conquistas da liberdade moderna.

---

<sup>50</sup> Contrariamente a Locke que via o processo evolutivo das sociedades humanas em três fases: *Estado de natureza; contrato social e estado de sociedade*, o conteúdo dos conceitos preconizados por Rousseau desenvolvem-se em seis fases: *Estado de natureza primitivo; estado de natureza em degradação espontânea; o primeiro contrato social fraudulento; o estado social corrupto; a Revolução democrática* e finalmente, *um segundo contrato social, desta vez honesto*. Cf. Rousseau, *O Contrato Social*, Oeiras, Editorial Presença, 2010, p. 22.

<sup>51</sup> Artigo publicado na secção Folhetim, sobre a forma como os governos empíricos se fundam no medo da liberdade. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 28, 26 de Outubro de 1880, p. 1.

## 5.2 Federalismo

“Queremos que o districto de Ponta delgada, michaelenses e marienses constituam um estado da Federação: que façamos nós as leis que nos hão de regular, que nos tributemos a nós mesmos segundo as nossas posses e necessidades, e não arrancando nos a pelle para encher os cofres do governo de Lisboa e muitas vezes dos amigos poderosos odoresos cá da terra [...]”<sup>52</sup>.

Na segunda metade do século XIX, sob o impulso das ideias positivistas, influenciados pela revolução espanhola de 1868 e consequente implantação da I República, os republicanos portugueses são seduzidos pelo federalismo. No início da década seguinte, difundem-se os ideais socialistas em Portugal e verifica-se, doravante, um crescente apelo à militância republicana, que cedo assumiu duas facções: republicanos unitaristas e republicanos federalistas lutando por um mesmo objectivo, a implantação da República, embora com modelos políticos divergentes em alguns aspectos<sup>53</sup>.

Se por um lado os republicanos democratas não questionam as instituições, vendo, pelo contrário, no alinhamento e cooperação com o regime monárquico uma forma de chegar à República, por outro, os republicanos de vertente federalista afastam-se do modelo de Estado unitário de tradição jacobina e aderem ao programa federativo. Estes republicanos de feição federalista, seguindo os desígnios do movimento republicano, assumem uma postura individualista e de contestação face ao poder central. Defendem a criação de uma República Federal, enquanto alternativa à Monarquia, uma instituição falida e decadente à luz das novas teorias positivistas, todavia detentora da soberania.

O programa federalista, influenciado pelo pensamento de José Félix Henriques Nogueira<sup>54</sup> e de Francisco Pi y Margall<sup>55</sup>, e escorado nas teses de Proudhon<sup>56</sup>, Tocqueville, Stuart Mill e no valor das Constituições dos Estados Unidos e da Suíça, pretendia relacionar os povos entre si, ligando-os pelas suas afinidades através de federações. A *federação ibérica*<sup>57</sup> seria a primeira dos Estados Unidos da Europa, Portugal seria dividido em governos

---

<sup>52</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 2º ano, nº 13, 12 de Julho de 1881, p. 1.

<sup>53</sup> De acordo com Fernando Catroga surgiu ainda um grupo de republicanos moderados. Cf. *O Republicanismo em Portugal [...]*, pp. 44-49.

<sup>54</sup> Cf. José Félix Henriques Nogueira nas obras: *Estudos sobre a Reforma em Portugal* de 1851 e *O Município no século XIX* de 1856.

<sup>55</sup> Cf. Francisco Pi y Margall obra: *As Nacionalidades* de 1876.

<sup>56</sup> Cf. Pierre-Joseph Proudhon obra: *Do Princípio Federativo* de 1863.

<sup>57</sup> A ideia de União Ibérica foi uma questão que se arrastou durante algum tempo, e que suscitou várias discussões na imprensa açoriana, sobretudo na década de sessenta. Para esse período é possível encontrar uma

autónomos, com autonomia governativa e administrativa das paróquias, municípios e províncias, com o poder central radicado numa assembleia federal eleita em sufrágio directo<sup>58</sup>. Para Fernando Catroga, este programa referencia as linhas que norteiam o pensamento republicano federal ao qual acresce a representação de minorias, bem como a criação do mandato imperativo<sup>59</sup>.

Fundamentando-se no programa federalista de Henriques Nogueira, que reconhece ao cidadão vários direitos, nomeadamente, o sufrágio universal<sup>60</sup> e o princípio da soberania popular<sup>61</sup>, contra o unitarismo e centralismo do poder do Estado, que os militantes republicanos de Ponta Delgada e os açorianos irão sustentar as suas reivindicações.

Este programa consubstancia-se em parte no acordo que Teófilo Braga veio a estabelecer com o eleitorado micalense desde a sua primeira candidatura por este Centro em Setembro de 1880. Proclamam e apelam à constituição política e económica de uma

---

enorme quantidade de artigos sobre patriotismo e anti iberismo, lembrando os serviços patrióticos que os açorianos prestaram à pátria em defesa da independência nacional aquando do domínio filipino. O periódico de Ponta Delgada, *O Ecco*, em 1869, à altura defensor das emergentes ideias republicanas federalistas debate-se contra tal união, embora não descortine e deixe em aberto a constituição de uma «república federativa», desde que tal não ponha em causa a independência nacional. Tal posição acaba por resultar em acesos debates acerca do futuro dos Açores, na eventualidade desta união acontecer. Contudo, este projecto acabou por esmorecer e deixou de suscitar entusiasmo popular acabando por não se concretizar. Cf. Carlos Cordeiro, “Iberismo nos Açores”, *Enciclopédia Açoriana*, Centro de Conhecimento dos Açores.

<http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/default.aspx?id=7617>. [Consultado em 31-10-2013]. Sobre esta temática *A Republica Federal*, publicou um artigo no qual define os conceitos e diferença entre república federal e unitária, partindo do exemplo da Espanha e a vantagem das tendências separatistas das províncias espanholas, pela vivacidade dos seus dialectos, da sua tradição histórica e da forma como estes se conservam no espírito local, tem desta forma a Espanha todas as condições tal como previu Pi y Margall ou Henriques Nogueira. Este artigo foi escrito em defesa de Teófilo Braga acerca de um texto por ele publicado em *A Vanguarda* sobre a União Ibérica e reproduzido em *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 21, 31 de Agosto de 1880, pp. 2-3.

<sup>58</sup> Para um melhor entendimento sobre a forma como o programa federalista preconizava a nova estrutura das formas de poder, veja-se a obra de Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal [...]*, pp. 43-49.

<sup>59</sup> Cf. Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*, apud Francisco Moita Flores, *A Autonomia Republicana Federal em 1880*, in *A Autonomia no Plano Histórico. I Centenário da Autonomia dos Açores, Actas do Congresso 1895-1995*, Universidade dos Açores, vol. I, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995, pp. 235-236. Ainda durante o período estudado foi proposto um novo programa federalista radical por Teixeira em 1886, mais desenvolvido e destacando os direitos fundamentais. Cf. Teixeira Bastos, *Projecto de um Programa Federalista Radical para o Partido Republicano Português*, com um Prólogo por J. Carrilho Videira, vol. XXV, Lisboa, Biblioteca Republicana Democrática, Nova Livraria Internacional, 1886. Quer o projecto federalista de 1873, quer o de 1886 encontram-se compilados na íntegra em Ernesto Castro Leal, (coordenação), *Manifestos, Estatutos e Programas Republicanos Portugueses [1873-1926]*. *Antologia*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2014.

<sup>60</sup> “Programa de 1873”, art.º V, cf. Idem, *ibidem*, p. 38.

<sup>61</sup> Este é um federalismo de tendência étnica e que não põe em causa a soberania nacional.

República Federal, na qual os Açores seriam um Estado autónomo<sup>62</sup>, afirmando “As razões que moveram o Centro para entrar imediatamente em luta, luta que só acabará com a própria vida ou com o conseguimento do seu fim, o estabelecimento da República federal”<sup>63</sup>. O poder do Estado seria então fragmentado e aproximar-se-ia de um poder exercido junto das populações, que se assemelha a uma extensão do poder autárquico<sup>64</sup>.

O princípio federativo foi publicado e explicado aos leitores de *A Republica Federal*, num artigo sobre o sistema de governo republicano democrático federal, que é apresentado sob uma forma contratual<sup>65</sup>: “Federação é o contrato, pacto ou convenção, que para um ou mais objectos determinados, celebram entre si os cidadãos, os munícipes, as províncias e as nações”<sup>66</sup>. Importa mencionar que no dia seguinte, este jornal deu ao prelo um suplemento em que apresenta Teófilo Braga como mandatário pelo círculo de Ponta Delgada e respectivo mandato imperativo e cujas semelhanças estão patentes na análise feita a ambos os documentos. Tanto o contrato da Federação, como o mandato imperativo compaginam-se em algumas liberdades e direitos que importa aqui referir:

- são *direitos individuais do cidadão*, que esteja confederado, a liberdade de pensamento, de crença e vontade; refere-se aos direitos internos que não são legisáveis nem passíveis de serem limitados através de leis ou convenções devido ao seu cariz interno;

- nos *direitos individuais do município* confederado, assiste-lhe o direito de produzir a sua própria legislação política, civil e penal; nomear as suas autoridades e tribunais para dar cumprimento às suas leis, significa que o município legisla, governa e administra, gozando de liberdade dentro do seu espaço de jurisdição no qual é soberano;

- os *direitos individuais da província* confederada são semelhantes aos direitos do município; dentro do limite da província confederada legisla sobre determinações jurídicas

---

<sup>62</sup> O estabelecimento de uma República Federal consta dos *Estatutos do Centro* de 1880, logo no seu capítulo I, “Constituição e fins do Centro”, art.º 4º, ponto 1º. Cf. *Estatutos do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada*, 1880, p. 1.

<sup>63</sup> Este é um artigo que data da semana seguinte à apresentação de Teófilo Braga como candidato pelo Centro. É ilustrativo da convicção e propósitos que movem os republicanos de Ponta Delgada. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 6, 18 de Maio de 1880, p. 1.

<sup>64</sup> Veja-se a proposta federativa que consta do programa de 1873, cf. Ernesto Castro Leal, (coordenação), *Manifestos, Estatutos e Programas Republicanos [...]*, p. 38.

<sup>65</sup> A República Federal preconizada assentava numa base contratual entre os estados federados. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 26, 12 de Outubro de 1880, p. 1.

<sup>66</sup> O primeiro subtítulo deste artigo foi “Federação”, no qual são analisados vários itens. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 5, 11 de Maio de 1880, pp. 1-2.

dos povos, no que se refere ao aproveitamento de águas e construção de estradas, à nomeação das autoridades e tribunais, à eleição de empregados, à elaboração de orçamentos, gestão de impostos, ou seja, também ela é soberana no seu espaço;

- a *descentralização e autonomia* são direitos encadeados, na medida em que os direitos individuais levam à descentralização do município; os direitos do município à descentralização da província, e estes últimos direitos culminam na descentralização do estado;

- a este contrato acrescem os *pactos ou leis civis*, que visam proteger os direitos de propriedade nos contratos celebrados entre cidadãos de um mesmo povo, município, província e da mesma nação;

- é com os *direitos políticos dos indivíduos* que este contrato termina; estes passam pelas liberdades de culto, ensino, profissão, direito a manifestar as suas ideias através da imprensa, de reunião e associação, justiça gratuita, isenção do serviço do exército e, finalmente, a liberdade e a vida<sup>67</sup>.

Reflexo de maus anos agrícolas e medidas restritivas à política económica, em particular, nas últimas duas décadas do século XIX, a economia açoriana atravessa uma grave crise, com efeitos e repercussão negativa a nível social e político. Perante tal contexto negativo, os republicanos de São Miguel rapidamente aderem às contestações nacionais, a imprensa periódica afecta ao Centro Republicano Federal de Ponta Delgada dará voz às pretensões dos açorianos em geral, ao longo da década de oitenta e será o palco primordial onde decorrerão as controvérsias em torno da problemática federativa:

“Nós queremos a *federação*; mas repellimos a  *fusão*. Aquella conserva os beneficios da independencia e traz os mais que lhe são proprios [...] A federação, liga de povos para se

---

<sup>67</sup> Alguns direitos e liberdades do contrato da federação encontram acolhimento nas pretensões do mandato imperativo proposto e aceite por Teófilo Braga. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 5, 11 de Maio de 1880, pp. 1-2 e a doutrina do mandato imperativo em, *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, suplemento nº 5, 12 de Maio de 1880, p. 1. O mesmo artigo foi objecto de análise por Susana Serpa Silva, “A Autonomia Vista pelas Primeiras Gerações Republicanas dos Açores (1873-1920) breve contributo com base na análise da imprensa”, *Das Autonomias à Autonomia e à independência, o Atlântico Político num artigo sobre a autonomia entre os Séculos XV e XXI*, (coordenação) Avelino de Freitas de Meneses, *Actas do Colóquio realizado na Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 29 a 31 de Outubro de 2009*, Ponta Delgada, Letras Lavadas edições, 2012, pp. 220-228.



protegerem mutuamente, conservando todavia um governo seu, é sempre um contracto nobre, equitativo, vantajoso”<sup>68</sup>.

Os republicanos micaelenses dão o seu apoio às classes operárias e aos constantes protestos das populações<sup>69</sup>, que acusam o Governo central de ser o responsável pelos males que assolam a ilha. Contestam o agravamento dos impostos<sup>70</sup>, das rendas, das contribuições<sup>71</sup> e das repressões sobre grevistas. Perante a situação de crise deste período foi criada uma comissão de análise, que propôs ao Governo Central medidas de protecção económico e consequente diminuição da carga tributária. Todavia, a abordagem dos republicanos micaelenses é diferente, pois, entendem que a solução passa pela criação de uma República Federal e soluções preconizadas pelas novas doutrinas federalistas.

“A organização federal dando-nos a autonomia municipal e local restitui-nos aos próprios recursos, entregando à nossa probabilidade e vigilância a administração da riqueza pública insular, o adquiri-la e aplicá-la [...]”<sup>72</sup>.

Na perspectiva destes republicanos, o destino de cada ilha não deve ser gerido pelo Governo central, nem por homens cuja realidade insular desconhecem e não têm em conta os problemas locais, diferentes em cada ilha. Ignoram a assimetria que caracteriza este arquipélago, sendo desta forma indiferentes às suas necessidades e interesses<sup>73</sup>.

---

<sup>68</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 26, 12 de Outubro de 1880, p. 2.

<sup>69</sup> Desde os primeiros números que o jornal do Centro dedicou especial atenção à situação dos operários de São Miguel: “É este um dos pontos que mais nos hão-de ocupar, porque é uma questão da máxima importância e de uma injustiça e crueldade canibalesca”. Sobre a concentração da propriedade, exploração dos operários, baixas de produção e situação de miséria em que o povo se encontra veja-se os vários artigos. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 3, 27 de Abril de 1880, p. 1; nº 7, 25 de Maio de 1880, p. 1, entre outros.

<sup>70</sup> As discussões e os artigos sobre os impostos são transversais à existência do jornal *A Republica Federal*, por serem uma realidade que afectou e onerou em demasia os açorianos. Veja-se desde os primeiros números os mais variados contextos em que ocorreram as queixas. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 11, 22 de Junho de 1880, pp. 1-2; *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 15, 20 de Julho de 1880, p. 1, entre outros.

<sup>71</sup> A questão das rendas como causa da miséria, foi dos protestos que mais se fizeram ouvir. Consideradas um dos factores que mais contribuiu para o empobrecimento das populações, e determinante na grave crise económica. Cf. Artigo de campanha da responsabilidade da redacção ao longo do mês de Junho. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 8, 1 de Junho, nº 9, 8 de Junho, nº 10, 16 de Junho e nº 11, 22 de Junho de 1880.

<sup>72</sup> Cf. Francisco Moita Flores, *op. cit.*, p. 237. Veja-se ainda artigo sobre as várias definições de *República Federal*, *Federação*, *Sistema Federativo*, *Estados* antigos e modernos e seus teorizadores. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 2º ano, nº 6, 24 de Maio de 1881, pp. 1-2.

<sup>73</sup> A política praticada pelo Governo central em relação às ilhas levou Manuel de Arriaga a intervir na Câmara dos Deputados em Março de 1883. Dirigindo-se a Hintze Ribeiro, também ele açoriano, destaca a injustiça no tratamento dado aos assuntos que se referem ao arquipélago, que não atendem à heterogeneidade das suas ilhas. Cf. Carlos Cordeiro, “Nacionalismo e Cultura Política nos Açores de finais de oitocentos à Primeira Guerra

A questão principal é a centralização “[...] que não é outra coisa mais que o despotismo, erigido em sistema, desde o município até ao estado é a causa do mal estar e abatimento que se vão sentindo desde tanto tempo na península”<sup>74</sup>, que anula todas as liberdades públicas e quebra a unidade natural. A centralização administrativa de uma nação apenas num centro, que tudo deve ver, pensar e executar, julgando-se capaz de abarcar a realidade do país ou a universalidade do povo, impossível e inexecutável, deve ser condenada<sup>75</sup>. Partindo de tais condicionantes e especificidades, os republicanos açorianos preconizam um sistema federativo como o único viável, ao qual o povo possa aceder, como se de um contrato social se tratasse, que passasse pela descentralização e subsequente reforço do municipalismo:

“Seja qual fôr o systema politico porque se rege a nação, a absorpção pelo *estado* de todas as actividades na administração das coisas publicas [...] é um dos piores males que podem affligir um paiz, se não maior de todos”<sup>76</sup>.

A solução residia na instauração de uma República Federal, e a proposta federativa dos republicanos micalenses tem como justa aspiração a defesa de uma política científica e do progresso, consentânea com os ideais positivistas. Neste âmbito, também se afastam da forma republicana unitária, que conserva a tradição centralizadora da monarquia e aproxima-se da forma republicana federal, que tem como necessária a garantia de ordem e o progresso. À descentralização administrativa e financeira do governo, enquanto exercício da liberdade, importava ainda a descentralização política, visto que a divisão dos poderes são o garante eficaz do exercício da liberdade, a única que permite o progresso das localidades<sup>77</sup>: “[...] descentralizar a administração é o maior passo que pode dar-se na senda da regeneração social”<sup>78</sup>. Significa que a forma federativa, atenta à especificidade de cada localidade,

---

Mundial”, *O Tempo de Manuel de Arriaga, Actas do Colóquio organizado pelo Centro de História da Universidade de Lisboa e pela Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, 24 a 26 de Setembro de 2003*. Coordenação de Sérgio Campos Matos, Lisboa, Coleção Colóquia, 2004, pp. 95-96.

<sup>74</sup> Excerto de um artigo sobre o Sistema de Governo Republicano Democrático Federal, com subtítulo “Observações gerais” em início da campanha eleitoral. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 11, 22 de Junho de 1880, pp. 1-2. Outro com subtítulo “Do Jury”, cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 9, 8 de Junho de 1880, p. 1.

<sup>75</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 5º ano, nº 246, 6 de Janeiro de 1885, p. 1. Este artigo discorre sobre as desvantagens da divisão do país em distritos.

<sup>76</sup> Indissociável das pretensões federativas esteve sempre presente a temática da centralização, foi igualmente uma das mais debatidas e com espaço em *A Republica Federal*. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 5º ano, nº 246, 6 de Janeiro de 1885, p. 1.

<sup>77</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 36, 21 de Dezembro de 1880, p. 1.

<sup>78</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 5º ano, nº 246, 6 de Janeiro de 1885, p. 1.

assegura o exercício da liberdade individual e municipal, dependendo das características de cada município a reforma necessária, atendendo ao grau de atraso ou desenvolvimento de cada um: “[...] tendo a história mostrado que ao grau de autonomia municipal corresponde o grau de liberdade e de progresso de cada nação [...]”<sup>79</sup>. É o princípio de que, se a descentralização é liberdade, a centralização é autoridade, é esta que conduz uma sociedade à anarquia, porque controla e impede o exercício da liberdade. Henriques Nogueira baseia-se nos princípios de Proudhon, nos quais: “A ordem política repousa fundamentalmente em dois princípios contrários, a *Autoridade* e a *Liberdade*: o primeiro iniciador, o segundo determinante; este tendo por correlário a liberdade de pensamento, aquele a fé que obedece”<sup>80</sup>.

Partindo destes princípios, com o sistema federativo transportava-se para a realidade insular a autonomia municipal, assegurando-se simultaneamente, a unidade nacional: “Pela federação mantém-se a unidade; pela autonomia mantém-se a liberdade”<sup>81</sup>. Em síntese, tal como refere Susana Serpa Silva, os membros do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada acreditavam que o federalismo garantia a descentralização político-administrativa e permitiria aos republicanos açorianos um controle e desenvolvimento das estruturas económicas regionais, consequentemente, a emancipação das ilhas Atlânticas<sup>82</sup>. Em última análise, não seria senão uma unidade política independente do Governo Central, na qual os açorianos assumiam os poderes legislativo, executivo e judicial<sup>83</sup>: “Lutamos sem reboços nem disfarces, pelo advento luminoso do novo ideal público - República Federal [...]. A Federação é o nosso credo. A Federação não implica o sacrifício da nacionalidade [...]”<sup>84</sup>.

---

<sup>79</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 36, 21 de Dezembro de 1880, p. 1.

<sup>80</sup> P. J. Proudhon, *Do Princípio Federativo e da Necessidade de Reconstruir o Partido da Revolução*, Lisboa, Edições Colibri, 1996, p. 40.

<sup>81</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 2º ano, nº 4, 10 de Maio de 1881, p. 1.

<sup>82</sup> Susana Serpa Silva, “A Autonomia Vista pelas Primeiras Gerações Republicanas dos Açores (1873-1920) [...]”, pp. 220-228.

<sup>83</sup> Teófilo Braga na candidatura de 1881 pelo círculo de Ponta Delgada através do seu mandato imperativo assume novamente estes pressupostos, cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 2º ano, nº 14, 19 de Julho de 1881, pp. 1-2 e suplemento nº 18, [19 de Agosto de 1881], pp. 1-2.

<sup>84</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 26, 12 de Outubro de 1880, p. 1.

### 5.3 Mandato Imperativo de 1880

“No momento actual, convém elevar as consciências, congregar as vontades, ensaiar a liberdade da urna, e prestar grandes exemplos de civismo: o mandato imperativo encerra todos estes elementos de evolução por onde se há-de chegar à afirmação categórica da soberania nacional”<sup>85</sup>.

A 12 de Maio de 1880, o periódico propagandístico do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada, *A Republica Federal*<sup>86</sup>, dedica um número especial à apresentação oficial do seu candidato, Joaquim Teófilo Braga, que aceitou o mandato imperativo<sup>87</sup>, com as pretensões dos eleitores republicanos do círculo de Ponta Delgada.

Este número começa por apresentar a figura carismática de Teófilo Braga, num artigo não muito extenso, no qual tecem elevados elogios e palavras de enaltecimento ao seu mandatário.

“Exaremos aqui a prova irrefragável do seu alevantado civismo. Falamos do contracto celebrado entre os eleitores republicanos do círculo de Ponta Delgada e o candidato a deputado do Doutor Joaquim Theophilo Braga, na forma de mandato imperativo”<sup>88</sup>.

Pretende também a mesma edição dar a conhecer, aos eleitores micaelenses, as condições com que Teófilo Braga foi investido pela primeira vez como candidato, com mandato político para representar o círculo de Ponta Delgada no Parlamento português, nas eleições de Setembro de 1880. Assim, é com este propósito que o jornal *A Republica Federal* publica o mandato enviado e *ajustado* entre este e o Centro:

“Reunido, pois, o Centro republicano federal em assembleia geral no 1º do corrente resolveu unanimemente que fosseis vós, Cidadão o eleito para seu representante, incumbindo-me de vo-lo participar, para que vos digneis declarar se aceitais a candidatura; e, esperando afirmativa a

---

<sup>85</sup> Cf. A carta que acompanhou o *mandato imperativo* que Teófilo Braga dirigiu ao Centro. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, suplemento nº 5, 12 de Maio de 1880, p. 1.

<sup>86</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, suplemento nº 5, 12 de Maio de 1880, p. 1.

<sup>87</sup> Apesar de se encontrar numa fase embrionária, esses são também os princípios sobre os quais este Centro se fundou e organizou no mês anterior, e que se encontram nos seus Estatutos, analisados no capítulo II desta nossa dissertação. Para além da apresentação dos 16 artigos que compõem o mandato imperativo de 1880 publicados em, *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, suplemento ao nº 5, 12 de Maio de 1880, *A Republica Federal* publicará ainda um artigo de esclarecimento ao eleitorado da autoria do seu mandatário sobre os mesmos. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 14, 13 de Julho de 1880. Os princípios expressos no mandato imperativo, cuja aceitação constitui pretensão dos militantes do Centro, são parte dos ideais republicanos que Teófilo Braga defendeu e desenvolveu na sua obra, *História das Ideias Republicanas em Portugal*. Cf. Teófilo Braga, *A História das Ideias Republicanas [...]*, pp. 122-128.

<sup>88</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, suplemento nº 5, 12 de Maio de 1880, p. 1.

vossa resposta, vos envia antecipadamente, o mandato - imperativo, que vós, examinando-o, podereis ampliar ou restringir como julgardes conveniente, devolvendo-o depois de assinado”<sup>89</sup>.

O mandato imperativo e a sua aceitação por parte do eleitor equivale a um contrato em que todo o cidadão pode fazer-se representar em direito por um indivíduo. Na eventualidade desse candidato proposto ser eleito, detém poderes e responsabilidades que lhe permitem pronunciar-se sobre os temas estipulados e definidos, à priori, pelos seus eleitores, que lhe podem retirar o referido mandato, no caso de a sua vontade não ser integralmente cumprida<sup>90</sup>. Estava consagrado, no programa e nos Estatutos do Centro, que este apoiaria apenas candidaturas, se o candidato escolhido aceitasse o mandato imperativo dos seus eleitores<sup>91</sup>: “Falamos do contracto celebrado entre os eleitores republicanos do circulo de Ponta Delgada e o candidato a deputado Doutor Joaquim Theóphilo Braga, na forma de mandato imperativo”<sup>92</sup>.

O mandato imperativo proposto compunha-se de dezasseis artigos que, segundo a notícia, foram assinados pelos militantes. Consta igualmente neste suplemento a resposta do mandatário, que aceitou o convite, mediante determinados fundamentos, e que o devolveu assinado e acompanhado de uma carta<sup>93</sup>.

O presente mandato reflecte as preocupações dos açorianos e vincula o candidato enquanto representante dos eleitores do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada, na defesa de dezasseis artigos, sendo que nove são afectos aos princípios da liberdade, três referem-se aos direitos dos eleitores, enquanto os restantes quatro se prendem com as pretensões locais<sup>94</sup>.

---

<sup>89</sup> Ofício do Presidente da Comissão Executiva do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada, António Canudo da Silva, dirigido a Teófilo Braga, em 16 de Abril de 1880, propondo-lhe a candidatura às eleições do círculo de Ponta Delgada. Cf. Anexo 3, BPARPD/TB/187/017.

<sup>90</sup> A este prepósito cf. obra do autor do mandato imperativo, Teófilo Braga, na qual a doutrina do respectivo mandato se encontra devidamente desenvolvida. Cf. *A História das Ideias Republicanas em Portugal [...]*, pp. 122-128.

<sup>91</sup> Os *Estatutos do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada, 1880* estipulam no seu artigo 7º, como condição necessária para os deputados a aceitação do mandato imperativo por parte dos eleitores. Cf. *Estatutos do Centro Federal de Ponta Delgada de 1880* no capítulo II, desta nossa dissertação.

<sup>92</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, suplemento nº 5, 12 de Maio de 1880, p. 1.

<sup>93</sup> O mandato enviado a Teófilo Braga está datado de 16 de Abril de 1880. Este compromisso entre o Centro e o mandatário foi assinado pelos elementos do Centro (assinaturas que não foram publicadas), Teófilo Braga devolveu-o em 26 de Abril de 1880. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, suplemento nº 5, 12 de Maio de 1880, p. 1.

<sup>94</sup> Das liberdades reivindicadas neste mandato é de referir que apenas as: 10ª, 11ª e 12ª estão especificadas o seu conteúdo. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, suplemento nº 5, 12 de Maio de 1880, p. 1.

O conhecimento é a primeira condição, para encetar um combate social eficaz e progressivo, pela exigência de uma liberdade que se pratica e se exerce as mais variadas formas de liberdade:

- Liberdade de *consciência*; de *ensino*; de *cultos*; de *reunião*; de *indústria*; de *imprensa*; de *eleição*; de *tráfico* e de *contratos*.

É com a *liberdade de consciência* que o Centro inicia as suas reivindicações, através do mandato imperativo, que, para Teófilo, é a liberdade pela qual se expressa o livre exame, a que extingue o juramento religioso em todo e qualquer acto civil<sup>95</sup>.

A segunda é a *liberdade de ensino*. Sabemos que a matéria de ensino é uma das primeiras e mais relevantes preocupações dos republicanos, que reivindicam a criação de uma escola laica que permita formar cidadãos conscientes e livres e que separe a educação da instrução<sup>96</sup>.

Segue-se a *liberdade de cultos*, uma liberdade correlativa da consciência e do ensino, que assenta no entendimento de que o Estado não deve subsidiar nem interferir nas opções e crenças do cidadão. Deve zelar e garantir a disciplina nas diversas crenças, permitindo desta forma uma sociedade civil independente<sup>97</sup>.

É na *liberdade de reunião* que o cidadão se torna capaz de julgar o rumo dos acontecimentos, de forma a exercer livre e conscientemente as suas opções. Daí que os republicanos entendam que os cidadãos devem reunir-se, sem que para tal necessitem de autorização prévia das autoridades, visto que a intervenção armada acaba por perturbar a ordem<sup>98</sup>.

Na *liberdade de indústria*, exigem que o Estado não seja um concorrente das indústrias particulares. Para tal, deve acabar com o agravamento dos impostos e regulamentação do trabalho de mulheres e crianças<sup>99</sup>.

---

<sup>95</sup> “Mandato Imperativo dos eleitores republicanos de Ponta Delgada ao seu candidato a deputado por este círculo – o Dr. Joaquim Theophilo Braga”, art.º 1º, cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, suplemento nº 5, 12 de Maio de 1880, p. 1.

<sup>96</sup> Cf. *Ibidem*, art.º 2º.

<sup>97</sup> Cf. *Ibidem*, art.º 3º.

<sup>98</sup> Cf. *Ibidem*, art.º 4º.

<sup>99</sup> Cf. *Ibidem*, art.º 6º.

De extrema importância, não apenas enquanto forma de propaganda republicana, na divulgação dos seus ideais, mas também na luta contra os monárquicos e derrube do regime instalado, é a *liberdade de imprensa*, uma liberdade que deve ser exercida de forma a acabar com o segredo na governação, porque só assim a opinião pública se torna esclarecida:

“[...] não fazendo dos seus crimes uma classe particular e fazendo a habilitação eleitoral tão fácil que seja uma simples declaração que se guardara como termo de responsabilidade junto do Ministerio Publico. Todo o trabalho literario eximido de qualquer imposto”<sup>100</sup>.

Importante é também a *liberdade de eleição*, pela sua essência e por estar em consonância com um dos principais ideais republicanos: a exigência do sufrágio universal<sup>101</sup>.

Pretendem ainda a *liberdade de tráfico*, pondo fim aos monopólios e privilégios<sup>102</sup>.

E, finalmente, encerram-se as liberdades, com a *liberdade de contracto*, simplificando “[...] as formulas juduciaes, quando as partes o declararem; o tabellionato reduzido a uma magistratura subsidiada.”<sup>103</sup>.

Todas estas facetas sistematizam a liberdade política e a liberdade civil, cada uma a seu modo, mas, quer se trate da liberdade civil, quer da liberdade política, ambas são essenciais e constituem a primeira necessidade para o desenvolvimento social da nação, na medida em que é na liberdade que se exprime o exercício de todos os direitos.

Dos três artigos que consignam os direitos, o primeiro é o *direito de propriedade*, pela possibilidade de transmitir a propriedade extinguindo os encargos<sup>104</sup>.

Seguidamente, destaca-se o *direito de associação*, de forma independente sem necessidade de aprovação prévia do governo<sup>105</sup>. Este foi um direito amplamente defendido e difundido por Teófilo Braga. Entende que o indivíduo isolado de nada vale, precisa, pois, de se ligar através da constituição de Associações, como forma de se defender contra o poder organizado do Estado”<sup>106</sup>.

---

<sup>100</sup> Esta é a primeira liberdade que vem discriminada. Cf. Mandato imperativo de 1880, art.º 7º, *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, suplemento nº 5, 12 de Maio de 1880, p. 1.

<sup>101</sup> Cf. *Ibidem*, art.º 10º.

<sup>102</sup> Cf. *Ibidem*, art.º 11º.

<sup>103</sup> Cf. *Ibidem*, art.º 12º.

<sup>104</sup> Cf. *Ibidem*, art.º 5º.

<sup>105</sup> Cf. *Ibidem*, art.º 8º.

<sup>106</sup> Teófilo Braga, *Os Centenários como Synthese Affectiva [...]*, p. 61.

Finalmente, o *direito de representação*, direito que Teófilo Braga defendeu e firmou como garantias do seu *Mandato Imperativo*<sup>107</sup>.

Contudo, se nas liberdades e nos direitos estão contidas todas as condições para que o povo se desenvolva, é nos últimos quatro artigos que nos deparámos com as exigências particulares que se prendem à realidade açoriana.

Começa com o artigo sobre a “Derogação [sic] da lei de 3 de abril, promulgada excepcionalmente para este arquipélago, devendo subsistir o artigo 1675 do Código Civil, lei geral do país”<sup>108</sup>. *A Republica Federal* é o único jornal que continua a protestar contra esta lei que impõe aos foreiros o pagamento de contribuições correspondentes aos foros<sup>109</sup>.

A emigração é um fenómeno ao qual os republicanos prestam particular atenção, já que, no caso açoriano, ela constitui um verdadeiro êxodo<sup>110</sup>, devido a várias condicionantes de natureza política e social, às quais acrescem as calamidades que frequentemente se abatem sobre o arquipélago<sup>111</sup>.

À emigração segue-se a reivindicação sobre o alargamento das leis sanitárias que restringem a navegação no arquipélago<sup>112</sup>.

Finalmente, o mandato imperativo de 1880 encerra com um artigo sobre a prosperidade do distrito: “Pugnar, enfim, por tudo quanto possa fazer prosperar o Districto,

---

<sup>107</sup> Cf. Mandato imperativo de 1880, art.º 9º, *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, suplemento nº 5, 12 de Maio de 1880, p. 1.

<sup>108</sup> Cf. *Ibidem*, art.º 13º. “Artigo 1675º O foreiro será obrigado a todos os encargos e tributos que forem lançados ao prédio ou à pessoa em rasão do prédio. Único. O senhorio directo deverá comtudo abonar ao foreiro as contribuições correspondentes ao foro”. *Codigo Civil Portuguez aprovado por carta de lei de 1 de Julho de 1867*, 2ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1868, p. 283.

<sup>109</sup> Este “[...] decreto não chegou a ser anulado porque, obviamente, convinha aos proprietários das ilhas”. Cf. Maria Isabel João, *Os Açores no século XIX. Economia [...]*, p. 247.

<sup>110</sup> Sobre a emigração açoriana ao longo deste período, veja-se o artigo de Susana Serpa Silva “Em Busca de Novos Horizontes: Açores, Emigração e Aculturação nos finais do séc. XIX, Inícios do Séc. XX, *Arquipélago. História*, 2ª série, vol. VI, 2002, pp. 347-360. No que respeita às reivindicações dos republicanos, os emigrantes não deixam de ser uma constante fonte de preocupação para estes. Frequentemente chegam notícias de maus tratos infligidos aos emigrantes açorianos e incumprimento de contratos. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 2º ano, nº 35, 20 de Dezembro de 1881, p. 1, número no qual são reproduzidos vários artigos sobre a emigração, dos quais se destaca o da “Correspondência de Lisboa”, sobre uma reunião solicitada ao Governo com o intuito de debater notícias recentes da imprensa alemã e inglesa, dando conta de “horríveis tratos” infligidos aos emigrados e outros assuntos de gravidade que os afectam.

<sup>111</sup> A legislação sobre a emigração preocupava os republicanos, que envidaram todos os esforços no sentido de melhorar e alargar as condições e a forma como esta se processa. Cf. Mandato imperativo de 1880, art.º 14º, *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, suplemento nº 5, 12 de Maio de 1880, p. 1.

<sup>112</sup> Cf. *Ibidem*, p. 1.



hoje em grandíssima ruína”<sup>113</sup>. Este artigo abrange as pretensões que consignam as necessidades locais, necessidades que também devem ser satisfeitas, na medida em que só assim as localidades conseguem progredir.

A candidatura de 1880 foi a primeira que o Centro Republicano Federal de Ponta Delgada concretizou, tendo Teófilo Braga como figura tutelar. Atendendo que o mandato imperativo proposto e imposto como condição constituía uma novidade para os eleitores açorianos, o Centro decidiu solicitar-lhe uma explicação detalhada sobre os princípios da doutrina do respectivo mandato, com o intuito de ilucidar o eleitorado:

“[...] faziam falta para a sua exacta compreensão pelo publico, e como não nos achamos habilitados a suprir cabalmente, em um artigo que prometemos publicar no nosso Orgão na imprensa, e não achamos bonito a cópia textual do mandato do circulo 94 que seguimos no nosso [...] vimos por isso rogar-lhe o favor de nol-as fazer de conformidade e com os seus princípios, para se publicarem aqui [...]”<sup>114</sup>.

Satisfazendo tais pretensões, Teófilo Braga remete ao Centro um extenso e detalhado artigo com objectivo de esclarecer os leitores sobre os princípios doutrinários do mandato imperativo. O conteúdo do texto, que veio a ser publicado no jornal do Centro, em meados de Julho de 1880, é a transcrição de um excerto da sua obra, *História da Ideias Republicanas em Portugal*, já anteriormente referida, que incorpora a doutrina do mandato imperativo, e estabelece uma relação entre instituições políticas e civis<sup>115</sup> como forma de combate à corrupção dos governos e fraudes eleitorais.

---

<sup>113</sup> Cf. *Ibidem*, art.º 16º e último.

<sup>114</sup> A 30 de Maio de 1880 o Centro Republicano Federal de Ponta Delgada dirigiu a Teófilo Braga uma carta solicitando uma explicação da doutrina do mandato imperativo, a fim de permitir uma melhor compreensão por parte do público e satisfazer a promessa feita no nº 6 de *A Republica Federal*. A carta foi assinada em nome do Presidente da Comissão Executiva, António Canudo Silva.

<sup>115</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 14, Ponta Delgada, 13 de Julho de 1880, pp. 1-2 ou Teófilo Braga, *História das Ideias Republicanas em Portugal [...]*, pp. 125 e segs.

## 5.4 Mandato Imperativo de 1881

“[...] oferecemos a candidatura republicana do dr. Joaquim Theophilo Braga. Proclamada unanimemente em assembleia geral do centro republicano a que pertencem todos os que tem adherido aos principios federaes-republicanos [...]”<sup>116</sup>

No ano seguinte, o Centro Republicano Federal de Ponta Delgada, através do seu órgão de propaganda, apresenta o candidato escolhido para representar a candidatura republicana pelo círculo de Ponta Delgada às eleições gerais. Pela segunda vez, a escolha recaiu em Teófilo Braga:

“O centro republicano resolveu em sessão d’assembleia geral do 15 do corrente, propôr novamente a suffragio deste circulo, como candidato a deputado do seu partido o dr. Joaquim Theophilo Braga [...] é nosso patricio e como tal ha de advogar com interesse a causa d’estes circulo e, que o não fosse, a sua acceitação da candidatura impõe-lhe deveres a que elle não é capaz de faltar e que hão de ser expressos, como nas passadas eleições, no mandato imperativo”<sup>117</sup>.

Cumprindo com o plano de reorganização política preconizado por Teófilo Braga, os programas das candidaturas deviam ser aprovados em assembleia eleitoral a que se apresentavam, considerando ser este o primeiro vínculo do candidato ao eleitor exigido pelo mandato imperativo<sup>118</sup>. Seguramente, é neste sentido que registamos a convocatória do Centro e a respetiva ordem de trabalhos, em que consta apenas:

---

<sup>116</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 2º ano, nº 14, 19 de Julho de 1881, p. 1.

<sup>117</sup> *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 2º ano, nº 10, 21 de Junho de 1881, p. 1. Em 16 de Junho de 1881, foi enviada uma carta a Teófilo de Braga pelo presidente do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada, Manuel de Medeiros do Canto dando conta da escolha deste como candidato às eleições gerais. “Tenho a honra de comunicar a V. Ex<sup>a</sup>. Que foi V. Ex<sup>a</sup> escolhido em sessão de Assembleia Geral [...] por unanimidade, para Candidato a Deputado do nosso partido”. BPARPD/TB/002/072.

<sup>118</sup> A aprovação dos programas de candidatura em assembleia eleitoral pretendia ser uma forma de favorecer a representação das minorias, sendo este acto o primeiro compromisso mútuo para aceitação do mandato imperativo, que resultou da proposta de um programa político feita por Teófilo Braga quando em Outubro de 1878 foi mandatário pelo círculo 94. Programa este, que posteriormente Teófilo inseriu no seu plano de reorganização política. Cf. Teófilo Braga, *Soluções Positivas da Política Portuguesa, do Systema Constitucional como Transigência Provisória entre o Absolutismo e a Revolução*, Lisboa, 1879, p. 40, apud Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal [...]*, p. 185.

“São convidados os membros d’esto centro a reunirem-se em Assembléa geral sexta-feira, 15 do corrente pelas 8 horas tarde, a fim de discutirem o mandato imperativo que ha de constituir o accôrdo com o seu candidato a deputado por este circulo”<sup>119</sup>.

Dessa assembleia resultou a aprovação de um mandato que foi remetido a Teófilo Braga, a fim de ser sujeito a acordo, do qual nos dá conta uma carta que lhe foi enviada<sup>120</sup>. Na imprensa republicana, foi publicado para os leitores, eleitores republicanos e não só, o novo mandato imperativo, antecedido de um longo e detalhado artigo sobre as eleições, simultaneamente de propaganda e de protesto. Trata-se de um texto extremamente crítico à forma como os progressistas e regeneradores conduzem as campanhas: “Os progressistas vão ainda esgrimir as suas reformas, os regeneradores a autoridade, uns e outros o seu dinheiro e as suas imposições”<sup>121</sup>. É severo nos ataques ao sistema monárquico e poder excessivo que exerce : “Para se conservarem no poder e às suas facções todos os meios são bons [...]”<sup>122</sup>.

O mandato político com que Teófilo foi investido, em 1881, era mais extenso do que o primeiro e composto por trinta artigos. Mantiveram-se os dezasseis artigos de 1880, aos quais acresceram mais catorze, parte destes centrados em pretensões da realidade açoriana.

Algumas das reivindicações do Centro, por via do mandato imperativo são sobre os impostos. Pretendem a sua diminuição e, em certos casos, isenção ou reajustamento como forma de proteger as indústrias regionais e nacionais. Os açorianos queixam-se da excessiva carga tributária que sobre eles recai e da influência e controle do governo central sobre as estruturas económicas da região<sup>123</sup>.

Entendem que as indústrias nacionais devem ser protegidas, aliviando ou suprimindo os impostos cobrados sobre as matérias primas, e pagando apenas os produtos

---

<sup>119</sup> A reunião foi convocada para o dia 15 de Julho de 1881. A convocatória foi feita em nome do Centro Republicano Federal e assinada pelo presidente da Assembleia Geral, Manuel de Medeiros do Canto. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 2º ano, nº 13, Ponta Delgada, 12 de Julho de 1881, p. 4.

<sup>120</sup> Cf. Carta de um “elemento”, dirigida a Teófilo Braga a 17 de Julho de 1881 dando-lhe conhecimento do resultado da reunião. Por se encontrar incompleta não permite identificar o remetente, sabemos apenas que vai em nome do Centro: “Dei conhecimento ao Centro da carta de V. Ex.<sup>a</sup> em que nos honra com a acceitação da candidatura por este círculo em assembleia geral de 15 do corrente em que se discutiu o mandato que tenho a honra de enviar a V. Ex.<sup>a</sup> para, se merecer a sua aprovação, o autorizar com a sua aquiescência. Cf. BPARPD/TB/002/075.

<sup>121</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 2º ano, nº 14, 19 de Julho de 1881, p. 1.

<sup>122</sup> Cf. *Ibidem*, p. 1.

<sup>123</sup> A nível de impostos começam por reivindicar o lançamento de um só imposto para as despesas públicas, quer sejam do estado, particulares ou dos municípios de forma a reduzir os empregados e criar montepios para as reformas da economia. Cf. Mandato imperativo, art.º 11º, *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 2º ano, nº 14, 19 de Julho de 1881, p. 1.

manufacturados. Assim, nem o comércio seria comprometido, nem o consumidor sobrecarregado<sup>124</sup>.

Num outro artigo, propõem-se trabalhar pela extinção dos impostos sobre os artigos de primeira necessidade, mediante a revisão das pautas alfandegárias, que se encontram “confeccionadas” de forma a aumentarem as receitas públicas, resultando numa drástica redução dos dividendos obtidos pelas propriedades. Entendem que o imposto indirecto, por não ser proporcional aos haveres, só pode ser admitido e tolerado enquanto direito proteccionista, mas somente dentro de certos limites e nunca incidindo sobre os produtos de primeira necessidade ou matérias-primas<sup>125</sup>.

Para os republicanos, o lançamento de novos impostos não contribui para equilibrar o orçamento financeiro. Pelo contrário, permite mais esbanjamentos, devendo-se, por isso, procurar equilibrar as finanças simplificando os serviços públicos<sup>126</sup>.

À anterior liberdade de tráfico, acrescentaram a protecção do tabaco. A cultura e o fabrico do tabaco, por lei, estava liberalizado nas ilhas, desde 13 de Maio de 1864. Contudo, tal concessão acarretou elevados encargos fiscais aos produtores, que os republicanos vêm agora tentar aliviar. Assim, neste mandato, exigem que o Estado permita a livre entrada do tabaco açoriano nos portos portugueses, e elimine as escrituras e os depósitos obrigatórios a que os produtores se encontram obrigados<sup>127</sup>.

No âmbito administrativo, visam combater todo e qualquer tratado que implique a perda de território. Cremos que este será um artigo resultante do recente tratado de Lourenço Marques<sup>128</sup>. Além da protecção das indústrias, sustentam que o Estado deve proteger as câmaras e as juntas gerais, garantindo novos capitães, à semelhança do que se fez no Brasil e em outras nações<sup>129</sup>.

---

<sup>124</sup> Cf. *Ibidem*, art.º 20º, p. 2.

<sup>125</sup> Cf. *Ibidem*, art.º 21º, p. 2.

<sup>126</sup> Trabalhar para evitar que o Estado lance novos tributos é a proposta do art.º 23º do mandato imperativo de 1881, cf. *Ibidem*, p. 2.

<sup>127</sup> Cf. *Ibidem*, art.º 13º, p. 1. Ainda sobre a indústria do tabaco, produtores, taxas aduaneiras e a grave crise que esta cultura atravessou na década de oitenta do século XIX, veja-se, Maria Isabel João, *Os Açores no Século XIX. Economia, [...]*, pp. 85-88.

<sup>128</sup> Cf. *Ibidem*, art.º 16º, p. 1.

<sup>129</sup> Cf. *Ibidem*, art.º 24º, p. 2.

Deparámo-nos também com o alargamento das exigências sobre as rendas e os fôros, que passa a ter três artigos<sup>130</sup>. Pretendem ainda que seja respeitada a lei nas concessões de empreitadas dos trabalhos públicos, normalmente ignorada, resultando em abusos particulares com pressão sobre os operários e sacrifício das verbas públicas<sup>131</sup>. E, finalmente, intentam restabelecer as antigas magistraturas judiciais electivas, embora de forma mais alargada, permitindo a justiça gratuita<sup>132</sup>.

Em matéria social, sabemos que a instrução gratuita e para todos é um dos mais importantes projectos republicanos. Reivindicam, assim, que as verbas anteriormente gastas pelo Governo com a instrução primária passe para as câmaras, não devendo o Estado eximir-se desse encargo e obrigação sobrecarregando o povo<sup>133</sup>. Outra situação que não foi descurada prende-se com os períodos de amortização dos empréstimos, e a necessidade de os contrair em prazos não inferiores a vinte anos<sup>134</sup>.

No que respeita às leis da emigração já contempladas no anterior mandato, mantêm as mesmas pretensões. No entanto, acrescentam um artigo em que tencionam promover a criação de colónias agrícolas em África, para que esta se torne destino de emigração para os açorianos<sup>135</sup>.

O mandato imperativo foi objecto de contestação por parte dos conservadores, na medida em que se tornava coarctivo para o poder legislativo e respectivos governos. Este poder, que num regime do constitucionalismo monárquico nunca teve iniciativa própria, apenas referendava o que era decretado pelos governos:

---

<sup>130</sup> Cf. *Ibidem*, o art.º 13º do mandato de 1880 passa a ser o art.º 17º em 1881. É complementado com o art.º 18º cujo carácter é apenas explicativo e pelo art.º 19º que visa suprimir dois pontos do artigo 1662º do Código Civil: “art.º 5º, divisão e a destrinça não terão validade, não sendo feitas por acto authenticico, que inclua o consentimento escripto do senhorio e art.º 6º Neste caso poderá o foro, que tocar a cada herdeiro, ser augmentado com a quota, que o senhorio deva receber pelo incómodo da cobrança da dividida”. Cf. *Codigo Civil Portuguez aprovado por carta de lei de 1 de Julho de 1867*”, 2ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1868.

<sup>131</sup> Cf. *Ibidem*, art.º 26º, p. 2.

<sup>132</sup> Cf. *Ibidem*, art.º 15º, p. 1.

<sup>133</sup> Cf. *Ibidem*, art.º 22º, p. 2.

<sup>134</sup> Cf. *Ibidem*, art.º 25º, p. 2.

<sup>135</sup> Cf. *Ibidem*, art.º 28º, p. 2.

“Todo o homem se deve honrar em receber o depósito do poder legal de uma localidade, para o exercer num determinado sentido, faz-se isto por um acordo mútuo, à luz da mais consciente legitimidade”<sup>136</sup>.

Para Teófilo, é através das “[...] candidaturas oficiais que os governos simulam as aparências do regime parlamentar”<sup>137</sup>, porque os deputados aceitam as suas influências do governo, de forma a que a sua eleição triunfe, muitas vezes em círculos que eles desconhecem, e nem são conhecidos. Mediante essa submissão do poder do sufrágio que recebem, advém o inevitável compromisso e aproveitamento por parte do governo, nas medidas decisivas da governação. E, contra esses que se encontram no parlamento, com a vontade “vendida” e lá permanecem enquanto servem os interesses do governo, os povos não conseguem lutar:

“Os povos não podem lutar contra estes governos saídos do favor da realeza, porque eles têm todas as forças sociais na mão, tais como as obras públicas para corromper a independência local, o recrutamento para intimidar as famílias independentes ou aliciar-lhes as vontades, os dinheiros públicos e os impostos e processos de fazenda para vencer as resistências das classes proprietárias, finalmente o exercito, unicamente empregado em paradas da realeza, quando o não é em violências contra o cidadão nos passeios e junto da urna”<sup>138</sup>.

O mandato imperativo foi, igualmente, o mais sério, e o mais utópico projecto dos republicanos, esse compromisso dos deputados com os eleitores e não com o partido político. Para Teófilo, é um compromisso que antecede o manifesto eleitoral, são promessas, garantias de confiança pessoal e indicação do sufrágio popular, assenta nas relações entre a Nação e os delegados representantes da sua soberania no exercício da acção legislativa, que considera a única forma consciente e digna do princípio geral electivo.

---

<sup>136</sup> Cf. Teófilo Braga, *História das Ideias Republicanas em Portugal [...]*, p. 126.

<sup>137</sup> Cf. Carta de Teófilo Braga que acompanhou o mandato imperativo de 1880. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, suplemento nº 5, 12 de Maio de 1880, p. 1.

<sup>138</sup> Cf. *Ibidem*, p. 1.

## **II – ORGANIZAÇÃO**





# 1. Formação do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada

## 1.1 Constituição e identidade do Centro

“É para prestar apoio às idéias novas que nos aprestamos, formando centros para a propaganda dos bons princípios [...]. É á realização d’este ideal que mira o Centro Republicano Federal que acaba de se constituir nesta cidade [...]”<sup>139</sup>.

Na busca de uma nova organização política, e à medida que os ideais republicanos alastram no território nacional, o movimento republicano encontra o enquadramento e o estímulo oportunos à defesa das suas ideologias, com vista ao derrube da monarquia constitucional e à implementação de um novo regime. Foi necessária uma forte mobilização política, a intensificação e o desenvolvimento de novos instrumentos de propaganda capazes de permitir que o ideário desse novo movimento chegassem às massas populares, num país de grandes contrastes e com uma população, maioritariamente, analfabeta<sup>140</sup>.

É neste contexto nacional que, nos Açores, mais especificamente, na ilha de São Miguel, se insere a fundação do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada<sup>141</sup> e do jornal *A Republica Federal*, seu órgão de imprensa que, tal como dezenas de associações e agrupamentos republicanos federais, proliferarão, doravante, constituindo um dos veículos essenciais desse projecto, ou seja, do novo regime:

“Os centros eram núcleos político-sociológicos independentes entre si. Misto de sociedades de instrução, de recreio, de auxílio mútuo, mas também de discussão ideológica e de comité eleitoral, foram a alma do movimento e estiveram na base de algumas lutas decisivas encetadas durante este período”<sup>142</sup>.

São estes grupos ou núcleos, com objectivos predominantemente político-partidários, os grandes promotores de meios de propaganda, como a organização de conferências,

---

<sup>139</sup> Cf. “Ponta-Delgada”, *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 1, 17 de Abril de 1880, p. 1.

<sup>140</sup> Em Agosto de 1876, o Centro Democrático de Lisboa, ao dar conhecimento da sua formação e dos seus objectivos, lança igualmente um apelo, através de uma carta-circular, à criação de instituições para difusão das ideias democráticas com vista ao estabelecimento da República em Portugal. Este repto encontra eco em várias localidades, nomeadamente nos Açores, em Angra do Heroísmo, onde começa a desenvolver-se a propaganda republicana. Cf. Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal [...]*, p. 27.

<sup>141</sup> Entre 1880 e 1884 foram fundados cerca de 30 centros em Lisboa, sendo que 42% foram no ano de 1881, enquanto existiam apenas 23 abertos em várias localidades do país, entre estes, o de Ponta Delgada. Cf. Idem, *ibidem*, p. 35.

<sup>142</sup> De acordo com Fernando Catroga, a criação dos centros são o lançamento das “bases” de uma unidade programática e organizativa, que tenta reproduzir o sucesso conseguido pelos republicanos franceses na sequência da fundação da III República Francesa em 1870. Cf. Idem, *ibidem*, p. 20.

comícios e manifestações, que paralelamente à acção política, se revestiam de propósitos culturais e morais, de carácter educativo e de apoio social, inseridos no intenso movimento associativo da época. Uma das características essenciais desses centros residia na diversificação da sua actividade “[...] espelhada claramente na nomenclatura que recebiam. Títulos como «escolar», «literário», «teatro», «eleitoral», «recreativo», «dramático», «musical», «excursionista», «instrutivo», e de «propaganda» [...]”, são exemplos de nomenclaturas que atestam o cunho versátil e dinâmico das actividades do associativismo republicano que ocorriam nestes espaços<sup>143</sup>.

“[...] é impossível esquecer a actividade de alguns Centros Republicanos que, claramente alinhados com a Maçonaria prepararam o terreno para a implantação da República”<sup>144</sup>. Na óptica de António Lopes foi da aproximação de alguns elementos à Maçonaria que resultou a constituição do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada, e que terá no seu órgão de imprensa, *A Republica Federal*, o veículo principal da propagação dos princípios do republicanismo, participará activamente nas comemorações camonianas e defenderá a eleição de Teófilo Braga como deputado do Partido Republicano Português, pelo círculo eleitoral de Ponta Delgada. Salvo algumas excepções, estes núcleos são criados por elites ligadas ao Partido Republicano, sendo muitos deles constituídos por elementos já referenciados no mundo político, isto é, constituídos por uma verdadeira plêiade de intelectuais que, atendendo às assimetrias do próprio território, com maior ou menor impacto, virão a ter um papel essencial e preponderante na luta para chegar ao poder<sup>145</sup> e instaurar uma República Federal, ideal há muito desejado e esperado.

Na verdade, a realização desse ideal assentava na propagação de princípios modernos que permitissem ao cidadão obter um conhecimento objectivo e real dos direitos individuais e colectivos, fosse através da imprensa, de jornais, de livros ou mesmo de folhetos, conduzindo à formação de grupos, de associações ou de centros políticos, com o intuito de

---

<sup>143</sup> Para um melhor entendimento acerca da formalização da sociabilidade sob a forma de associativismo, cf. Lia Ribeiro, *A Popularização da Cultura Republicana (1881-1910)*, *A Popularização da Cultura Republicana (1881-1910)*. Dissertação de Mestrado em História das Ideologias e das Utopias Contemporâneas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992. Exemplar Policopiado, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, pp. 32-51.

<sup>144</sup> António Lopes, *A Maçonaria Portuguesa e os Açores 1792-1935*, Ponta Delgada, Ensaios – Gabinete de Comunicação e Investigação Histórica, 2008, p. 147.

<sup>145</sup> Para Catroga embora estes novos centros tivessem na sua origem influência do Centro Democrático de Lisboa, reivindicam a sua independência político-ideológica e polarizam-se à volta de notáveis, não havendo liderança de nenhum perante os restantes. Cf. Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal [...]*, p. 27.

angariar simpatizantes que constituiriam forças de intervenção e de reivindicação legais, por via de manifestações em comícios ou em votos<sup>146</sup>.

No entanto, se a propagação desse ideal encontrou resistências no território continental português, em território açoriano também se mostrou difícil, inclusive por parte de alguns tidos “republicanos”. No caso concreto da ilha de São Miguel, os obstáculos à sua propagação e adesão surgem não apenas pelas contingências inerentes à insularidade, mas, essencialmente, pela oposição da opinião pública local, dominada por uma elite de perfil conservador, de forte pendor religioso, e muito solidária com o regime vigente: “Que se levantava na ilha um novo partido, o republicano, e que se tornava necessário não deixá-lo crescer, porque pretendia acabar com a religião”<sup>147</sup>. A chegada de novas ideias, de um novo pensamento político, que visava alterar os limites constitucionais através de uma mudança de regime, foi encarada como uma verdadeira ameaça ao quadro de conformismo e subjugação que emoldurava essas elites:

“Cautela, pois! Os regeneradores acabam de iniciar nesta cidade um movimento que a todo o transe querem fazer passar por propaganda republicana. Mandaram aí a uns indivíduos de sua confiança que organizassem um centro que envidraçaram, que mobilaram, isto é meteram-lhe trastes dentro, ordenaram a publicação de uma folha com o mentido nome de – *Republica Federal*, onde se inscrevem as maiores banalidades a par de uma doutrina deturpada e mestiça mas notavelmente pedantesca e nula”<sup>148</sup>.

---

<sup>146</sup> Estes meios de propaganda considerados legais pelo Partido Republicano Português, estão plasmados e eram divulgados no manual doutrinário republicano. Cf. Carrilho Videira e Teixeira Bastos, *Cathecismo Republicano para uso do povo*, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1880, pp. 88-89.

<sup>147</sup> O Governador Civil, de acordo com a notícia, embora se assumisse como republicano a pretexto do bem público mandou chamar os Regedores do círculo eleitoral de Ponta Delgada com objectivo de travar os avanços dos republicanos e trabalhar no sentido de preservar as instituições do Governo e do país. De notar que as eleições suplementares para este círculo ocorrerão em menos de duas semanas, às quais este Centro apresentou o candidato Teófilo Braga pela primeira vez. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, suplemento nº 19, 20 de Agosto de 1880, p. 1.

<sup>148</sup> Assim se referia um diário micalense ao novo Centro Republicano Federal fundado em Ponta Delgada. Trata-se de um artigo de propaganda do candidato a deputado do Partido Popular e Progressista, pelo círculo de Ponta Delgada, Dr. Caetano de Andrade Albuquerque, figura carismática do Partido Progressista que viria a ser o principal opositor de Teófilo Braga às eleições suplementares de 1880. Neste longo artigo os republicanos são apelidados de “Os Falsos Apóstolos” e traidores da República. Cf. *Diario dos Açores*, Ilha de S. Miguel, 11º ano, nº 1777, 22 de Abril de 1880, p. 1.

## 1.2 Manuel de Medeiros do Canto: o presidente do Centro

“O Republicanismo foi, entre nós, uma emancipação do espírito liberal, caracterizar-lhe o seu significado ideológico mais profundo e a sua mensagem mais autêntica é tarefa que só poderá cumprir-se desde que nos reportemos às modalidades concretas de institucionalização do liberalismo português”<sup>149</sup>.

Se é difícil reflectir sobre Manuel de Medeiros do Canto e o seu papel na história do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada, não será fácil a tarefa de o inserir no contexto do republicanismo na ilha de São Miguel, durante a década de 80 do século XIX, quando a afirmação deste ideário era ainda uma utopia.

Das apreciações que possam compor esta breve nota biográfica, poder-se-á referir que apenas podemos isentar os assentos do seu processo militar, devendo os demais documentos ser entendidos numa perspectiva unilateral.

Manuel do Canto foi uma figura carismática e indissociável do Centro, mas sobre ele paira algum mutismo. Exceptuando alguns documentos esparsos em *A Republica Federal*, e breves dados sobre a carreira militar, a sua passagem pelo Centro não parece ter suscitado a elaboração de um qualquer estudo aprofundado.

Nascido em Ponta Delgada em 1812<sup>150</sup>, foi o único filho varão de António de Morais Albuquerque, descendente de antigas famílias da ilha de São Miguel, com quem viria a incompatibilizar-se desde muito cedo, em virtude das suas opções políticas “[...] por ter escolhido um lugar ao lado da democracia e do povo”<sup>151</sup>. Casou duas vezes, tendo tido, do primeiro casamento, um filho que faleceu prematuramente, deixando-lhe três netos<sup>152</sup> e, das segundas núpcias, uma filha. Deixou viúva a segunda esposa, quando faleceu, a 6 de Julho de 1887<sup>153</sup>.

---

<sup>149</sup> Cf. Amadeu Carvalho Homem, *A Ideia Republicana em Portugal. O Contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Livraria Minerva, 1989, p. 233.

<sup>150</sup> Importa referir que não encontramos referências ao dia e mês do nascimento nem filiação materna. De acordo com o registo que consta do seu processo no Arquivo Histórico Militar, ingressou no Exército em 1 de Dezembro de 1831 e contava à data 19 anos de idade. Cf. PT/AHM/G/LM/A/16/27/0166.

<sup>151</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 8º ano, nº 375, 12 de Julho de 1887, p. 1.

<sup>152</sup> Do seu processo militar consta que tem um filho varão nascido em 1845. Tomamos conhecimento da sua morte através de uma breve nota de agradecimento, a todos quanto o acompanharam nesse momento. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 5º ano, nº 210, 29 de Abril de 1884, p. 3.

<sup>153</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 8º ano, nº 375, 12 de Julho de 1887, p. 1.

### 1.2.1 Percurso militar

Manuel de Medeiros do Canto participou como voluntário no assalto e tomada do Forte de S. Braz,<sup>154</sup> aquando da insurreição da guerrilha miguelista na ilha de São Miguel. Inicia-se então, a sua carreira militar, num momento em que o país se encontra em plena Guerra Civil. Neste conflito entre irmãos, assume-se liberal e combate a favor da Rainha D. Maria e da Carta Constitucional.

Assenta praça a 1 de Dezembro de 1831, quando o arquipélago dos Açores já se encontra em poder dos liberais. Planeada que está a expedição de D. Pedro, é em São Miguel que tem lugar a concentração final das suas forças e é desta ilha que parte, a 27 de Junho de 1832, o contingente de 7500 homens que o acompanham até à metrópole. Manuel do Canto, então cadete, integra esta expedição que desembarca no Mindelo, a 8 de Julho de 1832, tendo o seu batalhão tomado parte no cerco do Porto, e na “guerra contra o usurpador”<sup>155</sup>.

Distinguiu-se nas acções de Valongo e Ponte Ferreira, em 22 e 23 de Julho de 1832, tendo saído ferido neste último confronto<sup>156</sup>. Foi elogiado em ordem do dia, pela conduta no combate de 5 de Março de 1833, nas linhas de Lisboa<sup>157</sup>, e por recomendação de D. Pedro IV, foi-lhe conferida a condecoração régia de Cavaleiro de Torre e Espada<sup>158</sup>.

Após a Convenção de Évora Monte, desloca-se a São Miguel, a 11 de Junho de 1834, com licença temporária por seis meses, a fim de visitar a sua família.

Como expedicionário, em Novembro de 1835, integra a Divisão Auxiliar enviada a Espanha durante a Guerra Civil<sup>159</sup>, onde permanece até Setembro de 1837, na luta contra os

---

<sup>154</sup> O Forte de São Braz foi construído no século XVI para defesa contra ataques de corsários e piratas. Foi a mais importante fortificação de todo o conjunto de fortes da cidade, estrategicamente localizada a poente da estreita língua de terra que deu o nome a Ponta Delgada.

<sup>155</sup> Neste contexto, usurpador era a forma como os apoiantes de D. Pedro se referiam a seu irmão D. Miguel.

<sup>156</sup> Cf. AHM/CX946.

<sup>157</sup> A 25 de Julho de 1833 foi subsequentemente promovido a Alferes. Cf. PT/AHM/G/LM/A/16/18/0264.

<sup>158</sup> Esta condecoração ocorreu a 5 Setembro de 1833. Cf. PT/AHM/G/LM/A/15/02/0010.

<sup>159</sup> Em consequência do levantamento dos partidários de D. Carlos de Espanha contra a rainha D. Isabel II, as tropas portuguesas reunidas sob o título de Exército de Observação em 17 de Novembro de 1834 reforçaram a fronteira de Trás-os-Montes. Concentraram-se em Bragança e Almeida até inícios de 1835, altura em que passaram a Espanha com um exército de 6 mil efectivos. Regressaram a Portugal em Setembro de 1837.

[http://www.exercito.pt/sites/AHM/Guia\\_de\\_Fundos/Documents/1-](http://www.exercito.pt/sites/AHM/Guia_de_Fundos/Documents/1-)

[23%20Expedi%C3%A7%C3%A3o%20Auxiliar%20a%20Espanha%201835%20-%201837.pdf](http://www.exercito.pt/sites/AHM/Guia_de_Fundos/Documents/1-23%20Expedi%C3%A7%C3%A3o%20Auxiliar%20a%20Espanha%201835%20-%201837.pdf)

[Consultado em 31-03-2014].

carlistas, tendo sido condecorado, por “Sua Majestade Catholica”, Cavaleiro de S. Fernando da 1ª classe, por distinção na batalha de Zambrana<sup>160</sup>.

Doravante, e pelos sucessivos pedidos, constatamos uma intenção de regressar definitivamente à ilha, que chama de sua “Pátria”<sup>161</sup>. Em Outubro de 1837,<sup>162</sup> alega necessidade de prestar apoio à família, mais precisamente às irmãs, devido à ausência do pai nos Estados Unidos da América, ser-lhe-á concedida nova licença.

Decorridos alguns anos, mais precisamente em Outubro de 1843, solicita troca com outro militar<sup>163</sup> e, em Janeiro de 1844, encontra-se casado e radicado na sua terra natal<sup>164</sup>, no entanto, do seu cadastro militar, consta que ainda esteve em campanhas entre 1846 e 1847, tendo sido promovido a Capitão, a 19 de Abril de 1847.

No seu percurso militar, transparece um inconformismo com a instituição<sup>165</sup>. Além das várias petições para regressar a São Miguel, constam igualmente algumas queixas de saúde<sup>166</sup>. Na inspecção a que foi submetido, em Março de 1859, é-lhe atestada incapacidade para o serviço militar activo, devido a lesões antigas e a visão imperfeita. Na sequência desta avaliação, e por despacho do Estado-Maior do Exército, passa à inactividade como Major graduado<sup>167</sup>, embora somente em Janeiro de 1861 fique na situação de reformado e, em Fevereiro do ano seguinte, lhe seja conferida a patente de Major<sup>168</sup>.

---

<sup>160</sup> Confronto militar supra referido, em que participou a divisão militar portuguesa comandada pelo Visconde das Antas, Francisco Xavier da Silva Pereira, ocorrido em 21 de Julho de 1837, do qual resultou a retirada das forças portuguesas para Armiñon com enormes perdas.

<sup>161</sup> Assim se refere à Ilha de São Miguel no seu primeiro pedido de licença. Cf. AHM/CX463.

<sup>162</sup> À altura era Tenente desde 5 de Setembro desse ano. Cf. PT/AHM/G/LM/A/16/18/0264.

<sup>163</sup> Solicitou trocar com o Tenente Constantino Lopes d’Azevedo e Cunha alegando ter casado entretanto. Cf. AHM/CX946.

<sup>164</sup> Sabemos que já se encontra em São Miguel devido a um pedido do Quartel de Ponta Delgada que solicita um despacho e a sua folha de informação, cf. AHM/CX946.

<sup>165</sup> Em 21 de Junho de 1848 foi preso, tendo sido solto em 16 de Outubro do mesmo ano por falta de provas contra o crime de que era acusado. Cf. PT/AHM/G/LM/A/15/02/0010. No seu processo encontrámos várias exposições e petições em que pede para ser ressarcido ou abonado de determinadas funções que desempenhou.

<sup>166</sup> Parte das suas queixas são consequência dos ferimentos que sofreu, além de problemas de reumatismo, estômago e visão.

<sup>167</sup> Desde 29 de Abril de 1857 encontra-se no posto de Major graduado, é nessa condição que passa à inactividade em 1859. Cf. PT/AHM/G/LM/A/16/27/0166, embora da sua folha militar conste que reprovou no exame para Major em Novembro de 1858. Cf. PT/AHM/G/LM/A/16/26/0288.

<sup>168</sup> Foi nomeado Major de Infantaria por Carta Régia em 2 de Fevereiro de 1861 quando se encontrava em “inactividade temporária”. Cf. Carta de Patente assinada pelo Visconde de Sá da Bandeira. AHM/CX946.

### 1.2.2 Percurso político

Através do jornal afecto ao Centro Republicano Federal de Ponta Delgada, podemos retomar o percurso deste ex-militar que, vinte anos volvidos, se encontra do lado da causa republicana, no exercício das funções de Presidente do Centro<sup>169</sup>, onde participa, intensamente, em todas as actividades, desde a sua inauguração.

É considerado um cidadão honesto, laborioso, honrado, merecedor da simpatia e respeito de quantos o conheciam. Se, por um lado, conhecemos o seu percurso militar, por outro, desconhecemos o seu trajecto pessoal e académico, caso tenha existido, pelo que, reconstituir o seu percurso político só nos é possível através do jornal *A Republica Federal*<sup>170</sup>.

Manuel de Medeiros do Canto desde cedo se entregou à causa da liberdade. Foi um cabralista e fiel à Rainha, posição que lhe seria, mais tarde, cobrada pelos opositores políticos, sendo considerada uma mancha na sua “folha de republicano”, —acusação da qual sempre se defendeu, com a integridade de quem foi fiel a um outro juramento militar que, anteriormente fizera.

Durante quatro anos exerceu o cargo de vogal na Comissão Distrital, porém, incompatibilidades com determinada facção do governo regenerador ditam a sua demissão, em Maio de 1882. Tal afastamento é interpretado pela *Republica Federal* como acto de retaliação e atitude persecutória sobre ele exercida, devido à sua ligação ao Centro Republicano, acusando-os de “[...] escória que faz uma tribuneira à parte para explorar a influência do partido em benefício próprio [...]”<sup>171</sup>. Terá sido esta ala do partido menos “[...] ilustrada e intolerante [...]” quem solicitou, na Secretaria da Guerra, a demissão do Major<sup>172</sup>.

Pelo retrato que *A Republica Federal* traça de Manuel do Canto, este defendia apenas os interesses do Distrito, da mesma forma que outrora prestara serviço em prol da causa da Rainha. O seu carácter independente tornava-o incapaz de pactuar com os “[...] arranjos

---

<sup>169</sup> Desempenha o cargo de presidente do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada até à sua morte a 6 de Julho de 1887. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 8º ano, nº 375, 12 de Julho de 1887, p. 1.

<sup>170</sup> O periódico do Centro é a fonte mais coeva que temos para nos abalçarmos a traçar um retrato político de Manuel M. do Canto, pelo que os dados aduzidos não se nos afiguram imparciais. Cf. *Ibidem*, p. 1.

<sup>171</sup> A uma breve notícia sobre a exoneração de Manuel do Canto seguiu-se um artigo editorial, ambos em tom elogioso para com o Major e sarcástico para com os regeneradores. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 3º ano, nº 108, 16 de Maio de 1882, p. 4 e *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 3º ano, nº 110, 30 de Maio de 1882, p. 1.

<sup>172</sup> Eximida destas acusações de perseguição ficou determinado grupo do Partido Regenerador, após Francisco Maria Supico, figura respeitada no meio, através de artigo publicado no jornal de que era proprietário, *A Persuasão*, ter negado qualquer responsabilidade em tal demissão. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 3º ano, nº 110, 30 de Maio de 1882, p. 1.

particulares e políticos [...]”<sup>173</sup> e mostrava-o detentor de uma postura intransigente para com as injustiças.

O mesmo jornal caracteriza-o como um republicano convicto, de princípios liberais e democráticos que, não sendo um erudito, era, no entanto, um homem esclarecido, que acompanhava de perto os movimentos que agitavam as sociedades modernas. Corroborando tal opinião, da sua autoria dispomos de correspondência trocada com Teófilo Braga<sup>174</sup>. São cartas que atestam os traços marcantes da sua personalidade enquanto político, o seu espírito aberto e consciente da necessidade de mudar as instituições políticas, revelando-nos um republicano consentâneo e determinado na defesa dos ideais do partido:

“Não são de certo os republicanos que hão de provocar a revolta armada; sendo o nosso lema progresso e ordem, parece-nos que só nos cumpre continuar a criticar as instituições, a patentear os abusos a indicar aos povos o remédio a estes males; aos exíguos e dissipadores governos da monarquia pertence a tarefa de chamar os povos às urnas com os seus desatinos, desmandos e extorsões, digna tarefa para tais homens”<sup>175</sup>.

---

<sup>173</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 8º ano, nº 375, 12 de Julho de 1887, p. 1. A exoneração do cargo ocorreu a 1 de Maio de 1882, quando já se encontrava reformado, esta informação consta do seu processo militar, cf. AHM/CX946.

<sup>174</sup> As cartas de Manuel do Canto a Teófilo ainda que, enviadas em nome do Centro são uma fonte incontornável para entendermos o pensamento político deste republicano.

<sup>175</sup> Carta de Manuel de Medeiros do Canto dirigida a Teófilo Braga em 31 de Agosto de 1881, após escrutínio para eleição de deputados. Cf. BPARPD/TB/002/077.



## 2. Estrutura organizativa do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada: os Estatutos de 1880

“É fundado em Ponta Delgada um grupo político denominado Centro Republicano Federal”<sup>176</sup>.

O Partido Republicano Português rege-se pelo lema de reconhecer que a todo o cidadão assiste o direito de firmar e expandir a sua opinião sobre o rumo do governo, salvaguardando, desta forma, as suas garantias civis e políticas, com o pressuposto de que nenhuma liberdade será efectiva, se não reivindicar o direito de associação<sup>177</sup>.

A formação de agrupamentos políticos e centros na dependência directa do Partido permite-lhe exercer uma acção transformadora das vontades e reivindicações de grupos constituídos pelos cidadãos adeptos do novo ideal. É deste esforço para promover e divulgar a doutrina que surgem os centros, e é neles que recai o papel de principais dinamizadores do partido. São esses centros e agrupamentos que vão interagir com as diversas associações culturais, ideológicas, escolares e da mais variada natureza<sup>178</sup>.

É de referir que, em finais da década de 70, quando Manuel de Arriaga encetou um percurso com vista a uma organização partidária, preconizou que os centros desempenhariam um papel relevante na estrutura do partido. Formados a partir de pequenos locais, eram constituídos em associações eleitorais de instrução ou recreio, únicas permitidas por lei. Baseado nesta premissa, Manuel de Arriaga desenvolveu as características do que devia ser um Centro, delineando, desde os pactos federais, ao número de sócios que lhe permitisse uma representação e voto nos Congressos do Partido. Tais princípios enformam o seu Projecto de Organização do Partido, através do qual Arriaga pretendeu disciplinar a actuação dos clubes e alargar a acção dos Centros, que considerava a pedra angular de todo o sistema<sup>179</sup>.

---

<sup>176</sup> Art.º 1º, cap. I, *Estatutos do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada*, Vila Franca do Campo, Typ. Liberdade, 1880, p. 1. Cf. Anexo 10.

<sup>177</sup> Apesar da liberdade de associação gozar de tradições constitucionais foi um direito omissivo até à Constituição de 1838. Trata-se de um direito que se encontra ligado ao de reunião e manifestação, desde que “[...] tranquilamente e sem armas”, que não necessitava de autorização quando feita em lugar coberto. Cf. *Constituição Portuguesa de 1838*, art.º 14º.

<sup>178</sup> A partir de 1885, este cenário altera-se, resultado de uma reorganização estes tendem a fundir-se para uma maior concentração de forças.

<sup>179</sup> O documento que veio posteriormente a definir o papel dos centros na estrutura do partido foi apresentado em 10 de Junho de 1882 no Congresso do Partido Republicano Português, este projecto veio a perder a favor do de Teófilo Braga, que advogava uma federação de todos os centros. Em Agosto de 1883 numa reunião de delegados dos centros e representantes da imprensa, aprova-se o alargamento da acção dos centros por todo o país e o princípio da subordinação dos republicanos a uma direcção comum. Note-se que, apesar do projecto de Arriaga

A 29 de Março de 1880, é fundado, em Ponta Delgada, o Centro Republicano Federal de Ponta Delgada, tendo sido aprovados os seus primeiros Estatutos, a 1 de Abril de 1880, por uma Comissão Executiva composta por cinco elementos:

- Presidente: António Canudo e Silva;
- Secretário: Evaristo Severino de Avelar;
- Tesoureiro: João de Oliveira Raposo;
- Vogais: Manuel Carreiro e Francisco Custódio Soares.

Apesar de os Estatutos constituírem o documento mais antigo e o primeiro a dar conta da existência do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada, estes não nos permitem aferir desde quando o Centro se tornou um órgão com personalidade jurídica<sup>180</sup>. Da investigação efectuada, não ficámos esclarecidos quanto à data da sua fundação, sobre a qual subsistem algumas dúvidas, face às diferentes datas com que nos deparámos e à ausência de uma evidência jurídica. Perante a dúvida suscitada e tomando como referência o seu órgão de imprensa *A Republica Federal*, considerámos a data da sua formação no dia 29 de Março de 1880<sup>181</sup>.

Da Comissão Executiva do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada resulta a aprovação dos Estatutos que, redigidos em estilo conciso, referem as características e propósitos do Centro. É um documento constituído por seis capítulos e com um total de trinta artigos, sendo alguns deles subdivididos por pontos. Adiante descrevemos o conteúdo dos Estatutos que estão estruturados, esquematicamente, da seguinte forma:

Capítulo Primeiro – *Constituição e fins do Centro* (1º ao 4º artigo);

Capítulo Segundo – *Da Assembleia Geral e suas atribuições* (5º ao 11º artigo);

---

ter sido rejeitado, foi no entanto o que mais influenciou as leis orgânicas que foram aprovadas. Acrescente-se que, apesar da discórdia que reinava entre os militantes republicanos neste Congresso foi eleito um Directório, que de acordo com Fernando Catroga, a partir de então, é lícito já se falar em Partido. Sobre a fundação do Partido Republicano e o papel dos centros, cf. Catroga, *O Republicanismo em Portugal [...]*, pp. 22-33 e 35-42.

<sup>180</sup> Ao longo da nossa pesquisa para além dos Estatutos não encontramos qualquer registo notarial da constituição do Centro.

<sup>181</sup> Sobre as diferentes datas da sua constituição, cf. *A Vanguarda*, Lisboa, nº 1, 12 de Abril de 1880, p. 3. Este periódico do Centro Republicano Federal de Lisboa, no seu primeiro número menciona a criação do Centro Republicano Federal Ponta Delgada a 30 de Março de 1880; Susana Serpa Silva, *Ponta Delgada. Roteiros Republicanos*, Matosinhos, QuidNovi, p. 35, refere o dia 19 de Março de 1880. No entanto para a data que damos como provável, 29 de Março, cf. artigo que precedeu a eleição suplementar de 5 de Setembro de 1880, *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 22, 14 de Setembro de 1880, p. 1, esta data é corroborada pela folha, *A Persuasão* de 31 de Março de 1880, 4ª feira dá notícia da inauguração do Centro na “Segunda feira”, cf. *A Persuasão*, [Ponta delgada], 19º ano, nº 950, 31 de Março de 1880, p. 2.

Capítulo Terceiro – *Da Comissão Executiva* (12º ao 17º artigo);

Capítulo Quarto – *Direitos e deveres dos cidadãos filiados no Centro* (18º ao 20º artigo);

Capítulo Quinto – *Disposições Gerais* (21º ao 27º artigo);

Capítulo Sexto – *Penalidades* (28º ao 30º artigo).

A publicação destes Estatutos permite dar a conhecer, de forma mais aprofundada, o projecto do ideal republicano nas suas linhas fundamentais, tendo em vista a adesão militante na cidade de Ponta Delgada. É neles que se inscrevem os objectivos que, assumindo um papel de formação política e ideológica para quem milita na causa republicana, constituirão, doravante, a base dos direitos e deveres dos membros filiados no Centro, regulando, assim, a sua organização e vida interna<sup>182</sup>.

*A constituição e fins do Centro* constam do capítulo primeiro, sendo o artigo de abertura o da sua fundação, aquele que identifica e localiza a organização deste grupo político denominado Centro Republicano Federal de Ponta Delgada<sup>183</sup>, estando o segundo e o terceiro artigos reservados aos requisitos e condições de acesso para inscrição dos membros. Nestes artigos iniciais, está explicitado que qualquer indivíduo pode integrar este grupo, desde que seja maior de 18 anos, seja abonado por dois correligionários já filiados no Centro e, sobretudo, desde que “[...] professe as ideias republicanas federais [...]”<sup>184</sup>.

É no quarto artigo, um dos mais importantes pelo seu conteúdo e por estar em consonância com um dos principais ideais republicanos, que são estabelecidos os fins do Centro, traçando desde logo, no primeiro ponto, a sua finalidade e o seu objectivo primordial: “Empregar todos os meios razoáveis para o estabelecimento da república federal”<sup>185</sup>. É igualmente neste artigo que estão plasmadas as competências do Centro e é reconhecido como

---

<sup>182</sup> De 7 de Julho de 1893 data a revogação dos *Estatutos do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada* aprovados a 1 de Abril de 1880. Os novos Estatutos e as suas alterações não serão alvo de análise neste trabalho por serem extemporâneos ao período estudado. Merece destaque que os presentes Estatutos em nada diferem dos *Estatutos do Centro Republicano Federal de Lisboa*, aprovados 3 meses antes, mais precisamente em 29 de Dezembro de 1879, por uma Comissão Executiva composta por: Teixeira Bastos (Presidente); António Furtado (secretário); António da Silva (tesoureiro); J. dos Reis Júnior e J. Moraes Carvella (vogais). Depreendendo-se, desta forma, que o seu conteúdo e regulamentos serão uma matriz para diversos centros. Cf. *Estatutos do Centro Republicano Federal de Lisboa*, Coimbra, Typografia Democrática, 1879.

<sup>183</sup> A única morada conhecida do Centro é na Rua S. João de Deus, nº 7, Ponta Delgada, São Miguel. Tomámos conhecimento da sua localização através do seu periódico em avisos para inscrição na Escola nocturna, ou para dar a conhecer aos eleitores as listas de candidatos republicanos. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 5º ano, suplemento nº 219, [1 de Julho, 1884], p. 1.

<sup>184</sup> Cf. *Estatutos do Centro* [...], 1880, p. 1.

<sup>185</sup> *Ibidem*, art.º 4º, ponto 1º.

fundamental o papel dos Centros na divulgação do republicanismo, referindo claramente o compromisso, não apenas de promover, mas também o de fundar agrupamentos políticos republicanos federais<sup>186</sup>, para que o sufrágio popular seja o resultado da expressão genuína da vontade do povo<sup>187</sup>.

A criação de agrupamentos políticos quer fossem centros, quer fossem associações ou clubes, enquadram-se nas disposições gerais que integram o Projecto do Partido Republicano Português, que se vinha delineando desde finais dos anos setenta<sup>188</sup>. O projecto prevê a criação de centros republicanos e a sua solidariedade logo no seu início, preconizando que numa localidade podem existir tantos centros quantos os círculos eleitorais, devendo estes estar unidos por laços federativos que estabeleçam entre si uma solidariedade mútua unida por um pacto federal<sup>189</sup>. Deste modo ficariam todos numa dependência administrativa e numa relação directa com o directório do Partido devendo desenvolver a capacidade de velar pela legalidade do voto. No caso de São Miguel, seguindo este princípio foi fundado o Centro Republicano Federal da Ribeira Grande, que propôs como candidato a deputado, o Dr. José Pereira Botelho, que desde logo declarou ser detentor das mesmas aspirações “[...] nos limites do actual régimen, são as expedidas no mandato imperativo dos eleitores de Ponta Delgada ao dr. Teófilo Braga”<sup>190</sup>.

Os periódicos são, neste contexto, importantes instrumentos da propaganda republicana federal. Assim, refere-se que integrado neste quadro, surge a criação do órgão de propaganda do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada, designado *A Republica Federal*, que dá ao prelo o seu primeiro número no mês seguinte<sup>191</sup>. Órgão e propriedade do

---

<sup>186</sup> Cf. *Estatutos do Centro [...]*, 1880, art.º 4º, ponto 2º.

<sup>187</sup> Cf. *Ibidem*, art.º 4º, ponto 3º. Este artigo está em consonância com os princípios aprovados posteriormente e pelos quais se regem as Organizações dos Centros Republicanos. É necessário que estes tenham disciplina e se organizem na luta pelo sufrágio popular. Cf. *Artigos Orgânicos do Partido Republicano Português*, cap. I, art.º 3º.

<sup>188</sup> Cf. *Artigos Organicos do Partido Republicano Portuguez (Projecto)*, “Da organização dos centros republicanos e da sua subordinação e solidariedade”, art.ºs 1º-4º, [s.l.], [Partido Republicano Português], [1882], [p. 1-3]. Este projecto foi debatido e aprovado em congresso geral em 1883. Para legislação completa cf. *Artigos Organicos do Partido Portuguez, Approvados no congresso geral, em Lisboa, reunido nos dias 18, 19 e 20 de Junho de 1883*, Lisboa, Typographia do Commercio, 1883.

<sup>189</sup> Cf. *Ibidem*, art.º 4º.

<sup>190</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 2º ano, suplemento nº 18, 19 de Agosto de 1881, p. 2.

<sup>191</sup> Cf. *Estatutos do Centro [...]*, 1880, art.º 1º, ponto 4º e no caso do Centro micaelense, no mês de Abril trazem a público a sua folha propagandística. Um semanário que se publicará de forma ininterrupta ao longo de oito anos. A imprensa também será valorizada e contemplada a nível de legislação. De acordo com os Artigos Orgânicos do partido, art.º 8º, os jornais republicanos que tivessem mais do que um ano de existência detinham o direito de se fazer representarem por um delegado, nos congressos do partido, gerais ou distritais, cap. II, art.º 8º. Cf. *Artigos Orgânicos do Partido Republicano Portuguez (Projecto) [...]*, 1883.

Centro, foi por ele empregue no desenvolvimento da propaganda e da instrução popular, na crença de que da formação de cidadãos conscientes e esclarecidos depende a implantação do sistema republicano, a sua sustentação e fortalecimento<sup>192</sup>. Ainda no artigo quarto, são explicitadas as competências do Centro, a organização de conferências públicas e as manifestações populares, como forma de luta contra abusos das autoridades<sup>193</sup>, além da propositura de “[...] candidaturas pelos círculos que apresentem mais probabilidades de triunfo ao partido republicano federal”<sup>194</sup>. Para que estas candidaturas sejam aceites e apoiadas pelo Centro, é condição *sine qua non*, a aceitação por parte do candidato, do *mandato imperativo* dos seus eleitores. O *mandato imperativo* consagra que, “Todo o cidadão pode fazer-se representar em direitos por um indivíduo em quem delega todos os seus poderes e responsabilidades previamente definidas, e a quem pode sacar o referido mandato logo que a sua vontade não seja integralmente cumprida”<sup>195</sup>. O artigo quarto encerra o primeiro capítulo com a promoção do registo civil, dando prioridade aos seus filiados, nomeadamente, nos nascimentos, casamentos, óbitos e propondo-se tratar do recenseamento eleitoral do maior número de cidadãos, artigo este igualmente em harmonia com a lei Orgânica do Partido Republicano Português<sup>196</sup>. Para além de promover o recenseamento eleitoral de cidadãos republicanos, era ainda competência dos centros a agremiação de cidadãos, na medida em que, do número de sócios efectivos recenseados politicamente no Centro dependia a sua representação e o número de delegados com representação no congresso distrital, para eleger o respectivo governo, e no congresso geral para eleger o directório do partido<sup>197</sup>.

Os princípios gerais e organizativos *Da Assembleia Geral e suas atribuições*, que enformam este estatuto constam do capítulo segundo, composto por sete artigos. Enquanto o artigo quinto determina a constituição da Assembleia, no sexto são estipuladas as regras para eleição dos corpos gerentes do Centro e as competências acometidas à Assembleia. A

---

<sup>192</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 3º ano, nº 103, 23 de Abril de 1882, p. 1.

<sup>193</sup> Cf. *Estatutos do Centro [...]*, 1880, art.º 4º, pontos 5º e 6º. Dando cumprimento à promoção dos ideais republicanos em Ponta Delgada este Centro organizará algumas conferências, das quais merecem realce as de Aristides Moreira da Mota a 28 de Agosto de 1880 e de Manuel de Arriaga a 30 de Setembro de 1887.

<sup>194</sup> Cf. *Estatutos do Centro [...]*, 1880, art.º 4º, ponto 7º. É no micaelense Teófilo Braga, ele próprio o impulsionador da doutrina do mandato imperativo, que recairá a escolha para candidato pelo círculo de Ponta Delgada por quatro vezes ao longo deste período.

<sup>195</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, suplemento nº 5, 12 de Maio, 1880, p. 1; nº 14, 13 de Julho de 1880; *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 2º ano, nº 14, 19 de Julho de 1881, pp. 1-2 e também, Teófilo Braga, *História das Ideias Republicanas [...]*, pp. 125-129.

<sup>196</sup> Cf. *Estatutos do Centro [...]*, 1880, art.º 4º, ponto 8º e 9º. e *Artigos Orgânicos do Partido Republicano Portuguez*, art.º 6º, ponto 1º e 2º.

<sup>197</sup> Cf. *Artigos Orgânicos do Partido Republicano Portuguez*, art.º 7º.

Assembleia Geral só pode ser constituída por um mínimo de 20 filiados, salvo segunda convocação. É esta Assembleia que tem capacidade para eleger os corpos gerentes do Centro, discutir todos os actos respeitantes à sua política interna e externa, bem como deliberar sobre quaisquer questões que sejam apresentadas<sup>198</sup>. No artigo sétimo, encontra-se a descrição da composição da mesa<sup>199</sup>.

Do artigo oitavo ao décimo primeiro, estão contempladas as atribuições do presidente da Assembleia Geral e dos restantes membros. Constan ainda, nestes artigos, as funções e os requisitos de substituição dos membros da Assembleia, bem como as regras de convocação para as reuniões. Além das atribuições descritas neste capítulo, são ainda da responsabilidade da Assembleia Geral outras competências de âmbito mais genérico que serão referidas adiante, aquando da descrição do capítulo quinto.

A *Comissão Executiva*, cuja estrutura está descrita no capítulo terceiro, é composta por seis artigos. Os primeiros quatro artigos, ou seja, do décimo segundo ao décimo quinto, são dedicados à composição e atribuições acometidas a cada membro da Comissão Executiva<sup>200</sup>.

Do artigo décimo sexto, por sua vez, consta a atribuição do movimento político interno e direcção do Centro, bem como a responsabilidade da propaganda. Esta dimensão de doutrinação é um dos principais pilares na difusão do ideário republicano. Neste sentido, o periódico do Centro – *A Republica Federal*, num dos seus primeiros números, publica um extenso artigo sobre os princípios e objectivos da propaganda<sup>201</sup>. Embora não especificada a forma como deve ser feita a difusão dos ideais republicanos, a propaganda estava subordinada a princípios legais e pacíficos, inerentes à ordem e progresso. E é neste sentido que deve ser interpretado o artigo décimo sétimo, que propõe o emprego dos:

---

<sup>198</sup> Cf. *Estatutos do Centro [...] 1880*, art.<sup>os</sup> 5º e 6º. As reuniões ocorriam no Centro, regra geral à noite, e geralmente à quinta-feira. Há contudo registos de algumas convocatórias para reuniões durante a tarde e noutros dias da semana, inclusive aos Domingos.

<sup>199</sup> A mesa da Assembleia era composta por um presidente, um vice-presidente, dois secretários e dois vice-secretários. Cf. *Ibidem*, art.º 7º.

<sup>200</sup> À semelhança da Assembleia, a Comissão Executiva também ela era composta por seis elementos, um presidente, um secretário, um vice-secretário, um tesoureiro e dois vogais. Cf. *Ibidem*, art.<sup>os</sup> 12º ao 15º.

<sup>201</sup> Trata-se de um artigo doutrinário não assinado de, e sobre propaganda que apresenta os defensores desta “ideia nova”, considerada uma arma poderosa nas sociedades modernas, e o motor do progresso que se pretende com ordem, paz e justiça. Cf. “Os Paladinos da ideia nova”, *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 2, 20 de Abril de 1880, pp. 1-2.

“[...] meios que julgar mais convenientes para a propagação dos princípios republicanos federaes [promovendo] a federação de todos os grupos republicanos e fazer, quanto possível, para que esta se mantenha até á proclamação da República, em Portugal”<sup>202</sup>.

Contempla ainda este artigo a aceitação de propostas para a filiação de novos cidadãos<sup>203</sup>, bem como as reclamações ou pedidos feitos ao Centro.

Sublinhamos ainda que, ao longo do período estudado, verificámos que a propagação desses ideais recairá essencialmente no seu órgão de imprensa, *A Republica Federal*, embora complementada com conferências, gabinetes de leitura e criação de uma Escola Nocturna. Importa, enfim, recordar a activa participação deste Centro e do seu jornal nas comemorações cívicas que ocorreram nesta década, as quais foram assumidas pelos republicanos como forma de propaganda<sup>204</sup>.

*Os direitos e deveres dos cidadãos filiados no Centro* estão consagrados em três artigos, no capítulo quarto. É no artigo décimo oitavo que são descritos os deveres que encerram os valores essenciais destes Estatutos: “Propagar os princípios da democracia federal e diligenciar radicá-los por meio da austeridade de costumes mais irrepreensível”<sup>205</sup>, mantendo a “[...] solidariedade política e civil entre todos os seus correligionários”<sup>206</sup>. No âmbito da solidariedade e no foco da “agenda política” do Centro, encetar-se-á uma forte campanha de sensibilização sobre as vantagens das sociedades cooperativas, referindo-as como forma de regeneração social, tal como podemos verificar pela seguinte transcrição: “Só

---

<sup>202</sup> Cf. *Estatutos do Centro* [...], 1880, art.º 16º e art.º 17º, ponto 2º, devemos entender que serão pelos meios que julguem necessários, embora “razoáveis” em harmonia e dentro do princípio estipulado no seu art.º 1º, ponto 1º, para estabelecimento da república federal.

<sup>203</sup> Por um artigo do seu jornal sabemos que nem todas as propostas para sócio eram aceites. António Canudo da Silva, presidente da Comissão Executiva foi alvo de críticas na imprensa local, nomeadamente no *Ecco Michaelense*, por ter recusado a entrada de José Ferreira Martins para sócio do Centro. De acordo com a resposta dada em *A Republica Federal*, essa foi uma decisão de todos os elementos do Centro: “[...] os membros do Centro todos foram de acordo que se devia evitar a proposta para não se fazer ao sr. Martins o desaire de o recusar pelo seu comportamento não ser regular, ou pelo menos não gozar de boa reputação”. Este cidadão pretendia igualmente representar o Centro na imprensa, embora não conseguíssemos apurar se o representou oficialmente, certo é que há artigos da sua autoria no jornal do Centro. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 18, 10 de Agosto de 1880, p. 4, e também *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 2º ano, suplemento nº 18, 20 de Agosto de 1881, p. 2, artigo de crítica à Monarquia.

<sup>204</sup> Referimo-nos às comemorações do tricentenário da morte de Camões, do centenário da morte do Marquês de Pombal entre outras, a desenvolver no 3º capítulo desta nossa dissertação.

<sup>205</sup> Cf. *Estatutos do Centro* [...], 1880, art.º 18, ponto 1.

<sup>206</sup> Cf. *Ibidem*, art.º 18º, nº 3. Embora numa escala menos abrangente, está em harmonia com os *Artigos Orgânicos do Partido Republicano Português*, art.º 4º, “Da Organização dos centros republicanos e da sua subordinação e solidariedade”, que preconiza o estabelecimento de laços de solidariedade entre os vários centros através de pactos federais.

pela solidariedade fraternal tereis a igualdade e a liberdade [...] <sup>207</sup>, contempla ainda esse mesmo artigo, no ponto quinto o pagamento das mensalidades <sup>208</sup>.

Por outro lado, os sócios beneficiam da prerrogativa de fazer parte das assembleias com direito a intervenção e opinião, direito a votar para todos os cargos do Centro, e de serem defendidos pela organização nos seus interesses políticos e civis <sup>209</sup>. O capítulo quarto encerra com o artigo vigésimo, onde se inscreve a condição necessária para ser admitido como sócio: “Serão admitidos como sócios unicamente contribuintes os indivíduos que a este Centro quiserem pertencer, fazendo uso de «nome de guerra»”.

As *Disposições gerais* estatutárias que regem a Assembleia Geral do Centro estão plasmadas no capítulo quinto. Ao longo dos seus sete artigos, são descritos os requisitos para a convocação de reuniões, e de quem nelas deve tomar parte <sup>210</sup>, assim como para todas as eleições que venham a ocorrer no Centro. Em conformidade com o seu artigo vigésimo terceiro, a mesa da Assembleia Geral e a Comissão Executiva são eleitas em escrutínio secreto, por um período de seis meses <sup>211</sup>. A discussão de assuntos políticos pertinentes não previstos nos Estatutos e a sua deliberação são da responsabilidade da Assembleia Geral.

O capítulo sexto, sob o título *Penalidades*, finaliza o documento e completa os Estatutos. Este capítulo é composto por três artigos, onde estão estipuladas as penalizações aplicadas aos sócios, pelo incumprimento ou violação dos Estatutos. Das sanções mencionase a eliminação do livro de inscrição e a perda de todos os direitos inerentes à condição de sócio <sup>212</sup>, quando o filiado revele determinados comportamentos ou atitudes, tais como:

---

<sup>207</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 10, 15 de Junho de 1880, p. 1.

<sup>208</sup> A quota estipulada era de 100 reis mensais. No apelo para as associações pedem um contributo de 10 reis por semana, cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 10, 15 de Junho de 1880, p. 1.

<sup>209</sup> Os direitos dos sócios constam do art.º 19º, pontos 1º a 3º. Cf. *Estatutos do Centro [...]*, 1880.

<sup>210</sup> São admitidos delegados de outros centros em visitas oficiais e visitantes quando apresentados por um sócio que se responsabilize pelos seus actos, art.ºs 25º e 26º. Cf. *Estatutos do Centro [...]*, 1880.

<sup>211</sup> As convocatórias para a eleição dos membros da Comissão Executiva e Da Assembleia Geral, em regra eram feitas semestralmente, em Junho e Dezembro através do jornal, *A Republica Federal*. Normalmente era a primeira notícia do espaço da redacção, publicada sob a forma de: “Aviso, São convocados os membros do centro republicano federal d’esta cidade para se reunirem em assembleia geral no dia 20 do corrente pelas 6 e meia horas da tarde, para se tratar da eleição dos corpos gerentes do próximo semestre. Ponta-Delgada, 17 de Dezembro de 1883. O presidente Manuel de Medeiros do Canto”. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 4º ano, nº 191, 18 de Dezembro de 1883, p. 1. Pontualmente as convocatórias surgem no interior do jornal, geralmente eram feitas na semana em que estas ocorriam pelo próprio presidente do Centro, Medeiros do Canto, ou pelo vice-presidente João de Oliveira Raposo em alguns casos. São raras as situações em que as convocatórias não estão assinadas. No entanto este jornal nunca nos fornece notícias dos resultados das reuniões, nem dos corpos gerentes eleitos, sendo por este motivo impossível estabelecer quaisquer relações ou sequer comparar a composição das várias comissões eleitas ao longo dos 8 anos analisados.

<sup>212</sup> Cf. *Estatutos do Centro [...]*, 1880, art.º 28º.



desrespeito, manifestação de desprezo pelas decisões do Centro, promoção da desordem ou atraso no pagamento das quotas<sup>213</sup>.

Este documento estatutário termina com o artigo trigésimo, que salvaguarda o sigilo dos trabalhos do Centro: “O membro de qualquer comissão que revele os trabalhos ou prejudique o Centro nos seus interesses será riscado do livro de inscrição”<sup>214</sup>. É de realçar que as medidas sancionatórias, aplicadas aos membros que entrem em incumprimento em qualquer destas circunstâncias ou violem as regras, passam, exclusivamente, pela exclusão de sócio do Centro<sup>215</sup>.

Importa mencionar que estes estatutos são omissos no que respeita ao ensino, aspecto que não deixa de ser curioso, uma vez que um dos projectos mais importantes dos republicanos é a alfabetização com a laicização da escola, que era entendida como meio para formar cidadãos eleitores com capacidade de exercer o direito de voto.

---

<sup>213</sup> A penalização por atraso no pagamento por um período superior a três meses está descrita no art.º 29º. Serão estas quotas que irão junto com as verbas da venda do jornal *A Republica Federal* custear a Escola Nocturna e restantes actividades de carácter social. É considerada situação de excepção na falta de pagamento os casos de doença e desemprego quando devidamente comprovadas.

<sup>214</sup> Com o art.º 30º e último encerram-se os *Estatutos do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada*. Segue-se a data e os respectivos nomes dos elementos que compuseram a primeira Comissão Executiva. Cf. *Estatutos do Centro [...]*, 1880, art.º 30º.

<sup>215</sup> As situações de violação dos estatutos encontram-se descritas nos artigos 28º e 29º. Cf. *Estatutos do Centro [...]*, 1880.



### 3. Evolução organizativa do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada

#### 3.1 Dirigentes

Do período em estudo (1880-1888) conhecemos duas estruturas dirigentes. Os Estatutos do Centro, aprovados em 1 de Abril de 1880, fornecem-nos a identificação dos cinco elementos que compunham a primeira Comissão Executiva:

- Presidente: António Canudo e Silva;
- Secretário: Evaristo Severino de Avelar;
- Tesoureiro: João de Oliveira Raposo;
- Vogais: Manuel Carreiro e Francisco Custódio Soares<sup>216</sup>.

A segunda estrutura dirigente conhecida chega-nos através da missiva enviada a Teófilo Braga, onde se revelam os órgãos e os titulares que, em 1887, orientam a dinâmica do Centro:

- Mesa da Assembleia Geral: Manuel de Medeiros Canto, José Raposo de Benevides, Ernesto Franco, Francisco José de Medeiros Silva, José de Sousa Oliveira Geadá;
- Comissão Executiva: Estácio Domingues, Cândido Fortunato, João Cândido Borges, Serafim J. da Silveira, Manuel [Filipe do Rego e ?] Freitas;
- Comissão de Imprensa: Caetano Moniz de Vasconcelos, Manuel Jacinto da Ponte, João de Oliveira Raposo<sup>217</sup>.

Indubitavelmente, no que diz respeito a este período, sabemos que Manuel de Medeiros do Canto foi a figura principal do Centro. Apesar de não encontrarmos referência à reunião em que este Major foi nomeado presidente, dispomos de dados recolhidos no jornal A

---

<sup>216</sup> Para além destes elementos, não registámos qualquer lista de outros membros subscritores ou sócios fundadores do Centro. Cf. *Estatutos do Centro [...]*, 1880, p. 7. Porém, tal como referido anteriormente temos indicação que Manuel de Medeiros do Canto esteve ligado ao Centro desde a sua fundação.

<sup>217</sup> Esta lista é parte integrante de uma carta enviada a Teófilo Braga, em 26 de Março de 1887. Para além dos 13 membros que compõem a direcção do Centro, fez-se acompanhar da assinatura de 61 correligionários. Carta do Centro enviada a Teófilo Braga. Trata-se de um valioso documento, entre os poucos documentos que foi possível resgatar nesta investigação. Nesta carta em que o Centro mostra o seu apreço e apresentam-lhe a lista dos novos constituintes dos órgãos do Centro. Para além dos 13 elementos que fazem parte dos corpos dirigentes do Centro a lista vem assinada por 61 correligionários, o que nos permite inferir que esta assembleia teve uma afluência no mínimo de 74 elementos. Cf. Anexo 5 BPARPD/TB/002/080. Os nomes que foi possível transcrever encontram-se numa lista mais detalhada. Cf. Anexo 11.

*Republica Federal* e na correspondência trocada com Teófilo Braga, que nos permitem demonstrar a sua proximidade ao Centro, aquando da formação, tendo ocupado o cargo de presidente desde muito cedo: “[...] tomou activa parte na inauguração do «Centro Republicano Federal» desta cidade de que foi eleito [...]”<sup>218</sup> e “[...] tem sido desde o princípio presidente da assembleia geral”<sup>219</sup>.

Incontestável é a confirmação de que já ocupava o cargo de presidente em Setembro de 1880<sup>220</sup>. É, justamente, numa carta dirigida a Teófilo Braga<sup>221</sup>, dando-lhe conhecimento da derrota nas eleições legislativas, bem como dos obstáculos com que o Centro se depara na difusão dos ideais republicanos na ilha, que surge, pela primeira vez, o nome de Manuel de Medeiros do Canto na presidência do Centro. Mediante tal evidência, somos levados a crer que foi ele o primeiro presidente do Centro e que a sua eleição para o cargo de dirigente máximo ocorreu logo após a sua formação.

Para além da correspondência e, em particular, através das convocatórias para as reuniões do Centro, que tentámos traçar o percurso deste republicano e a sua permanência nesta função. A última referência com que nos deparámos é a existência de uma convocatória para uma reunião, ainda no cargo de presidente<sup>222</sup>, no mês anterior à sua morte.

Durante a sua presidência, são poucas as convocatórias existentes, quer sejam para eleição dos corpos gerentes, quer para discussões de outras matérias, como foi o caso do mandato imperativo, que não estão em seu nome<sup>223</sup>, o que atesta um percurso próximo das actividades do Centro. De acordo com as referidas fontes, inferimos que era substituído por António Canudo e Silva, fundador e presidente da Comissão Executiva e, posteriormente,

---

<sup>218</sup> Esta referência chega-nos aquando da morte de Manuel do Canto, numa nota biográfica publicada pelo jornal do Centro. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 8º ano, nº 375, 12 de Julho de 1887, p. 1.

<sup>219</sup> No artigo que refere a sua demissão da Comissão Distrital onde era vogal, e tida como estando directamente relacionada com a sua ligação ao Centro não subsistem dúvidas de que assistiu à criação do Centro. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 3º ano, nº 110, 30 de Maio de 1882, p. 1.

<sup>220</sup> O primeiro documento localizado assinado por Manuel de Medeiros do Canto como presidente surge-nos em Setembro de 1880. Cf. Carta de Manuel de Medeiros do Canto enviada a Teófilo Braga em 17 de Setembro de 1880. Cf. BPARPD/TB/002/079.

<sup>221</sup> No espólio de Teófilo Braga, na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada existem 8 cartas enviadas em nome do Centro a Teófilo Braga, 3 estão assinadas por António Canudo e Silva, 1 sem assinatura e 4 por Manuel de Medeiros do Canto.

<sup>222</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 8º ano, nº 372, 21 de Junho de 1887.

<sup>223</sup> Para eleição dos corpos gerentes do Centro existem algumas convocatórias feitas pelo vice-presidente, João de Oliveira Raposo. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 6º ano, nº 299, 19 de Janeiro de 1886 ou a de 22 de Julho de 1886, *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 7º ano, nº 325, 20 de Julho de 1886. Outra como a reunião de 23 de Dezembro de 1886 não está assinada. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 8º ano, nº 398, 20 de Dezembro de 1887. Há ainda algumas que além de não estarem assinadas também não mencionam o assunto da reunião.

pelo vice-presidente João de Oliveira Raposo, contudo, desconhecemos quem desempenhou a função de presidente, entre Julho de 1887, ano da sua morte, e Agosto de 1888<sup>224</sup>.

João de Oliveira Raposo esteve ligado ao Centro desde a sua fundação e ao longo destes oito anos, pois a alusão a este republicano surge em diversos registos. Tal como anteriormente referido, desempenhou o cargo de tesoureiro aquando da formação do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada e, em Março de 1887, pertencia à Comissão de Imprensa do Centro.

Durante a presidência de Manuel de Medeiros do Canto, foi João Raposo quem ocupou o cargo de vice-presidente do Centro, continuando após a sua morte. Em Fevereiro de 1888, ainda se encontra nesta função, embora de tal análise não possamos inferir que o Centro continuasse sem presidente.

Merece igualmente referência, Manuel Jacinto da Ponte. Este republicano desde cedo surge associado ao Centro e destaca-se em várias vertentes, nomeadamente no âmbito do exercício das funções de professor, enquanto redactor do jornal *A Republica Federal*, e ainda como co-fundador do Centro<sup>225</sup>.

### 3.2 Filiados

“[...] o povo está tão descontente que se lança nos braços dos republicanos. O número de individuos que todos os dias vão inscrever-se no Centro, comparado com o que succede nos demais grupos politicos, é espantoso”<sup>226</sup>.

O Partido Republicano Português assume-se como um partido aberto, que incorpora todas as classes e condições sociais<sup>227</sup>, integrando nos seus círculos elementos de origens diversas. Todavia, não deixa de ter uma população alvo, que se diversifica consoante se insere ou afasta dos centros urbanos.

---

<sup>224</sup> Após a sua morte apenas temos referência ao vice-presidente João de Oliveira Raposo. Este republicano era professor primário e pertenceu à Maçonaria. Pelo jornal do Centro, sabe-se que perdeu um filho de 16 anos. Cf. Obituário, *A Republica Federal*, Ponta Delgada, nº 379, 9 de Agosto de 1887, p. 4.

<sup>225</sup> Cf. José Andrade, *Concelho de Ponta Delgada 500 anos de História. Cronologia de Figuras e Factos 1499-1999*, Ponta Delgada, Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2003, p. 199.

<sup>226</sup> Cf. *A Vanguarda*, Lisboa, nº 4, 30 de Maio de 1880, pp. 3-4.

<sup>227</sup> João de Chagas afirma que o Partido Republicano Português é constituído por elementos da burguesia, nobreza e povo, que visa ser uma alternativa democrática que aponta para todos os interesses. Cf. “Carta sobre as responsabilidades do Partido Republicano perante a acção popular”, *Cartas Políticas*, vol. VII, p. 3, apud Lia Ribeiro, *op. cit.*, p. 71.

Sabemos da fundação do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada através dos seus Estatutos e pelo primeiro número do seu jornal. No entanto, não dispomos de quaisquer actas, quer da constituição do Centro, quer das suas reuniões, nem tivemos acesso a qualquer lista de militantes ou simpatizantes filiados no Partido Republicano Micaelense. Resta-nos somente algum epistolário avulso, para diligenciar no sentido de traçar um perfil dos republicanos nesta cidade de Ponta Delgada, a partir de 1880.

Da documentação analisada, a única informação possível de obter respeita aos elementos que aprovaram os Estatutos<sup>228</sup>, uma lista de republicanos que subscreveram uma carta dirigida a Teófilo Braga<sup>229</sup>, bem como a alguns nomes “dispersos”<sup>230</sup>, mencionados, pontualmente, em notícias difundidas pelo periódico *A Republica Federal*, ao longo da sua existência.

Se por um lado, o jornal nos dá a conhecer a condição social de algumas figuras ligadas ao mundo político, sobretudo da oposição, e pertencentes às famílias mais prestigiadas e nobres da ilha, se nos revela as suas relações com o reino e, pontualmente, nos refira alguns conflitos e lutas partidárias, por outro lado, não nos fornece indícios particulares sobre os membros do Centro, sobre o seu perfil económico e social, o que reduz a nossa investigação aos elementos já mencionados, e nos conduz a um desconhecimento de nomes e origens dos demais membros, caso tenham existido:

“A continuar assim, em breve, diz uma carta d’um progressista, «fará sombra aos dois partidos monarchicos da ilha, que são poderosos porque têm do seu lado os grandes proprietários», e será conveniente afirmar que esta dúzia de proprietários, quasi que possuem toda a ilha [...]”<sup>231</sup>.

Deste modo, partindo dos dados disponíveis e da dificuldade atrás referida, não nos é possível estabelecer, em rigor, um quadro socioprofissional, quer dos dirigentes do Centro<sup>232</sup>,

---

<sup>228</sup> Assinantes dos *Estatutos do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada* de 1 de Abril de 1880.

<sup>229</sup> Grupo de 72 correligionários assinantes da carta do *Centro Republicano Federal Ponta Delgada* a Teófilo Braga em 26 de Março de 1887. Cf. Anexo 5 BPARPD/TB/002/080.

<sup>230</sup> Grupo de 27 republicanos que constam da subscrição feita no *Centro* para auxiliar nas despesas das comemorações em honra de Roberto Ivens e Hermenegildo Capelo: (21 estão identificados, sendo a maioria já subscritores da carta supra referida; 2 contêm apenas iniciais; 1 anónimo; 2 que se intitulam “republicanos” e 1 democrata. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 6º ano, nº 286, 13 de Outubro de 1885, p. 1.

<sup>231</sup> São os próprios republicanos que atestam que a elite poderosa e os grandes proprietários são de facção monárquica. Cf. *A Vanguarda*, Lisboa, nº 4, 30 de Maio de 1880, pp. 3-4.

<sup>232</sup> Para além do Major Manuel de Medeiros do Canto, com nota biográfica excluem-se ainda os membros cujas profissões estão identificadas no anexo 11.

quer dos cidadãos nele filiados, quer ainda de outros que pudessem professar os princípios republicanos na cidade de Ponta Delgada, na década de 80 do século XIX.

Certo é que, pela sua notoriedade, Teófilo Braga exerceu forte influência no Centro e, provavelmente, na angariação de novos membros. Alguns dos responsáveis por este Centro pertenciam à mesma escola e terão sido seus colegas: “E lendo esta lista de nomes de homens tão ligados a mim pelas ideias, de antigos amigos do banco da escola, que nem a distância do tempo e do espaço conseguiu separar [...]”<sup>233</sup>.

Restam-nos sinais, embora dispersos, aferidos pelas publicações do periódico republicano, que indiciam que os poucos intelectuais congregados neste núcleo constituíam um grupo minoritário e estavam ligados ao ensino e à imprensa.

Da relação entre o republicanismo e o professorado, há referências amiúde, na *Republica Federal*, como um dos grupos mais prejudicados pelas medidas do governo, vítimas de sucessivos cortes salariais e perda de regalias: “A pobre classe dos professores não receberá real, sabe Deus por quanto tempo!”<sup>234</sup>. Os professores são apresentados como um dos grupos mais afectados e manifestam o efeito da degradação das condições económicas e sociais, pautando-se, desta forma, por uma simpatia especial pelo ideário republicano e pelas suas ideias democráticas, pois vêm neste regime eminente a solução para os seus problemas.

É desta estreita ligação dos professores ao Centro que sobre eles recai parte da função de propaganda, através do jornal, e da dinâmica cultural, nomeadamente a responsabilidade da criação da Escola Nocturna, do Gabinete de Leitura e da Biblioteca. Não obstante, sabemos que no Partido Republicano Micaelense existia uma necessidade de activistas com capacidade de oratória, o que é sintomático da falta de uma elite intelectual no seio dos membros do partido em São Miguel. Tal evidência demonstra, garantidamente, que esta elite do professorado, *a priori*, a mais habilitada, não assegurava a propaganda necessária para a difusão dos princípios do partido:

---

<sup>233</sup> Esta é uma indicação indirecta que nos chega através de uma carta que Teófilo Braga enviou em agradecimento pela mensagem recebida dos correligionários do Centro aquando da morte de seu filho, embora publicada a mensagem do Centro dela não consta a lista dos subscritores. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 7º ano, nº 356, 22 de Fevereiro, de 1887, p. 1.

<sup>234</sup> Uma das alterações que afectou os professores foi esta lei de 11 de Junho de 1880, inserida no plano económico-descentralizador que desvinculou o Estado da responsabilidade nas despesas com a instrução primária. A alteração deste regime implicou que os ordenados dos professores primários ficassem a cargo das Câmaras Municipais e Juntas de Paróquia, incapazes estas de suportar tal ónus nos seus orçamentos. Esta medida, além de implicar novos tributos por parte dos contribuintes comprometeu também os vencimentos dos professores. Para uma melhor compreensão sobre o reflexo desta alteração na lei que regulava a instrução primária, cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 38, 4 de Janeiro de 1881, p. 1, ou ainda comentário a um artigo de *A Persuasão*. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 2º ano, nº 11, 28 de Junho de 1881, pp. 2-3.

“[...] a falta de alguns oradores que pudessem em conferencias e comicios levar a convicção e communicar o enthusiasmo ao povo e chamal-o por esse meio á communhão de ideas e interesses necessários para fixar, fortalecer e disciplinar os elementos hesitantes e dispersos [...]”<sup>235</sup>.

Este mesmo artigo é revelador de uma profunda desilusão e desencanto dos republicanos micalenses, face à posição politicamente marginal que ocupam na ilha, quer seja devido a causas que alegam serem próprias da sociedade e das condições locais, quer seja por factores internos, que se prendem ao partido e às condições com que se deparam os republicanos no desempenho das suas actividades profissionais, das quais não podem abdicar por serem essenciais à sua subsistência que, no entanto, se revelam difíceis de conciliar com a actividade partidária. Depreendemos assim, através deste artigo, que a responsabilidade dos republicanos pela conquista do espaço político em São Miguel se apresentou particularmente difícil e adversa:

“[...] a vida laboriosa que todos temos, que nos não deixa tempo sufficiente para todos os trabalhos necesarios para a propaganda e organização do partido e para os trabalhos eleitoraes [...] a vida laboriosa dos republicanos, nem pode remover-se, porque não está na nossa mão tornar-nos ricos de momento nem fazer que alguns homens ricos adiram aos nossos principios [...]”<sup>236</sup>.

Em Ponta Delgada, desde a formação do Centro Republicano Federal, que se verifica um enorme apelo para angariar adeptos junto dos grupos mais desfavorecidos. Colocando um grande enfoque na questão social, os republicanos advogam a defesa das vítimas de injustiças e abusos, condenando os grandes proprietários e capitalistas micalenses, insensíveis aos males e misérias por eles causados: “Mas certos homens, parece-lhes, que para serem ricos, precisam levantar-se nas lezírias da miséria [...]. Não pagais o trabalho do povo pelo seu justo valor [...]”<sup>237</sup>.

---

<sup>235</sup> É num artigo da redacção sobre o Partido Republicano Micaelense que vem expressa esta incapacidade dos elementos do Centro em se projectarem no meio através de conferencias e discursos, por manifesta falta de membros intelectualmente aptos na arte da oratória. Acresce-nos referir que neste momento o Centro conta com quase 7 anos de existência e os resultados eleitorais não correspondem às expectativas do partido. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 7º ano, nº 349, 4 de Janeiro de 1887, p. 1.

<sup>236</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 7º ano, nº 349, 4 de Janeiro de 1887, p. 1.

<sup>237</sup> Artigo de propaganda do Centro um mês após a sua fundação traça um retrato da situação dos operários e campesinato às mãos dos senhores detentores dos meios de produção na ilha de São Miguel. Manifestam preocupação, oferecem defesa e apelam à militância. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 3, 27 de Abril de 1880, p. 2.



Assim, no pressuposto da destruição destes grupos dominantes e na irradicação desses males que impedem melhores condições de vida, o Centro apela, desde cedo, à militância: “se vês que o movimento republicano que iniciámos te pode salvar, abraça-o [...]”<sup>238</sup>. Perante tal quadro, resta-nos inferir que a população alvo, para angariação de votos e militantes, era essencialmente dos estratos sociais mais carenciados e com particulares dificuldades económicas.

Sobre estes republicanos, militantes e dirigentes do Centro, chega-nos de Antero de Quental um retrato curioso. A forma desprestigiante, e talvez preconceituosa, como caracteriza os elementos e simpatizantes do Centro, merece relevância pela contradição que encerra, incompatível com os ideais socialistas e preocupações do poeta-filósofo com as questões sociais, das quais se assume defensor no seio do partido:

“De notícias interessantes, dir-te-ei que o republicanismo avulta de dia para dia. Mas que republicanos! É um partido de lojistas, capitaneado por bacharéis pífios ou tontos. É quanto basta para se lhes tirar o horóscopo. Duma tal república só há-de sair a anarquia e a fome. Mas, como de tudo isso pode muito bem sair a união ibérica, única solução desejável para a esfalfada nacionalidade portuguesa, vejo com gosto este movimento de dissolução”<sup>239</sup>.

Reputando as considerações de Antero, temos na classe dos dirigentes do Centro uma elite com formação e um grupo que podemos associar ao comércio, o que não seria estranho, sendo estes parte dos elementos que compunham a elite de outros centros congêneres. Já Arriaga declarara que a maioria dos seus correligionários eram comerciantes que provinham da classe média com algumas posses e alguns homens de ofícios, nos quais estavam os empregados do comércio<sup>240</sup>.

---

<sup>238</sup> Cf. *Ibidem*, p. 2.

<sup>239</sup> Excerto de uma carta de Antero de Quental dirigida a Alberto Sampaio datada de 1 de Abril [de 1880], comenta o Centro que acabara de ser inaugurado em Ponta Delgada e refere-se aos seus membros com algum desprezo e desconsideração. Cf. Ana Maria Almeida Martins, org., *Obras Completas - Antero de Quental Cartas I [1852] -1881*, Lisboa, Editorial Comunicação e Universidade dos Açores, 1989, p. 497. Merece contudo referência que tais considerações apesar de se reportarem a uma fase embrionária do Centro demonstram a descrença deste socialista no movimento republicano, e com alguns dos seus militantes, nomeadamente com Teófilo Braga, com quem à altura já era divergente: “Dizemos outrossim que um e outro nunca foram íntimos, tendo-se ambos apercebido, desde muito cedo, daquele abismo idiossincrásico que os haveria, mais tarde, de incompatibilizar”. Cf. Amadeu Carvalho Homem, *Teófilo Braga. Filosofia e Pensamento Político-Social*. Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1988, p. 22. Não podemos porém relacionar as críticas de Antero à sua relação com Teófilo na medida em que a ligação deste ao Centro ainda não estava estabelecida.

<sup>240</sup> Cf. Joana de Freitas, *Manuel de Arriaga. Percurso Intelectual e Político de um Republicano Histórico (1840-1917)*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2011, p. 91.

Contudo, corroborando estas caracterizações, é o próprio presidente do Centro, Manuel do Canto, quem nos revela o perfil dos partidários da causa democrática e republicana. Ainda que aceite e desejada pelas camadas sociais descontentes com a governação, todavia não reúne adeptos na elite mais nobre e rica da ilha:

“[...] a causa democrática e a forma republicana é hoje bem aceite e até desejada pela maior parte da gente que pensa e lê em toda a ilha, se exceptuarmos as famílias e os senhores da terra e do capital, e que os povos anseiam por um, remédio aos males que os afligem [...] se não votam connosco, é porque as suas próprias misérias e ignorâncias os condenam à triste condição de servos da gleba [...]”<sup>241</sup>.

Admitindo tais contornos sociais, temos indícios que nos conduzem a um contexto de uma população que não controla os recursos, nomeadamente, os bens e serviços específicos, em particular os do Estado e em que eram as elites locais e o clientelismo tradicional quem proporcionava os meios de subsistência e detinha os cargos burocráticos. Este quadro social dos simpatizantes é em tudo semelhante ao de outros centros espalhados pelo país<sup>242</sup>, compostos por indivíduos oriundos de estratos com poucos recursos, que seriam parte do grupo social mais afectado pelo regime vigente.

Se, por um lado, um perfil desta natureza permitia aos membros do Centro uma maior proximidade das populações mais modestas e melhor articulação com os meios rurais, por outro, a ausência de personalidades republicanas com destaque no meio e a inexistência de uma elite intelectual, importadora das novas ideias e capaz de divulgar o ideário republicano, actuar e disputar um lugar junto das elites de São Miguel, quer económicas, quer rurais detentoras do poder político local<sup>243</sup>, terão sido a causa da fraca projecção e afirmação do republicanismo neste decénio.

---

<sup>241</sup> Excerto da carta de Manuel do Canto a Teófilo Braga em 31 de Agosto de 1881, face aos fracos resultados eleitorais. Embora não caracterize os membros do Centro, fornece-nos um retrato dos simpatizantes com o republicanismo, que nos leva a estratos sociais mais populares. Cf. BPARPD/TB/002/077.

<sup>242</sup> Sobre as origens sociais dos membros do Centro, podemos tomar como referência o Centro Republicano Federal de Lisboa, que apesar de integrado no meio urbano aquando do seu discurso de inauguração Horácio Ferrari refere que este se compunha de elementos oriundos do proletário, ou seja da população que mais sofria com as consequências da organização da sociedade. Cf. Horácio Esk Ferrari, *Centro Republicano Federal de Lisboa. Discurso lido na sessão de abertura em 2 de Janeiro de 1879*, Coimbra, Typographia Democratica, 1879, p. 17, apud, Amadeu Carvalho Homem, *Da Monarquia à República*, 2ª ed., Palimage Editores, p. 33.

<sup>243</sup> Ainda que não disponhamos do quadro socioeconómico nem dos níveis de formação dos dirigentes do Centro, os resultados eleitorais que vieram a verificar-se comprovam o insucesso no recrutamento de membros para as suas fileiras.

## **III – DINÂMICA**



## 1. O Centro Republicano Federal de Ponta Delgada e o jornal *A Republica Federal*

“Nos que trabalhamos e que somos a parte viva da sociedade, é que temos a obrigação de crear o regímen da nossa politica; ella deve ser a obra de nós todos e por isso todos nós a podemos preparar e discutir no seu exercicio. Eis a missão do jornalismo”<sup>244</sup>.

Uma década caracterizada como uma das mais conturbadas na história da imprensa em Portugal, pela conjuntura sociopolítica do país não ser propícia à prática do periodismo, paradoxalmente, coincidiu com a época em que se fundaram alguns centros republicanos nos Açores, entre os quais, o Centro Republicano Federal de Ponta Delgada.

O Centro, tal como os demais congéneres, tinha como função essencial divulgar os princípios e ideais republicanos, cuja via pedagógica e de doutrinação, em Ponta Delgada foi essencialmente preconizada pelo jornal *A Republica Federal*<sup>245</sup>, que se assumiu como espaço de propaganda, dando cumprimento ao artigo 4º, ponto 4º que previa a criação e auxílio de periódicos de propaganda.

O jornal *A Republica Federal* foi lançado no dia 17 de Abril de 1880<sup>246</sup>, com o subtítulo *Órgão do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada*, que lhe conferia e destacava o carácter propagandístico, explicitamente vinculado ao Partido Republicano Português, deixando desde logo antever a sua vertente política e as suas aspirações, tal como o estipulado nos Estatutos do Centro<sup>247</sup>: “[...] por meio [...] do jornal, elucidarmos o povo

---

<sup>244</sup> Da obra de Teófilo Braga, *Das Soluções Positivas*, foi publicado um longo artigo sobre o jornalismo, cf. “Missão do Jornalismo”, *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 26, 12 de Outubro de 1880, pp. 1-2.

<sup>245</sup> À semelhança de outros centros congéneres, que tinham nos periódicos os seus órgãos de propaganda, também este Centro, no mês seguinte instituiu a sua folha, *A Republica Federal*. Cf. *Estatutos do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada, 1880*.

<sup>246</sup> Não obstante o 1º número surgir num sábado, a sua publicação ocorria à terça-feira. A alteração ao dia foi notificada no 2º número. “Este periódico sairá daqui em diante às terças-feiras”. Cf. “*A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 2, 20 de Abril de 1880, p. 4. O aparecimento deste periódico foi noticiado pela imprensa local: *Republica Federal* - Com este título apareceu em Ponta Delgada um novo periódico, defendendo as ideias que o mesmo título proclama. Cf. *A Voz do Povo*, [s.l.], ano 1º, nº 44, 23 de Abril de 1880; “*Republica Federal* - Publicou-se sábado o primeiro número deste jornal mui ilustrado e sensatamente redigido. Receba as boas vindas o novo colega”. Cf. *A Persuasão*, [Ponta Delgada], 19º ano, nº 953, 21 de Abril de 1880, p. 2. Apesar das contendas que ocorrerão entre este último e *A Republica Federal*, ao longo da sua existência é notória a deferência entre os redactores de ambos os jornais.

<sup>247</sup> A fundação de jornais ou outras publicações com objectivos propagandísticos encontram-se definidos no art.º 4º, ponto 4 dos Estatutos do Centro. Cf. *Estatutos do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada, 1880*.

sobre os seus verdadeiros interesses e direitos, bem como para afirmarmos a nossa utilidade pública [...]”<sup>248</sup>.

O periódico assumiu-se desde logo como espaço de propaganda antimonárquica, cujo trajecto contestatário e abordagem dos acontecimentos constitui um contributo qualitativamente relevante, na compreensão do posicionamento do Centro e das figuras a ele ligadas, nomeadamente, a sua figura tutelar, Teófilo Braga, perante a realidade política, social e económica, tanto no plano local como ao nível nacional<sup>249</sup>.

Desde o primeiro dia, *A Republica Federal* revela-se, então, a mais elevada forma de expressão do republicanismo e de maior impacto publicada nesta cidade. No número de lançamento, o seu editor dá a conhecer as linhas mestras que estão na origem deste jornal, órgão oficial e principal meio noticioso do Centro. Procurava, assim, justificar e explicar o objectivo do programa da sua publicação e cuja linha de orientação assentava, como anteriormente referido, no ideário republicano com fins políticos e pedagógicos:

“[...] é para divulgar estes principios e para os defender, que este jornal apparece à luz publica. O modo como havemos de o fazer, o que havemos de conseguir pertence ao futuro; ao povo há de vê-lo e a sua aceitação ou a sua indiferença, será o seu *viredicto*, [sic] sera o nosso premio ou o nosso castigo”<sup>250</sup>.

## 1.1 A liberdade de imprensa

“O nosso século distingue-se pela manifestação de uma nova força social – *a opinião pública*”<sup>251</sup>.

Ainda durante a Monarquia Constitucional, e após um período no qual os jornais gozam de alguma liberdade<sup>252</sup>, inicia-se, na década de oitenta do século XIX, uma nova era da

---

<sup>248</sup> Passagem de uma carta da autoria de Manuel de Medeiros Canto, presidente do Centro, dirigida a Teófilo Braga, reproduzida no jornal. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 29, 2 de Novembro de 1880, pp. 1-2, ou a versão manuscrita de Manuel de M. Canto, BPARPD/TB/CX002/079.

<sup>249</sup> Para Teófilo Braga os jornais surgem também pela necessidade que o ser humano tem de exprimir-se e comunicar a sua opinião, não mais reprimida pelos sistemas autoritários. Cf. “Missão do Jornalismo”, artigo extraído da obra, *Das Soluções Positivas* e publicado em *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 26, 12 de Outubro de 1880, pp. 1-2.

<sup>250</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 1, 17 de Abril de 1880, p. 1.

<sup>251</sup> Cf. Teófilo Braga, *História das Ideias Republicanas* [...], p. 187.

<sup>252</sup> Com o movimento da Regeneração viveu-se em Portugal uma fase de acalmia política, que se reflectiu em nova legislação para a imprensa. São revogadas anteriores medidas restritivas, promulgados decretos que

imprensa. Ameaças e repressão recaem sobre os jornais noticiosos e propagandísticos, essencialmente sobre os de feição republicana, entretanto emergentes.

Do confronto político entre oposição e regime vigente, surgem constantes atropelos e limitações à comunicação social, os quais resultam numa censura e repressão sobre os órgãos de imprensa, sobretudo a identificada com o ideário republicano que, pelo seu cariz crítico e agressivo, veio alterar a estabilidade do regime e ameaçar as instituições políticas e sociais implantadas.

Assim, em 1881, são publicadas as primeiras limitações à liberdade de imprensa, que Teófilo Braga apelida de “portarias surdas” e “portaria muda” cujo propósito visa silenciar a repressão policial: “Já conhecíamos as «portarias surdas», veio agora a «portaria muda» completar o espectáculo da teratologia política constitucional”<sup>253</sup>. Tratava-se de uma portaria restritiva que: “[...] proibía a publicidade dos actos de intervenção policial, e ordenando que se proceda com severidade contra os empregados que ministrarem informações á imprensa”<sup>254</sup>. Estas medidas agravam-se em 1884, com crescente dificuldade para a criação de jornais oposicionistas<sup>255</sup>.

No final deste decénio e à medida que aumentava a perseguição, já existem muitos jornais processados, apreendidos e suprimidos<sup>256</sup>, evidência e reflexo da perda do direito de expressão, do livre pensamento através da imprensa, que deixa, de ser um exercício livre, independente de cauções, autorizações ou censuras prévias<sup>257</sup>:

---

concedem garantias de liberdade e “silêncio” sobre os processos de abuso de liberdade na imprensa periódica. Cf. José Tengarrinha, *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*, Coimbra, Minerva, 2006, pp. 48-52.

<sup>253</sup> Trata-se da Portaria 235 de 12 de Outubro de 1881, assinada por António Rodrigues Sampaio. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 2º ano, nº 32, 29 de Novembro de 1881, p. 1. Foram vários os números em que o periódico do Centro cedeu espaço para artigos sobre a repressão na imprensa. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 2º ano, nº 20, 6 de Setembro de 1881, p. 1; *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 2º ano, nº 24, 4 de Outubro de 1881, p. 1, entre outros.

<sup>254</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 2º ano, nº 32, 29 de Novembro de 1881, p. 1.

<sup>255</sup> Exemplo desse comportamento abusivo por parte das autoridades foram os acontecimentos da Ribeira Brava, (Madeira), onde devido aos distúrbios que ocorreram na Assembleia eleitoral aquando das eleições de Junho de 1884, perderam a vida sete pessoas, vítimas da violência policial. “A democracia está de luto pelos seus irmãos da Madeira, mandados espingardear pelo governo”. Ficaram conhecidos como os *mártires do povo*. Os republicanos micalenses num acto solidário juntaram-se aos candidatos, Manuel de Arriaga, Latino Coelho e Teófilo Braga, também candidato pelo círculo de Ponta Delgada. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 5º ano, 2º suplemento, nº 220, [7] de Julho de 1884, p. 1. O Centro contribuiu com 85\$680 reis, moeda insular, correspondente a 68\$840 reis fortes, produto de uma subscrição feita em benefício das famílias das vítimas. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 5º ano, nº 237, 4 de Novembro de 1884, p. 3.

<sup>256</sup> Cf. Teófilo Braga, *Soluções Positivas da Política Portuguesa*, vol. II, pp. 166 e segs., apud José Tengarrinha, *op. cit.*, p. 50.

<sup>257</sup> Até que a imprensa se liberte das condicionantes e restrições a que estava sujeita decorrerão cerca de três décadas. Com a instauração da República em Portugal a 5 de Outubro de 1910, a legislação que permite a

“[...] fazem toda a qualidade de violência para que a liberdade de opinião se não manifeste contra a forma Monárquica. É assim, que na Carta Constitucional se reconhece a liberdade de discutir as instituições, mas quem tiver opiniões fundadas contra a monarquia tem de as abafar [...]”<sup>258</sup>.

## 1.2 O ideário republicano na imprensa micalense

“É tempo de sairmos deste marasmo de esterilidade em que nos lançou um sistema político de expedientes, desta enfeudação de um povo a uma família, desta atonia mental que deixa a crítica das instituições à perversão jornalística”<sup>259</sup>.

Em finais do século XIX, a imprensa assume um papel preponderante enquanto canal de informação, na publicação de notícias e na difusão de novas ideologias.

As lutas político-partidárias dos republicanos contra o regime monárquico terão constituído um estímulo para o surgimento de vários periódicos, que se tornam então um meio privilegiado de difusão e propagação dos seus princípios: “[...] entre 1876 e 1880, nota-se um inequívoco crescimento de militância expresso no aumento de organizações e fundação de jornais”<sup>260</sup>.

Nos Açores, e antes da existência do jornal *A Republica Federal*, é de referir o inquestionável contributo da imprensa desde que, sob o impulso de alguns liberais exilados na Terceira, surge em 1830 a *Chronica da Terceira*<sup>261</sup>. A mesma experiência aconteceu em São Miguel, em 1832, com a publicação da *Crónica*, uma iniciativa das elites locais. Fruto dessas experiências, a imprensa floresceu por todo o arquipélago, embora nem sempre com carácter regular e duradouro. Essa proliferação periodística atingiu o auge na década de oitenta do século XIX em São Miguel, verificando-se então, uma maior diversidade de periódicos: “A concentração da riqueza e a existência de elites letradas e dinâmicas que configuravam

---

liberdade de imprensa será uma das primeiras preocupações logo após a revolução. Cf. Tengarrinha, *Imprensa e Opinião Pública em Portugal* [...], pp. 52-53.

<sup>258</sup> Cf. Teófilo Braga, *Dissolução do Sistema Monárquico Constitucional*, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1881, p. 18.

<sup>259</sup> Teófilo Braga, *Os Centenários como Synthese Affectiva* [...], p. 13.

<sup>260</sup> Cf. Catroga, *O Republicanismo em Portugal* [...], p. 27.

<sup>261</sup> Foi a 17 de Abril de 1830 que surgiu o primeiro periódico nos Açores, a *Chronica da Terceira*, redigida pelo académico, Simão José da Luz, a convite de Bernardo Sá Nogueira, futuro marquês de Sá da Bandeira. Cf. “Imprensa Periódica nos Açores”, *Archivo dos Açores*, vol. VII, p. 488.

<https://ia600402.us.archive.org/10/items/archivodosaore08pont/archivodosaore08pont.pdf>

[consultado em 25-04-2014].



influentes correntes de opinião - embora confinadas a um exíguo público leitor – explica a realidade”<sup>262</sup>.

Assim, à medida que se expandem e se especializam, os periódicos nos Açores tornaram-se verdadeiros espaços institucionais que legitimavam, veiculavam as comunicações e simultaneamente, assumiam funções determinantes junto das populações, quer pela proximidade das notícias e artigos publicados, quer pela defesa dos interesses das comunidades locais. Os periódicos davam voz às prioridades e reivindicações dos açorianos e eram simultaneamente um lugar de denúncia das dificuldades das populações insulares<sup>263</sup>:

“Veículo de instrução e de divulgação, voz do pensamento e das reivindicações insulares, - apesar de circunscrita um limitado leque social – a imprensa oitocentista desempenhou papel de relevo em todo o arquipélago, ao serviço de ideais, sentimentos e correntes de opinião”<sup>264</sup>.

### **1.3 A *Republica Federal***

#### **1.3.1 Características essenciais do jornal**

“«Republica» pertence ao Centro de que é órgão e propriedade e que serão por elle empregados no desenvolvimento da nossa propaganda e da instrução popular de que depende a implantação do systema republicano e ainda mais a sua sustentação e fructificação”<sup>265</sup>.

Caetano Moniz de Vasconcelos<sup>266</sup>, além de membro da Comissão Executiva do Centro, foi proprietário, director e principal redactor do jornal, *A Republica Federal*, desde a

---

<sup>262</sup> Acerca deste assunto veja-se nota introdutória e respectivos gráficos sobre número de jornais e novas publicações em cada década. Cf. Susana Serpa Silva e Carlos Cordeiro, “Introdução” in *A História da Imprensa e a Imprensa na História o Contributo dos Açores*, Ponta Delgada, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores e Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, 2009, pp. 14-15.

<sup>263</sup> Cf. Idem, *ibidem*, p. 14.

<sup>264</sup> Cf. Susana Serpa Silva, *Aspectos da Vida Social e Cultural Micaelense na Segunda Metade do Século XIX*, Revista *Arquipélago, História*, 2ª série, vol. IV, nº 2, 2000, p. 349.

<sup>265</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 3º ano, nº 103, 25 de Abril de 1882, p. 1.

<sup>266</sup> Caetano Moniz de Vasconcelos (1849-1919) nasceu em Rabo de Peixe, São Miguel. Tirou o curso de condutor de obras públicas e foi esta formação técnica que desde cedo o ligou à cidade da Horta, para onde foi residir quando assumiu as funções de adjunto do engenheiro director das obras de construção da doca da Horta. Assumidamente republicano foi membro da Comissão Executiva do Centro, fundador e editor do Jornal *A Republica Federal*. Após a implantação da República foi presidente da Câmara da Horta em 1911. Em 1912 foi governador civil de Ponta Delgada, estando novamente na Horta em 1915 como governador civil do distrito da Horta, durante o governo de Manuel de Arriaga. Foi ainda líder do partido unionista. Susana Garcia, *No Centenário da República Portuguesa. Retalhos da Nossa História* - LXXXV, 2010.

sua criação até Janeiro de 1888. Foi figura de destaque pelas suas convicções republicanas e ideais democráticos, princípios e doutrina que sempre divulgou e em defesa dos quais sempre lutou. Foi igualmente redactor deste periódico, Manuel Jacinto da Ponte e seus editores, Manuel Corrêa Botelho, Venâncio de Sousa Benevides, Manuel Augusto Tavares de Resendes e Francisco de Almeida Pacheco<sup>267</sup>.

Ao longo de oito anos, *A Republica Federal* deu ao prelo, de forma ininterrupta, 434 números<sup>268</sup>. Tinha uma periodicidade semanal<sup>269</sup>, embora pontualmente fosse complementado com suplementos, sobretudo em ocasiões especiais, tais como, em períodos eleitorais, discursos políticos de figuras carismáticas do republicanismo, ou ainda com números temáticos, sendo exemplo os que circularam em momentos comemorativos<sup>270</sup>.

Era, em regra, composto por quatro páginas, essencialmente de textos sem ilustrações, com excepção da última página, que estava reservada à publicidade<sup>271</sup>.

Durante a sua existência, *A Republica Federal* conheceu três tipografias. Iniciou a sua publicação na Tipografia Açoriana<sup>272</sup>, passando, posteriormente, para a Tipografia Minerva<sup>273</sup>. Aquando desta mudança, a redacção publica um extenso artigo no qual apresenta o panorama do trajecto percorrido pelo jornal ao longo dos três anos de existência. A falta de apoio e simpatia do público estariam, em parte, na origem de algumas dificuldades financeiras, pelo que, a mudança de tipografia seria uma medida que visava melhorar o jornal, ainda que tal implicasse um aumento da despesa. Para fazer face a esse encargo, apelam à colaboração de amigos e ao auxílio através de anúncios. Já em Janeiro de 1885, com o objectivo de satisfazer compromissos de manutenção da Escola Nocturna, o Centro optou por

---

<http://www.tribunadasilhas.pt/index.php/opiniao/item/1219-no-centen%C3%A1rio-da-rep%C3%BAblica-portuguesa-15> [consultado em 28-04-2014].

<sup>267</sup> Cf. Ana C. Moscatel Pereira, “Republica Federal (A)”, *Enciclopédia Açoriana*, Centro de Conhecimento dos Açores, pp. 1-2.

<http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/default.aspx?id=9690> [consultado em 31-10-2013].

<sup>268</sup> Tal como anteriormente referido, o último número dado à estampa foi o nº 434, a 28 de Agosto de 1888.

<sup>269</sup> Embora ambicionassem duas publicações semanais, tal projecto jamais se concretizou.

<sup>270</sup> Foi o caso dos números especiais dedicados ao tricentenário da morte de Camões, ao centenário da morte do Marquês de Pombal ou ao discurso de Manuel de Arriaga, entre outros.

<sup>271</sup> Ocasionalmente surgiam fotografias das individualidades versadas nos artigos. Por vezes continha seis páginas e em muitos números já havia publicidade a partir da terceira página, o que poderá indiciar alguma carência de notícias.

<sup>272</sup> Do 1º número publicado a 17 de Abril de 1880 até ao nº 52 de 18 de Abril de 1882, foram impressos na Typ. Açoriana, Rua da Esperança, nº 33, Ponta Delgada.

<sup>273</sup> Na Tipografia Minerva, Rua da Misericórdia, nºs 28 e 30, Ponta Delgada, teve início o 3º ano da publicação do jornal. A partir dessa data a numeração deixou de se iniciar em 1 (um) passando a ser contínua. *A Republica Federal* começa então o seu 3º ano de publicação com o nº 103 a 20 de Abril de 1882, sendo o último número impresso nesta tipografia, o nº 245 a 30 de Dezembro de 1884.

mudar novamente a impressão do jornal, passando para a Tipografia Popular, na qual finalizará a sua existência, em Agosto de 1888: “O centro tem mensalmente compromissos que excederiam as suas forças pecuniárias [...] a impressão da *Republica Federal* era a única que podia sofrer redução para cobrir a despesa da escola”<sup>274</sup>.

Para além dos elementos da redacção anteriormente mencionados, a ausência de uma ficha técnica não nos permite conhecer parte dos colaboradores do jornal, visto que muitos não se identificavam ou, simplesmente usavam iniciais. Apesar de alguns assinarem artigos com regularidade, não sabemos se o seu carácter era permanente. Não há indicação das tiragens, nem do número de exemplares que circulavam habitualmente<sup>275</sup>, e também desconhecemos o número de assinantes<sup>276</sup>.

Não obstante as iniciativas tomadas em prol da causa republicana, e de se tornar o seu principal suporte em Ponta Delgada, de pouco ou nada valeram o empenho dos seus dirigentes e colaboradores, uma vez que *A Republica Federal* não sobrevive e deixa de se publicar, com efeito nefasto para o impulso do republicanismo e para a determinação dos republicanos nesta cidade, cuja posição enfraqueceu por falta de apoio e do seu meio de divulgação.

No último número deste jornal, os leitores foram informados da sua suspensão, transparecendo da notícia que as verdadeiras causas da impossibilidade de continuar com o projecto não são unicamente as dificuldades monetárias. Além da insustentabilidade financeira, não terá sido de todo alheia, provavelmente sendo mesmo factor determinante, a saída do seu redactor responsável, Caetano Moniz de Vasconcelos<sup>277</sup>. Quando, em Janeiro de 1888, foi transferido para o Faial, os responsáveis pelo periódico anteviam que o jornal ficaria comprometido: “Com a saída daquele nosso prestantíssimo correligionário, ficou a existência

---

<sup>274</sup> Trata-se de uma nota do jornal aos leitores justificando a mudança de tipografia por questões de ordem financeira. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 5º ano, nº 246, 6 de Janeiro de 1885, p. 4. Será esta a última tipografia conhecida: Typ. Popular, sita à Rua da Canada nºs 25 e 27, Ponta Delgada, onde o 1º número impresso foi o nº 246 de 6 de Janeiro de 1885, até que este periódico se extinguisse com nº 434 a 28 de Agosto de 1888, cf. Anexo 2.

<sup>275</sup> Embora não tenhamos números referentes às tiragens, sabemos que houve segunda edição dos primeiros números: “*A Republica Federal* [...] é um periódico redigido com toda a energia, é lido com avidez e muito procurado. Teve que se fazer segunda edição dos primeiros números, caso este, único nos Açores”. Cf. *A Vanguarda*, Lisboa, 1º ano, nº 4, 30 de Maio de 1880, pp. 3-4.

<sup>276</sup> A assinatura mensal tinha um custo de 180 réis, aos quais acresciam os portes do correio para qualquer destino e, avulso podia ser adquirido por 50 réis. A recepção de correspondência e artigos era feita no Largo da Matriz.

<sup>277</sup> Em 26 de Janeiro de 1888, quando Caetano Moniz de Vasconcelos deixou Ponta Delgada, foi-lhe prestada uma simbólica homenagem de despedida por “[...] pessoas de diversas classes da sociedade, uns amigos políticos, outros amigos pessoais, e todos admiradores dos seus talentos e das suas virtudes”. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 9º ano, nº 404, 31 de Janeiro de 1888, p. 1.

deste jornal atacada de uma doença que se não for mortal será de vida angustiada”<sup>278</sup>. Esta ausência será um duro golpe no projecto do jornal e do Centro Republicano Federal, do qual também foi membro desde início.

Confirmou-se o vaticínio e o periódico extinguiu-se, em 28 de Agosto de 1888, com a saída do número 434 [Com este numero suspende a «Republica Federal» a sua publicação [...]]<sup>279</sup>. No entender da direcção da altura foi uma “[...] falta, insubstituível, que nos fez o nosso correligionário ausente no Faial [...]”<sup>280</sup>.

Para além de ter como objectivo inicial o seu auto financiamento, o jornal também deveria contribuir com as receitas das suas assinaturas para custear a Escola Nocturna, acção de cariz social, bandeira tão cara aos ideais republicanos.

Divisões partidárias e discussões políticas aparte, o desaparecimento de *A Republica Federal* deixou algum pesar no meio jornalístico micaelense. *O Pai Paulino*<sup>281</sup>, numa breve nota, refere-se-lhe como sendo um “[...] belo jornal que se publicava nesta cidade e cuja redacção estava a cargo de cavalheiros ilustrados e benquistos, suspendeu a sua publicação, com o numero 434”<sup>282</sup>, ou do *Açoriano Oriental*:

“Com o seu nº 434 do 9º anno de publicidade, suspendeu a «Republica Federal», periódico que militava pela causa republicana entre nós. A bella camaradagem que o colega sempre soube manter entre o jornalismo micaelense, dá logar a ser sensível a sua ausência na imprensa”<sup>283</sup>.

Passados três anos, *A Ventosa Sarjada* surge com a notícia do reaparecimento deste jornal para breve, no entanto, tal não veio a verificar-se<sup>284</sup>.

---

<sup>278</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 8º ano, nº 404, 31 de Janeiro de 1888, p. 1.

<sup>279</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 9º ano, nº 434, 28 de Agosto de 1888, p. 1.

<sup>280</sup> O artigo revela que a manutenção do jornal chega para as suas despesas, visto que recebem dos assinantes, dos republicanos e dos próprios elementos da redacção, que embora desempenhem cargos no jornal também pagam a assinatura, no entanto as verbas não chegam para sustentar a Escola nocturna. Cf. *Ibidem*, p. 1.

<sup>281</sup> *O Pai Paulino* foi um semanário que se publicou em Ponta Delgada entre Maio de 1888 e 1893. Jornal de cunho republicano, conhecido por usar uma linguagem “forte e combativa” que lhe granjeou muitos inimigos. Expressava muitos dos seus artigos em versos. Foi seu proprietário e redactor António Correia de Mendonça, que exerceu o cargo de secretário no Centro Republicano de Ponta Delgada. Cf. Ana C. Moscatel Pereira, “Pai Paulino (O)”, *Enciclopédia Açoriana*, Centro de Conhecimento dos Açores. <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/default.aspx?id=9187> [consultado em 15-03-2014].

<sup>282</sup> Cf. *O Pai Paulino*, Ponta Delgada, 6 de Setembro de 1888.

<sup>283</sup> Cf. *Açoriano Oriental*, Ilha de S. Miguel, nº 2785, 1 de Setembro de 1888, p. 2.

<sup>284</sup> Começou por ser *A Ventosa*, e em 1880 passou a *Ventosa Sarjada*, jornal satírico de cariz republicano e democrático, embora sem qualquer filiação. Terminou repentinamente a sua publicação em Agosto de 1892 e era à altura o único periódico de cunho republicano em Ponta Delgada. Num pequeno artigo este jornal informa que o periódico, *A Republica Federal*, que outrora se publicou, irá retomar a sua publicação com redacção de, João

### 1.3.2 O jornal e a propaganda

“Nesta tribuna da imprensa, nas freguesias e no centro republicano, temos e conforme nos permitiram as nossas forças, advogado a nossa causa e impugnado a causa contrária”<sup>285</sup>.

A propaganda republicana desenvolvida ao longo deste período era essencialmente doutrinária e também pedagógica. A implantação da República era, então, um ideal que norteava e animava os republicanos, crentes de que a sua chegada estava próxima e Ponta Delgada teve, em *A Republica Federal*, o mais importante veículo de divulgação dessa doutrina e princípios. Enquanto jornal alinhado com o Partido Republicano Português, e assumido como seu órgão propagandístico, era inevitável que as linhas principais de actuação da sua política fossem um espaço aberto à defesa da causa republicana e subsequente ataque às instituições monárquicas.

Deste modo, será nas suas páginas que, desde o início, e em nome do Centro, este periódico assume uma postura crítica contra os abusos do poder e da autoridade. Mantinha-se atento à actuação do regime monárquico, não se poupando a censuras e constante condenação pelos excessos dos fortes contra os fracos<sup>286</sup>. Os seus artigos e textos focalizam-se, de forma inexorável, numa forte contestação aos privilégios da Monarquia e dos liberais monárquicos que se encontram no poder<sup>287</sup>, reivindicando os princípios de fidelidade do seu programa, no combate pela imunidade, pelas regalias e pelas liberdades de todos os cidadãos.

Enquanto precursor da divulgação do republicanismo em Ponta Delgada, contou com a colaboração de vários opositores ao regime monárquico. Do conteúdo das suas publicações é evidente e indiscutível que a política surge como temática privilegiada. Semelhante a qualquer periódico, na página principal destaca-se a linha editorial, considerado o primeiro espaço, normalmente da responsabilidade da redacção, no qual se evidenciam os temas mais

---

de Oliveira Raposo, Manuel Jacinto da Ponte e Costa Resende, este último logo que se restabeleça de um problema de saúde que o afecta. Cf. *A Ventosa Sarjada*, Ponta Delgada, 5 de Dezembro de 1891, p. 2.

<sup>285</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, suplemento nº 21, 4 de Setembro de 1880, p. 2.

<sup>286</sup> A propaganda republicana acusa o centralismo monárquico-liberal de prolongar o absolutismo. Para um maior desenvolvimento sobre esta temática, veja-se a obra de Amadeu Carvalho Homem, *A Propaganda Republicana (1870-1910)*, Coimbra, Coimbra Editora, pp. 411 e segs.

<sup>287</sup> São vários os artigos críticos visando a Monarquia e a forma como governam, impossíveis de mencionar todos neste espaço. A título ilustrativo do teor de tais textos, cf. entre outros, “A Agonia da Monarquia”, *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 52, 12 de Abril de 1880, p. 1; “A Monarquia afunda-se”, *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 43, 14 de Fevereiro de 1882, pp. 1-2 ou ainda “A crise da Nação”, excerto da Obra de Teófilo Braga, *Dissolução do Sistema Monárquico Constitucional*, cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 3º ano, nº 114, 27 de Junho de 1882, pp. 1-2.

prementes e mediáticos, sendo que se acentuam os de carácter político e ideológico, em momentos que antecedem as eleições. É aí que, frequentemente, Teófilo Braga contempla os leitores com artigos políticos, que pelo seu carácter doutrinário, constituem uma referência e visam reforçar a militância no Centro.

Para que os micalenses não ficassem à margem dos destinos do partido, o jornal reservava um espaço de agenda noticiosa com o que de mais relevante se passava nos meandros republicanos. Teófilo, e outras figuras carismáticas do partido, como Manuel de Arriaga, ou Brito Camacho, entre outros, foram activos colaboradores deste periódico e responsáveis por textos e artigos de pendor político<sup>288</sup>, alguns deles de contestação, numa rubrica intitulada “Os Deputados Republicanos, Discursos e Propostas”. Estes eram maioritariamente transcrições de artigos já publicados em vários periódicos republicanos<sup>289</sup>, ou discursos e intervenções de figuras relacionadas com o Partido Republicano Português<sup>290</sup>, como foi o caso do discurso de Latino Coelho que, devido à sua extensão, mereceu por parte deste jornal a publicação de um número suplementar<sup>291</sup>, ou ainda a intervenção de Manuel de Arriaga sobre a “Discussão da resposta ao discurso da coroa, na Sessão de 16 de Janeiro de 1883”<sup>292</sup>.

À vertente política e propagandística, sucediam-se as áreas social e económica, tanto nacional como estrangeira. Refere-se ainda que, muito embora as notícias do exterior fossem numa escala mais reduzida e selectiva, matérias abrangendo outros géneros, de pendor

---

<sup>288</sup> Foi neste espaço da redacção que Teófilo deu a conhecer aos eleitores açorianos os conceitos de *Mandato Imperativo*, *Soberania Nacional*, *Sufrágio Universal*, *República Federal*, *Iberismo*, entre outros.

<sup>289</sup> Caso de artigos de *A Vanguarda*, *O Século*, *O Trinta* entre outros.

<sup>290</sup> Muitos destes artigos eram discursos das intervenções dos deputados republicanos nas Cortes.

<sup>291</sup> A transcrição deste discurso totalizou quinze páginas. Cf. “Discurso de Latino Coelho proferido na Câmara dos Pares nas sessões de 30 e 31 de Março”, *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 7º ano, suplemento nº 321, [22 de Junho de 1886].

<sup>292</sup> É também deste republicano o discurso acerca do “Projecto de reforma de instrução secundária que teve lugar a 17 de Março de 1883. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 4º ano, nº 175, 28 de Agosto de 1883, pp. 2-3. Também merece destaque uma carta do jornal *A Persuasão* sobre a “Moralidade dos jornais republicanos” publicada em *A Republica Federal* e alvo de comentários pela oposição local. No mesmo artigo segue-se uma crítica à forma abusiva e exploradora como a imprensa republicana usa estes meios de comunicação: “A sua fraqueza está na péssima direcção, nas violências e na intolerância furiosa dos seus jornais”. Cf. *A Persuasão*, [Ponta Delgada], 23º ano, nº 1176, 30 de Julho de 1884, p. 2. Há ainda transcrições de discursos e intervenções de outros republicanos, como, Elias Garcia sobre o Projecto de lei que reforma o ensino comercial, e que se publicou ao longo de vários números, cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 4º ano, nº 180, 2 de Outubro de 1883, pp. 2-3, ou Consigliieri Pedroso, *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 7º ano, nº 338, 19 de Outubro de 1886, pp. 1-2.

histórico e filosófico, eram parte integrante de artigos. Regra geral, a temática relacionada com a História vinha na parte inferior da primeira página, sob o título “Folhetim”<sup>293</sup>.

Sobre História, foram relevantes os capítulos de *História de Portugal*, de Oliveira Martins<sup>294</sup>, e de *História das Ideias Democráticas em Portugal*, da autoria de Teófilo Braga<sup>295</sup>. No âmbito da Filosofia, muitos eram alusivos ao Positivismo, abordando as novas correntes e teorias tão em voga na Europa oitocentista.

Vivia-se ainda sob o efeito do século das luzes, ao qual este periódico não ficou à margem: “A propaganda é o augusto sacerdócio das civilizações modernas; é a poderosa alavanca do progresso das gentes”<sup>296</sup>. Divulgam-se textos, obras, biografias, entrevistas de intelectuais e figuras de destaque, quer nacionais quer estrangeiras, que marcaram a sociedade e a cultura portuguesa de então, com impacto, ainda que menor, na sociedade micaelense, apesar de pouco permeável à novidade.

Outras abordagens trouxeram registos de índole científica, com novas concepções e teorias<sup>297</sup>, conceitos políticos e formas de Governo, sobretudo de pendor federalista, aspirações dos republicanos que lhes permitiriam exercer um controlo sobre as estruturas vigentes<sup>298</sup>. Na primeira página, mereciam ainda destaque alguns tópicos de resposta a leitores<sup>299</sup>, congregam-se escritos e comentários a artigos publicados em outros jornais, regra geral adversários políticos ou católicos com quem mantinham acesos despiques:

---

<sup>293</sup> Este era um título comum a vários jornais. Apesar da componente histórica figurar neste espaço, outros temas como política ou as demais ciências, também eram aqui publicados.

<sup>294</sup> Deste historiador foram publicados quatro temas ao longo de várias semanas com início em Novembro, cf. “A educação dos jesuítas”, *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 32, 19 de Novembro de 1880, pp. 3-4, que terminou no nº 36, em 21 de Dezembro de 1880; “Os Philipenses”, *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 38, 4 de Janeiro de 1881, pp. 2-3, que terminou no nº 40 em 18 de Janeiro de 1881; “Portugal restaurado”, *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 41, 25 de Janeiro de 1881, pp. 2-3, que terminou no nº 49 em 22 de Março de 1881. Finalmente, também é da sua autoria “Formas de Governo”, neste caso publicado na secção Redacção.

<sup>295</sup> Esta publicação iniciou-se em *A Republica Federal* Ponta Delgada, 1º ano, nº 45, de 28 de Fevereiro de 1882.

<sup>296</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 2, 20 de Abril de 1880, p. 1.

<sup>297</sup> Foi o caso do artigo: “Alguns factos sobre que se baseia a Teoria Darwinista ou da Evolução”, *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 2º ano, nº 7, 31 de Maio de 1881, ou, “A ideia moderna em Filosofia Geologia, a sua origem histórica, a sua significação e o seu valor”, *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 2º ano, nº 9, 14 de Junho de 1881.

<sup>298</sup> São vários os artigos que abordam e tentam explicar ao leitor teorias e conceitos políticos como: “Federação”, *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 5, 11 de Maio, 1880, p. 2; Teófilo Braga, “Constituição Política como Ciência”, *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 27, 19 de Outubro de 1880, pp. 1-2, entre outros.

<sup>299</sup> Podemos tomar como referência uma carta assinada pelo Dr. Corrêa Barata, “Carta ao Sr. Ramalho Ortigão a propósito do Centenário Pombalino”, *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 3º ano, nº 133, 7 de Novembro de 1882, pp. 1-2.

“Para replicarmos ao seu artigo em resposta ao nosso sobre o sermão do padre Rogerio convem precisarmos os pontos de divergencia e assim perguntar-mos á folha catholica se: 1º se nega o progresso humano *in limine* ou se simplesmente pretende que ha actualmente retrocesso moral proveniente de causas acidentais [...]”<sup>300</sup>.

Para além do jornal *A Época*, com o qual *A Republica Federal* manteve um diálogo permanente: “Estamos avisados para calçar luva branca na polémica com a *Federal*; é verdade que arriscamos a trazê-las enodoadas de sangue”<sup>301</sup>, um outro forte e intransigente opositor do periódico republicano foi *A Civilização*, jornal de reflexão religiosa. *A Republica Federal*, além de ser o jornal defensor do republicanismo, evidenciava o seu cariz laico e inimigo da igreja. Consciente do combate político-ideológico que se vive neste final de século, *A Civilização* assume a divisa de defesa e de luta dos valores cristãos, recorrendo por vezes a linguagem indigna de um órgão de índole católica, sendo evidentes e frequentes as dissonâncias entre os princípios que cada um defende, impossíveis de algum dia virem a compagnar-se:

“É chamar aos adversários maltrapilhos, fraldiqueiros, *sans cullotte*, taverneiros, republicueiros, vadios, garotos, etc. Ninguem pode pôr em dúvida a intelligencia, nem a sabedoria nem a fina educação de quem assim argumenta; é o *bom tom* dos religiosos que têm nome”<sup>302</sup>.

### 1.3.3 O jornal, os discursos e os debates

Se através dos periódicos da época recuperámos as principais preocupações e reivindicações da sociedade micaelense, estes também nos dão conta da forma como as forças políticas e as elites empreenderam as suas lutas pessoais e ideológicas, que, directa ou indirectamente não são alheias à questão republicana e se adaptam às novas circunstâncias.

---

<sup>300</sup> A título de exemplo, cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 33, 30 de Novembro de 1880, pp. 1-2.

<sup>301</sup> Excerto de um dos inúmeros artigos trocados entre estes dois periódicos, sempre em tom insultuoso e de desdém. Cf. *A Época*, Ponta-Delgada, 1º ano, nº 39, 30 de Setembro de 1882, p. 1.

<sup>302</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 2º ano, nº 9, 14 de Junho, 1881, p. 3, em resposta a um artigo de, *A Civilização* repleto de acusações e insultos aos republicanos embora tentem impor-lhe um cunho respeitoso: “E a nossa fina educação não conspurcou as luvas de *fina camurça* que calçamos!”, cf. *A Civilização*, Ponta Delgada, ano 6º, nº 262, 9 de Abril de 1881, pp. 2-3.



Assim, com o aparecimento do movimento republicano em São Miguel, impõe-se a adaptação a uma nova realidade, e à contestação de figuras e valores há muito instalados. A *Republica Federal* torna-se, então, o canal mais eficaz na luta e difusão da mensagem republicana, desencadeando intensos confrontos com os demais periódicos. Trouxe novos personagens e novos ideais, obrigando a uma reorganização partidária, que veio perturbar um conformismo latente e abalar a incapacidade da população em se opor aos líderes históricos e soberanos nos destinos da ilha<sup>303</sup>.

Ainda que mais acesos em períodos eleitorais, sabemos que os “debates” entre republicanos, regeneradores e progressistas ocorriam amiúde, no entanto, o que transparece das notícias de *A Republica Federal* e dos demais jornais da época, essencialmente os da oposição, é que tal não acontecia em Ponta Delgada, assistindo-se pelo contrário, a constantes agressões verbais entre candidatos e partidos. Há um envolvimento de ambas as facções, com críticas aos programas, que pautam por um desrespeito pelos vários intervenientes e suas convicções.

É do *Diario dos Açores*<sup>304</sup>, afecto ao Partido Progressista e defensor do Dr. Caetano de Andrade Albuquerque, candidato pelo círculo de Ponta Delgada às eleições suplementares de 1880 e representante das elites locais, que surgem os discursos mais inflamados. Sem limitações de retórica, vinculam os republicanos a um partido sem orientação nem convicções políticas, a um partido que defende a república anarquista do ateísmo, apelidando-os de “farsantes e comediantes”, desinteressados pela causa e sorte do povo, cujo fito ambicioso e desmedido apenas prejudica os interesses da terra:

“Acaso imaginais que, sem precedentes honrosos, nem importância alguma haveis de ser os Gambetas, se chegar a hora da comoção? [...] moderai as vossas ambições, que o povo presa a sua dignidade e posição, para não se render a desvarios truanescos [...]”<sup>305</sup>.

Destacámos o contributo dos principais intervenientes e adversários políticos: o jornal *A Persuasão*, de Francisco Supico e afecto aos regeneradores; *A Civilização*, de cunho

---

<sup>303</sup> Foi necessária uma adaptação às novas circunstâncias. À altura existiam em São Miguel dois partidos, Progressista e o Regenerador. Serão maioritariamente dissidentes dos regeneradores que aderem os princípios republicanos.

<sup>304</sup> O *Diario dos Açores* foi um periódico fundado por Manuel Augusto Tavares Resende, que o dirigiu desde 1870 até 1892. Surgiu sob a influência do *Diário de Notícias* e pretendia ser um órgão de informação diário, que levasse aos micalenses a informação do mundo que chegava à ilha de São Miguel. Cf. Carlos Enes, “Diário dos Açores”, *Enciclopédia Açoriana*, Centro de Conhecimento dos Açores, 2003.

<http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/default.aspx?id=2673> [consultado em 15-07-2014].

<sup>305</sup> Cf. “Os Falsos Apóstolos”, *Diario dos Açores*, 11º ano, nº 1777, Ilha de S. Miguel, 22 de Abril de 1880, p. 1.

religioso; o *Correio dos Açores*; *A Época*<sup>306</sup>; o *Correio Micaelense*, do qual Caetano de Andrade era redactor, e o *Diario dos Açores*, sendo este último, jornal progressista, aquele que, enquanto representante da oposição, foi o que mais se digladiou com *A Republica Federal*, desprezou o Centro, os republicanos e, sobretudo, o seu candidato. Inevitável era que Teófilo Braga fosse o alvo principal e é neste sentido que nos deparámos com vários artigos que versam mais a sua figura do que os seus ideais e princípios, sendo tido como um desertor, incapaz de defender os interesses das populações:

“O povo, já o temos dito não póde esperar desenvolvimento [...] se fôr eleito dr. Theophilo Braga, pois s. ex.<sup>a</sup> dá tanto apreço aos melhoramentos da nossa terra, como qualquer michaelense ao que se póde passar na China. S. ex.<sup>a</sup> faz tanto caso do seu paiz que, ha pouco, sendo esperado pelo pequeno número dos seus amigos, não veio cá; porque nunca morreu d’amores pelos seus conterraneos”<sup>307</sup>.

Esta ideia de “abandono da terra” foi tomando consistência, à medida que os anos avançaram. É certo que Teófilo jamais regressou a São Miguel, e foi esta a sua intenção desde que partiu para o continente. Aos seus amigos, e sobretudo a Supico, seu mentor no mundo das letras e confidente por toda a vida, confessou tal intenção. “A arte de tipógrafo [...] no jornal *Santelmo* poderia proporcionar-lhe um emprego banal e a almejada fuga ao meio deprimente [...] pois projectava não mais regressar”<sup>308</sup>.

Contudo, foi com esta candidatura e com o discurso republicano que se iniciou em São Miguel um processo de consubstanciação, sobretudo dos grupos sem expressão, embora permeável a membros de outros partidos:

---

<sup>306</sup> Semanário que se publicou em Ponta Delgada nos anos 1881-1885. Dedicou parte dos seus artigos à questão da emigração para os Estados Unidos da América. Merece ainda destaque a atenção que dedicou à bibliografia camoniana. Carlos Enes, “A Epoca”, *Enciclopédia Açoriana*, Centro de Conhecimento dos Açores, [s.d.] <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/default.aspx?id=3447> [consultado em 15-07-2014]. Entre este e *A Republica Federal* também se estabeleceram diálogos pouco corteses, ao ponto de a chamar de “A folha terrorista”, cf. artigo sobre aplicação da justiça”, *A Epoca*, Ponta Delgada, 3º ano, nº 140, 6 de Setembro de 1884, p. 1.

<sup>307</sup> O artigo em apreço data de vésperas de eleições, e a opinião veiculada por este jornal é comum à restante oposição. Ainda no mesmo texto é possível ler em destaque no apelo aos eleitores a seguinte frase: “À Urna pelo simpático candidato do Partido Popular Progressista, Contra o dr. Teófilo Braga, o anarquista, contra o Ateu!”. Cf. *Diario dos Açores*, 11º ano, nº 1835, Ilha de S. Miguel, 4 de Setembro de 1880, p. 1.

<sup>308</sup> Cf. A obra de Carvalho Homem, que até hoje nos forneceu a biografia mais completa e desenvolveu todo o percurso de Teófilo Braga. Amadeu Carvalho Homem, *A Ideia republicana em Portugal [...]*, p. 9.

“Ah! Ah! Ah! Pobre creança! Voltai para a escola a aprender lá mais alguma coisa [...] Nem ao menos sabeis preparar terreno para a vossa defesa. Como haveis então de justificar de terdes sido hontem regeneradores façanhudos e hoje republicanos exaltados, inconscientes”<sup>309</sup>.

Não obstante, o Centro irá através do seu órgão, divulgar o programa do partido, e ser ele próprio, um mecanismo de transmissão da doutrina política republicana, com destaque para as novas ideias políticas, como o Positivismo e o Federalismo. Antagónicas ao discurso e às concepções das forças monárquicas, estas ideias, tão em voga na Europa oitocentista, são audazmente divulgadas pela pena de Teófilo Braga.

Porém, se de um lado, o ideário representado e propalado pelo Centro Republicano, pelo seu candidato e pelos seus representantes enceta a sua luta num discurso ideológico, na defesa dos direitos e liberdades, nas conquistas do homem e da 3ª República Francesa, do outro, deparámo-nos com discursos de pura retórica, vazios de princípios ideológicos, incapazes de se justificarem, que continuam a advogar a centralização do poder, os privilégios das elites, a diferenciação de classes, pretendendo um povo sem expressão, com liberdades e direitos limitados pela Constituição em vigor.

Mas, se os discursos são válidos enquanto símbolos, também é verdade que são difíceis de serem compreendidos pelas populações, visto que falamos de estratos sociais “marginalizados”<sup>310</sup>. Falamos de elites rurais, operários ou elementos que, embora se encontrassem na dianteira, alguns alinhados com o ensino, por vezes detentores de alguma expressão económica e capazes de constituírem um “poder alternativo” eram, no entanto, vistos como elementos “à margem da sociedade” para este tipo de envolvimento.

Das iniciativas organizadas pelo Centro, as conferências e os comícios foram assaz significativos, embora através do seu periódico as notícias sobre esses acontecimentos sejam escassas, limitando-se essencialmente a meras convocatórias, sem contudo enunciar os conferencistas. Excepção feita a duas conferências que ficaram célebres e foram amplamente divulgadas: a proferida por Aristides Moreira da Mota<sup>311</sup> e a de Manuel de Arriaga.

---

<sup>309</sup> É possível encontrar com alguma frequência nesta folha exarados artigos de crítica e desprezo para com os republicanos, o seu Centro e sobretudo o seu periódico. Cf. “Os Falsos Apóstolos”, *Diario dos Açores*, 11º ano, nº 1777, Ilha de S. Miguel, 22 de Abril de 1880, p. 1.

<sup>310</sup> Neste contexto, entenda-se marginalizado enquanto cidadão com dificuldade de acesso aos meios de comunicação por serem analfabetos ou iletrados.

<sup>311</sup> Antes de se tornar o principal mentor da causa autonómica circulou pelos meandros republicanos. Numa das suas deslocações a uma Conferência que teve lugar no Centro, foi-lhe solicitada uma intervenção pelos membros daquele Centro. O seu discurso resultou num sucesso, e, nas palavras do seu periódico este “[...] tornou a Conferência brilhante”. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 21, 31 de Agosto de 1880, p. 4. Aristides Moreira da Mota nasceu em Ponta Delgada em 1855, formou-se em Direito na Universidade de

Na semana que antecedeu as eleições de 1880, sabemos que se realizou uma importante conferência no Centro, sendo Aristides Moreira da Mota o primeiro conferencista. Bastante jovem, acabado de se formar em Direito pela Universidade de Coimbra, desde cedo reuniu fortes simpatias no círculo republicano, devido à sua inteligência e qualidades de orador. Esta primeira conferência foi relevante, quer pelo interveniente, quer pelo seu discurso: “[...] explicou num brilhante improviso, o que eram os partidos monárquicos e que só a república trará a felicidade a um povo [...]”<sup>312</sup>.

Outra conferência emblemática foi a proferida por Manuel de Arriaga<sup>313</sup>. Em finais de Agosto de 1887, Arriaga, à altura membro do Directório do Partido Republicano Português, fez uma escala no porto de Ponta Delgada, quando se dirigia à sua terra natal, a ilha do Faial: “A este nome estão associados os títulos de uma das mais proeminentes individualidades, entre a plêiade de brilhantes talentos da geração nova que estão honrando as terras açorianas de onde são filhos”<sup>314</sup>.

Reconhecida figura e admirado pelos micaelenses, fosse pela sua distinção e projecção enquanto republicano, fosse pelos laços afectivos de açoriano que os uniam, foi visitado a bordo do Paquete Funchal por um grupo de republicanos do Centro, que lhe endereçaram um convite para proferir uma conferência nesta cidade, quando regressasse do Faial<sup>315</sup>: “O nosso correligionário recebeu com a sua proverbial amabilidade um grupo de republicanos micaelenses que foram cumprimental-o, e tem toda a vontade de fazer aqui uma conferencia [...]”<sup>316</sup>.

---

Coimbra, não se insere na geração de 70, mas os seus conceitos encontram lá raízes, em particular nos seus mentores Antero de Quental e Oliveira Martins, que norteiam e lhe servem de referência não só espiritual mas também politicamente. Foi contudo em Coimbra com influência da escola positivista que se tornou um homem da geração de 90, ainda que mais tarde encare as teorias do positivismo com algum cepticismo. José Guilherme Reis Leite, “Considerações acerca da correspondência de Aristides Moreira da Mota com Luís de Magalhães”, *A Autonomia no Plano Histórico. I Centenário da Autonomia dos Açores, Actas do Congresso 1895-1995*, Universidade dos Açores, vol. I, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995, p. 208.

<sup>312</sup> Cf. *A Vanguarda*, Lisboa, 1º ano, nº 19, 12 de Setembro de 1880, p. 3.

<sup>313</sup> Cf. Susana Serpa Silva, *Ponta Delgada. Roteiros [...]*, p. 37.

<sup>314</sup> Cf. *A Persuasão*, [Ponta Delgada], 26º ano, nº 1337, 31 de Agosto de 1887, p. 3.

<sup>315</sup> Ainda que não adiantasse a data foi divulgado que a conferência teria lugar no Teatro Micaelense a partir das 8 horas. A entrada era livre mas atendendo às limitações do espaço os bilhetes eram entregues no Centro havendo: “[...] preferências na distribuição [...]”. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 8º ano, nº 385, 20 de Setembro de 1887, p. 3.

<sup>316</sup> Manuel de Arriaga viajava no Paquete Funchal e foi aí que decorreu a reunião, na qual foi convidado a proferir uma conferência. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 8º ano, nº 382, 30 de Agosto de 1887, p. 1. No mesmo número é ainda reproduzido um artigo da autoria de Ramalho Ortigão publicado no *Álbum das Glórias*, que pretende dar um retrato do seu valor e carácter moral.

Em 30 de Setembro, Arriaga cumpre a promessa. A sua passagem iniciou-se com um passeio ao Vale das Furnas<sup>317</sup>, ao qual se seguiu a célebre conferência que decorreu no Teatro Micaelense. O dirigente republicano discursou durante uma hora, tempo este que não foi suficiente para deslindar os meandros do poder, da religião e a ideia de justiça. A conferência tornou-se, então, num verdadeiro comício republicano e democrata<sup>318</sup>, com um discurso inspirado na religião e na ciência, que toma o mundo como se fosse um templo, a civilização um culto, o altar a pátria, o amor o incenso e por objecto a humanidade, cujo remédio só poderia ser a República. Procura assim, mostrar que a via republicana é a única possível para atingir a harmonia e a perfeição intelectual<sup>319</sup>.

“A elevação, a erudição, a delicadeza, a eloquência, o sentimento e a sinceridade da sua palavra inspirada penetrou o espírito público, como um delicado perfume, tão delicado e subtil como fugitivo que atravessou a nossa atmosfera [...]. O dr. Manuel de Arriaga é o que se chama um carácter adorável [...]”<sup>320</sup>.

Perante tão ardente mensagem, os republicanos micaelenses aproveitaram a oportunidade e dedicaram um número do seu jornal à divulgação do evento. O número da edição especial de *A Republica Federal* tem na primeira página o retrato de Arriaga, ao qual se segue um artigo da redacção que enaltece a sua figura, o seu carácter e o seu orgulho em ser açoriano. Consta ainda do mesmo número uma poesia da sua autoria e a transcrição de dois discursos parlamentares<sup>321</sup>.

A dinâmica política e propagandística dos centros era em parte dominada por prelecções públicas, através da organização de conferências, de encontros e sessões de esclarecimento com indivíduos, regra geral ligados ao partido republicano. Esta forma de propaganda ocorria frequentemente e tinha como intuito principal cativar militantes. Pretendia-se assim, que os ideais republicanos fossem transmitidos por elementos dinamizadores, cultos, bem formados e conhecedores do espírito republicano, capazes de

---

<sup>317</sup> Freguesia do concelho da Povoação, em São Miguel. Conhecida pelas suas águas termais, lagoa e gastronomia invulgar, que usa o próprio calor, ou nas águas das caldeiras para a sua confecção. A característica diferente deste lugar confere-lhe uma beleza natural, inigualável.

<sup>318</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 8º ano, nº 387, 4 de Outubro de 1887, p. 1.

<sup>319</sup> Cf. O teor do discurso de Arriaga referido por Susana Serpa Silva, *Ponta Delgada. Roteiros [...]*, p. 15.

<sup>320</sup> Artigo sobre o discurso proferido por este republicano aquando da sua passagem por Ponta Delgada. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 8º ano, nº 387, 4 de Outubro de 1887, pp. 1-2. A conferência mereceu destaque por parte de *A Persuasão*, tanto Arriaga como o seu discurso foram alvo de elogios. Cf. *A Persuasão*, [Ponta Delgada], 26º ano, nº 1333, 2 de Agosto de 1887, p. 3.

<sup>321</sup> Cf. Anexo 9, *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 8º ano, nº 386, 30 de Setembro de 1887; *A Persuasão*, [Ponta Delgada], 26º ano, nº 1333, 2 de Agosto de 1887, p. 3.

cativarem uma audiência passível de ser formada e convertida pelos efeitos intelectuais e morais por estes exercidos.

## 2. O Centro Republicano Federal de Ponta Delgada e as eleições

“E um dos primeiros actos porque vae affirmar brilhantemente [sic] a sua existencia, é a apresentação da candidatura do dr. Theópfilo Braga por aquelle circulo nas eleições supplementares que proximamente terão logar”<sup>322</sup>.

A década de oitenta do século XIX inicia-se com a conquista do poder pelo Partido Progressista. Num governo com um ministério presidido por Anselmo Braamcamp, a ascensão da esquerda monárquica pretende instituir o modelo de rotativismo político, como forma de consolidação social e política, pretensão gorada essencialmente pelos reflexos da crise financeira de 1876<sup>323</sup> e, em parte, pela activa intervenção dos republicanos. É nesse momento que o recém-criado Centro Republicano Federal, na cidade de Ponta Delgada, intervém pela primeira vez, escolhendo um candidato capaz de dar voz às exigências dos micaelenses:

“O Centro republicano entendeu dever entrar na pugna eleitoral que em breve vai travar-se n’este circulo, e resolveu apresentar como candidato o nosso distincto conterraneo Dr. Joaquim Theophilo Braga, justamente celebre pela coragem e erudição com que tem sustentado e propagado os princípios republicanos democráticos”<sup>324</sup>.

Em reunião de Assembleia, a 18 de Abril de 1880, o Centro decide avançar com a candidatura de Teófilo Braga, cuja proposta foi formalizada, ainda que condicionada à aceitação do mandato imperativo por parte deste<sup>325</sup>. O mandato imperativo constituía uma

---

<sup>322</sup> Trata-se de um excerto do artigo de *A Vanguarda* que noticia a constituição do Centro, na rubrica, “Ilhas e Ultramar”. Além de apresentar a Comissão Executiva, anuncia *A Republica Federal*, seu órgão de propaganda e o seu projecto mais mediato e importante, que é a candidatura de Teófilo Braga pelo círculo de Ponta Delgada. Cf. *A Vanguarda*, Lisboa, nº 1, 12 de Maio de 1880, p. 3.

<sup>323</sup> No início da década de oitenta a economia portuguesa atravessa uma crise financeira, resultado da congregação de várias situações que fragilizaram a estabilidade do país. A componente financeira era fortemente dependente das remessas dos emigrantes provenientes do Brasil, que devido à guerra com o Paraguai se alteram. O câmbio deteriorado leva a uma acumulação nas praças do Rio, face à desvantagem que implicava a sua transferência. Por outro lado parte dos recursos portugueses foram aplicados em fundos espanhóis que resultaram num enorme prejuízo para o país e terão estado na origem das primeiras falências. De acordo com o relatório do Banco de Portugal, esta conjuntura de crise não pode ser dissociada da quebra de produção dos cereais, da exportação do azeite e da invasão da filoxera com efeito na produção vinícola. Luís Aguiar Santos, *A crise financeira de 1891: uma tentativa de explicação*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2001, separata da revista *Análise Social*, vol. XXXVI, nº 158-159, Lisboa, 2001, pp. 185-207.

<sup>324</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 6, 18 de Maio de 1880, p. 1.

<sup>325</sup> O mandato imperativo que foi solicitado a Teófilo Braga compunha-se de 16 artigos, cujo teor foi anteriormente analisado. Veja-se a este propósito, “O mandato Imperativo”, no primeiro capítulo desta nossa dissertação.

novidade, tratava-se de um contrato que vinculava o candidato aos eleitores, um contrato em que estes transferiam, para o candidato, o direito de legislar:

“Cidadãos! Considerando que o círculo de Ponta Delgada está vago na representação nacional [...] e atendendo a que em conformidade com o que determina a lei, vai ser novamente consultado o sufrágio popular, o Centro Republicano Federal desta cidade proclamou, em assembléa geral, para candidato a deputado do partido republicano o:  
Dr. Joaquim Teófilo Braga”<sup>326</sup>.

Inicia-se assim, o número especial que *A Republica Federal* dedica à apresentação oficial do seu candidato, Joaquim Teófilo Braga, e que se fez acompanhar da publicação do respectivo mandato imperativo *ajustado* entre este e o Centro.

A este sufrágio concorreram Teófilo Braga, em representação dos republicanos, e Caetano de Andrade Albuquerque<sup>327</sup>, pelos progressistas, cuja candidatura era apoiada pela elite local. Terá sido este candidato o seu principal rival ao longo desta candidatura<sup>328</sup>. Não obstante Teófilo ser um homem da terra, tal facto não lhe trouxe qualquer vantagem, porque tendencialmente, o apoio era dado a figuras conhecidas e inseridas no meio.

No entanto em Lisboa, o periódico *A Vanguarda* encarava essa candidatura como um combate feroz, porquanto vê o *filho da terra* capaz de triunfar e assim, representar os micalenses nas câmaras, defender os seus interesses, protestar contra o sistema de instituições e abusos responsáveis pelo estado deplorável em que se encontrava o país e o arquipélago: “O dr. Teófilo Braga, neste accôrdo da consciência nacional que se vai lentamente produzindo, é o tipo representativo da *ideia nova*”<sup>329</sup>.

Durante vários meses, são os preparativos da campanha que dominam a cena política. *A Republica Federal* acompanha e noticia a actividade política, o descontentamento das

---

<sup>326</sup> Foi esta a notícia da apresentação de Teófilo Braga como candidato pelo círculo de Ponta Delgada, o mesmo artigo refere que esta candidatura destina-se a ocupar o lugar do “[...] sr. Braamcamp, deputado eleito por este mesmo círculo ter sido mais votado no da Chamusca [...]”. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, suplemento nº 5, 12 de Maio de 1880, p. 1.

<sup>327</sup> Caetano de Andrade Albuquerque (1844-1900) nasceu em Ponta Delgada, formou-se em Direito em Coimbra. Filiado no Partido Progressista, foi eleito deputado em 1880. Foi ainda presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, provedor da Santa Casa da Misericórdia e autor do anteprojecto da Autonomia Administrativa dos Açores em 1893. Cf. Manuel Cândido Pimentel “Albuquerque, Caetano de Andrade”, *Enciclopédia Açoriana*, Centro de Conhecimento dos Açores, 1998.  
<http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/default.aspx?id=2853> [consultado em 15-07-2014].

<sup>328</sup> Era constante a discórdia entre os princípios que ambos os candidatos defendem. Será o Centro por via dos seus representantes, e *A Republica Federal* quem iniciará a luta, representará e defenderá os princípios de Teófilo Braga.

<sup>329</sup> Sobre esta candidatura, a luta encetada pelo periódico do Centro e as simpatias que esta reúne junto da população, cf. *A Vanguarda*, Lisboa, nº 2, 16 de Maio de 1880, p. 3.



populações, a manipulação do próprio eleitorado por parte do governo e as falsas promessas, como a de satisfação de antigas pretensões<sup>330</sup>.

É ainda através deste mesmo jornal que tomámos conhecimento da forma como decorreram os trabalhos preparatórios para a eleição de Teófilo Braga em 1880. Crentes nas possibilidades de vitória do candidato republicano, Caetano Moniz, João Raposo e Manuel da Ponte, todos os domingos se deslocavam, em campanha, às diversas freguesias que faziam parte do círculo de Ponta Delgada. Aí, convocavam comícios, nos quais expunham os princípios da doutrina republicana e procuravam explicar às populações o mandato imperativo aceite pelo candidato do Centro<sup>331</sup>.

Todavia, os progressistas são ainda uma organização fortemente implantada localmente, liderados pelas elites que exercem uma enorme influência sobre as populações e usam amiúde de medidas coercivas na angariação de votos. À semelhança do que acontece por todo o reino, os Açores não constituem excepção, também aí, são enormes e fortemente enraizados os meios de persuasão.

Ao longo desta década, tal como durante o período da Monarquia, as actividades eleitorais, nomeadamente a apresentação dos candidatos e respectiva *campanha eleitoral*, decorriam sem serem objecto de qualquer regulamentação legal<sup>332</sup>.

É sobretudo nesses períodos de eleições e durante as campanhas que os republicanos micalenses se deparam com uma máquina eleitoral que usa métodos de propaganda e pressão sobre o eleitorado na conquista de votos, que vão desde a sua compra nas várias assembleias, algumas “à boca da urna”, até à concessão de benesses e favores e à distribuição de cargos:

“As pressões em obras públicas, intimidações no acto da votação com ameaças de prisão, algumas levadas a efeito, assuadas aos republicanos por bandos de 100 a 200 indivíduos, assalariados pelo bando progressista, que rondaram todas as noites as ruas da cidade [...]”<sup>333</sup>.

---

<sup>330</sup> Era recorrente nas campanhas apresentarem programas de obras públicas, como a construção de estradas, as promessas de emprego ou a isenção do serviço militar.

<sup>331</sup> Cf. *A Vanguarda*, Lisboa, 1º ano, nº 12, 25 de Julho de 1880, p. 4.

<sup>332</sup> Cf. Pedro Tavares de Almeida, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difel, 1991, p. 70.

<sup>333</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 29, 2 de Novembro de 1880, pp. 1-2, ou carta manuscrita de Manuel do Canto, BPARPD/TB/CX002/079. São inúmeros os exemplos de repressões relatados pelos republicanos micalenses. Veja-se o caso dos eleitores das Capelas, permanentemente vigiados pelos patrões junto das urnas, cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 2º ano, nº 6 de Setembro de 1881, p. 3 ou ainda sobre ameaças, compra de votos e apelos dos párocos, que continua pelos anos seguintes, cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 7º ano, nº 346, 14 de Dezembro de 1886, p. 1 ou *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 7º ano, nº 349, 4 de Janeiro de 1887.

Em virtude das elevadas taxas de analfabetismo, os editais referentes às eleições, além de afixados nos locais determinados, eram lidos pelos párocos, regra geral nas missas do Domingo anterior às eleições. Eram estes que muitas vezes tornavam públicas as assembleias eleitorais em cada concelho.

Nas eleições de 1880, os republicanos micalenses acusam os párocos de trabalharem contra o seu candidato, antevendo por isso, uma derrota eleitoral. À luta já por si difícil contra a pressão constante das autoridades, contra as tentações do dinheiro, acrescia a especulação propalada pelos párocos sobre os ideais professados por Teófilo Braga: “[...] os padres andam aqui com um jornal daí que se chama *Os Homens de Hoje*, que tem o retrato do dr. Braga, com emblema que diz – ateísmo – [...]”<sup>334</sup>.

Certo é que tal campanha de boicote surtiu efeito. Foi de tal forma negativa, que afectou e afastou do acto eleitoral alguns republicanos, sobretudo a faixa etária mais velha, provavelmente mais conservadora e ainda presa a valores morais e tradicionais.

Também eram frequentes as irregularidades praticadas nos actos eleitorais. Por vezes, quando era feito o escrutínio, verificava-se que o número de votos era superior ao número de votantes constantes dos cadernos<sup>335</sup> ocorrendo, ainda, falsificação das listas, como foi o caso ocorrido na assembleia de S. José, onde o nome do candidato republicano foi riscado e substituído pelo do candidato progressista<sup>336</sup>.

Nessas ocasiões, são os resultados das eleições que alimentam a imprensa durante vários dias, e são recorrentes as notícias e acusações de fraudes eleitorais. A leitura deste periódico republicano mostra-nos como os republicanos se sentem vítimas de agressões e roubos e a forma como os grupos dominantes controlam os actos eleitorais e manipulam os resultados:

“[...] a compra de votos em todas as assembleas á boca da urna, a falsificação na leitura das listas na assemblea de S. José, lendo-se o nome do candidato progressista que n’ellas se achava riscado, em vez do candidato republicano que ali estava escripto, bem claro e bem legivel [...]”<sup>337</sup>.

---

<sup>334</sup> Cf. Artigo de *A Vanguarda* acerca das notícias recebidas das ilhas. De São Miguel chegaram cartas e jornais sobre o decurso da campanha eleitoral. Cf. *A Vanguarda*, Lisboa, 1º ano, nº 19, 12 de Setembro de 1880, p. 3.

<sup>335</sup> Por vezes o número de votos não coincidia com as descargas feitas nos cadernos de recenseamento. Apesar destas situações serem alvo de notícias e amplamente divulgadas pelos republicanos, não há conhecimento da anulação de qualquer acto eleitoral.

<sup>336</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 29, 2 de Novembro de 1880, pp. 1-2, ou carta manuscrita de Manuel de M. Canto, BPARPD/TB/CX002/079.

<sup>337</sup> Cf. *Ibidem*.

O Partido Republicano Micaelense também tentava mobilizar o eleitorado. Ainda que não conseguisse recrutar apoios massivos, o seu empenho era enérgico, mas apesar de todo o esforço para a captação de votos, os resultados obtidos foram pouco expressivos<sup>338</sup>, fenómeno que nos mostra a indiferença, a desmobilização e o desinteresse pelas eleições, não obstante os apelos constantes e insistentes junto das populações, para que exercessem o seu direito de voto: “Á urna pelos candidatos republicanos! É o nosso protesto contra os esbanjamentos de que aqui mesmo temos sido testemunhas; é a expressão das nossas aspirações democraticas e patrioticas”<sup>339</sup>.

## 2.1 Breve análise dos resultados eleitorais: 1880-1887

Em Setembro de 1880 realizam-se eleições suplementares, nas quais a disputa eleitoral em Ponta Delgada conhece um novo dinamismo. O recém criado Centro Republicano apresenta pela primeira vez nos Açores, um candidato republicano, Joaquim Teófilo Braga, que aceitou o mandato imperativo dos eleitores do círculo 131. Contrariamente ao referido por Vitor Rodrigues que, no seu estudo sobre a geografia eleitoral dos Açores, considera a candidatura de Teófilo Braga às eleições gerais de 1881 como: “[...] tratar-se da primeira candidatura proposta pelo P.R.P. em qualquer das ilhas açorianas”<sup>340</sup>.

---

<sup>338</sup> De acordo com a análise do período eleitoral 1880-1887, que seguidamente desenvolvemos em *item* autónomo, os resultados obtidos por Teófilo Braga nos quatro sufrágios que ocorreram constatamos a fraca adesão ao Partido Republicano.

<sup>339</sup> Este é um apelo do Centro, já no seu 5º ano de luta, sem contudo obter os resultados desejados. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 5º ano, nº 218, 24 de Junho de 1884, p. 1.

<sup>340</sup> Cf. Vitor Luís Gaspar Rodrigues, *A Geografia Eleitoral dos Açores de 1852 a 1884*, [...], p. 103. Reflexão semelhante é a de Maria Margarida Medeiros. Cf. Maria Margarida Martins Franco de Medeiros, *O Governo Civil de Ponta Delgada na década de 1880. A sua ação política, social e económica*. Tese de Mestrado apresentada à Universidade dos Açores, Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, Ponta Delgada, 2014, p. 52.

QUADRO Nº 1 - PANORAMA ELEITORAL PERÍODO 1880 - 1887

	PARTIDOS POLÍTICOS										
ANO	REPUBLICANO			PROGRESSISTA			REGENERADOR				
	Candidato	Votos ( nº )	Eleitos	Candidato	Votos ( nº )	Eleitos	Candidato	Votos ( nº )	Eleitos	Eleitores	Votantes
<b>1880</b> - Círculo 131 Eleições Suplementares	Teófilo Braga	1.258		Caetano A. Albuquerque	4.605	E				n. d.	5.865
<b>1881</b> - Círculo 131 Eleições Gerais	Teófilo Braga	237					Visconde Porto Formoso	3.764	E	9.776	4.023
<b>1884</b> - Círculo 98 (Plurinominal) Eleições Gerais	Teófilo Braga	981		Luís Fisher Falcão	4.124		Visconde das Laranjeiras	8.948	E	23.173	15.784
	José Jacinto Nunes	779		Anselmo Braamcamp	1.796		Artur Hintze Ribeiro	8.901	E		
	Augusto M. A. Veiga	592		Francisco V. Beirão	1.548		Pedro A.de Carvalho	8.601	E		
							António Augusto Silva	7.235	E		
<b>1887</b> - Círculo 98 (Plurinominal) Eleições Gerais	Teófilo Braga	195		Conde de Fonte Bela	8.683	E	António Augusto Silva	9.181	E	n. d.	n. d.
	José Jacinto Nunes	182		Luís Fisher Falcão	8.591	E	Artur Hintze Ribeiro	8.885	E		
	Augusto M. A. Veiga	174		Francisco A. Brito	8.557		Pedro A. de Carvalho	8.487			

Fontes:

Quadros nºs 2 a 5 em Anexo

n. d. - Não determinado

Neste sufrágio, Teófilo Braga teve como adversário Caetano de Andrade Albuquerque em representação do Partido Progressista. A imprensa republicana da época, nomeadamente *A Republica Federal*, e não só, dá-nos conta da activa campanha eleitoral, provavelmente a mais entusiástica encetada ao longo desta década, resultado em parte do empenho dos republicanos nas comemorações camonianas que se tornaram num eficaz meio de propaganda e permitiram projectar o partido republicano micaelense e o seu candidato.

Da breve análise sobre o quadro de resultados eleitorais para o período estudado, observámos que o candidato do Partido Progressista saiu vencedor nas eleições suplementares de 1880 com 4.605 votos, merecendo contudo destaque os 1.258 votos obtidos pelo candidato Teófilo Braga, que apesar da forte oposição com que se deparou nesta primeira candidatura esta votação corresponde aos melhores resultados que alguma vez conseguiu no círculo de Ponta Delgada. Ainda que tal resultado demonstre uma clara vitória dos progressistas, para os republicanos estes votos foram encarados como motivo de satisfação, um triunfo, embora simbólico: “[...] eleitores que resistindo a tudo foram livre e conscientemente depositar na urna o seu voto pelo denotado campeão das liberdades populares, pelo sabio propugnador dos direitos das classes trabalhadoras”<sup>341</sup>.

Nas eleições gerais de 1881 o quadro eleitoral altera-se um pouco. O Centro apresenta novamente Teófilo Braga como candidato pelo Partido Republicano e com novo mandato

<sup>341</sup> Nas eleições de 1880, o candidato progressista obteve 4.605 votos contra, 1.258 de Teófilo Braga Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 29, 2 de Novembro de 1880, pp. 1-2, ou a carta manuscrita da carta de Manuel de M. Canto, BPARPD/TB/002/079.

imperativo. Contudo, nestas eleições o confronto dar-se-á com os candidatos do Partido Regenerador. Os micalenses vão demonstrar a insatisfação com o candidato progressista e manifestam o seu apoio ao candidato regenerador, o Visconde de Porto Formoso, que sai vencedor com uma vitória esmagadora de 3.764 votos contra os poucos 237 votos de Teófilo Braga.

Para o sufrágio de 1884 a geografia eleitoral muda significativamente<sup>342</sup>. A partir de então o arquipélago dos Açores é dividido em três círculos eleitorais, todos plurinominais<sup>343</sup>. Para as eleições gerais de 1884, o Partido Republicano Português apresenta três candidatos ao círculo de Ponta Delgada: Teófilo Braga, José Jacinto Nunes e Augusto Manuel Alves da Veiga<sup>344</sup>, que perdem com um total de 2.352 votos para os quatro candidatos do Partido Regenerador que, com 33.685 conseguem eleger todos os deputados em virtude de terem “desdobrado” a lista para este círculo<sup>345</sup>. Ainda que inexpressivos merece referência os 9 votos que o republicano e açoriano Manuel de Arriaga obteve no círculo de Ponta Delgada<sup>346</sup>.

Para Teófilo Braga destacamos que dos 981 votos obtidos por este candidato 155 foram conquistados na freguesia da Matriz de Ponta Delgada, onde foi o candidato mais votado<sup>347</sup>. Sobre este resultado e contrariamente à análise de Vitor Rodrigues para estas eleições estamos novamente em desacordo quando este autor refere que: “[...] a vitória dos

---

<sup>342</sup> Em Maio de 1884, resultado de um projecto de alteração apresentado na Câmara dos Deputados por Dias Ferreira chefe do Partido Constituinte, foi introduzida uma lei eleitoral que alterou de forma significativa o mapa dos círculos eleitorais. Assim durante o período de 1884 e até 1894 o escrutínio será maioritário uninominal feito a uma volta, (maioria relativa), além de mais um escrutínio de voto limitado para os círculos plurinominais, sediados nas capitais de distrito. No caso de Ponta Delgada passou a ser o círculo 98 e a incorporar os concelhos das ilhas de São Miguel e de Santa Maria. Uma das novidades nesta alteração foi que, introduziu a acumulação de votos, que permitia eleger 6 deputados suplementares, escolhidos entre os candidatos que obtivessem votações superiores a 5 mil votos no conjunto dos vários círculos em que eram candidatos por todo o território nacional”. Pedro Tavares de Almeida, *Eleições e Caciquismo [...]*, p. 214.

<sup>343</sup> Esta alteração foi encarada como mais um passo na centralização e uma forma de travar as votações nacionais dos republicanos que aumentavam significativamente, embora tal não se verificasse nos Açores, na medida em que os açorianos continuavam fiéis aos partidos monárquicos. A este propósito veja-se Maria Filomena Mónica, “As Reformas Eleitorais no Constitucionalismo Monárquico, 1852-1910”, *Análise Social, Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, 4ª série, vol. XXXI, nº 139, Lisboa, 1996, pp. 1039-1084.

<sup>344</sup> Na relação das candidaturas eleitorais apresentadas para o ano de 1884, Pedro Tavares de Almeida não refere nenhum candidato do Partido Republicano Português apresentado pelo círculo plurinomial 98. Cf. Pedro Tavares de Almeida, *Eleições e Caciquismo [...]*, p. 239, quadro da Eleição geral de 1884, cfr. com Quadro nº 4 sobre os resultados eleitorais no círculo de Ponta Delgada em 1884.

<sup>345</sup> Cf. Idem, *ibidem*, p. 239.

<sup>346</sup> Manuel de Arriaga foi votado em 2 freguesias do concelho de Ponta Delgada e 2 no concelho da Ribeira Grande. Cf. Quadro nº 4, Resultados no Círculo Eleitoral de Ponta Delgada Nº 98 – 1884.

<sup>347</sup> Para informação detalhada cf. Quadro nº 4 – Resultados no Círculo Eleitoral de Ponta Delgada, nº 98 em 1884. A.H.P., C.V.P./A.E.M., Cx. nº 1530-B.

republicanos Joaquim Teófilo Braga e Joaquim Alves Mateus [sic]<sup>348</sup> na assembleia da Matriz de Ponta Delgada. [reflete que] A tendência urbana do P.R.P. fica uma vez mais demonstrada com esta vitória [...]”<sup>349</sup>. Entendemos que, para esta freguesia se centrarmos a nossa análise nos totais temos 419 votos para os republicanos contra os 399 dos regeneradores. Tendo em conta que nos referimos apenas a uma das doze freguesias que compoem a assembleia de Ponta Delgada, na qual em termos globais os republicanos saíram derrotados nas restantes onze freguesias, a diferença de 20 votos não é *per se* suficiente, nem sequer significativa, para inferir que o Partido Republicano Micaelense tende a acompanhar o carácter urbano do Partido Republicano Português<sup>350</sup>.

As últimas eleições que registamos para o período analisado são as eleições gerais de 1887, às quais os republicanos se apresentam com baixas expectativas, pelo que o número de votos obtidos não terá sido surpresa:

“A nossa votação não pôde ser grande, vareas causas concorrem para isso, sendo uma d’ellas o modo renhido porque a lucta está travada entre os partidos monarchicos, que dispõem dos cofres publicos e das influencias particulares dos homens ricos da terra”]<sup>351</sup>.

Mantêm-se o quadro de candidatos apresentado em 1884, porém, em termos de resultados, tal como previam, são incontestavelmente os piores conseguidos pelos republicanos. Não excederam os 551, sendo que 195 foram para Teófilo Braga: “[...] os candidatos republicanos só obtiveram insignificantes votações n’este círculo, como na grande maioria dos do paiz”<sup>352</sup>.

No que se refere aos vencedores deste sufrágio houve um equilíbrio nos resultados, os três candidatos regeneradores obtiveram 26.553 e os três candidatos progressistas captaram 25.831 eleitores<sup>353</sup>. Com esta diferença inferior a mil votos ambos os partidos conseguiram eleger dois deputados cada. Perante tal *desaire* os republicanos alegam que este fracasso

---

<sup>348</sup> Cremos tratar-se de um lapso na transcrição dos nomes, na medida em que este era um candidato progressista e obteve apenas 6 votos. Os restantes candidatos republicanos a este sufrágio foram José Jacinto Nunes com 140 votos e Augusto Manuel Alves da Veiga com 124 votos.

Cf. A.H.P., C.V.P./A.E.M., Cx. nº 1530-B.

<sup>349</sup> Cf. Vitor Rodrigues, *op. cit.*, p. 107. Novamente a mesma análise reflecte-se no trabalho de Maria Margarida Medeiros, *op. cit.*, pp. 56-57.

<sup>350</sup> No total da Assembleia de Ponta Delgada os regeneradores obtiveram 7.711 votos contra apenas 1.692 dos republicanos. Cf. Quadro nº 4 – Resultados no Círculo Eleitoral de Ponta Delgada, nº 98 em 1884. A.H.P., C.V.P./A.E.M., Cx. nº 1530-B.

<sup>351</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 7º ano, nº 358, 8 de Março de 1887, p. 1.

<sup>352</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 7º ano, nº 361, 21 de Março de 1887, p. 1.

<sup>353</sup> Cf. Quadro nº 1 – Panorama Eleitoral para o Período de 1880-1887.

espelha o desalento face aos sucessivos insucessos, junto com as fortes pressões de que são vítimas e da crescente corrupção, condições favoráveis à desmoralização.

Cumpre-nos ainda mencionar que no início de Dezembro do ano de 1886 ocorreram eleições Administrativas e Municipais, às quais inicialmente o Partido Republicano Micaelense não pretendia concorrer:

“Nós os republicanos, não dispendo de forças suficientes para a luta em campo aberto, devemos conservar-nos de observação para aproveitar qualquer circunstância favorável que, porventura se nos apresente para podermos actuar conforme mais conveniente fôr para os interesses publicos [...]”<sup>354</sup>.

Todavia, após reunião no Centro ocorrida a 20 de Novembro de 1886, os Republicanos decidem candidatar-se às eleições da Câmara Municipal do Concelho de Ponta Delgada<sup>355</sup>. Porém, reconhecendo a incapacidade dos seus elementos optam por prescindir dos lugares que “eventualmente” lhes viessem a ser atribuídos para representação na Câmara: “O partido não dispõe de forças nem de pessoal desocupado sufficientemente caracterizado e illustrado para fazer uma administração com que o partido e o concelho lucrassem [...]”<sup>356</sup>.

Assim, com intuito de anular a acção partidária da lista dos regeneradores, formada por elementos de algumas das principais casas micaelenses, e da lista dos progressistas representados pelos principais proprietários da ilha, os republicanos recorrem à participação de independentes e formam uma lista, acreditando que desta forma conseguiriam eleger uma Câmara sem cor política e equilibrada.

A lista apresentada pelo Centro, ainda que fosse republicana dela não constava um único republicano: “Só o partido republicano não está n’ella representado [...] Preferimos, porém, ficar de fóra e conservar toda a nossa liberdade d’acção, toda a nossa independência politica”<sup>357</sup>. Da lista apresentada pelo Centro consta os nomes de dez vereadores efectivos para a Câmara Municipal e outros dez como vereadores substitutos<sup>358</sup>.

---

<sup>354</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 7º ano, nº 342, 16 de Novembro de 1886, p. 1.

<sup>355</sup> Em virtude da organização concedida à cidade de Ponta Delgada, o seu município era simultaneamente Câmara e Junta Geral do Concelho. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 7º ano, nº 345, 7 de Dezembro de 1886, p. 1.

<sup>356</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 7º ano, nº 344, 30 de Novembro de 1886, p. 1.

<sup>357</sup> Neste número referem que Aristides Moreira da Mota e José Rebelo Borges de Castro não foram escolhidos por se encontrarem ambos nas outras duas listas. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 7º ano, suplemento nº 345, [16 de Dezembro de 1886], p. 1.

<sup>358</sup> Os candidatos apresentados como vereadores efectivos foram: António Machado Alvares Cabral, Francisco Barbosa Furtado Junior, Jacinto do Leite Canto Pacheco Bettencourt, D. Joaquim de Mello Mannel [sic] da

A lista dos candidatos republicanos não foi vencedora e novamente em artigo de *A Republica Federal* surgem os protestos sobre as ameaças e corrupção eleitoral:

“A falta de instrucção, moralidade e independencia na grande maioria do corpo eleitoral permite annullar todos os esforços por meio da corrupção e da intimação, o que dá em resultado falsear a opinião e manter governos que podem ou não ser a expressão délla. É o que acaba de ver-se com o trimpho quasi geral do governo nas eleições para camaras e junta geral [...]. E se fossem os regeneradores que vencessem, nem por isso o caso era diverso, porque a veniaga e a pressão não são apanágio de um ou outro partido monarchico mas de todos”<sup>359</sup>.

Chegados que somos a 1888 e à medida que o Partido Republicano Português ganha terreno a nível nacional, nos Açores opera-se um processo inverso. Através dos resultados eleitorais, verificámos um recuo na implantação do republicanismo neste arquipélago, sendo evidentes os sinais de fraqueza dos republicanos e o da viragem política que irá ocorrer nesta região, na década seguinte. O insucesso dos republicanos nas eleições, neste final de década, já reflecte o vingar dos ideais autonómicos, um processo que se havia iniciado e seria difícil de travar.

---

Camara, João Moniz Feijó, José Maria Raposo d’Amaral Junior, José Tavares Carreiro, Luiz de Freitas da Silva, Mannuel de Sousa Bettencourt e Vitorianno Sequeira. Quanto aos vereadores da lista substituta registamos os candidatos: Antonio Alfredo Teixeira, Antonio Borges da Camara Medeiros, Antonio Pinto Gomes Neto, Francisco Ferreira Garcia, Francisco Rodrigues de Paiva Rios, João de Mello Abreu, José Martins do Rego, Luiz Antonio Botelho Ambar, Luiz Maria Jorge e Pedro Jacome Bicudo Correia. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 7º ano, suplemento nº 345, [7 de Dezembro de 1886], p. 1.

<sup>359</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 7º ano, nº 346, 14 de Dezembro de 1886, p. 1.



### 3. O Centro Republicano Federal de Ponta Delgada, a pedagogia cívica e a instrução

#### 3.1 A solenidade comemorativa

“[...] em uma época positiva [...] o Grande Homem não é um mytho, nem um prestigio, é uma consciencia, apoiado na mutua solidariedade entre a especulação e a acção [...] o Grande Homem imprime todo o esforço da sua superioridade sobre uma ideia dominante [...] o *bem* na moral, a *justiça* no direito, a *liberdade* na politica, a *verdade* na sciencia, o *belo* na arte [...] É o instinto d’esta relação oportuna da noção de ideal com a aspiração social, o que melhor caracteriza o Grande Homem, como órgão por meio do qual se estabelece a solidariedade humana”<sup>360</sup>.

Desde tempos remotos sempre houve lugar a comemorações, como forma de enaltecer ou reconhecer figuras e acontecimentos relevantes na sociedade. Porém, as comemorações dos centenários só começam a ganhar expressão no final do século XIX<sup>361</sup>, quando as celebrações das efemérides assumem um forte carácter ideológico e nacionalista. A rememoração do nascimento ou morte dos grandes homens, enquanto expressão da memória colectiva e do resgate de heróis ou acontecimentos, desperta sentimentos diversos, algumas vezes simpatias, outras vezes ódios. Assim aconteceu com a comemoração do 3.º centenário da morte de Camões, com a qual Portugal viveu a sua primeira experiência de revivescência de um herói nacional<sup>362</sup>.

“O Centenário de Camões foi a prova evidente de que Portugal sentiu o seu grandioso passado, pelo qual era solidario com a civilização europêa; a Europa inteira tomou uma parte generosa nas festas do jubileu da pequena nacionalidade occidental [...]”<sup>363</sup>

---

<sup>360</sup> Cf. Teófilo Braga, “Os Grandes Homens”, *Enciclopédia Republicana Revista de Ciências e Literatura*, [s.l., s.n., 1881], pp. 91-100.

<sup>361</sup> Quando surge o conceito de *século* começa-se então a celebrar os centenários de grandes vultos, como Goethe ou Mozart, entre outros. Festeja-se também, acontecimentos relevantes, foi o caso da Revolução Francesa, sendo a França um dos maiores exemplos nestas iniciativas como forma: “[...] de afirmar uma identidade nacional [...]”. Sobre a origem histórica das comemorações, cf. Maria Isabel João, *Memória e Império Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2002, pp. 12-19.

<sup>362</sup> Embora não com o mesmo sentido que estas comemorações assumiram, uma das primeiras manifestações da memória colectiva portuguesa ocorreu em Goa, com a comemoração do primeiro centenário da viagem de Vasco da Gama à Índia. Esta celebração foi promovida pelo vice-rei, D. Francisco da Gama e não há registo de qualquer manifestação no reino. Cf. Maria Isabel João, *Memória e Império*. [...], p. 16.

<sup>363</sup> Cf. Teófilo Braga, *Os Centenários como Synthese Affectiva* [...], p. 59.

Por toda a Europa, no período finissecular de oitocentos, vive-se uma crise de identidade que conduz a um patriotismo exacerbado, no qual cada povo escolhe os seus símbolos, consubstanciando-os nos hinos e nas bandeiras, como representações da sua memória identitária, que ganha sentido na sumptuosidade dos festejos.

É neste contexto europeu que, na penúltima década deste século, a sociedade portuguesa, profundamente afectada por uma crise de valores morais e intelectuais há muito instalados, e influenciada pelo romantismo da época, evoca o seu passado, os seus vultos, os actos heróicos e os seus momentos de glória. Pretende-se reafirmar e preservar a identidade de Portugal, que não pode sofrer novo *desaire*, com vista à preparação de um futuro que, após a perda do Brasil, se encontra novamente comprometido perante a ameaça das pretensões externas às suas possessões africanas<sup>364</sup>.

É neste contexto de crise política, económica e de valores, e no resgate das memórias que em 1880 ocorre por todo o país um acto de exaltação patriótica sem precedentes em Portugal: assiste-se às comemorações do tricentenário da morte de Camões, o primeiro centenário contemporâneo comemorado em Portugal, ao qual se seguiram outras importantes celebrações.

Assim, foi com enorme entusiasmo que os republicanos, crentes na evocação de um passado glorioso e messiânico, se empenham nestas comemorações, vendo nelas uma oportunidade para defenderem e propagarem os seus ideais. Reconhecem a importância destas efemérides na consolidação do seu ideário e assumem a responsabilidade de liderar ou colaborar activamente nos festejos de render homenagens a figuras ou acontecimentos que perpetuem a superioridade da raça e da nação.

Porém, se para o Partido Republicano foi um momento alto na sua projecção, que lhe permitiu ganhar destaque, criar uma nova consciência nacionalista, prestigiar algumas figuras com base nos seus valores, constituindo um impulso considerável para o seu movimento e

---

<sup>364</sup> Portugal encontra-se num momento conturbado a nível da política externa e nas decisões referentes a África. Em 1879 fora assinado com a Inglaterra o Tratado de Lourenço Marques e aprovado em 1881, tratado este, que admitia o desembarque e patrulhamento de tropas britânicas no porto moçambicano. Tal assinatura resultou numa perda de vantagens e direitos de soberania adquiridos, o que originou vários protestos, quer da ala republicana, quer da monárquica, aos quais se associou a Sociedade de Geografia de Lisboa, e que resultaram em comícios de republicanos e regeneradores, alguns marcados pela violência. Também se inserem nesta vaga de protestos o movimento comemorativo dos centenários.

<http://www.politipedia.pt/tratado-de-lourenco-marques-1879/> [consultado em 20-06-2014].

alicerce da nova ideologia, o mesmo coincidiu com um momento de grande ausência por parte dos Partidos Monárquicos, que permanecem na indiferença<sup>365</sup>.

“Perante a indiferença e o scepticismo das classes dirigentes em o nosso paiz e a ignorancia crassa dos seus homens d’estado é [...] preciso que não deixemos de fôrma alguma a aceleração salutar, tão admiravelmente imprimida em o nosso movimento progressivo pela solemnisação imponente do Centenário de Camões, em 1880”<sup>366</sup>.

A comissão organizadora, responsável pelas comemorações camonianas foi constituída, essencialmente, por personalidades ligadas ao republicanismo, entre as quais, a figura de Teófilo Braga terá sido uma das mais relevantes<sup>367</sup>.

Teófilo distinguiu-se como um dos protagonistas e impulsionadores desta manifestação nacional: “Os *Centenários* dos grandes homens são as festas das consagrações nacionaes. Cada povo escolhe o genio que é a synthese do seu character nacional [...]”<sup>368</sup>. Seguindo a doutrina de Comte de laicização dos rituais católicos, na qual as noções e os valores morais se sintetizam nos grandes homens ou nos grandes acontecimentos nacionais<sup>369</sup>, Teófilo encarou essas comemorações como uma aplicação do projeto positivista de substituir o culto a Deus e aos santos, pelo culto aos grandes homens<sup>370</sup>. Visava deste modo: “[...] criar uma moral laica republicana, incentivada pelo culto cívico de comemorações históricas (centenários). Devia ter um carácter afectivo e estético na propagação de ideias e sentimentos ético-políticos [...]”<sup>371</sup>. Na sua perspectiva, Camões representa o herói mitificado, símbolo da

<sup>365</sup> A festa do centenário de Camões foi considerada pelo Governo Monárquico como sendo uma manifestação republicana. “Cf. *As Ideias Republicanas* [...], p. 192.

<sup>366</sup> Cf. A. P. da Silva Lisboa, *Enciclopédia Republicana, Revista de Ciências e Literatura*, [Lisboa, s.n., 1881], p. 1.

<sup>367</sup> A organização deste centenário foi da responsabilidade da imprensa, o que demonstra a importância dos jornais nesta época. A comissão executiva destas comemorações era composta por várias tendências políticas, entre as quais se encontrava a republicana, representada por Teófilo Braga, Magalhães Lima, Jaime Batalha Reis, e Ramalho Ortigão. Tinham como responsabilidade primordial a colaboração com os meios de comunicação e redactores dos periódicos ou publicistas. Cf. Maria Isabel João e Carlos Guilherme Riley, (coordenação), *Sínteses Afectivas, Teófilo Braga e os Centenários*, Ponta Delgada, Presidência do Governo Regional dos Açores, Direcção Regional da Cultura, Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, 2001, p. 33.

<sup>368</sup> Cf. Teófilo Braga, *Centenários como Synthese Affectiva* [...], pp. 4-5.

<sup>369</sup> Sobre a reflexão de Teófilo Braga na propagação da doutrina positivista, cf. Ernesto Castro Leal, “Os centenários de Teófilo: “convergência sentimental””, *A Ética Positivista de Teófilo Braga: virtude moral e dever cívico dos centenários*, Revista *Estudos Filosóficos*, nº 11, São João del-Rei-MG, DFIME – UJSJ, 2013, pp. 36-37.

<sup>370</sup> No âmbito desta homenagem são da sua autoria vários artigos publicados no *Commercio de Portugal* alusivos ao centenário camoniano e ao princípio ideológico de concepções positivistas.

<sup>371</sup> Cf. Ernesto Castro Leal, “Moral laica e laços afectivos”, *A Ética Positivista de Teófilo Braga: virtude moral e dever cívico dos centenários*, Revista *Estudos Filosóficos*, nº 11, São João del-Rei-MG, DFIME – UJSJ, 2013, pp. 38.

civilização e de um povo, que se sente à margem da História desde que, em 1580, perdera a nacionalidade, mas que ainda é capaz de despertar e resgatar o sentimento nacionalista: “Os que julgavam este povo morto, ficaram espantados por verem que ele ainda se movia por um pensamento, que ele ainda sentia a grandeza do seu passado, que ele ainda era capaz de talhar para si um grande destino”<sup>372</sup>.

Teófilo pretendia mostrar o significado ideológico e as representações a ele associadas, destacando, por isso, os discursos e as comemorações. Realça a ligação entre Camões e a nacionalidade, a sua vida e lugar na História, relembrando que, em 1580 Portugal não perdeu apenas um grande espírito, esse foi também o ano em perdeu a sua independência<sup>373</sup>. Considerava que a obra camoniana, além de constituir um monumento à nacionalidade, era essencialmente uma marca do início de uma nova época. Foi tal o seu empenho neste centenário que, como referiu Amadeu Carvalho Homem, o próprio Teófilo “[...] não hesitava em escrever que o 10 de Junho de 1880 fora «o marco donde partimos para um novo destino»”<sup>374</sup>.

---

<sup>372</sup> Cf. Teófilo Braga, *Os Centenários como Synthese Affectiva* [...], p. 58.

<sup>373</sup> Refere-se ao início do domínio Filipino após o desaparecimento de D. Sebastião. Cf. *As ideias Republicanas* [...], p. 183.

<sup>374</sup> Teófilo Braga, “Camões”, in *Plutarcho Portuguez*, vol. I, Porto, Editores Julio Costa, Emilio Biel & C.<sup>a</sup>, 1881, p. 18, apud Amadeu Carvalho Homem, *Da Monarquia à República* [...], p. 63. De acordo com Amadeu Carvalho Homem, apesar de algumas divergências no seio dos republicanos, estes uniram-se nestas comemorações que tiveram igualmente o significado de um protesto solene contra a fraqueza da Monarquia face ao Tratado de Lourenço Marques. Cf. Amadeu C. Homem, *A Propaganda Republicana* [...], p. 24.

### 3.1.1 Tricentenário da morte de Camões

“Portugal em 1880 entra numa vida nova vida consciente de renovação e progressos. O povo português celebrando o tricentenário da morte de Camões mostra compreender os Lusíadas – a epopeia da nossa nacionalidade”<sup>375</sup>.

Inserida no espírito da propaganda republicana, uma das primeiras actividades do Centro, e a mais mediática, foi a participação nos festejos dos Centenários, aos quais não ficou indiferente, merecendo destaque a comemoração do tricentenário da morte de Camões em 1880, no qual, os republicanos de Ponta Delgada participaram activamente<sup>376</sup>:

“N’este grandioso movimento moderno de honrar a memoria d’aquelle que foi e será sempre o symbolo venerando da nossa nacionalidade – Luiz de Camões [...] Assim não ficaremos sonambulos em face do grande rejuvenescimento nacional, que lá no continente do reino se manifesta bem alevantado”<sup>377</sup>.

Na que foi a sua primeira grande manifestação patriótica, o Centro dedicou-lhe particular atenção no seu periódico. *A Republica Federal*<sup>378</sup> publicou um número especial de homenagem a Camões, impresso em papel *cetim*, tendo gravado o busto de Camões com uma cercadura<sup>379</sup>. Trata-se de um belíssimo exemplar de iconografia, em que o busto do poeta quinhentista se encontra ao centro “[...] com a cabeça laureada envolta pelo resplendor próprio das figuras dos santos. Uma luminosidade emana da figura, conferindo-lhe a aura daqueles que foram tocados pela graça divina”<sup>380</sup>.

---

<sup>375</sup> Cf. *Luiz de Camões e Nacionalidade Portuguesa*, Homenagem a Camões pelo Centro Republicano Federal de Ponta Delgada no Tricentenário do Poeta”, [*A Republica Federal*, Ponta Delgada, nº Especial, 10 de Junho de 1880].

<sup>376</sup> O extenso programa dos festejos planeados para a cidade de Ponta Delgada foi divulgado no jornal do Centro, bem como, um artigo em que questionam o Município sobre o seu papel nas comemorações. Realçam a importância do dia 10 de Junho, pelo que, no entendimento dos republicanos, os estabelecimentos comerciais deviam encerrar nesse dia. Sabemos através de uma notícia do *Diario dos Açores*, que tal veio a concretizar-se. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 9, 8 de Junho de 1880, pp. 3-4. O *Diario dos Açores*, um dos jornais mais importantes em São Miguel, também refere todo o programa e as entidades que nele tomaram parte. Cf. *Diario dos Açores*, Ilha de S. Miguel, 11º ano, 17 de Junho de 1880, p. 1.

<sup>377</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 9, 8 de Junho de 1880, p. 4.

<sup>378</sup> Cf. Número especial de homenagem a Camões. Anexo 6.

<sup>379</sup> Esta é uma descrição dada em *A Vanguarda*, acrescenta ainda este jornal que, para além de festejar este centenário iluminando a sua sede, o Centro, também projectava realizar conferências públicas. Cf. *A Vanguarda*, Lisboa, nº 6, 13 de Junho de 1880, p. 3. No final do mês o mesmo periódico noticia a forma como decorreram os festejos em várias ilhas “O centenário de Camões foi também brilhantemente comemorado nos Açores”, cf. *A Vanguarda*, Lisboa, nº 8, 26 de Junho de 1880, p. 3.

<sup>380</sup> Cf. Maria Isabel João, *Memória e Império*. [...], p. 451.

Nas palavras de Maria Isabel João, esta imagem retrata o “[...] símbolo da genialidade do poeta [...]”<sup>381</sup>. A complementá-la, encontram-se do lado superior direito umas estrofes do poema que reflectem a angustiante vida do seu autor, enquanto as estrofes do lado superior esquerdo são a denúncia das privações e contrariedades do povo português. Na base da folha cruzam-se e entrelaçam-se dois ramos, onde se inscreve “Homenagem a Camões”, com a data da morte do poeta e o nome da organização responsável pela homenagem<sup>382</sup>.

O texto desta homenagem “Luís de Camões e a Nacionalidade Portuguesa” é da autoria de Teixeira Bastos, com nota introdutória de Teófilo Braga: “O Centenário de Camões n’este momento histórico, e n’esta crise dos espíritos, tem significação de uma revivescência nacional”<sup>383</sup>. Composto por duas páginas, este opúsculo<sup>384</sup>, no qual é traçada uma biografia do poeta, sintetiza a sua vida, feita de aventuras, infortúnios, peripécias e injustiças. Teixeira Bastos resume, de forma didáctica e simples, o que importa reter sobre esta grande figura e a sua não menos grandiosa obra: “O povo português celebrando o tricentenário da morte de Camões mostra compreender *Os Lusíadas* – a epopeia da nossa nacionalidade”<sup>385</sup>.

Em Ponta Delgada, os festejos foram promovidos por uma comissão composta por Dr. Heitor da Silva Âmbar Cabido, Manuel António de Vasconcelos, José Botelho de Melo, Cristóvão Moniz e Manuel Corrêa Botelho. Foi extenso, ambicioso, e marcado por um elevado patriotismo o programa destas manifestações, que tiveram o seu apogeu no dia 10 de Junho e contaram com importante colaboração dos alunos e professores do Liceu da cidade de Ponta Delgada<sup>386</sup> e da Sociedade Amizade, Recreio e Instrução<sup>387</sup>.

---

<sup>381</sup> Cf. Idem, *ibidem*, p. 451.

<sup>382</sup> Tal como referimos a organização responsável por este folheto foi o Centro Republicano Federal de Ponta Delgada e a publicação é do seu periódico, *A Republica Federal*. Para Maria Isabel João, “na sua modéstia esta homenagem não deixa de ter um forte significado ideológico”. Cf. Idem, *ibidem*, pp. 451-452.

<sup>383</sup> Antecede o texto de Teixeira Bastos, *Luiz de Camões e Nacionalidade Portuguesa*, no número especial de homenagem a Camões. Cf. Teófilo Braga, *Os Centenários como Synthese Affectiva [...]*, p. 10.

<sup>384</sup> Assinado por Teixeira de Bastos, Presidente da Comissão Executiva do Centro Republicano Federal de Lisboa, este opúsculo alude a vários cantos de *Os Lusíadas*, e foi editado pela *Biblioteca Republicana*. Cf. Teixeira Bastos, *Luiz de Camões e a Nacionalidade Portuguesa*, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1880, reproduzido em, *Homenagem a Camões pelo Centro Republicano Federal de Ponta Delgada no Tricentenário do Poeta*.

<sup>385</sup> Teixeira Bastos, *ibidem*, [p. 2].

<sup>386</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 10, 15 de Junho de 1880, p. 3. Periódicos como a *Civilização e Persuasão*, também noticiaram o programa e dedicaram longos artigos ao poeta, sua memória e lugar na história. Cf. *A Civilização*, Ponta Delgada, ano 5º, nº 219, 10 de Junho de 1880, p. 1; *A Persuasão*, [Ponta Delgada], 19º ano, nº 960, 9 de Junho de 1880, pp. 1-3. Importa realçar que, ao longo da semana em que decorreram os festejos, para além de *A Republica Federal*, praticamente, todos os periódicos locais consagraram nas suas publicações artigos em honra do imortal poeta, alguns, ilustrados com o retrato de Camões em edições de luxo, entre os quais, o *Correio dos Açores* e o *Diário dos Açores*. Refere ainda este último que todos os

Nestas celebrações, organizaram um cortejo cívico desde a Câmara Municipal até ao Liceu, com autoridades, representantes da imprensa local e três bandas filarmónicas. Chegados ao Liceu, foi descerrado um busto de Camões e colocadas coroas de flores, ao que se seguiu um discurso do director do Liceu, sendo este o ponto alto da celebração e o momento em que esta ganha sentido. Posteriormente, seguiram para o Museu de História Natural, inaugurado por esta ocasião e daí para a Biblioteca Pública. O dia finalizou com um sarau cultural na Sociedade Amizade, Recreio e Instrução, presidida por Francisco Maria Supico.

No mês seguinte, foi publicada uma “menção honrosa” da Comissão Executiva da Imprensa de Lisboa, dedicada aos açorianos, pelo empenho e zelo manifestados nas várias iniciativas. Nesta mensagem de reconhecimento pela forma como estes participaram nas grandes festas nacionais, realça-se a importância e o papel desempenhado pelos colegas da imprensa insular, nas três cidades do arquipélago. Destaca-se ainda a adesão patriótica nas manifestações populares, ao celebrar esta efeméride como “[...] symbolo e afirmação da energia local [...] embora corolario singelo das grandes idéas da patria e liberdade que definem historicamente a raça açoriana”<sup>388</sup>:

“A comissão executiva da imprensa de Lisboa, deliberou [...] lançar na sua acta uma menção honrosa e de applauso aos seus concidadãos açorianos pela parte nobilissima, enthusiastica e altamente patriotica que os Açores tomaram nas grandes festas nacionaes”<sup>389</sup>.

Os discursos proferidos pelas autoridades e personalidades locais, além das invocações do poeta e do reconhecimento do espírito nacional, são também alocuções que reiteram as memórias e os feitos dos heróis açorianos a bem da nação. São ainda discursos dominados por um sentido político e posições ideológicas, profundamente marcados pela pressão reivindicativa com vista à resolução dos problemas que afectam os açorianos.

---

jornais de Ponta Delgada, se fizeram representar na grande procissão de Lisboa. Cf. *Diario dos Açores*, Ilha de S. Miguel, 11º ano, 17 de Junho de 1880, p. 1.

<sup>387</sup> Organização responsável por grande parte dos festejos e cujo programa foi amplamente divulgado. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 9, 8 de Junho de 1880, pp. 3-4.

<sup>388</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 15, 20 de Julho de 1880, p. 2.

<sup>389</sup> Menção honrosa da autoria do Presidente da Comissão Executiva da Imprensa de Lisboa. J. C. Rodrigues da Costa e também subscrita por Teófilo Braga, Luciano Cordeiro, Pinheiro de Chagas, Batalha Reis, Ramalho Ortigão, Rodrigo Afonso, Eduardo Coelho e Magalhães Lima, «Aos nossos concidadãos açorianos», *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 15, 20 de Julho de 1880, p. 2.

No âmbito da imprensa, Camões e sua obra *Os Lusíadas* foram amplamente evocados e divulgados pela imprensa republicana, nomeadamente, *A Republica Federal*, que em São Miguel terá sido o periódico que mais projectou estas manifestações cívicas.

Porém, é de Teófilo que nos chega o mais vasto contributo. Escreveu sob o impulso de veneração e na sua perspectiva Camões revestia-se de um forte significado ideológico, conceito de nacionalidade e representações a ele associadas, realçados nos discursos e comemorações amplamente aludidas na sua obra *Sínteses Afectivas*<sup>390</sup>. No quadro das comemorações camonianas, foram ainda relevantes as várias reflexões que ficaram sobre esta temática, havendo inclusive, a sublinhar as evocações e a visão dos estrangeiros acerca do poeta português, da sua obra *Os Lusíadas* e do seu lugar na história:

“É sublime o accordo entre as conclusões scientificas das mais elevadas intelligencias da Europa e a intuição da alma popular, que encontraram em Camões – o representante de uma literatura inteira e a synthese de uma nacionalidade”<sup>391</sup>.

### 3.1.2 Centenário da morte do Marquês de Pombal

“O centro republicano federal de Ponta-Delgada, sauda reverente, nestas paginas, a memoria secular do reformador portuguez, que tão poderosamente contribuiu para o bem estar social”<sup>392</sup>.

Passados dois anos, e ainda sob o efeito emocional que os festejos camonianos exerceram na juventude e nas escolas, impõem-se novas celebrações. O Centro e o seu jornal voltariam a ter um papel preponderante, aquando das comemorações do centenário da morte e homenagem ao Marquês de Pombal<sup>393</sup>.

---

<sup>390</sup> Ao longo deste período comemorativo, são da autoria de Teófilo um conjunto de artigos sobre “Os estímulos conscientes: Centenário Camões – Previsões Políticas”, integrado na sua obra, *A História das Ideias Republicanas em Portugal* e a *Síntese Afectiva nas Sociedades Modernas*, sendo esta a mais representativa na qual Camões merece destaque.

<sup>391</sup> Teófilo Braga, *Os Centenários como Synthese Afectiva [...]*, p. 51.

<sup>392</sup> Cf. Anexo 7, “Centenário do Marquês de Pombal”, *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 3º ano, nº 107, 8 de Maio de 1882, p. 1. As referências a Pombal encontram-se plasmadas em diversos artigos, nomeadamente, nº 107, de 6 de Maio de 1881, nº 108, de 16 de Maio de 1881 e o nº 114, de 27 de Julho de 1882, este último da autoria de Pinheiro de Chagas.

<sup>393</sup> Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782). Foi 1º conde de Oeiras e secretário de Estado no reinado de D. José. Viveu no período marcado pelo iluminismo e, em Portugal foi o representante do Despotismo esclarecido. Responsável por várias reformas administrativas, sociais e económicas, sendo as mais marcantes, o



À semelhança do que se passa na Metrópole, também nos Açores se vive uma época de grande exaltação patriótica e nacionalista, cujo auge ocorre no dia 8 de Maio de 1882. Assim, *A Republica Federal* é novamente é agraciada com outro evento comemorativo, desta vez, a homenagem ao Marquês de Pombal, através da publicação de um artigo, tal como acontecera com Camões, embora num registo mais modesto. “Este número foi tirado em melhor papel que o ordinário da folha. A primeira página a duas colunas e emoldurada”<sup>394</sup>, no qual são exultados os seus feitos e o seu contributo para o bem da sociedade e da nação.

Além do número comemorativo, o periódico republicano dedicou espaço a este estadista ao longo de várias semanas, com memórias biográficas e referências aos serviços prestados ao país e às reformas preconizadas, bem como com discursos e conferências proferidas, essencialmente, por vultos republicanos<sup>395</sup>.

Pombal foi um personagem controverso e, um século após a sua morte, era por alguns encarado como herói, pelas reformas encetadas, aquele que estabeleceu as primeiras condições de liberdade, o precursor da revolução liberal<sup>396</sup>. Porém, para outros, era símbolo de repressão e perseguição (referimo-nos, em particular, ao caso da Igreja).

Estas comemorações foram, severamente contestadas pela Instituição Religiosa, que se considerava uma das principais vítimas do celebrado Marquês, a quem responsabilizava pela reforma mais radical alguma vez perpetrada contra a Igreja portuguesa, contestando, por isso

---

fim da escravatura e a expulsão dos Jesuítas do território português. Ainda durante a sua administração e após o terramoto de 1755 encetou a reconstrução de Lisboa, numa arquitectura completamente inovadora. Cf. Jorge de Macedo, *Pombal (Marquês de)*, *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 15º, Lisboa, Editorial Verbo, 1973, colns. 483-487.

<sup>394</sup> Cf. “Bibliografia Pombalina dos Açores por ocasião e posterior ao Centenário”, *A Epoca*, Ponta Delgada, 2º ano, nº 93, 13 de Outubro de 1883, p. 1.

<sup>395</sup> Das várias manifestações que ficaram expressas neste periódico, em 1882, temos: no nº 105 de 25 de Abril, no qual consta a proposta do programa para os festejos em Lisboa, e proposta à Comissão Executiva de Ponta Delgada; o nº 106 de 2 de Maio, continua com o programa e dá notícia do entusiasmo nacional e conferências associadas; de Camilo Castelo Branco vem um artigo no nº 108 de 16 de Maio, e uma conferência de Alves da Veiga no Porto, além de ter ainda um espaço dedicado aos eventos que ocorreram em Ponta Delgada. O nº 109 de 23 de Maio dá conta das manifestações ocorridas na Terceira e no Pico. Um artigo de Joaquim Martins de Carvalho é publicado em 30 de Maio, extraído de *O Conimbricense*; no nº 110 de 30 de Maio há notícias dos festejos no Porto e na polémica que envolveu a conferência de Emídio Garcia, refere ainda as notícias de outros periódicos açorianos e festejos nas Flores. Pinheiro de Chagas surge-nos no nº 114 de 27 de Junho, com um artigo sobre a instrução popular e superior, à qual os republicanos pretendem dar continuidade e reformar integralmente. No nº 115 temos uma carta de Ramalho Ortigão e inevitáveis são os textos de Teófilo Braga “Marquês de Pombal, Fragmento”, *O Diário da Manhã*, e “Depois do Centenário”, publicado em *O Século*, que foram apresentados no nº 112 de 13 de Junho. Finalmente o nº 107, número especial, dá conta do programa e festejos públicos que ocorrerão em Ponta Delgada ao longo de três dias, (7, 8 e 9), promovidos pela Associação Académica.

<sup>396</sup> Cf. “Centenário do Marquês de Pombal”, *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 3º ano, nº 107, 8 de Maio de 1882, p. 1.

mesmo, e de forma veemente, Pombal e mantendo-se assim à margem das celebrações. Os católicos mais conservadores consideravam Pombal anti clericalista, responsável pela expulsão dos Jesuítas de Portugal e afirmavam que tais comemorações eram “uma desonra e ignomínia ao nosso patriotismo”<sup>397</sup>. Viam-no como a vergonha, a causa da degradação dos princípios religiosos e morais da sociedade, aquele que durante trinta anos de governo exerceu o poder de forma hostil e tirânica, aproveitando tudo para atingir os seus funestos fins. Assim, a Igreja não poderia aplaudir nem pactuar com estes festejos, nos quais os republicanos incorrem na propagação dos mesmos erros do ministério pombalino e, tal como Pombal, pretendiam retirar toda a energia ao povo português, à vida católica e à Nação, encaminhando o Estado para o abismo, ao unirem-se em ódios contra a Igreja e o Papa, representantes da Autoridade Divina: “A significação particularmente democratica e anti-clerical que se deve dar a este acto, contribuiria poderosamente para apressar a sahida do nosso povo do seu longo periodo de inactividade”<sup>398</sup>.

Não obstante a ausência de algumas autoridades, o vasto programa promovido em Ponta Delgada pela Comissão Académica, foi-se cumprindo. Houve lugar ao cortejo, onde a Câmara Municipal se fez representar, ao descerramento de um busto em memória do promotor das artes, no largo Marquês de Pombal, que tal como refere, Susana Serpa Silva: “[...] por suprema ironia, mesmo em frente à Igreja do Colégio dos Jesuítas [...]”<sup>399</sup>.

---

<sup>397</sup> Em vésperas dos festejos cívicos, *A Civilização*, jornal de cariz religioso dedica praticamente todo o seu número ao Marquês de Pombal, com artigos de vários representantes da Igreja. Cf. *A Civilização*, Ponta Delgada, 6º ano, nº 299, 7 de Maio de 1882, pp. 1-4.

<sup>398</sup> A. P. da Silva Lisboa, *op. cit.*, p. 2.

<sup>399</sup> Cf. Susana Serpa Silva, *Ponta Delgada. Roteiros [...]*, p. 52.

### 3.1.3 Homenagem a Roberto Ivens e Hermenegildo Capelo

Os festejos em honra dos exploradores Capelo<sup>400</sup> e Ivens<sup>401</sup> decorrem em Lisboa, em Outubro de 1885, com o intuito de lhes prestar homenagem e, sendo Ivens um micaelense que se destacou no âmbito das viagens exploratórias, os açorianos não podiam ficar indiferentes a tão “arrojado feito”. Assim, foi eleita uma comissão para promover a angariação de meios através de uma subscrição pública, visando cobrir as despesas decorrentes das actividades dos festejos. Recorreram a todas as redacções dos jornais, às quais solicitaram a abertura de subscrições nos respectivos periódicos. *A Republica Federal* acedeu, prontamente, e a redacção do jornal abriu a subscrição:

“[...] para auxiliar as despesas de festejos e outras comemorações que se decidiu no domingo dia 11 do corrente, promoverem-se em honra de Roberto Ivens e Hermenegildo Capello pelo serviço que acabam de prestar á patria e á humanidade, efectuando a travessia d’Africa entre as nossas possessões occidentaes e orientaes”<sup>402</sup>.

Tais iniciativas foram motivo de congratulação e regozijo por parte do Centro e do jornal, pela forma pacífica e neutra que tal evento assumiu, e pela conjugação de esforços vindos dos micaelenses, inclusive das figuras de maior destaque na ilha que, unidos no mesmo propósito, ultrapassaram divergências:

“Congratulamo-nos pela decidida boa vontade com que os homens mais importantes d’esta cidade, por posição, haveres, e luzes se puseram á frente d’este movimento, obedecendo apenas á voz da consciencia e aos impulsos do coração que agita, n’este momento, o bem e o sentimento commum, como portugueses, como açorianos, e como michaelenses”<sup>403</sup>.

---

<sup>400</sup> Hermenegildo Carlos de Brito Capelo (1841-1917). Oficial da Marinha Portuguesa e figura de destaque nas expedições de reconhecimento no continente africano, integradas no contexto político, do surto expansionista europeu em África no final da década de oitenta do século XIX, e que anteciparam a Conferência de Berlim. Cf. F. A. de Oliveira Martins, “Capelo (Hermenegildo Carlos de Brito)”, *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 4º, Lisboa, Editorial Verbo, 1973, colns. 896-896.

<sup>401</sup> Roberto Ivens nasceu em Ponta Delgada a 12 de Junho de 1850, e faleceu em Lisboa a 28 de Janeiro de 1898. Concluiu o curso da Marinha em 1870 e frequentou a Escola Prática de Artilharia Naval em 1871. Nesse ano parte para a Índia e, em 1872 inicia contactos regulares com Angola. Passou por São Tomé e América do Sul. Celebrizou-se mundialmente como “o infatigável e dinâmico companheiro” de Hermenegildo Capelo, nas viagens de descoberta e exploração, sobretudo, pela travessia do continente africano. Cf. F. G. Almeida Eça, “Ivens (Roberto)”, *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 11º, Lisboa, Editorial Verbo, 1973, colns. 236-237.

<sup>402</sup> No mesmo artigo consta uma lista dos subscritores e respectivas quantias. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 6º ano, nº 286, 13 de Outubro de 1885, p. 1.

<sup>403</sup> Cf. *Ibidem*.

Ainda que sem o esplendor de solenidades anteriores, estas celebrações foram, igualmente, consideradas festas cívicas de grande alcance e valor moral encaradas como a expressão da vontade nacional. Tal como anteriormente referido, estes festejos ocorrem num momento em que a sociedade portuguesa se encontra presa à ideia de um presente decadente, um momento em que procura recuperar e glorificar os feitos e os heróis da História Nacional, acreditando que, com estas exaltações, se restauram “[...] as forças económicas de uma nação adormecida e o vigor moral de um povo atormentado”<sup>404</sup>.

Nestes eventos festivos, cuja iniciativa pertenceu aos sócios da Sociedade de Geografia de Lisboa residentes em Ponta Delgada, o Centro, ciente do carácter cívico e do interesse social que assumem estas celebrações, apresentou algumas sugestões para o programa comemorativo. Sendo manifestações que atraem massas e apelam ao sentimento patriótico, deviam ser compreendidas pelas populações. Para tal, sugeriram conferências de esclarecimento, a abertura de uma sucursal da Sociedade de Geografia de Lisboa e o levantamento dos bustos dos dois exploradores.

Com estas iniciativas, os republicanos pretendiam fomentar o estudo dos assuntos coloniais, permitindo desta forma, actuar no espírito público, com o objectivo de formar companhias colonizadoras, tendo a África como um destino de emigração<sup>405</sup>. Sugeriram, ainda, inaugurar uma “Alameda” comemorativa da expedição liberal, já há algum tempo projectada<sup>406</sup>. Porém, estas pretensões fracassaram e o projecto foi rejeitado pela comissão organizadora do evento.

Apesar do empenho e investimento, as comemorações não corresponderam às expectativas nem ao idealizado pelos republicanos. Não passaram de festas divertidas, com cortejo cívico, sarau teatral e colocação do busto na projectada alameda. Consideraram-nas apenas memórias sem incentivos nem representação, num momento que se mostrava crítico

---

<sup>404</sup> Para Carlos Cordeiro, as “pujantes manifestações” destas comemorações tiveram um carácter vincadamente ideológico e de índole nacionalista. Cf. Carlos Cordeiro, “Nacionalismo e Cultura Política nos Açores de finais de oitocentos à primeira Guerra Mundial”, *O Tempo de Manuel de Arriaga, Actas do Colóquio organizado pelo Centro de História da Universidade de Lisboa e pela Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, 24 a 26 de Setembro de 2003*. Coordenação de Sérgio Campos Matos, Lisboa, Colóquio, 2004, p. 98.

<sup>405</sup> Em 1880 o ministro da marinha em ofício dirigido ao governador civil de Ponta Delgada demonstrou alguma inconveniência em desviar a emigração açoriana para a África portuguesa. Adiantou o mesmo que se: “[...] está preparando as coisas de modo a que para o ano próximo nas províncias de Angola e S. Tomé, possam os emigrantes encontrar todas as vantagens que se lhe devem proporcionar. É então que se poderá derivar com recíproca utilidade a emigração dos Açores para as nossas possessões africanas”. Cf. Artigo de *A Persuasão* transcrito em *A Vanguarda*, Lisboa, nº 30, 28 de Novembro de 1880, p. 3.

<sup>406</sup> Pretendiam construir a Alameda no Relvão, lugar que se revestia de algum simbolismo por ter sido aí que D. Pedro IV passara revista às tropas antes de partirem para o Porto em 1831. Relembremos que o presidente do Centro, Manuel de Medeiros do Canto, acompanhou D. Pedro nesta campanha.

para Portugal, um momento em que era necessário perpetuar os feitos patrióticos, pois que estes seriam uma resposta da grandiosidade do povo aos plenipotenciários da Conferência de Berlim<sup>407</sup>:

“O caso da travessia de África por Roberto Ivens e Brito Capelo, em 1884-85, foi sem dúvida vivido como constituindo um alento para a recuperação do orgulho nacional, num contexto ideológico e cultural pessimista, em que as ideias de “degenerescência” da “raça” e da diluição da identidade nacional sobressaíam como um género de predestinação do povo português”<sup>408</sup>.

Independentemente do nível de resposta e satisfação relativamente ao pretendido, as festividades e ritualizações cívicas que ocorreram neste final de século, pela sua natureza e dimensão, constituíram um desafio que os republicanos souberam capitalizar a seu favor. Além do significado ideológico que adquiriram, enquanto propaganda, foram também uma forma de incutir valores do republicanismo, que se inserem num movimento mais amplo, de consolidação do sentimento nacional que Teófilo Braga tão bem identificou na sua obra *Síntese Afectiva*. As celebrações como manifestação de um sentimento colectivo, que evoca o passado, enaltecem a Pátria e incentivam a consciência cívica, permitindo ainda suportar o presente e projectar o futuro:

“Para que uma sociedade viva é necessario que o cidadão tome parte ou na vida publica do seu paiz [...] é preciso que a vida affectiva tire os seus estímulos da solidariedade pátria e do ideal nacional”<sup>409</sup>.

### 3.2 A Escola Nocturna

“Do maior ou menor grau de instrução de um povo, depende o grau da sua felicidade e riqueza. Um dia virá em que a instrução mandará pôr de parte o azorrague e o freio com que a sociedade actual amarra a ignorancia”<sup>410</sup>.

---

<sup>407</sup> Sobre estes festejos, cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 6º ano, nº 284 de 13 de Outubro e nº 288 de 27 de Outubro de 1885, p. 1.

<sup>408</sup> Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*, 8ª edição, vol. I, Lisboa, Guimarães & C.ª Editores, 1976, p. 20, apud Carlos Cordeiro, “Nacionalismo e Cultura Política nos Açores de finais de oitocentos à primeira Guerra Mundial”, *O Tempo de Manuel de Arriaga* [...], p. 100.

<sup>409</sup> Teófilo Braga, *Os Centenários como Síntese Afectiva* [...], p. 226.

<sup>410</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 2º ano, nº 4, 10 de Maio de 1881, p. 4.

O ideário pedagógico e educativo dos republicanos, no âmbito do ensino e da educação, defendia a existência de uma escola básica, com vista a preparar e formar os futuros cidadãos, de modo a torná-los conscientes e úteis ao país. Apenas desta forma seria possível reduzir a elevada taxa de analfabetismo<sup>411</sup>.

Seguindo a política dos demais centros e em harmonia com os princípios preconizados nos seus estatutos, havia que alfabetizar o povo, encarar a instrução como um princípio, formar cidadãos e cumprir o seu papel propagandístico<sup>412</sup>.

Assim, foi forte o empenho dos republicanos na matéria do ensino, com o intuito de esbater as diferenças sociais e económicas. Tenderão a valorizar a importância do professor primário e o papel da escola na educação do homem laico e republicano, cuja formação moral e cívica não devia mais ser da responsabilidade dos párocos, mas do Estado e de acesso universal. Apesar do tema religioso ser importante na questão educativa e da cidadania, a ideologia republicana critica a religião e o clero, defendendo a laicização das instituições e das consciências.

Trata-se de uma obrigatoriedade que, não deve ser monopolista e, neste sentido, defendem a existência de escolas privadas e liberdade de ensino, “[...] ao Estado ficava reservada a função fiscalizadora e simultaneamente caber-lhe-ia o papel de motor essencial de transformação do sistema escolar”<sup>413</sup>.

Só assim a sociedade seria justa e todos podiam participar nela em igualdade e liberdade, uma vez que o indivíduo, dotado dos mecanismos necessários, torna-se um cidadão capaz de exercer os seus direitos e deveres em equilíbrio<sup>414</sup>:

---

<sup>411</sup> Inserido neste contexto de alfabetização, em Ponta Delgada surgem várias escolas, foi o caso da Escola Victor Hugo da Sociedade Artística de Ponta Delgada, inaugurada em 28 de Junho de 1885. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 6º ano, nº 271, 30 de Junho de 1885, p. 4.

<sup>412</sup> Art.º 4º, nº 3 (sufrágio universal) e nº 9 (recenseamento eleitoral). De acordo com a legislação de 8 de Maio de 1878, para votar era necessário ter 21 anos como idade mínima e em simultâneo comprovar uma renda líquida de 100\$000 réis ou em alternativa demonstrar capacidade de leitura e escrita ou a condição de chefe de família (artigo 1º). Tal legislação implica uma parcela bastante reduzida de eleitores e cidadãos elegíveis, daí o enorme empenho dos republicanos neste processo de alfabetização e a intenção de ir além dos centros urbanos, onde já se verificava o maior peso dos recenseados, nomeadamente Lisboa e Porto. Cf. Maria Antonieta Cruz, “Os recenseamentos eleitorais como fonte para o estudo das elites no decurso da Monarquia Constitucional da Regeneração à República”, *História, Revista da Faculdade de Letras*, III série, vol. 10, Porto, p. 165.

<sup>413</sup> Cf. Catroga, *O Republicanismo em Portugal* [...], p. 246.

<sup>414</sup> Esta visão de um Estado democrático com instrução gratuita e obrigatória, separada da religião tem na III República francesa a sua fonte de inspiração, assenta nas correntes filosóficas do iluminismo e positivismo com prevalência da ciência sobre a religião, que desde início foi uma pretensão acolhida pelos republicanos. Sobre a laicidade do ensino e separação da escola da igreja em Portugal, veja-se entendimento de Catroga. Cf. Catroga, *O Republicanismo em Portugal* [...], pp. 245-255.

“[...] os republicanos tenderão a cometer ao Estado a formação moral e cívica dos cidadãos, feita de forma científica, positiva e racionalista. O papel da escola e do professor primário, que tende a substituir o papel do pároco local, tem por objectivo formar o homem laico e republicano não manipulável pela religião”<sup>415</sup>.

Dentro desta concepção republicana de ensino, desde a sua fase embrionária, o Centro Republicano Federal de Ponta Delgada colocará enfoque na instrução e educação, começando pela criação de um gabinete de leitura e, num momento posterior, uma Escola. Após proposta à comissão executiva do Centro, foi deliberada a criação do gabinete de leitura, ainda que tal encargo excedesse as suas capacidades pecuniárias:

“Este centro abre a subscrição entre todos os micahelenses de livros e de dinheiro; quem for das nossas idéas e nos quizer deixar a escolha dos livros, pode concorrer com dinheiro, quem fôr de outras idéas e as quizer representar n’este estabelecimento offerece livros conforme com ellas [...] tudo nos serve [...]”<sup>416</sup>.

Os republicanos pretendiam que o povo adquirisse as noções elementares: saber ler, saber escrever, e alguns conhecimentos diversos. As escolas não eram suficientes, e achavam que a biblioteca pública existente em Ponta Delgada não satisfazia as necessidades, porque o seu espólio era essencialmente constituído por livros das extintas ordens religiosas, além de ser mantida com algumas ofertas e um subsídio municipal.

Questionavam quem necessitava de conhecer as ciências teológicas, os sermões, a vida dos santos? Era uma biblioteca pobre, em variedade e conteúdo, cuja representação das figuras marcantes de todas as áreas do conhecimento da época era inexistente. Ademais, o acesso era bastante selectivo, sendo mesmo, em certos casos, só mediante pagamento. Por tudo isso, manifestamente incapaz de responder aos requisitos básicos e aos pilares de suporte do saber e do conhecimento, preconizado e defendido pelos republicanos.

A escola era pois, o meio imprescindível para habilitar o homem para a vida, e a biblioteca uma ferramenta obrigatoriamente necessária para suporte, já que “o povo precisa antes que lhe paguem para ler”. Neste sentido os republicanos preconizaram, para o Gabinete

---

<sup>415</sup> António Lopes, *A Maçonaria Portuguesa e os Açores 1792-1935*, Ponta Delgada, Ensaios – Gabinete de Comunicação e Investigação Histórica, 2008, p. 149.

<sup>416</sup> Deixaram espaço para receberem livros que já não fossem necessários sobre qualquer tema, fosse romance, poesia ou ciência. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 42, 1 de Fevereiro de 1881, p. 1.

de Leitura, uma Biblioteca com horário alargado, com livros sobre todas as temáticas e de acesso gratuito<sup>417</sup>.

Numa visão e valores, já mais próximos do funcionamento das bibliotecas públicas actuais, pretendia-se que este fosse acessível a qualquer ideologia e, enquanto meio de propaganda, foi encarado numa dimensão mais abrangente. O espaço ficou aberto aos monárquicos, para aí se fazerem representar e aos seus princípios “[...] é um meio de propaganda liberal, é mais uma razão para os ultramontanos apresentarem o antídoto destas ideias”<sup>418</sup>.

Com este gabinete, visavam mostrar que a literatura, o romance e a ciência são úteis ao desenvolvimento das faculdades de raciocínio e estéticas. Visavam ainda, a criação de hábitos de leitura e a preparação dos alunos para futuros obstáculos académicos<sup>419</sup>, promovendo e lançando as bases para o raciocínio lógico e a abertura ao conhecimento, a novas ideias e ao progresso da sociedade:

Por outro lado, o projecto democrático de formação da cidadania consciente implicava o domínio da leitura e da escrita, condição necessária para exercer o direito de voto. Nesta perspectiva, o republicanismo encarava a instrução e a educação cívica como forma de orientação política e social, face ao meio em que cada indivíduo se encontrava inserido: “A escola é a grande emancipadora dos deserdados da fortuna, é a maior alavanca do progresso, a mais segura garantia da ordem [...]”<sup>420</sup>.

Assim, para cumprir o plano republicano, na tentativa de alargamento dos horizontes e formação dos cidadãos, o Centro seria o responsável pela criação de uma escola nocturna, com o intuito de erradicar o analfabetismo:

“Do 1º de outubro em diante abrir-se-ha a matrícula para uma escola gratuita de instrução primaria pelo methodo dr. João de Deus no edificio em que está o centro republicano d’esta cidade, a cujas expensas será mantida”<sup>421</sup>.

---

<sup>417</sup> Queixavam-se que as figuras modernas da geração anterior estavam mal representadas, apenas Herculano, Garrett e pouco mais, enquanto que, da geração actual cingia-se aos “[...] de carne e osso, representada pelos estudantes do liceu no intervalo das aulas”. Ademais, com consultas em horários restritos e por vezes paga: 10 reis por um período de 24 horas. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 42, 1 de Fevereiro de 1881, p. 1.

<sup>418</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 42, 1 de Fevereiro de 1881, p. 1.

<sup>419</sup> Para um maior desenvolvimento sobre a forma como o Centro projectava este gabinete de leitura, cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 42, 1 de Fevereiro de 1881, p. 1.

<sup>420</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 5º ano, nº 232, 30 de Setembro de 1884, p. 4.

<sup>421</sup> “A entrada é pela rua de S. João de Deos, nº 7”. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 5º ano, nº 233, 7 Outubro 1884, p. 3.



A escola do Centro, na cidade de Ponta Delgada, recebeu o nome de “Mártires da Pátria”<sup>422</sup>. Começou a funcionar a 18 de Outubro de 1884 e, no dia 21 do mesmo mês, *A Republica Federal* ao noticiar a sua abertura, informa que a escola já conta com oitenta alunos inscritos, não podendo exceder em muito mais este número, face às limitações do espaço onde decorrem as aulas<sup>423</sup>. A escola abriu sem fazer qualquer discriminação. Todos os que a pretendessem frequentar podiam fazê-lo, bastava para tal, que se apresentassem no respectivo Centro e manifestassem essa intenção a Laureano da Costa Benevides, o professor responsável<sup>424</sup>.

“A escola *Martyres da Patria*, também pelo methodo de João de Deus, sustentada pelo centro republicano d’esta cidade, não tem podido conter o numero de alumnos que a ela recorrem por ser a casa pequena, e porque o numero de analphabetos é grande, e não ha escola nocturna official n’esta cidade”<sup>425</sup>.

No seu terceiro ano de existência e incapaz de dar resposta às solicitações, embora determinado em continuar com o plano de alfabetização encetado pelos republicanos, o Centro ainda recomenda que, quem quiser aprender a ler e escrever o pode fazer nas vagas que abrirão no início de 1888<sup>426</sup>.

O ambicioso projecto de criação da Escola Nocturna integrou-se na *liberdade de ensino* e foi uma das bandeiras do Centro que o seu candidato Teófilo Braga aceitou no mandato imperativo que se propôs defender<sup>427</sup>, cujos custos eram suportados pelo seu órgão de informação, *A Republica Federal*. Quando em 1888, seu último ano de publicação, se deparou com sérios problemas de ordem financeira a subsistência da escola ficou inevitavelmente comprometida:

---

<sup>422</sup> O nome, tal como referido no artigo do jornal pretendia ser uma homenagem ao general Gomes Freire, de Andrade e a todos que, tal como ele foram vítimas das ofensivas do general Beresford, aquando das invasões francesas e protectorado inglês. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 5º ano, nº 232, 30 de Setembro de 1884, p. 4.

<sup>423</sup> O espaço condicionou o número de admissões, pelo que se impôs um limite como medida pedagógica para permitir aos leccionados obterem aproveitamento. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 5º ano, nº 235, 21 de Outubro de 1884, p. 4.

<sup>424</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 5º ano, nº 232, 30 de Setembro de 1884, p. 4.

<sup>425</sup> Trata-se de um relatório da associação de escolas móveis regidas pelo método de João de Deus, sobre os resultados pedagógicos obtidos com uma média de 76 lições. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 8º ano, nº 388, 18 de Outubro de 1887, p. 4.

<sup>426</sup> Cf. *Ibidem*, p. 4.

<sup>427</sup> A liberdade de ensino foi um dos pontos do mandato imperativo dos eleitores pelo círculo de Ponta Delgada nas candidaturas de 1880 e 1881. Cf. Art.º 2º, *A Republica Federal*, Ponta Delgada, suplemento nº 5, 12 de Maio e nº 14, 13 de Julho de 1880 e nº 14 de 19 de Julho de 1881.

“Este jornal dá ainda para as despesas. Não tem porém, sobras, com o que se sustentava ha annos a escola nocturna”<sup>428</sup>.

---

<sup>428</sup> O editorial do último número do jornal do Centro é um artigo sobre os motivos que estão na origem do encerramento do jornal. É ainda uma justificação aos assinantes a quem foram solicitadas as assinaturas para ajudar nas despesas da escola, que ao que transparece da notícia foram insuficientes. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 9º ano, nº 434, 28 de Agosto de 1888, p. 1.

## CONCLUSÃO

À medida que surge uma nova organização política, novos ideais que alastram por todo o território nacional, em Ponta Delgada o movimento republicano encontra o espaço e o estímulo à propagação e defesa das suas ideologias, para o derrube da monarquia constitucional e a instauração da República. É forte o impulso de mobilização política, e intenso o desenvolvimento de novas formas de propaganda capazes de permitir que o ideário desse novo movimento chegue junto de uma população maioritariamente analfabeta e dispersa num país de grandes contrastes económicos e sociais.

Nesse vasto contexto nacional inscreve-se a criação do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada e do jornal *A Republica Federal*, seu órgão de imprensa propagandístico, que à semelhança das demais associações e agrupamentos republicanos federais, proliferarão por todo o país na prossecução desse projecto.

O Centro de Ponta Delgada, de feição federalista do Partido Republicano Português terá sido um dos primeiros núcleos difusores do republicanismo nos Açores, através de *A Republica Federal*, criou o seu espaço de doutrinação e propaganda, que deu voz à pretensão dos açorianos na contestação ao regime vigente e luta por uma federação independente e separada, administrativamente, do território continental.

*A Republica Federal* assumida e entendida como um periódico de posturas contestatárias e radicais, enquanto espaço ideológico próprio e definido, vinculada ao Centro e aos ideais federalistas foi a sua voz pública e representa o expoente máximo de manifestação da ideologia republicana, difundida em São Miguel, ao longo desta década de oitenta do século XIX. Registou momentos importantes e decisivos para os republicanos micalenses, sendo um dos primeiros e com mais impacto as comemorações do tricentenário da morte de Camões, em 1880. A adesão a estas actividades, numa fase embrionária do movimento republicano, projectou o Centro, permitiu-lhe ganhar alguns adeptos e implantar-se no seio da população, encetando desta forma a luta que empreenderá, explorando as contradições dos partidos monárquicos e crente na ruptura do sistema.

O jornal foi o portador das novas propostas políticas e ideológicas, propagou os ideais do pensamento republicano federalista que lhe granjearam reconhecimento e afeição junto do público militante e simpatizante, permitiu-lhe legitimar as pretensões desse grupo, estabelecendo em simultâneo a comunicação entre os seus protagonistas e as populações. Os seus textos reflectem as alterações de valores de um grupo, ideológica e declaradamente, de

oposição legal, no combate e derrube da Monarquia, presentes nas suas intervenções e exaradas em artigos extremamente críticos e de contestação contra o poder central.

Em nome do Centro projectou e constituiu um impedimento à afirmação de outras posições político-ideológicas. Acompanhou a evolução social e económica do país, revelou a realidade da população açoriana através de diversas notícias locais e regionais, de retratos de natureza económica e social, de acontecimentos e seus intervenientes, contribuindo com elementos relevantes e essenciais na promoção da consciência social e política da sociedade micalense.

À semelhança de outros periódicos, é notória a preocupação deste jornal na recuperação de algumas vertentes da memória da sociedade portuguesa e açoriana, no sentido de convergir para a construção da sua identidade, quer em figuras do passado, quer do presente, patentes na adesão massiva às manifestações cívicas expressas nos centenários dos grandes vultos da História nacional, como foram as efemérides ligadas a Luís de Camões, ao Marquês de Pombal e a homenagem ao açoriano Roberto Ivens.

Para a identidade açoriana, resgata alguns vultos, com especial destaque para determinadas personalidades que se distinguem fora da sua terra natal. O jornal fazia-o com notícia dos sucessos académicos, culturais, princípios morais e sociais. Procurava mostrar as suas simpatias e ligações com o movimento republicano então emergente e com intuito de propaganda ideológica, divulgando causas políticas ou económicas, que propagavam e pelas quais combatiam: foi o caso dos republicanos como Teófilo Braga e Manuel de Arriaga, do socialista Antero de Quental, ou ainda do regenerador Hintze Ribeiro, entre outras individualidades da sociedade açoriana do século XIX.

Neste contexto, até que finalizasse a sua publicação e enquanto periódico republicano de referência, *A Republica Federal* cumpriu um propósito mais abrangente, o de construir uma consciência da memória republicana dos açorianos, não apenas pela projecção cultural e política, mas essencialmente como factor importante da construção identitária. Não só lançou um novo olhar sobre a realidade local e insular, como veiculou o contributo de várias individualidades e figuras ligadas ao republicanismo local e nacional, cujas concepções e ideais defendidos testemunham uma época vincadamente doutrinária e propagandística, pautada por intensas críticas às instituições e manifestações contra o poder instalado. Além de se revelar uma importante fonte para o conhecimento da história do Centro e ser um contributo relevante na reconstituição do percurso micalense na história do republicanismo para este período.

Como acontecia nos demais centros da época, a difusão das novas ideias e actividades do Centro Republicano de Ponta Delgada interferiram com as conveniências e com os poderes locais. À medida que surgem militantes, se iniciam os recenseamentos populacionais, fiscalizam-se as eleições, e, quando estes adeptos ousam desafiar as instituições, geram-se novos ódios e conflitos, aumentam as ameaças e as perseguições que, doravante, se tornam uma constante e cujas repercursões se fazem sentir nas actividades laborais, com boicotes, despedimentos e atingindo formas de violência patentes nas notícias divulgadas.

Na verdade, os destinos dos micalenses jamais estiveram nas mãos dos republicanos, apesar da difusão do seu órgão de propaganda, *A Republica Federal*, cuja opinião se fez ouvir, enquanto voz da oposição ao sistema implantado. Inevitavelmente, abalou e alterou o equilíbrio entre os poderes locais instalados, mas aparentemente, nem o seu discurso, nem as acções intentadas contra o regime vigente contribuíram para que estes se implementassem ao longo desta década. Ao contrário permanecem um movimento inexpressivo, sendo visível o seu afastamento das estruturas do poder, com um número de militantes de pouca expressão local e sem capacidade reivindicativa, quer pela fraca projecção social e intelectual dos seus líderes, quer pela ineficácia da sua propaganda na difusão da sua ideologia, ou, talvez por manifesta incapacidade legal de se separarem do vínculo e forte dependência das instituições monárquicas, que exerciam repressão sobre os opositores do regime e que os mantinham sob apertada vigilância.

A fraca implantação dos republicanos nesta cidade é sintomática de que estes jamais foram a alternativa ao regime monárquico. A demonstrá-lo estão os fracos resultados eleitorais do candidato republicano pelo círculo de Ponta Delgada, Joaquim Teófilo Braga, que foi perdendo expressão nas sucessivas eleições na década de oitenta. Os dados de que dispomos não traduzem a real implantação do Partido Republicano Micaelense, na medida em que conhecemos o poder de dissuasão e coerção exercido nas mesas de voto, impeditivos das reais manifestação ideológicas e pretensões eleitorais, o que nos conduz, em parte, a um desconhecimento dos seus simpatizantes e seguidores.

Não obstante o Centro e seus representantes se pautarem por uma relação de proximidade dos problemas das populações micalenses, transmitirem os seus ensejos e reivindicações, almejarem uma justiça, repetidamente prometida e uma descentralização administrativa, esta era uma propaganda difícil. Se atendermos às características envolventes, deparam-se com uma população dispersa, que embora consciente de ser explorada, é todavia

indefesa, analfabeta, desinteressada e essencialmente desprovida de entendimento e aspirações políticas, tornando-se passível a sua submissão aos mais poderosos.

Tal quadro social e cultural, característico da própria ilha, dificultou a tarefa dos republicanos, que incapazes de ultrapassar o conservadorismo das estruturas locais falham na luta contra essa subversão política, em doutrinar e convencer essa população, fiel ao senhor e ao padre, que sobre eles exercem fortes influência coercivas, os mantém alinhados com o regime, sob a alçada das autoridades monárquicas e caciques locais.

Os militantes republicanos federalistas de Ponta Delgada preconizavam um Estado Federal Republicano, que não passou de um projecto, apesar de ser forte o seu apelo à participação popular para o exercício desse poder e, ainda que politicamente fundamentado, tal objectivo não vingou. Ao invés, a vida política nesta cidade neste final de século manteve-se em torno dos partidos monárquicos, com poucas candidaturas republicanas e falta de concorrência, o que em pouco alterou os resultados anteriores. Esta geografia eleitoral é em tudo semelhante ao quadro das eleições oitocentistas, com o rotativismo instalado e o poder nas mãos de alguns grupos elitistas, capazes de despoletar mecanismos para o manter, através da manipulação dos resultados eleitorais.

Não obstante as importantes iniciativas do Centro e do seu jornal, nomeadamente as comemorações centenárias, as homenagens, as conferências e a escola, o seu jornal *A República Federal* encerra, aparentemente por insustentabilidade financeira. Certo é que o republicanismo não vinga, esmorece e enfraquece, provavelmente, devido à falta de divulgação e impulso do seu órgão de propaganda e principal apoiante. Embora não resultasse, necessariamente, no fracasso dos propósitos e ideais do Centro, a comprová-lo, temos a sua permanência ainda na década seguinte, é no entanto provável e admissível que o encerramento deste tenha contribuído significativamente para tal fracasso, ainda que o percurso dos republicanos já evidenciasse sinais de insucesso.

Se no final deste decénio a nível nacional aumentam os centros e a sua projecção; se passam a agregar uma nova elite antes excluída, com rendimentos e habilitações literárias, detentora do voto que lhe permite intervir no rumo político; se surge uma nova classe operária que se fixa à volta dos grandes núcleos urbanos, nomeadamente Lisboa e Porto, como consequência do projecto de industrialização. Tal, situação não se verifica nos Açores, longe disso, surge-nos um quadro diferente, desencadeando um processo também ele antagónico. Pelo contrário o Centro Republicano Federal de Ponta Delgada depara-se com uma elite republicana extremamente reduzida e dispersa, doravante ultrapassada por novas forças com

ideais autonomistas e regionalistas que, progressivamente se impõem, e em quem a população açoriana encontra eco e expressão para as suas reivindicações. Serão elas a alternativa ao regime vigente: a *Autonomia*.

Factores económicos, nomeadamente as medidas do governo, no sentido de vencer as dificuldades financeiras reacenderam as correntes favoráveis ao separatismo ou à autonomia do arquipélago. À semelhança do que acontecera na década de oitenta, em Ponta Delgada, onde surgiram os primeiros focos republicanos, será também aí o pólo difusor do movimento autonomista em finais dos anos oitenta e início dos anos noventa. Sendo São Miguel a ilha mais rica, com um considerável número de receitas e a mais populosa dos Açores, não foi contudo indiferente à crise que então se repercutia por todo o território e provavelmente terá sido das mais afectadas pela carga tributária. Assim, a ideia de autonomia que se vinha delineando desde o início dos anos setenta, começa a ganhar expressão tornando-se a partir de então, indubitavelmente na questão que mais atrai os açorianos, ganha importância e constitui-se como força política organizada.

A consubstanciação das necessidades do arquipélago com os ideais de federação, pelos quais os republicanos se bateram ao longo desta década e que pautaram por ser um dos projectos mais audazes encetados por este Centro na sua actuação contra o poder central, vieram a fracassar. A luta dos republicanos micalenses pela mudança de regime, e os ideais que defendiam o abandono da metrópole por via da implantação de uma República Federal, veio a gorar-se. Advogaram uma descentralização político-administrativa para os Açores, consentânea com os princípios federalistas propagados pelo ideário republicano do Centro, assentes no programa federalista de Henriques Nogueira. Ao invés, são as elites locais desde sempre alinhadas e partidárias do regime monárquico, que vêm doravante demarcar-se da metrópole, conseguindo a concessão de funções descentralizadoras em relação ao Governo Central. Embora não fosse uma autonomia, nem plena, nem efectiva, uma vez que se operou essencialmente a favor das ilhas mais ricas, institucional e politicamente organizadas, nomeadamente distrito de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo

A concessão do regime de autonomia ao distrito de Ponta Delgada contribuiu inevitavelmente para um declínio na adesão e crescimento do republicanismo, inverso ao que se verificava a nível nacional. Sendo igualmente de considerar as características da população alvo, fortemente conservadora, agarrada aos valores morais e religiosos tradicionais e dependente do regime monárquico, ao qual acresce o desaparecimento do seu jornal. É notório o enfraquecimento dos republicanos e do republicanismo que acaba por fenecer e

levar ao consequente desaparecimento do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada, cremos que ainda, antes do final do século.

Sendo desconhecido o espólio do Centro, nomeadamente actas e registos das várias actividades, não nos foi possível assegurar, nem traçar com rigor, a sua história. Do parco conjunto documental a que aludimos para o estudo deste decénio, embora não possa isentar-se de parcialidade, *A Republica Federal*, pela sua persistência e exactidão, tornou-se a fonte primordial e incontornável nesta nossa investigação. Do seu legado ficou o contributo relevante que trouxe à história do Centro, à propagação do republicanismo neste período e ainda ao conhecimento geral das questões que mais inquietaram os micaelenses em particular e os açorianos em geral ao longo desta década.



## **ANEXOS e QUADROS**



# A REPUBLICA FEDERAL

Orgão do Centro REPUBLICANO FEDERAL de Ponta Delgada

ASSIGNATURA—n'esta cidade—por mez..... 180 réis  
Para qualquer destino acesse o porto do correio.  
Anvulo..... 50

SABBADO 17 D'ABRIL DE 1880

ANUNCIOS—linha a..... 10 réis  
Toda a correspondência e annuncios serão dirigidos ao  
Largo da Matriz, n.º 72—lado do sul—

## PONTA-DELGADA

União  
pela m  
os laços que mantinham  
a sociedade, uma profunda  
ativa da  
social.

Ao grande trabalho de demolição de antigos prejuizos, de abusos inveterados, seguiu-se um período de desenganço para a humanidade, de descanso necessario, fatal, pois a humanidade como collecção de individuos está sujeita, como o elemento primitivo, ao cansaço; mas não para. Quando o vulcão deixa de regir á superficie, é porque, exaustas as materias que o alimentavam, precisa socorrer-se a novas fontes para recommençar o seu trabalho, aqui ou alem; assim é a humanidade. Exaurido um assumpto, conseguido um fim, recolhe-se em si mesma e começa a elaborar novos principios que, applicados ás anteriores descobertas, mostram quão incompleta está a sua obra, a obra da sua felicidade, alvo unico dos seus trabalhos. Abrem-se-lhe então novos horizontes, e a um período de inactividade succede um período de luta para a applicação das novas theorias. E' assim que as civilizações se succedem; é assim que a humanidade progride.

Ao trabalho de elaboração feito por Augusto Comte e seus discipulos para a organização social já

succedeu em França a época de luta, luta que se repercutiu da Russia até Portugal, da Alemanha até Italia; está prestes a soar a hora da emancipação popular. E' para prestar apoio ás idéas novas, que nos apresentamos, formando centros para a propagação dos bons principios, e para oppôr um dique á desmoralisação que se apoderou de todos os ramos do serviço publico. O governo representativo, producto hybrido do absolutismo e da liberdade, é de sua natureza impróprio, e nem ao menos tirou proveito de emfrentamento pela imprópriedade dos typys. Prestou, é verdade, alguns serviços ou antes prestou-os a liberdade, á despeito do conjuge despotico, mas este formou novos aliados e tenta resistir-lhe. Os nobres fizeram-se burguezes e enfundaram-se ambos; o clero reconheceu por seu lado os factos consummados e alliou-se á burguezia e ao rei, e todos juntos tentam tornar definitivo o que só é provisório; dizem paz o que só é trégua, pondo em acção todos os meios para o conseguir. Produzindo a indifferença politica pela falsificação do voto, pela annullação do systema, tem conduzido á inacção a melhor parte da nação; inacção politica, inacção intellectual, pela falta do grande objectivo, o bem estar geral. Especuladores egoistas sugam o trabalho da vasta colmeia que se

chama o povo, e dão em partilha áquelles que lhe podiam ir á mão, o thesouro publico; multiplicam os empregos para satisfazer a um ou outro filho do povo que poderia trabalhar, e assim cresce o numero dos exploradores; assim medra a immoralidade, com ella a miseria social, e com ambas a miseria do erario.

Os especuladores querem a continuação da coisa; querella, vós, tam bem, é povo? Esperamos que não; cremos que o vosso apoio não faltará, na cruzada que encetamos em proveito de todos, com prejuizos proprios.

E' a republica o governo do povo, só n'esse systema pôde e ha de existir a egualdade civil, só esse systema permite a reforma evolutiva dos abusos sociais: só esse systema pôde levar a moralidade ao governo e d'ahi á nação; pois é preciso dizel-o bem alto toda a immoralidade provém dos governos e só dos governos pôde provir o remedio, fazendo que a justiça não seja uma burla, que a instrucção não seja um *disideratum*, mas uma realidade. E desde o momento que haja justiça na confecção da lei, desde o momento que o operario retire do seu trabalho o necessario para viver e dispensar o trabalho dos filhos na idade em que elles devem frequentar as escolas, desde o momento que o professorado seja bem pago, veremos apparecer professores de-

dicados, veremos o professorado arvorado em sacerdocio, veremos as aulas frequentadas.

Só assim a liberdade pôde existir, libertos os individuos das necessidades materias que hoje os escravizam, estabelecidos nos seus verdadeiros interesses por meio da instrucção, e versados nos meios de os conseguir; só assim poderá existir a fraternidade pela abolição do privilegio, pelo reinado da justiça.

Com a instrucção apparecerão os verdadeiros interesses publicos em toda a sua luz, nascerão as industrias que darão emprego aos braços que ali caem desoccupados, ao passo que os decepta a fome. Com a industria restabelecer-se-ha o bem estar social, o equilibrio das finanças publicas e particulares, entraremos enfim em uma época de ordem e progresso, pois a revolução demonstra a oppressão e a oppressão é conservadora.

E' a realização d'este ideal que mira o Centro Republicano Federal que acaba de se constituir n'esta cidade; já para divulgar estes principios e para os defender, que este jornal apparece á luz publica. O modo como o havemos de fazer, o que havemos de conseguir, pertence ao futuro; o povo ha de vê-lo, e a sua acceitação ou a sua indifferença, será o seu *verdictum*, será o nosso premio ou o nosso castigo.

## FOHETIM

THEOPHILO BRAGA

Se a obscuridade resolvesse tomar um dia a formas humanas a fim de atravessar o Chiado, sem que ninguém a notasse, ás quatro horas da tarde, a obscuridade não poderia escolher patasse fim uma encarnação mais propria que a da figura de Theophilo Braga.

Elle passa na altidão inteiramente confundido n'isso, como se fosse uma molécula grande collectividade, que se clha o vulgo.

Magro, encolto, vestido de escuro, com o passapressoado e minudo, mal despegado chão, as abas da sua longa sobressaca ao vento, o chapéu alto sobre a cabeça, o guarda-sol pendido de um braço pelo gancho de bbbi, uns poucos de livros debaixo do outro braço, surratoiro, esquivistugado em linha recta da suavia para o seu fito, elle parece calhar sempre no escuro, do lado sombrio, como quem se evade, bicos de pés, sobre um tapete escuro.

Entre debilidade e um pouco valetudinário, dourcurvo, ventre chato, estomago esado, deixando descahir as coxas pregas sobre

os sapatos,—é o mais forte, o mais rijo, o mais energico temperamento que eu tenho conhecido.

Têm ouvido falar, muito por certo, no escalracho: é natural que o conheçam pouco, como de ordinario nos succede com as coisas de que se fala muito. O escalracho é a mais modesta e a mais insignificante das gramineas. No mez d'agosto, nos valles, á beira dos ribeiros, o escalracho é um pequenino ponto verde, como a cabeça de um alfinete, tremeluzindo ao lume d'agua na ponta de um fio tão subtil como um cabelo. Em presença de uma fragilidade tão exigua, tão mesquinha, a robusta solidez de um lavrador armado do seu machado, habituado a rachar o carvalho, a furar o granito, a matar o lobo, descreva de susto. O escalracho pôde mais do que o Hercules. Porque o escalracho tem por si a raiz immensa, interminavel, que não cessa de lavar por todos os lados, alastrando-se como os tentaculos d'um enorme polvo vegetal escondido sob a crasta da terra, revolvendo medonhamente o sólo, destruindo as ceareas, tombando as arvores, derribando os muros, descombinando as ciras.

Theophilo Braga é subcutaneamente da natureza do escalracho. A

periphéria apparece apenas o gancho de seu chapéu de sol; dentro está uma raiz perfurante, dominativa, implacavel e tremenda:—a tenacidade.

Falando, como professorino, seu curao, como conferente nas assembleias populares, elle descobre a poderosa coexistencia da sua personalidade e mostra que são do aço mais rijo e mais extraordinariamente temperado os tenues fios que o prendem á vida. A força da vontade, a consciencia do poder, a alegria do triumpho, illuminam cutão a sua physionomia asctica. Os seus olhos fulgem com uma expressão penetrante e inquisitiva sob a ruga da testa; nas azas do nariz palpita-lhe o fogo energico e impaciente de um gladiador, e em quanto o seu busto immovel como o de um juiz e as suas mãos sobrepostas como as d'um inutil, affectam o despreso de todo o movimento theatral, a palavra cae-lhe do beijo grosso e sarcastico com uma fluncia monotona mas inexaurivel, dominando, vergando, batendo o assumpto, como bate um malho sobre uma verga de ferro em brasa.

O desartificio da sua dicção tem a propriedade de encaminhar o espirito de quem o ouve na direcção

da ideia que elle expõe muito mais eficientemente do que o poderia conseguir a exatidão e a correcção oratoria; as suas emendas, as suas repetições, o requeijar do seu estylo dão um relevo enorme ás suas phrases, fazem penetrar o espirito do ouvinte na elaboração psicologica d'elle orador, armam rede, arrastam, obrigam a pensar dentro da mesma esphera em que elle se collocou, determinam correntes de colaboração entre elle e o seu auditorio; convencem finalmente; e, sem que ninguém se lembre de o applaudir, quando elle termina com o seu estribillo familiar, que bate no chão como um bordão caturno.—Esta é que é a coisa!—o espirito colectivo e compacto do seu auditorio, repete convictivamente, que a coisa é efectivamente aquillo.

Quando na sua qualidade de disidente, de democrata, de philosopho, de revolucionario, elle fulmina as instituições do velho mundo, que todos aquelles que pensam vêem esborrar-se a pouco e pouco em torno da aspiração moderna, Theophilo Braga conserva sempre a frieza didactica, de uma imperturbabilidade tragica. Sem invectivas, sem exaltações sentimentaes, sem exclamações tribunicias, a sua pa-

## Anexo 1

A Republica Federal Nº 1



# A REPUBLICA FEDERAL

Órgão do Centro Republicano Federal de Ponta-delgada

N.º 434

ASSIGNATURA—N'esta cidade—por mez 180 rs.  
Para qualquer destino accresce o porte  
do correio.  
Aviso... 50

S. MIGUEL—AÇORES

Terça-feira, 28 de agosto de 1888

ANUNCIOS—linha a 20 rs., repetições—10 rs.  
Toda a correspondencia e annuncios so-  
rão dirigidos ao canto do caes,  
n.º 2.

9.º Anno

## PONTA DELGADA

### Expediente

Com este numero suspende a «Republica Federal» a sua publicação. Este jornal dá ainda para as despesas. Não tem, porém, sobras, com o que se sustentava ha annos a escola nocturna. E como, a alguns assignantes se tinha pedido a assignatura para este fim, julgamos do nosso dever dar-lhes esta satisfação.

Além da falta, insubstituível, que nos fez o nosso valente correligionario, ausente no Fayal, Cactano Moniz de Vasconcellos, que ainda assim nos coadjuvava na collaboração, se lho permitissem as suas occupaões, accressem difficuldades na administração, que não pode sobrecarregar o mesmo individuo eternamente, com prejuizo do tempo necessario para agenciar os proventos da subsistencia, que nenhum de nós tira, nem quer tirar, pessoalmente, da politica em que militamos.

Com o nosso trabalho de redacção, e dos nossos correligionarios, em diferentes cargos, pagando todos a propria assignatura, e acceitação da nossa folha no publico, applicamos os proventos á causa e só á causa, que defendemos, que é a da justiça, e a da instrução.

Quando os nossos correligionarios, que guardam o incognito, entenderem que um pequeno numero não pode exercer todos os cargos inherentes a uma instituição séria, e se resolverem a secundar-nos, cá nos encontrarão no mesmo posto e com as mesmas e ainda mais firmes convicções.

### As ordens monasticas e o espirito do seculo

Não tem havido no mundo nenhuma instituição humana, por mais estranha e irracional que hoje pareça, que não tivesse na ordem necessaria dos successos a sua natural explicação e, em initos casos, não sómente a sua intima affinidade com a situação mental das sociedades e com a phase especial da civilização, senão também a sua innegavel utilidade.

Acontece, porém, com as instituições na humanidade o que a natureza indefectivelmente realisa nas suas admiráveis creações. O que n'uma dada epocha na historia da terra foi necessario e regular, seria n'uma epocha diversa uma flagrante monstruosidade. Ora a humanidade tem a sua evolução como a natureza, e o que em tempo determinado

soube ser instituição racional e prestada, mudado o temperamento social, veio a ser uma odiosa superfluação, um órgão inútil ou importuno em organismo destinado a viver em diferentes condições e ageitar-se a diversissimo ambiente.

A propria monarchia, esta persistente instituição que ainda vive pela vitalidade energica da tradição e pelo magico talisman do incompreensivel, esta forma de governo, que está a cada passo em contradicção com a livre independencia do moderno pensamento, e de quem os seus crentes fervorosos poderiam dizer como o grande lamar do christianismo: *Credo quia absurdum*, creio porque é absurda, houve tempos, em que pôde exercer acção menos malefica, pelo seu influxo incontestavel na criação das modernas nacionalidades e pela defensão dos fracos e dos humildes contra a oppressora aliança dos grandes senhores feudaes.

Em quadras tormentosas e escuras, quando os potentados arrastavam os povos inconscientes a guerras perpetuas e cruentissimas sem nenhum proveito real para a civilização, quando a luz intellectual quasi inteiramente se apagára, quando as noções de paz e de justiça se haviam obliterado, poderam as ordens e congregações religiosas prestar por vezes algum serviço e fazer-lhes perdurar o haverem-se constituído em estados poderosos e dominantes dentro do proprio estado temporal.

A pouca sciencia da idade media, se não teve, como se cuida geralmente, o seu exclusivo domicilio nos claustros monasticos, antes numeroz cultores de grande nome entre os homens estranhos á clausura, não se pôde negar que no pacifico romance de muitas celebradas abbas, achou refugio e patrocinio.

As proprias idéas politicas e philosophicas dos nossos tempos tiveram defensores e panegyristas entre os cenobitas da idade media. A ordem dos franciscanos era, tingida pela cor religiosa, que o mysticismo d'aquelles tempos imprimia a todas as instituições, uma democracia organizada, em protesto eloquente, apesar das suas formas de humildade e abnegação, contra as iniquas desigualdades sociais; um piedoso comunismo, que pretendia amoldar as suas leis ao communismo christão dos tempos apostolicos.

O monachismo dominou a idade media, e ás vezes exercitou salutar influencia na sociedade civil, desbravando ao mesmo passo, pela sua energia dominadora, os baldios da terra, e os maninhos da intelligencia. Mas a sua acção foi sempre limitada, restrictissima, incapaz de diffundir a verdadeira luz do ensino a numerosas populações pela cadeia ou pelo pulpito.

E é preciso não esquecer que os proprios beneficios esparzidos pela cultura e pela instrução, ficaram mais ou me-

nos maculados pelo egoismo das grandes corporações monasticas, empenhadas em adquirir o accrescentar as suas enormes propriedades e os seus estados senhoriaes, e em recrutar novos soldados para esta milicia privilegiada e conquistadora.

Com a Renascença e a Reforma as ordens religiosas viram principiar a sua impreterivel decadencia. A Renascença era essencialmente profana, sceptica e restauradora do espirito naturalista da antiguidade. A Reforma, cujo signifiero ou porta-estandarte mais valente, era um proprio Augustiniano, viaha negar abertamente o monachismo.

As sociedades já não podiam allumar-se com o debil clarão das antorchas monachas. Eram passados já os annos lobregos, em que os luzeiros do pensamento appareciam transluzindo pelas frestas esguias da cella d'aquelles fradescos pensadores, que como Roger Bacon, Alberto Magno, S. Thomas de Aquino, impunham as suas normas á philosophia e á sciencia. O espirito secular apparecia irradiando a toda a parte as suas efficazes influências, seriam agora os claustros, que receberiam nos seus mais intimos recessos a luz profana. A imprensa, a expansão navegadora dos povos europeus para dilatar os ambitos da terra, conhecida, e a emancipação da consciencia pela Reforma, eram os tres poderosos instrumentos, que haveriam de allumar e conduzir os povos nos seus novos estados de civilização.

A função das ordens religiosas não tinha já campo e theatro, onde exercer-se. Desatavam-se dos seus liames tradicionais as sociedades europeas. O ascetismo que vivia nas lauras ou nos desertos, para vagar aos extasis estereis da vida contemplativa, no seu egoismo da propria bemaventurança, nada podia sobre a marcha do mundo secular. O monge apulento, esse obedece ao egoismo das mundanas complacencias, occupado em augmentar os seus dominios e alastrar quanto podia o seu dominio temporal. O frade mendicante degenerára da evangelica pobreza e convertora a sua primordial democracia n'uma instituição egoista e infiel ás regras e aos exemplos dos seus entusiasticos fundadores.

Quando Lutero e os demais reformadores dilatavam rapidamente pela Europa as suas doutrinas, os institutos monasticos, se já não podiam servir a sociedade civil, não eram mais solidos antemurais para a defeza da Igreja. Como se as velhas legiões tivessem perdido as aguias e com ellas a opinião e o valor, foi necessario constituir novas tropas, cohortes juvenis, inflammadas no ardor sincero, educadas na austera disciplina, obedientes até á annullação da vontade propria e á absorção do individuo n'uma poderosa corporação.

Instituiu-se então a companhia de Jesus. Os soldados bispoes succederam

aos veteranos do monachismo; já invalidos e incapazes de victoria. A fundação da companhia ideada na ardente e morbida phantasia de um soldado aventureiro, tornado em mystico entusiasta, era uma empresa que excedia os poderes do famoso instituidor. Nem a Reforma deixou de contagiar o mundo, nem a sociedade civil foi suspensa no seu curso triumphal.

Toda a acção dos jesuitas se resumiu em diminuir a velocidade ao moderno movimento. Mas o mal, que das suas energias resultou para a sociedade não foi acompanhado pelo bem, que fizessem á igreja e ao papado. Apesar dos jesuitas, a Revolução franceza veio a realizar-se como um glorioso acontecimento e os seus evangelizadores poderam mais que todos os innumeraveis missionarios da audaciosa Companhia. O descredito dos que arrogantemente se apellidaram os socios de Jesus veio a culminar na proscripção com que os governos europeus, e o de Pombal á frente de todos, lhes fizeram expiar as suas ambiciosas arrogancias. O proprio pontificado proclamou do alto da sua cathedra a condemnação d'aquella ordem, pela qual se pretendia transfundir sangue novo no organismo decadente do monachismo do combate.

A ultima forma das associações monasticas foi pois para a Igreja uma pura inutilidade, e para a sociedade civil apenas um elemento perturbador. Não poderam os jesuitas sustar a pantada evolução, pela qual o pontificado desde a sua omnipotencia e supremacia temporal sobre todas as soberanias, passou á completa secularização dos estados pontificios, desde a eminente situação, em que a tiara não cabia em todo o mundo, com Innocencio III, até o nosso tempo, em que tem com Leão XIII por fronteiras do seu imperio os muros do Vaticano.

A era das congregações religiosas passou e não volverá. Eram a cavallaria andante do christianismo e as edades cavalleiroas são passadas sem possivel restauração. O monachismo é hoje um anachronismo tão absurdo como as cruzadas e como a constituição feudal da Europa. É impropicio para a união o para o bem, sómente fecundo para a discordia e para o mal. A luz, que ainda sabe diffundir não é a luz clara e bem-fazeja da lampada serena, que esclarece os entendimentos sequiosos de sciencia e liberdade, mas o clarão alfoqueado do facho que incendia as consciencias timoratas e obscuras.

E quem pode admitir que as congregações religiosas pretendam dirigir as sociedades actuaes? Quando a sciencia jorra a diluvios maravilhosos os seus inexhaustos mananciaes, que vem cá fazer a estreita e pallida instrução dos claustros monachas? Que pretensão é essa de illuminar com uma candeia mais intensamente a humanidade do que por


## Anexo 2

A Republica Federal N.º 434



T. B. 7275

Cidadão



O Partido republicano-federal d'esta fidade de Ponta Delgada, sendo próxima a eleição do Deputado por este Circulo, resolveu levar á urna um representante seu, não por que tenha probabilidade de triumpho, mas para revelar a sua existencia e manifestar a sua vontade-livre e desasombradamente no Campo eleitoral.

Reunido, pois, o Centro republicano-federal em assembleia geral no 1.º do Corrente, resolveu unanimemente que fosseis vós, Cidadão, eleito para seu representante, incumbindo-me de vós participar, para que vos digneis declarar se acceptaes a Candidatura; e, esperando affirmativa a vossa resposta, vos envia, antecipadamente, o Mandato-imperativo, que vós, examinando-o, podereis ampliar ou restringir como julgardes conveniente, de volvendo-o depois de assignado.

A vossa annuencia é considerada por todos os nossos correligionarios politicos, como um grande e valioso auxilio prestado á nossa causa.

Centro republicano-federal em  
Ponta Delgada 16 de Abril de 1880

Alto Cidadão - D. Joaquim Theophilo Braga

Presidente  
Antonio Canudo Silva

### Anexo 3

Ofício do Presidente da Comissão Executiva do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada, António Canudo da Silva, dirigido a Teófilo Braga, em 16 de Abril de 1880, propondo-lhe a candidatura às eleições do círculo de Ponta Delgada.

BPAPD/TB/CX187/017



T. B. - 7305  
Centro Republicano Federal  
Santa - Delgada

Muito Ilustre Cidadão



A carta do V. Ex.<sup>a</sup> a este Centro de 27 de Abril do  
te anno, em que nos communicou a accitação da  
Candidatura que tivemos a honra de lhe propor por  
este Circulo, concluiu V. Ex.<sup>a</sup> = "apresentando-me ao  
voto suffragio sem sei que me não aguardo o  
triumpbo: o ser vencido por meios torpes é uma  
victoria da Consciencia". Verificou-se o raticinio.  
Fomos vencidos na lucta eleitoral, mas feramos  
torpes e muitos torpes os meios porque por supplan-  
tarmos e podermos assegurar que a nossa Derrota  
foi um triumpho da Consciencia e uma con-  
quista da Democracia em que muito influio o  
nome de V. Ex.<sup>a</sup>

Tivemos de luctar com todas as calumnias  
da imprensa progreßista, com todas as propo-  
sias das autoridades e com a guerra aberta do  
Clero que, instigado pela autoridade com promessas  
a uns e ameaças a outros, e tambem por interesse  
proprio, persuadia o povo ignorante, no julgava per-  
suadido, de que a religião tinha muito a perder  
com a eleição de V. Ex.<sup>a</sup>, não contando com as des-  
gracias dependencias de rendeiros, foreiros e heredei-  
res. As pressões em obras publicas, a com-  
pra de votos, as intimidações no acto do voto  
com ameaças de prisão, algumas levadas a effeito,  
afirmadas aos republicanos por bandos de 100 a 200  
individuos, assalariados pelo bando progreßista, que

#### Anexo 4

Carta de Manuel de Medeiros do Canto enviada a Teófilo Braga em 17 de Setembro de 1880 referindo-se à derrota de Teófilo Braga nas eleições e dos obstáculos encontrados na difusão dos ideais republicanos. BPARPD/TB/002/079 (fl.1)



te dos adversarios, não obstante sabermos que o  
Governor tinha recommendado á 1.<sup>a</sup> auctoridade  
deste Districto e a todos os seus correligionarios que  
não exitassem em lancar mão de todos os meios  
para que não venciasse a candidatura proposta  
pelo partido Republicano. Ainda assim não  
dusidâmos vencer para outra vez com o auxilio  
dos novos elementos que se nos agremiarão  
e com a experiencia que esta primeira cam-  
panha nos deu. Foi ainda uma conquista  
para a Democracia o conhecer-se que o cler-  
to tem menos prestigio do que o que lhe attribuiam  
nos, pois que, de 4.505 votos que alcançou o  
deputado progressista, deduzindo-se 2.000 de-  
pendentes de obras publicas e os obtidos por outras  
dependencias (foreiros, rendeiros &c) e os muitos  
consignados a dinheiro, a pouco ou nada ficou re-  
duzida a influencia clerical em um circulo  
de 12.000 eleitores, a quem não pregaram absten-  
ção mas exhortaram para concorrer todos a  
esta Santa Cruzada e com o seu voto combate-  
rem os republicanos que queriam acabar com  
a religião, com a familia, com tudo o que de  
bom existia!

Tambem se demonstrou praticamente ao  
povo quaõ pouco a Carta vale, quando se  
annula por esta forma a unica prerrogativa  
popular nelle consignada.

Lesando estas cousas ao conhecimento de V.<sup>za</sup>  
declaramos-lhe, embora humildemente, que



o partido republicano que ainda ha pouco affirmou aqui a sua existencia, manifestou bem claramente a sua aspiração no campo eleitoral, affrontando com a firmeza e cordura que caracterisam os verdadeiros democraticos, as prepotencias das autoridades facciosas e todos os insultos constantemente dirigidos á sua segurança individual e ás suas liberdades civis. É portanto a victoria moral foi nossa.

Crescia V.ª que não sabendarmos o posto; sentimo-nos agora mais rijos para a lucta. Aproveitaremos o interuallo para, por meio de conferencias e de jornal, elucidarmos e por sobre os seus verdadeiros direitos e interesses, bem como para affirmarmos a nossa utilidade publica criando estabelecimentos de instrucção para o povo e uma Caixa economica para os operarios, afim de libertarmos o trabalho ao passo que libertamos as consciencias.

Centro Republicano Federal do Porto  
Belгада 17 de Setembro de 1880.

Alto Benemerito e M.ª M.ª Cidadão  
D.º Joaquim Theophilo Braga



Pelo Centro Republicano Federal  
O Presidente da Assemblia Geral  
Manoel de Jesus de Sousa


MPR/APTB/CX02/079



T. B. - 7264

Mme. Sma. S. D. Jacquin Thophile Braga.

Prezados Correligionarios e Patriotas.



Scante tanto e tão repetidos golpes não ha expressões nem sustentamentos que possam confortar; os republicanos michacantes lembram-vos apenas que não pertenceis se a família, a patria e a humanidade recla-  
mam por equal a vossa dedicação!

Centro Republicano Federal de Ponta Delgada  
26 de Março de 1887.

**Mesa da Assembleia geral**  
Manoel de Oliveira Costa  
João Soares de Almeida  
Ernesto Franco

Francisco José de Medeiros Silva  
José de Souza Oliveira Paes da  
**Commissão executiva**  
Estacio Domingues  
Candido Fortunato de Salles  
João Candido Borges  
Jacquin J. da Silva

Manoel Felipe da Silva Freitas  
**Commissão d'imprensa**  
Cecilio de Moraes de Pasconcellos  
Manoel Jacintho da Costa  
João d'Oliveira Raposo

Cor

## Anexo 5

Carta enviada a Teófilo Braga, em 26 de Março de 1887. Nesta carta em que o Centro mostra o seu apreço e apresentam-lhe a lista dos novos constituintes dos órgãos do Centro. Para além dos 13 elementos que fazem parte dos corpos dirigentes do Centro a lista vem assinada por 61 correligionários. BPARPD/TB/002/080 (fl.1)



## Correligionarios

João José de Resende  
Marcel de Sousa Deir  
João Machado dos Santos  
Antonio Nunes Braga  
Francisco Botelho Almeida  
Gil Botelho Almeida  
Augusto Garcia  
João Maria da Fonseca  
João Luiz de Medeiros  
Menahem Adreli  
Nicolau Martins de Brito  
João Augusto Botelho  
Manuel Victor Rebelo de Miranda  
Luis Pedro de Sousa  
Augusto e Humberto de Medeiros  
Francisco de Veiros Cosme  
Marianne Oliveira Raposo  
Antonio Botelho de Rego  
Rogério Joaquim de Sousa  
Agostinho Pereira Almeida  
Esperidiao José de Veiros Lima  
José A. Almeida  
Supacencio Augusto Borges  
Francisco Manuel Rego Costa  
Antonio Elvadio de Sousa  
Francisco Soares de Sousa Costa  
Evaristo Pereira Barroso  
Manuel Pereira Travasso  
Antonio Jacinto Correia  
João Baptista Sousa  
João Botelho Amador  
João F. de Almeida  
José Pacheco de M. Barbosa  
José Adreli  
João Maria Pessoa.  
Antonio Correia de Almeida  
Muno Corduro  
Francisco José de Thanea  
Francisco Pacheco de Feres  
Albano Pereira da Costa



João d. Indade Raposo  
 Antonio Luiz de Albuquerque  
 José Teófilo Terra  
 João José de Oliveira  
 João Luiz Affonso Viana  
 José Botelho  
 João Maria Pereira  
 João Fagundes d'Almeida  
 Thiago e Augusto de Rego  
 Francisco de Rego da Silva Pontes  
 Manoel Casimiro  
 João Maria de B. Coutinho  
 Antonio José de Costa Rego  
 João Tibério da Silva Casa Nova Júnior  
 Manoel Ignácio Pereira  
 José Jacinto Soares  
 Manoel de Sousa De Menezes  
 Francisco Pereira Neves  
 Manoel de Bettencourt e Neves  
 João Ignácio de Albuquerque  
 José Maria da Faria





17c25

premio... illo e quare...  
 Jõe um pregão do vinho meu paleiro.

(Lus. C. I, est. 10)

Emfim, não houve trazo de fortuna,  
 Nem perigos nem casos duridosos,  
 Injustiças d'aquelles, que confuso  
 Regimento do mundo, ao p'o abuso,  
 Faz sobre os outros homens, poderosos,  
 Que cū não passasse.

(CANÇÃO XI)  
 Aquelle, cuja lyra sonora  
 Será mais afamada que di'za.

(Lus. C. X, est. 128.)

Nem, Camões, também eu deis que caute  
 Quem com habito honesto e grave veio,  
 Por contentar o Rei, no officio novo,  
 A despir e retirar o pobre povo.

Nem quæ achã que he justo, e que he direito  
 Guardar-se a lei do Rei severamente,  
 E não acha que é futo o bom respeito,  
 Que se pagou o suor da sorvil gente.

(Lus. C. VII, est. 85 e 86.)

10 Junho 1580

10 Junho 1880

pele

CENTRO REPUBLICANO GERAL  
 de  
 PONTA DELGADA  
 NO

JOCPH  
 C. 15.3

Tricentenário do Poeta

LITHOGRAPHIA DOS AÇORES—S. M. J. UEL

## Anexo 6

Número especial de homenagem a Camões.



# A REPUBLICA FEDERAL

Orgão do Centro Republicano Federal de Ponta-delgada

N.º 107

Anno 3.º

## CENTENARIO DO MARQUEZ DE POMBAL

S. MIGUEL — AÇORES

Segunda-feira, 8 de maio de 1882

### HOMENAGEM

O centro republicano federal de Ponta-delgada, saúda reverente, n'estas paginas, a memoria secular do reformador portuguez, que tão poderosamente contribuiu para o bem estar social. A contar d'hoje elle tem um logar d'honra no culto civico da humanidade, tal como por Augusto Comte já lhe tinha sido dedicado um dia (19.º do mez FREDERICO — *A politica moderna*) no calendario positivista.

Effectivamente o Marquez de Pombal é uma das mais perfeitas incarnações do despotismo da justiça. O que elle fez de extraordinario, é o producto d'uma singular acção individual, fecundada por uma vasta, recta e illustrada capacidade de reformador; e a parte em que elle peccou, ajuizando pela philosophia social d'hoje, deve-se lançar maiormente á conta do meio historico em que se formou o seu character. Para se justificar a sua obra basta restituil-o á sua epoca, á moral governativa do seu tempo.

O absolutismo, a forma politica que elle serviu, está condemnado pela dignidade humana, porque em geral servia as castas privilegiadas contra o povo, contra o homem que trabalha, o homem que produz, o homem a quem está reservado desaffrontadamente o governo futuro das sociedades. A rasão todavia, por que o mi-

nistro de D. José I.º vai subindo na nossa respeitosa gratidão, ao passo que a sciencia historica, dia a dia, mais condemna o antigo regimen, é porque elle em vez de servir as castas privilegiadas, atacou vigorosamente as castas e os seus privilegios. «Tractou do paiz e mais nada.»

O seu plano de reorganisação não era de certo muito para agradar ás classes que monopolisavam a riqueza e os poderes do Estado; por isso uma colligação das castas offendidas conseguiu facilmente d'uma mulher fanatica que subiu ao throno, a reacção, a qual durante o seu triumpho teve artes de injuriar de todos os modos, no corpo e na alma, aquella gloriosa velhice no desterro.

Ao fim d'um seculo, porém, chega o dia do grande e imparcial julgamento. Elle nos diz, que o seu trabalho de gigante foi pelo povo, foi para estabelecer as primeiras condições reaes da liberdade, consoante o criterio do seu tempo, servindo-se para tão justo fim dos instrumentos e meios que o absolutismo lhe punha nas mãos.

Por isso elle é considerado pela moderna critica historica como o precursor da revolução liberal. Por isso a democracia se mostra grata á sua memoria. E eis a rasão da nossa homenagem.

A Redacção.

### Anexo 7

Número especial de homenagem ao Marquês de Pombal.



# A REPUBLICA FEDERAL

## SUPPLEMENTO AO N.º 21

Ponta Delgada 4 de Setembro de 1880.

CANDIDATO A DEPUTADO DO PARTIDO  
REPUBLICANO

PELO CIRCULO DE PONTA DELGADA

DR. JOAQUIM THEOPHILO BRAGA,  
professor do Curso Superior de Letras.

Nas ordens mui claras e terminantes que se diz — e é de crer em presença dos factos que ali se estão dando — vieram particularmente do governo remetidas ás autoridades d'este Districto para combaterem por todos os meios possíveis a candidatura do sr. Dr. Joaquim Theophilo Braga embora transigissem com o partido regenerador, se apresentasse candidato, está a mais significativa e honrosa recommendação para que todos os eleitores corram a votar n'aquelle illustrado e digno defensor dos direitos do povo.

### AOS CIDADÃOS ELEITORES

Amanhã vai proceder-se á eleição de um deputado por este circulo, apresentando-se dois candidatos: os srs. doutores Joaquim Theophilo Braga e Caetano d'Andrade Albuquerque.

Um e outro tem amigos que os apoiam, mas ainda assim ha um grande numero de eleitores que vindo a versatilidade de caracter da maior parte dos nossos homens chamados d'Estado, e as tropelias, desaforsos e illegalidades que nas eleições se praticam, acham-se descrentes, enojados e desenganados da tal

coisa chamada — politica — por não verem remedio a tantos males.

Passemos a analysar o que n'estos proximos tempos tem acontecido.

Quando entrou pela ultima vez no Ministerio o sr. Fontes, apresentou-se ao paiz com o programma pomposo de economias, equilibrio da receita e despesa do Estado, e reforma da Carta, o que muita gente acreditou. Mas o que fez elle? Nos primeiros dias da sessão legislativa, que se seguiu, o sr. deputado Francisco Mendes propoendo uma moção para a reforma da Carta, em conformidade com o programma do

governo, quasi toda a sua maioria de combinação com os ministros não a admitiu, com quanto os deputados da opposição protestassem com toda a energia contra esta rejeição! Pois quantos economias e equilibrio da receita com a despesa, não passou d'uma simples historietta! . . . .



DR. JOAQUIM THEOPHILO BRAGA.

Seguiu-se a notavel convenção da Granja onde concorreram os grandes homens do partido que para si tomou (bem impropriamente) a denominação de — progressista, — que os espertalhões de cá procederam, por sua conta e risco, de — popular, e até se celebrou um numero ajuntamento dos que faziam opposição ao Ministerio Fontes, e solemnemente se comprometteram para quando subissem ao poder de fazer grandes reduções nas despesas, acabar com todos os abusos e, sobre tudo, a reforma da carta, e em que se mos-

taram mais empenhados. O chefe d'este partido era e é o sr. Bramcamp. Aberto o parlamento na sessão seguinte a opposição composta dos signatarios da Granja lançou mão de todos os meios — e alguns bem torpes — para impedir a acção do governo, tudo com o fim de o desacreditar, e não achando isto sufficiente foram os que abriram o exemplo de insultar a pessoa do rei por um modo desabrido e atrevido, ameaçando de POREM ESCRIP-TOS NO PALACIO DA JUDA, LEMBRANDO-LHE A SORTE DE LUIZ 16.º, competendo o manto

real com a CAPA DE LADRÕES e outros improperios de igual quilate!!!

O rei, dotado d'um caracter frõzo e tímido, vendo-se tenarmente aggreddido e insultado, e receando que as cousas podessem ir mais longe, e que corria risco, aconselhado por alguns dos seus aulicos resolveu para conjurar estes males insinuar ao Ministerio que largasse as pastas; mas isto sem se ter provocado attito algum nas Camaras que pousse o Governo em crise, e quando menos se esperava pede o Ministerio Fontes a sua dimissão, e é substituido pelos chamados progressistas, de que é chefe visivel o sr. Bramcamp.

Depois das grandes recriminações e investivas que os deputados da opposição dirigiram ao Ministro Fontes, e nos seus collegas, su-

bindo a gente da Granja ao poder devia a nação esperar que todos aquelles bellos artigos do seu «credo politico» passariam a ser uma realidade; mas foi exactamente o contrario.

O que se premeditou, conhecendo o lado fraco do rei, foi intimidar-o para assim empolgarem o poder; o que elles tiveram muito em vista foi contrair onerosos e avultados emprestimos, repartir empregos pelos esfomeados do seu partido e sobre-arregar o povo com mais tributações!!

A tal reforma da Carta tam agendada e de que fizeram o seu cavallo de batalha, se no tempo do sr. Fontes não passou d'uma historietta, agora não foi mais do que uma armadilha para mais uma vez illudirem o povo. E a prova é que em vez de a reformarem ainda mais a atarracharam com uma monstruosa formadade de parás alguns dos quaes não tem habilitações litterarias nem serviços que os recomendam; o que se teve em vista foi obter maioria na Camara alta, mas justo é que se diga, que entre elles algum houve que soube comer a isca e safar-se do anzol. Quem não lhe achou graça foi o sr. José Luciano de Castro!!

Eis o estado em que se acha ao presente este paiz: a agricultura, principal ramo da sua riqueza, definhada; o commercio decahido; os artigos indispensaveis á vida por um preço exorbitante, consequencia fatal dos direitos que este ministerio lhes sobre-arregou; os tributos em tempo algum foram tão excessivos e vexatorios; a maior parte dos capitães dos particulares absorvidos pelo governo e tomados a juro na chamada divida fluctuante, capitães que podiam ser applicados em uteis empresas; a justiça cada vez mais cara e enredada, creação de mais empregos e para elles despachados as pessoas menos competentes; augmento de preço nas matriculas dos lyceus para a mocidade que n'elles procura instruir-se; os operarios sem trabalho e sem poderem procurar outro paiz onde encontrem o que a patria lhes nega, e isto a titulo de estarem sujeitos ao recrutamento etc. etc.

São estas as grandes venturas e bellezas do chamado governo monarchico — representativo, que entre nós dura ha mais de quarenta annos e que de dia para dia mais se desacredita.

E' triste, muito triste, expor estas estranhas e amargas verdades mas não se podem contestar, e são estes os poderosos motivos que levam o povo a convencer-se, que n'esta caminhar desvaçando nos aguarda um abysmo.

Em quanto entre nós se passam

## Anexo 8

Primeira candidatura de Teófilo Braga pelo Centro Republicano de Ponta Delgada.



# A REPUBLICA FEDERAL

Orgão do Centro Republicano Federal de Ponta-delgada

N.º 386

ASSIGNATURA—N'esta cidade—por mez 180 rs.  
Para qualquer destino accresce o porte  
do correio.  
Avulso..... 50 s

S. MIGUEL—AÇORES

Sexta-feira, 50 de setembro de 1887

ANUNCIOS—linha a 20 rs., repetições —10 rs.  
Toda a correspondencia e annuncios se-  
rão dirigidos ao Largo da Matriz,  
n.º 72, lado do sul.

8.º Anno



MANUEL D'ARRIAGA

## Anexo 9

Número especial dedicado a Manuel de Arriaga.



1880

# ESTATUTOS

DO

## CENTRO REPUBLICANO FEDERAL

### CAPITULO I

CONSTITUIÇÃO E FINS DO CENTRO.

Artigo 1.º — É fundado em Ponta Delgada um grupo politico denominado CENTRO REPUBLICANO FEDERAL.

Artigo 2.º — Podem fazer parte d'este grupo todos os individuos maiores de 18 annos que professer as ideias republicanas federaes, que gosem da melhor reputação, e que sejam abonados por dous correligionarios filiados no centro.

Artigo 3.º — Haverá um livro de inscripção da matricula dos socios, tendo formuladas, na primeira folha, as aspirações do centro e uma profissão de fé politica, em seguida á qual assignarão os individuos e seus abonadores.

Artigo 4.º — O CENTRO REPUBLICANO FEDERAL tem por fins:

1.º Impregar todos os meios rasoaveis para o estabelecimento da republica federal.

2.º Promover a fundação de agrupamentos republicanos federaes em todo o paiz e principalmente nas localidades de maior importancia politica.

3.º Velar, quanto possivel, pela legalidade do

# ESTATUTOS



## CENTRO REPUBLICANO FEDERAL

DE

PONTA DELGADA

VILLA FRANCA DO CAMPO

Typ. da Liberdade

1880.



voto para que o suffragio popular seja a expressão genuína da vontade do povo.

4.º Fundar e auxiliar periodicos e quaesquer outras publicações de propaganda republicana federal.

5.º Fazer conferencias publicas.

6.º Promover manifestações populares contra os abusos da auctoridade.

7.º Propor candidaturas pelos circulos que apresentem mais probabilidades de triumpho ao partido republicano federal. Estas candidaturas só podem ser apoiadas pelo centro se o candidato aceitar o mandato imperativo de seus eleitores.

8.º Promover o desenvolvimento do registo civil com relação a nascimentos, casamentos e obitos e prestar para este fim todo o auxilio aos associados que assim o requirem.

9.º Tratar do recenseamento eleitoral do maior numero de cidadãos e primeiramente de seus fillos.

## CAPITULO II

### DA ASSEMBLEIA GERAL E SUAS ATRIBUIÇÕES

Artigo 5.º — A assemblea geral do centro republicano federal poderá constituir-se com um numero de filiados nunca inferior a vinte, salvo o caso de segunda convocação.

Artigo 6.º — A assemblea geral cumpre :

Eleger os corpos gerentes do centro; discutir todos os actos que digam respeito à sua politica interna e externa; e deliberar sobre todos os assumptos que lhe forem apresentados.

Artigo 7.º — A meza da assemblea geral compor-se-ha de seis membros : um presidente, um vice-

presidente, um 1.º secretario, um 2.º secretario, e dois vice-secretarios.

Artigo 8.º — Ao presidente da assemblea geral compete convocar as reuniões ordinarias e as extraordinarias que lhe forem requeridas; dirigir os trabalhos e manter a ordem n'essas reuniões; tomar a responsabilidade d'ellas e assignar as actas e mais expediente que diga respeito á assemblea geral.

Artigo 9.º — Ao vice-presidente competem as attribuições do presidente na falta d'este.

Artigo 10.º — Aos secretarios cumpre redigir as actas e mais expediente da assemblea geral.

Artigo 11.º — Aos vice-secretarios cumpre as attribuições dos secretarios na falta d'estes.

## CAPITULO III.

### DA COMISSÃO EXECUTIVA.

Artigo 12.º — A comissão executiva do centro republicano federal compor-se-ha de seis membros : um presidente, um secretario, um vice-secretario, um thesoureiro, e dois vogaes.

Artigo 13.º — Ao presidente da comissão executiva compete convocar as reuniões d'esta, presidir a ellas e assignar o expediente.

Artigo 14.º — O secretario da comissão executiva tem a seu cargo toda a escripturação do centro, tanto a que diga respeito ao seu movimento interno como externo e archiva todos os documentos. O vice-secretario exerce estas mesmas funções na falta d'aquelle.

Artigo 15.º — Ao thesoureiro cumpre proceder á arrecadação das quotas e mais receita do centro

e fazer um balancete mensal do seu movimento de fundos, e afixal-o na sala das sessões no primeiro domingo de cada mez posterior áquelle a que esse balancete se referir.

Artigo 16.º — A comissão executiva tem a seu cargo o movimento interno do CENTRO e a direcção do seu movimento politico e de propaganda.

Artigo 17.º — Nas condições do artigo antecedente é da competencia da comissão executiva, principalmente :

1.º Aceitar as propostas de novos filiados e resolver sobre a sua admissão, ficando aos abonadores a faculdade de recorrerem para a assemblea geral.

2.º Propor e empregar os meios que julgar mais convenientes para a propagação dos principios republicanos federaes.

3.º Promover a federação de todos os grupos republicanos e fazer, quanto possível, para que esta se mantenha até á proclamação da republica em Portugal.

4.º Tomar em conta os pedidos justos ou reclamações que lhe forem feitas por qualquer de seus associados.

## CAPITULO IV.

### DIREITOS E DEVERES DOS CIDADÃOS FILIADOS NO CENTRO.

Artigo 18 — Todos os cidadãos filiados no CENTRO têm os deveres seguintes :

1.º Propagar os principios da democracia federal e diligenciar radical-los por meio da austeridade de costumes mais irreprehensivel.

2.º Aceitar e exercer os cargos para que fôr eleito pela assemblea geral.

3.º Manter a solidariedade politica e civil entre todos os seus correligionarios.

4.º Sustentar os principios republicanos federaes e defendel-os desassombradamente em qualquer campo onde forem atacados.

5.º Pagar a mensalidade minima de 100 reis, e d'ahi para cima a que fôr da sua vontade, declarando-a no acto da sua matricula como socio d'este CENTRO.

§ unico. Exceptuam-se das disposições do n.º 2 d'este artigo os cidadãos que, por motivos justificados não as possam cumprir.

Artigo 19.º — Os cidadãos filiados no CENTRO gosam dos direitos seguintes :

1.º Fazer parte das assembleas e emitir n'ellas a sua opinião sobre todos os negocios que ahí se tractarem.

2.º Votar e ser votado para todos os cargos do CENTRO.

3.º Ser defendido pelo CENTRO nos seus interesses politicos e civis quando injustamente n'elles fôr prejudicado.

Artigo 20.º — Serão admittidos como socios unicamente contribuintes os individuos que a este CENTRO quizerem pertencer, fazendo uso de « nome de guerra. »

## CAPITULO V.

### DISPOSIÇÕES GERAES

Artigo 21.º — A assemblea geral do CENTRO REPUBLICANO FEDERAL reunir-se-ha ordinariamente duas vezes por mez ao arbitrio do presidente e todas

as vezes que legalmente for convocada.

Artigo 22.º — As sessões extraordinarias serão convocadas todas as vezes que a commissão executiva ou o presidente da meza da assemblea geral o entender conveniente, e quando dez cidadãos filiados no centro assim o requeirarem.

§ unico. Os requerimentos pedindo convocação extraordinaria devem ser dirigidos ao presidente da meza da assemblea geral e designarão os motivos da convocação.

Artigo 23.º — A commissão executiva e a meza da assemblea geral serão eleitas semestralmente e tomarão posse de seus cargos quinze dias depois da eleição.

Artigo 24.º — Todas as eleições a que se proceder no centro serão feitas por escrutinio secreto; e quaesquer propostas e assumptos deliberados em assemblea geral serão submettidos a votação nominal.

Artigo 25.º — Só podem fazer parte das sessões d'assemblea geral os individuos filiados no centro.

§ 1.º Exceptuam-se d'esta disposição os delegados de outros centros que officialmente tenham de vir ao centro.

§ 2.º Pode tambem admitir-se um visitante que por uma vez queira assistir a sessão, mas tem de ser appresentado por um socio que se responsabilise pelos seus actos.

Artigo 26.º — A assemblea geral compete deliberar sobre qualquer caso não previsto n'estes estatutos.

Artigo 27.º — E' expressamente prohibido a discussão d'assumptos extrannos aos interesses do centro.

## CAPITULO VI.

### PENALIDADES

Artigo 28.º — Todo o socio que, sem motivo justificado, menospreze as resoluções d'assemblea ou promova n'ellas a desordem será riscado do livro da inscripção e perderá todos os direitos de socio.

Artigo 29.º — O socio que se tiver atrasado no pagamento de suas quotas por tres mezes consecutivos pordará os direitos de membro do centro § unico. Exceptuam-se d'esta disposição os socios que provem não terem podido satisfazer esse encargo por motivo de doença ou falta de trabalho.

Artigo 30.º — O membro de qualquer commissão que revele os trabalhos ou prejudique o centro nos seus interesses será riscado do livro da inscripção.

Ponta Delgada 1 d'Abril de 1880.

COMMISSÃO EXECUTIVA

Presidente

*Antonio Canudo e Silva.*

Secretario

*Evaristo Severino d'Avellar.*

Thesoureiro

*João d'Oliveira Rapozo*

Vogaes

*Manoel Carreiro*

*Francisco Custodio Soares.*

## **Anexo 11: Lista de republicanos conhecidos para o período de 1880-1888**

<sup>(1)</sup> Grupo de 72 correligionários Assinantes da carta do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada a Teófilo Braga em 26 de Março de 1887<sup>429</sup>.

<sup>(2)</sup> Lista de correligionários que constam da subscrição feita no Centro para auxiliar nas despesas dos festejos e outras comemorações em honra de Roberto Ivens e Hermenegildo Capelo<sup>430</sup>.

[...?] nomes cuja assinatura suscita dúvidas ou a sua descodificação não foi possível.

A. J. e Silva<sup>(2)</sup>

Agostinho José de Medeiros Silva<sup>(1)</sup>

Agostinho Pereira [d'Medeiros?]<sup>(1)</sup>

Albano Pereira da Ponte<sup>(1)</sup>

Alice Moderno<sup>431</sup>

António Botelho do Rego<sup>(1)</sup>

António Canudo e Silva<sup>(2)432</sup>

António Cláudio de Sousa<sup>(1)</sup>

António Corrêa de Mendonça<sup>433</sup>

António Jacinto Corrêa<sup>(1)</sup>

António José da Costa Rego<sup>(1)</sup>

António Luiz de Mello<sup>(1)</sup>

António Nunes Rego<sup>(1)</sup>

Arruda Furtado

Augusto Garcia<sup>(1)</sup>

C. F. Sales<sup>(2)</sup>, [i.e.] Cândido Fortunato de Sales<sup>(1)434</sup>

---

<sup>429</sup> BPARPD/TB/002/080.

<sup>430</sup> Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 6º ano, nº 286, 13 de Outubro de 1885, p. 1.

<sup>431</sup> Alice Moderno (1867-1946). Nasceu em Paris, depois de passar pela Terceira fixou-se em Ponta Delgada em 31 de Agosto de 1883. Professora jornalista e republicana militante. Apesar da educação austera que recebeu, foi, no entanto sempre diferente, não apenas no gosto pela cultura, mas ainda pela invulgar inteligência. Como republicana e feminista defendeu o sufrágio universal e desempenhou um papel importante na vida social e cultural açoriana. O ano de 1883 marca a sua estreia literária, fundou o jornal, *Recreio das Salas e A Folha*, colaborou activamente em vários jornais sendo da sua autoria alguns artigos publicados em *A Republica Federal*. Cf. Susana Serpa Silva, *Ponta Delgada. Roteiros [...]*, pp. 106-107; Cristina L. Duarte, *Alice Moderno (1867-1946)*, Centro de Documentação e Arquivo Feminista Elina Guimarães, 2010.

<http://www.cdofeminista.org/index.php/pt/biografias-de-feministas> [consultado em 25-03-2014].

<sup>432</sup> Fez parte do grupo que criou o Centro Republicano Federal de Ponta Delgada, e de acordo com os *Estatutos de 1880* foi o Presidente da Comissão Executiva de 1880.

<sup>433</sup> Proprietário do jornal, *O Pai Paulino* foi secretário do Centro Republicano de Ponta Delgada.

Caetano Moniz de Vasconcelos<sup>(1)435</sup>  
 Filomeno da Câmara Cabral<sup>436</sup>  
 E. M.<sup>(2)</sup>, [i.e.] Ernesto de Medeiros<sup>(1)</sup>  
 Ernesto Franco<sup>(1)437</sup>  
 Estácio Domingues<sup>(1)438</sup>  
 Evaristo Ferreira Travassos<sup>(1)</sup>  
 Evaristo Severino de Avelar<sup>(2)439</sup>  
 Francisco Arruda Furtado<sup>440</sup>  
 Francisco Botelho Arruda<sup>(1)</sup>  
 Francisco Cordeiro<sup>(2)</sup>  
 Francisco Custodio Soares<sup>441</sup>  
 Francisco de Almeida Pacheco<sup>442</sup>  
 Francisco de Viveiros Cosme<sup>(1)</sup>  
 Francisco do Rego da Silva Pontes<sup>(1)</sup>  
 Francisco José de [França?]<sup>(1)</sup>  
 Francisco José Medeiros e Silva<sup>(2)</sup>  
 Francisco Manuel Rego Costa<sup>(1)</sup>  
 Francisco Pacheco de Teves<sup>(1)</sup>  
 Francisco Pereira Neves<sup>(1)</sup>  
 Francisco Soares de Sousa Costa<sup>(1)</sup>  
 Gil Botelho Arruda<sup>(1)</sup>  
 Innocencio Augusto Borges<sup>(1)</sup>  
 J. J. P. M.<sup>(2)</sup>  
 Jacob [Adrohi?]<sup>(1)</sup>  
 João [Alberto?] de Sousa<sup>(1)</sup>  
 João Augusto Botelho<sup>(1)</sup>

---

<sup>434</sup> Pertencia à mesa da Assembleia Executiva do Centro em Março de 1887.

<sup>435</sup> Presidente da Comissão Executiva e vogal da Comissão de Imprensa do Centro em Março de 1887, redactor principal do jornal *A Republica Federal*.

<sup>436</sup> Médico e referenciado como candidato por Vila Franca do Campo.

<sup>437</sup> Pertencia à mesa da Assembleia Geral do Centro em Março de 1887.

<sup>438</sup> Pertencia à mesa da Assembleia Executiva do Centro em Março de 1887.

<sup>439</sup> Foi secretário de acordo com o Estatutos do Centro de 1880.

<sup>440</sup> Redactor do jornal *A Republica Federal*.

<sup>441</sup> Foi vogal de acordo com os Estatutos do Centro de 1880.

<sup>442</sup> Editor do jornal *A Republica Federal*.



João Cândido Borges<sup>(1)443</sup>  
 João d'Oliveira Raposo<sup>(1)444</sup>  
 João de Andrade Raposo<sup>(1)</sup>  
 João Francisco de [...] <sup>(1)</sup>  
 João José da Silva<sup>(1)</sup>  
 João José de Resende<sup>(1)445</sup>  
 João José Rezendes<sup>(2)</sup>  
 João José de Viveiros<sup>(1)</sup>  
 João Luís Affonso Vianna<sup>(1)</sup>  
 João Luiz de Medeiros<sup>(1)</sup>  
 João Machado dos Santos<sup>(1)</sup>  
 João Maria [Bessone?] <sup>(1)</sup>  
 João Maria da Fonseca<sup>(1)</sup>  
 João Maria [Pereira?] <sup>(1)</sup>  
 João Ribeiro da Silva [...] <sup>(1)</sup>  
 Jose Augusto da Costa Resende<sup>446</sup>  
 Jose Botelho Ambar<sup>(1)</sup>  
 Jose Corrêa Serra<sup>(1)</sup>  
 Jose d'Azevedo<sup>(1)</sup>  
 Jose de Arruda<sup>(2)</sup>  
 Jose de Souza Oliveira Geadá<sup>(1)447</sup>  
 Jose Domingues<sup>(1)</sup>  
 Jose Ferreira Martins<sup>448</sup>

---

<sup>443</sup> Pertencia à mesa da Assembleia Executiva do Centro em Março de 1887.

<sup>444</sup> Tesoureiro de acordo com os Estatutos do Centro em 1880 foi vice-presidente do Centro e fez parte da Comissão de Imprensa do Centro em Março de 1887. Era natural da freguesia das Capelas, pertenceu à Maçonaria, lojas Teófilo Braga e Pluribus Unum. Era professor primário e consta de uma lista de alunos submetidos a exame de instrução primária elementar 1886 e dos respectivos professores. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 7º ano, nº 343, 23 de Novembro de 1886, p. 2. Dirigi a Escola Nocturna gratuita de instrução primária situada na Rua Nova da Matriz, vulgo João dos Santos, na cidade de Ponta Delgada, cf. José Andrade, *op. cit.*, p. 251.

<sup>445</sup> Presidente da Sociedade Recreativa de Ponta Delgada. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 8º ano, nº 397, 13 de Dezembro de 1887, p. 1.

<sup>446</sup> Jornalista no *Diario dos Açores* e fundador do semanário *O Partido Popular*.

<sup>447</sup> Pertencia à mesa da Assembleia Geral do Centro em Março de 1887.

<sup>448</sup> Colaborador que foi recusado como associado no Centro. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 1º ano, nº 18, 10 de Agosto de 1880, p. 4. Nas comemorações do 10 de Junho, há referência a um discurso que [...] mirou,

Jose Ignacio Rebello Junior<sup>(2)</sup>  
 Jose Jacinto Soares<sup>(1)</sup>  
 Jose Joaquim [...?]<sup>(1)</sup>  
 Jose Maria da Fonseca<sup>(1)</sup>  
 Jose Pacheco de M. Barbosa<sup>(1)</sup>  
 Jose Pereira Botelho<sup>449</sup>  
 Jose Raposo de Benevides<sup>(1)450</sup>  
 Laureano da Costa Benevides<sup>451</sup>  
 Lino Pedro de Sousa<sup>(1)452</sup>  
 Manuel Bettencourt Neves<sup>(1)</sup>  
 Manuel Carreiro<sup>(1)453</sup>  
 Manoel de Medeiros Canto,<sup>454</sup>  
 Manoel de Souza Bettencourt<sup>(1)</sup>  
 Manoel Victor Rebello de Miranda<sup>(1)</sup>  
 Manuel [...?] Corrêa<sup>(1)</sup>  
 Manuel Augusto Tavares de Resende<sup>455</sup>  
 Manuel Augusto Cordeiro<sup>(2)</sup>  
 Manuel de Sousa [Deiró?]<sup>(1)</sup>  
 Manuel Ferreira [Travassos?]<sup>(1)</sup>  
 Manuel [Filippe Rego?] e Freitas<sup>(1)456</sup>  
 Manuel Jacinto da Ponte<sup>(1)457</sup>

---

principalmente, a fazer propaganda republicana feito pelo sr. José Martins que supomos tratar-se da mesma pessoa. Cf. *Diario dos Açores*, nº 1801, Ilha de S. Miguel, 17 de Junho de 1880, p. 1.

<sup>449</sup> Médico, candidato às eleições para deputado pelo Centro Republicano Federal da Ribeira Grande. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 2º ano, 2º suplemento nº 18, 20 de Agosto de 1881, p. 1.

<sup>450</sup> Na lista dos professores que submeteram alunos ao exame da instrução primária elementar em 1886 consta o nome de um professor primário Jose Raposo de Benes Junior, que supomos tratar-se do mesmo correligionário que faz parte da mesa da Assembleia Geral do Centro em 1887. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 7º ano, nº 397, 13 de Dezembro de 1887, p. 1.

<sup>451</sup> Professor na Escola Nocturna Mártires da Pátria. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 5º ano, nº 232, 30 de Setembro de 1884, p. 4.

<sup>452</sup> Era chefe da arrecadação da Empreza das Obras do Porto da Horta. Cf. Convocatória para Assembleia Geral de sócios, *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 7º ano, nº 343, 23 de Novembro de 1886.

<sup>453</sup> Era vogal de acordo com os Estatutos do Centro de 1880.

<sup>454</sup> Presidente do Centro até 6 de Julho de 1887.

<sup>455</sup> Editor do jornal *A Republica Federal*.

<sup>456</sup> Pertencia à mesa da Assembleia Executiva do Centro em Março de 1887.

<sup>457</sup> Foi co-fundador do Centro e redactor do semanário *A Republica Federal*. Professor, leccionou na Escola Nocturna associada ao Centro. Cf. *A Republica Federal*, Ponta Delgada, 7º ano, nº 343, 23 de Novembro de

Manuel Joaquim de Sousa<sup>(1)</sup>

Manuel Maria Pereira<sup>(2)</sup>

Marianno de Oliveira Raposo<sup>(1)</sup>

Menahem Adraliz<sup>(1)</sup>

M. F. Freitas<sup>(2)</sup>

Nicolau Martins de Bett<sup>r</sup>, [Bettencourt]<sup>(1)</sup>

Nuno Cordeiro<sup>(1)</sup>

Serafim José da Silveira<sup>458</sup>

Thiago Augusto do Rego<sup>(1)</sup>

Venâncio de Sousa Benevides<sup>459</sup>

Viriato<sup>(2)</sup>

---

1886, p. 1. Leccionou ainda na escola que se localizava na Rua da Fonte Velha ou Rua da Louça, nº 39. Cf. José Andrade, *op. cit.*, p. 199. Foi ainda defensor do regime autonómico, enquanto dirigente republicano fez parte da Comissão promotora para a Autonomia, era detentor de “plena liberdade” para acompanhar as decisões do seu partido tendo em conta as decisões dos restantes membros. Foi um fiel apoiante deste movimento e afirma-se como autonomista na sua biografia. Cf. Maria Isabel João, *Os Açores no Século XIX. Economia [...]*, p. 258.

<sup>458</sup> Pertencia à mesa da Assembleia Executiva do Centro em Março de 1887.

<sup>459</sup> Foi editor do jornal *A Republica Federal*.



**QUADRO Nº 2 - RESULTADOS no CIRCULO ELEITORAL de PONTA DELGADA  
Nº 131 - 1880**

<i>Nome dos Candidatos</i>	<i>Partidos Políticos</i>	PONTA DELGADA						TOTAL CIRCULO 131	<i>Eleitor</i>
		<i>Matriz</i>	<i>S. Pedro</i>	<i>S. José</i>	<i>Arrifes</i>	<i>Ginetes</i>	<i>Capelas</i>		
Caetano de Andrade Albuquerque	<b>P</b>	353	840	559	842	817	1.194	<b>4.605</b>	<b>E</b>
Joaquim Teófilo Braga	<b>RP</b>	210	314	156	116	60	402	<b>1.258</b>	
Teófilo Braga				1		1		<b>2</b>	

**Fontes:** A.H.P., C.V.P./A.E.M., Cx. nº 1.359

**QUADRO Nº 3 - RESULTADOS no CIRCULO ELEITORAL de PONTA DELGADA Nº 131  
1881**

<i>Nome dos Candidatos</i>	<i>Partidos Políticos</i>	PONTA DELGADA						TOTAL CIRCULO 131	<i>Votos expressos (%)</i>  <i>Eleitor</i>	
		<i>Matriz</i>	<i>S. José</i>	<i>Arrifes</i>	<i>S. Pedro</i>	<i>Ginetes</i>	<i>Capelas</i>			
Recenseados		1.227	1.248	1.386	2.036	1.280	2.599	<b>9.776</b>		
Listas Entradas		483	600	550	879	487	1.024	<b>4.023</b>		
Abstenção (%)		61%	52%	60%	57%	62%	61%	<b>58,8%</b>		
Afluência às Urnas (%)		39%	48%	40%	43%	38%	39%	<b>41,2%</b>		
Visconde de Porto Formoso	<b>R</b>	409	529	537	799	476	1.014	<b>3.764</b>	93,6%	<b>E</b>
Joaquim Teófilo Braga	<b>RP</b>	74	55	13	80	9	6	<b>237</b>	5,9%	
Joaquim Rocha			4					<b>4</b>	0,1%	
António Joaquim de Carvalho			3					<b>3</b>	0,07%	
José Duarte da Horta Júnior			2					<b>2</b>	0,05%	
Candidatos c/ 1 voto	<b>Nota:</b> Foram referenciados 9 candidatos com apenas com um voto cada.									

**Fontes:** A.H.P., C.V.P./A.E.M., Cx. nº 1.449

Vitor L. G. Rodrigues, *A Geografia Eleitoral dos Açores de 1852 a 1884*, Quadro nº 102 (Dados referentes a Recenseados e Listas Entradas)

QUADRONº 4 - RESULTADOS no CIRCULO ELEITORAL de PONTA DELGADA Nº 98 - 1884

Nome dos Candidatos	PONTA DELGADA										RIBEIRA GRANDE			LAGOA		VILA FRANCA			FOVÃOÇÃO			VILA DO PORTO		TOTAL CIRCULO 98	Votos expressos (%)												
	Matriz	S. Pedro	S. José	Arrifes	Reba	Feteiras	Ginetes	Bretanha	Capelas	Fajã de Baixo	S. Roque	TOTAL	Matriz	S. Pedro	Rabo-de-Peixe	TOTAL	Santa Cruz	Água de Pau	TOTAL	Matriz	S. Pedro	Ponta Garça	TOTAL			Matriz	Furnas	Fajal da Terra	TOTAL	NORDESTE	Matriz	Santa Espirito	TOTAL				
Partidos Políticos	764	820	1.280	934	484	563	666	551	959	634	628	601	8.884	1.251	1.046	1.058	1.342	4.737	1.302	644	1.946	954	536	526	2.016	1.023	686	440	2.149	2.109	709	623	1.332	23.173			
	374	402	648	523	336	414	530	433	668	475	400	389	5.592	667	598	844	1.031	3.140	782	468	1.280	613	504	312	1.429	782	498	391	1.671	1.592	582	528	1.110	15.784			
	51%	51%	49%	44%	31%	26%	20%	21%	30%	25%	36%	35%	34%	47%	43%	23%	23%	34%	40%	27%	36%	36%	6%	41%	29%	24%	27%	11%	32%	25%	18%	15%	17%	31.9%			
	49%	49%	51%	56%	69%	74%	80%	79%	70%	75%	64%	65%	63%	53%	57%	77%	77%	66%	60%	73%	64%	64%	94%	55%	71%	76%	73%	89%	78%	75%	82%	85%	83%	68.1%			
Betas	R	110	183	262	273	114	110	162	171	345	337	191	173	2.431	491	406	676	766	2.339	577	461	1.038	465	478	235	1.178	716	444	391	1.551	411	0	8.948	56.7%	E		
	R	133	277	264	203	93	110	132	106	274	303	184	183	2.262	426	356	646	890	2.318	164	370	534	38	1	39	704	439	388	1.531	1.140	549	528	1.077	8.901	56.4%	E	
	R	85	138	234	260	93	68	91	162	350	341	113	148	2.083	446	362	657	706	2.171	530	227	787	455	478	235	1.168	18	246	2	266	1.079	549	528	1.077	8.601	54.5%	E
	R	71	118	54	25	37	44	140	87	120	33	83	123	935	159	178	70	401	808	512	249	761	584	489	263	1.336	720	217	389	1.326	977	564	528	1.092	7.235	45.8%	E
	P	115	84	283	233	230	301	473	222	273	152	192	128	2.686	217	149	152	72	590	120	78	198	82	27	72	181	80	45	3	128	311	30	4.124	26.1%	E		
	P	55	28	189	168	174	275	193	188	195	23	147	92	1.727	2	19	21	21	21	47	47	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1.796	11.4%	E			
	P	49	24	164	177	274	189	188	191	21	146	88	1.511	2	14	2	14	16	20	20	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1.548	9.8%	E			
	AP	155	154	134	17	7	7	9	44	60	4	26	60	677	4	18	43	7	72	75	7	82	77	1	27	105	3	14	17	4	24	24	981	6.2%	E		
	AP	6		9	17	6	9	93	18	21	54	8	16	257	102	71	81	67	321	1	1	1	1						0	237				816	5.2%	E	
	AP	140	121	115	17	7	10	5	39	55	4	25	60	598	4	42	29	8	83	68	7	75	3	6	9	2	4	6	6	8	779	4.9%	E				
		5	17	9		5	9	94	17	15	54	8	13	246	65	55	76	67	263	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	236	0	746	4.7%	E		
	AP	124	103	17			2	39	54	4	22	52	417	5	19	1	8	33	66	7	73	52	4	56	2	4	6	2	5	5	592	3.8%	E				
		11	5	43	39	30	2	1	19	29	27	7	213	4	4	4	4	4	27	27	51	12	46	109	14	40	54	2	1	1	1	410	2.6%	E			
	11	5	45	38	30	2	1	19	29	27	7	214	4	4	4	4	4	27	27	27	12	45	84	14	41	55	2	7	7	393	2.5%	E					
	16	8	3	2	3	8	1	8	4	1	3	57	29	54	49	30	162	11	11	1	1	1	1	1	1	1	1	0	21	0	252	1.6%	E				
			100									100					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100	0.6%	E				
	9	4		1		3				4	1	3	25	4	16	3	15	38	12	12	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	75	0.5%	E			
													0	0			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	69	0	69	0.4%	E				
													0	0			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	50	0	50	0.3%	E				
													0	0			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35	0	35	0.2%	E				
	5	2	1						3				11	6	11	17		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0	34	0.2%	E				
	1										4		5	3	3	6	12	8	8	2	2	2	2	2	2	2	2	0	0	0	27	0.2%	E				
													0	0			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	21	0	21	0.1%	E				
	1	3											4	4	1		5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9	0.1%	E				

Notas: Foram referenciados 55 candidatos com votação igual ou inferior a 8 votos, dos quais 29 apenas com um voto cada.

Candidatos a c < 8 votos

Notas: Foram referenciados 55 candidatos com votação igual ou inferior a 8 votos, dos quais 29 apenas com um voto cada.

Fomes: A.H.P., C.V.P./A.E.M., Cx. nº 1530-B

Vitor L. G. Rodrigues, A. Geografia Eleitoral das Açores de 1832 a 1884, Quadro nº 109 (Dados referentes a Recenseados e Listas Entradas)

QUADRONº5- RESULTADOS DO CÍRCULO ELEITORAL de PONTA DELGADA Nº 98 - 1887

Nome dos Candidatos	Partidos Políticos	PONTA DELGADA										RIBEIRA GRANDE				LAGOA		VILA FRANCA		POVOAÇÃO			NORDESTE		VILA DO PORTO		TOTAL CÍRCULO 98																
		M. Patrão	S. Patrão	S. Távora	C. Patrão	Arreiros	Relva	F. Patrão	G. Patrão	Relevo	C. Patrão	S. Patrão	R. Patrão	M. Patrão	F. Patrão	A. Patrão	S. Patrão	M. Patrão	T. Patrão	M. Patrão	F. Patrão	A. Patrão	M. Patrão	S. Patrão	T. Patrão	M. Patrão		S. Patrão															
António Augusto de S. e Silva	R	122	199	146	134	467	203	166	108	209	323	304	189	225	2.795	453	158	191	524	456	398	2.180	198	211	335	744	299	206	358	863	313	395	306	1.014	319	295	614	532	439	971	9.181		
Artur Hume Ribeiro	R	128	192	143	134	464	186	167	108	208	320	298	190	226	2.764	438	144	185	523	456	398	2.144	190	169	335	694	345	155	270	770	350	392	308	1.050	381	295	676	294	493	787	8.885		
Conte de Forte Bela	P	194	292	300	166	313	265	347	479	246	486	223	347	326	3.984	167	288	237	394	133	78	1.297	339	481	112	932	396	138	142	676	512	180	107	799	691	200	891	60	44	104	8.683		
Luís Fister B. Poças Falcão	P	202	289	300	168	317	265	347	479	247	487	224	347	326	3.998	160	286	236	394	133	78	1.287	339	482	111	932	331	158	172	661	509	179	107	795	654	200	854	32	32	64	8.591		
Francisco de Almeida e Brito	P	202	283	297	165	319	248	347	487	246	485	228	347	325	3.979	161	280	233	392	132	59	1.257	332	444	92	868	170	112	20	302	507	184	107	798	701	200	901	310	142	452	8.557		
Pedro Augusto de Carvalho	R	119	186	142	131	470	186	167	96	209	322	300	189	225	2.742	439	144	187	523	456	396	2.145	192	169	349	710	125	152	175	452	350	394	308	1.052	318	294	612	457	317	774	8.487		
Joaquim Teófilo Braga	RP	61	40	10	28	13	3	1	4	4	3	6	173	2	3	1	6	2	4	6	2	2	2	4	6	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	8	195		
José Jacinto Nunes	RP	59	39	9	27	13	3	1	4	4	3	6	168	1	1	2	1	3	4	1	1	2	1	3	4	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	7	182		
Augusto Manuel Alves da Veiga	RP	57	36	9	24	13	3	4	4	4	3	6	159	1	1	2	1	3	4	2	2	2	1	3	4	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	7	174		
José António Simões Raposo															3																										0	34	
Manuel de Sousa															0																											0	14

Nota: Foram referenciados 20 candidatos com votação igual ou inferior a 5 votos, entre os quais António de Oliveira e Silva com 1 voto cada e o Visconde das Laranjeiras com 3 votos.

Candidatos < 5 votos

Nota: Foram referenciados 20 candidatos com votação igual ou inferior a 3 votos, entre os quais Antero de Quental e Ernesto do Couto com 1 voto cada e o Visconde das Laranjeiras com 3 votos.

Fuentes: AHP, C.VP/AEM, Cx. nº 1.610



## **FONTES E BIBLIOGRAFIA**



## **I. Fontes**

### **1. Fontes manuscritas**

#### 1.1 Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada [B.P.A.R.P.D.]

. Correspondência do Centro Republicano de Ponta Delgada a Teófilo Braga, cxs. n<sup>os</sup> 002 e 187.

#### 1.2 Arquivo Histórico Militar [A.H.M.]

. Projecto Germil - Genealogia em Registos Militares: Processo militar de Manuel de Medeiros do Canto. Guia de Fundos do Exército, livros n<sup>os</sup> 02, 18, 26 e 27; cxs. n<sup>os</sup> 463 e 946.

#### 1.3 Arquivo Histórico Parlamentar [A.H.P.]

. Resultados eleitorais nos círculos de Ponta Delgada cxs. n<sup>os</sup> 1359, 1449, 1530-B e 1610.

#### 1.4 Governo Civil do Distrito de Ponta Delgada [G.C.P.D.L.]

. Cadernos de Actas das Assembleias Eleitorais do Círculo de Ponta Delgada (05-09-1880), GCPDL/RE/001-001/0018.

. Ofícios Administrativos do Concelho de Ponta Delgada – Eleição deputados (21-08-1881), ACD/GCPDL/00122.

. Mapas de eleitores e elegíveis recenseados no círculo de Ponta Delgada 1880-1885.

. Ofícios do Governo Civil sobre as eleições de 1884, cx. n<sup>o</sup> 1(7), docs. n<sup>os</sup> 29-31, 34 e 38.

### **2. Fontes Impressas**

ARRIAGA, Manuel de

*Projecto de Organização Definitiva do P.R.P.*, Lisboa, Typographia Popular, 1886.

*Artigos Organicos do Partido Republicano Portuguez (Projecto)*, Lisboa, [Partido Republicano Português, 1882].

*Artigos Organicos do Partido Republicano Portuguez. Aprovados no congresso geral, em Lisboa, reunido nos dias 18, 19 e 20 de Junho de 1883*, Lisboa, Typographia do Commercio, 1883.

BASTOS, Teixeira Bastos

*Luiz de Camões e a Nacionalidade Portuguesa*, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1880.

*Projecto de um Programa Federalista Radical para o Partido Republicano Português*, com um Prólogo por J. Carrilho Videira, vol. XXV, Lisboa, Biblioteca Republicana Democratica, Nova Livraria Internacional, 1886.

BRAGA, Teófilo

*Os Centenários como Synthese Affectiva nas Sociedades Modernas*, Porto, Silva Teixeira, 1884.

---

*Discursos sobre a Constituição Política da República Portuguesa*, Lisboa, Ferreira Editores, 1911.

---

*Dissolução do Sistema Monárquico Constitucional*, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1881.

---

“Os Grandes Homens”, *Enciclopédia Republicana Revista de Ciências e Literatura*, [s.l., s.n., 1881].

---

*História das Ideias Republicanas em Portugal*, 2.<sup>a</sup> Ed., Lisboa, Vega, 2010.

---

*Viriato*, Lisboa, QuidNovi, 2008.

BRUHL, Levy

*O Ideal Republicano*, Portugal, Renovação Democrática, [s.d.].  
*Codigo Civil Portuguez aprovado por carta de lei de 1 de Julho de 1867*, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1868.



*Estatutos do Centro Republicano Federal de Lisboa*, Coimbra, Typographia Democrática, 1879.

*Estatutos do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada*, Villa Franca do Campo, Typ. da Liberdade, 1880.

LISBOA, A. P. da Silva

*Enciclopédia Republicana, Revista de Ciências e Literatura*, [Lisboa, s.n., 1881].

LOCKE, John

*Dois Tratados do Governo Civil*, Lisboa, Edições 70, 2006.

MAQUIAVEL

*O Príncipe*, Oeiras, Editorial Presença, 2010.

PROUDHON, P. J.

*Do Princípio Federativo e da Necessidade de Reconstruir o Partido da Revolução*, Lisboa, Edições Colibri, 1996.

*Regimen Interno, outorgado pela Camara Constituinte do Partido Republicano Portuguez em sessão de 9 de Dezembro de 1889*, Lisboa, [s.n.], 1890.

RENAN, Ernest

*Qu'est-ce qu'une nation?*, [s.l., s.n.], 1996.

ROUSSEAU

*O Contrato Social*, Oeiras, Editorial Presença, 2010.

SIEYÉS, Emmanuel Joseph

*O que é o Terceiro Estado*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2008.

VIDEIRA, Carrilho e BASTOS, Teixeira

*Cathecismo Republicano para uso do povo*, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1880.

### 3. Periódicos

*Açoriano Oriental*, ilha de S. Miguel, 1888.

*A Civilização*, Ponta Delgada, 1880-1882.

*Diario dos Açores*, Ilha de São Miguel, 1880.

*A Epoca*, Ponta Delgada, 1882-1883.

*A Persuasão*, [Ponta Delgada], 1880-1887.

*A Republica Federal* “Órgão do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada”,  
n<sup>os</sup> 1-434, 1880-1888.

*A Vanguarda*, Lisboa, 1880.

*A Ventosa Sarjada*, Ponta Delgada, n<sup>o</sup> 558, 1891.

## II Bibliografia

### 1. Bibliografia Geral

#### ACTAS DO CICLO DE CONFERÊNCIAS

*Açores: 100 Anos de República*, Presidência do Governo Regional dos Açores, Direcção Regional da Cultura, Coordenação dos Palácios da Presidência, 2012.

ALMEIDA, Manuel Ângelo Gomes Abrunhosa Marques de

*Precedentes Histórico-teóricos dos Regionalismos dos Açores e da Galiza*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Santiago de Compostela, 2008.

Disponível em:

[https://dspace.usc.es/bitstream/10347/2399/1/9788471914651\\_content.pdf](https://dspace.usc.es/bitstream/10347/2399/1/9788471914651_content.pdf)

ALMEIDA, Pedro Tavares

*Nos Bastidores das Eleições de 1881 e 1901. Correspondência Política de Luciano de Castro*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

---

*Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difel, 1991.

AMARAL, Diogo Freitas do

“Locke: o primeiro defensor do liberalismo político «Dois Tratados sobre a Governação»”, *História do Pensamento Político Ocidental*, Coimbra, Almedina, 2012.

---

“Maquiavel: a Política liberta da Moral”, *História do Pensamento Político Ocidental*, Coimbra, Almedina, 2012.

ANDRADE, José

*Concelho de Ponta Delgada 500 anos de História. Cronologia de Figuras e Factos 1499-1999*, Ponta Delgada, Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2003.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima

*A Monarquia Constitucional (1807-1910)*, Lisboa, Texto Editora, 2010.

BRITO, Miguel Nogueira de

*Propriedade Privada: entre o Privilégio e a Liberdade*, Lisboa, Ensaios da Fundação Francisco Manuel dos Santos e Miguel Nogueira de Brito, 2010.

CALAFATE, Pedro

“Teófilo Braga e o Republicanismo”, *Republicanismo, Socialismo, Democracia*. (Coordenação de Ernesto Castro Leal), Lisboa, Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010.

COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DA REPÚBLICA

*Viva a República 1910-2010*, Lisboa, [...], 2010.

COUTO, Jorge

*Jornais Republicanos 1848-1926*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2011.

CRUZ, Maria Antonieta

“Os recenseamentos eleitorais como fonte para o estudo das elites no decurso da Monarquia Constitucional da Regeneração à República”, *História, Revista da Faculdade de Letras*, III série, vol. 10, Porto, 2009, pp. 161-180. Disponível em:

<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8886.pdf>

D’ARMADA, Fina

*Republicanas quase Desconhecidas*, Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011.

DUARTE, Cristina L.

*Alice Moderno (1867-1946)*, Centro de Documentação e Arquivo Feminista Elina Guimarães, 2010. Disponível em:

<http://www.cdpcfeminista.org/index.php/pt/biografias-de-feministas>

DIAS, Fátima Sequeira

*Os Açores na História de Portugal Séculos XIX-XX*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008.

EÇA, F. G. Almeida

“Ivens (Roberto)”, *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 11º, Lisboa, Editorial Verbo, 1973, colns. 236-237.

ENES, Carlos

“Diário dos Açores”, *Enciclopédia Açoriana*, Centro de Conhecimento dos Açores, 2003.

Disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/default.aspx?id=2673>

---

“A Epoca”, *Enciclopédia Açoriana*, Centro de Conhecimento dos Açores. Disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/default.aspx?id=3447>

FERREIRA, José Medeiros

*Com os Açores no Dobrar do Século*, Lisboa, ed. Salamandra, 1999.

FLORES, Francisco Moita

“A Autonomia Republicana Federal em 1880”, *A Autonomia no Plano Histórico. I Centenário da Autonomia dos Açores, Actas do Congresso 1895-1995*, vol. I, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, Jornal de Cultura, 1995.

FREITAS, Joana Gaspar de

*Manuel de Arriaga. Percurso Intelectual e Político de um Republicano Histórico (1840-1917)*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2011.

HOBSBWAM, Eric

*A Era do Império 1875-1914*, Lisboa, Editorial Presença, 1990.

JOÃO, Maria Isabel

*Os Açores no Século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, Lisboa, Edições Cosmos, 1991.

---

*Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

JOÃO, Maria Isabel e RILEY, Carlos Guilherme, (coordenação)

*Sínteses Afectivas, Teófilo Braga e os Centenários*, Ponta Delgada, Presidência do Governo Regional dos Açores, Direcção Regional da Cultura, Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, 2001.

LEITE, J. G. Reis

“Considerações acerca da correspondência de Aristides Moreira da Mota com Luís de Magalhães”, *A Autonomia no Plano Histórico. I Centenário da Autonomia dos Açores, Actas do Congresso 1895-1995*, vol. I, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, Jornal de Cultura, 1995.

LOPES, António

*A Maçonaria Portuguesa e os Açores 1792-1935*, Lisboa, Ensaius, 2008.

MACEDO, Jorge de

“Pombal (Marquês de)”, *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 15º, Lisboa, Editorial Verbo, 1973, colns. 483-487.

MAGALHÃES, António Pereira Dias e OLIVEIRA, Manuel Alves

*Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 15º, Lisboa, Editorial Verbo, 1973.

MARTINS, Ana Maria Almeida, (org.)

*Obras Completas - Antero de Quental Cartas I [1852]-1881*, Lisboa, Editorial Comunicação e Universidade dos Açores, 1989.

MARTINS, A. de Oliveira

“Capelo (Hermenegildo Carlos de Brito)”, *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 4º, Lisboa, Editorial Verbo, 1973, colns. 896-896

MATOS, Artur Teodoro de, MENESES, Avelino de Freitas de, e LEITE, José Guilherme Reis, (coord.)

*História dos Açores, do Descobrimento ao Século XX*, vol. II, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano da Cultura, 2008.

MEDEIROS, Maria Margarida Martins Franco de

*O Governo Civil de Ponta Delgada na década de 1880. A sua ação política, social e económica*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade dos Açores, Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, Ponta Delgada, 2014. Disponível em:

<http://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/3196/1/DissertMestradoResumoIndIntrodMMMMF M2014.pdf>

MENESES, Avelino de Freitas de

“A República em Portugal e nos Açores”, *Conferência de encerramento do Colóquio Internacional, Os Açores, a 1ª Guerra Mundial e a República Portuguesa no contexto Internacional*. Organizado pelo Governo dos Açores em Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e Horta de 4 a 8 de Abril de 2011. Disponível em:

[http://www.uac.pt/destaque/conferencia\\_do\\_magnifico\\_reitor\\_no\\_coloquio\\_da\\_republica](http://www.uac.pt/destaque/conferencia_do_magnifico_reitor_no_coloquio_da_republica)

MENEZES, Luís Manuel Machado

*As Eleições Legislativas de 1921 e 1925 no Arquipélago dos Açores*, Minho, Secretaria Regional da Educação e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, Companhia Editora do Minho SA, 1992.

MESQUITA, António Pedro

*O Pensamento Político Português no Século XIX*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2006.

MÓNICA, Maria Filomena, (coord.)

*Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910)*, 3 vols., Lisboa, Assembleia da República, 2004.

---

“As Reformas Eleitorais no Constitucionalismo Monárquico, 1852-1910”, *Análise Social, Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, 4ª série, vol. XXXI, nº 139, Lisboa, 1996, pp. 1039-1084. Disponível em:

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223396410E4cIS9bh9Gh98WL9.pdf>

PAÇO d'ARCOS, Isabel

*A Intervenção do Rei D. Carlos na política externa portuguesa (1890-1908)*, separata da Revista *Armas e Troféus*, IX série, Janeiro-Dezembro 2003, pp. 405-430.

PIMENTEL Manuel Cândido

“Albuquerque, Caetano de Andrade”, *Enciclopédia Açoriana*, Centro de Conhecimento dos Açores, 1998. Disponível em:

<http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/default.aspx?id=2853>

RAMOS, Rui

“A Europa transformada”, *A segunda fundação (1890-1926). História de Portugal*. Direcção de José Mattoso, vol. VI, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

---

*João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal (1884-1908)*, 2ª ed., Lisboa, Coleção Breve, Instituto das Ciências Sociais, 2001.

REIS, António

“Os Valores Republicanos Ontem e Hoje”, in António Reis (Coordenação científica), *A República Ontem e Hoje*, Lisboa, Colibri, Fundação Mário Soares, Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2002.

ROGRIGUES, Vitor Luís Gaspar

*A Geografia Eleitoral dos Açores de 1852 a 1884*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, Departamento de História, 1985.



ROSAS, Fernando e ROLLO, Maria Fernanda (coordenação)

“A crise do liberalismo oligárquico em Portugal”, *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China, 2009.

SÁ, Luís e RÊGO, Manuela, (coord. e org.)

*Jornais Republicanos 1848-1926*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2011.

SANTOS, Luís Aguiar

*A crise financeira de 1891: uma tentativa de explicação*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2001, separata da revista *Análise Social*, vol. XXXVI, nº 158-159, Lisboa, 2001, pp. 185-207. Disponível em:

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218726298J7kLR2hh1En65AF7.pdf>

SERPA, João B.

*Presidentes da República, Manuel de Arriaga Fotobiografia*, Lisboa, Edição Museu da Presidência da República, 2006.

SERRÃO, Joel

*Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1984.

SILVA, Susana Serpa

*Aspectos da Vida Social e Cultural Micaelense na Segunda Metade do Século XIX*, Revista *Arquipélago*, 2ª série, vol. IV, nº 2, 2000, pp. 299-338. Disponível em:

[https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/315/1/Susana\\_Serpa\\_Silva\\_p299-357.pdf](https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/315/1/Susana_Serpa_Silva_p299-357.pdf)

---

“A Autonomia Vista pelas Primeiras Gerações Republicanas dos Açores (1873-1920) breve contributo com base na análise da imprensa”, *Das Autonomias à Autonomia e à independência, o Atlântico Político num artigo sobre a autonomia entre os Séculos XV e XXI*, (coordenação) Avelino de Freitas de Meneses, *Actas do Colóquio realizado na Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 29 a 31 de Outubro de 2009*, Ponta Delgada, Letras Lavadas edições, 2012.

---

“Em Busca de Novos Horizontes. Açores, Emigração e Aculturação nos finais do séc. XIX, inícios do Séc. XX, *Arquipélago. História*, 2ª série, vol. VI, 2002, pp. 347-360.

Disponível em:

[http://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/374/1/Susana\\_Serpa\\_Silva\\_p347-360.pdf](http://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/374/1/Susana_Serpa_Silva_p347-360.pdf)

---

“Hintze Ribeiro e os Açores”, *Actas de Colóquio Hintze Ribeiro (1849-1907) da Regeneração ao Crepúsculo da Monarquia*, Ponta Delgada, Ed. Presidência do Governo Regional dos Açores, Direcção Regional da Cultura, Angra do Heroísmo, 2010.

---

*Ponta Delgada. Roteiros Republicanos*, Matosinhos, QuidNovi, 2010.

---

«Saúde e Fraternidade»: *ao serviço da República nos Açores*, Comunicação e Cultura, nº 8, 2009. Disponível em:

<http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/10453/1/02.-Susana-Serpa-Silva.pdf>

TENGARRINHA, José

*História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2ª edição revista e aumentada, Lisboa, Caminho, 1989, [1ª ed. 1965].

---

*Imprensa e Opinião Pública em Portugal*, Coimbra, Minerva, 2006.

## 2. Bibliografia específica

CATROGA, Fernando

*O Republicanismo em Portugal. Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, 3ª edição, Lisboa, Editorial Notícias, 2010.

---

“O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911)”, *Análise Social, Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, vol. XXIV, nº 100, Lisboa, 1988, pp. 211-273. Disponível em:

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223029596W8bRF8ng3Ap22XN2.pdf>

---

“O Republicanismo Português (Cultura, história e política) ”, *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, III série, vol. 11, Porto, 2010, pp. 95-119. Disponível em:

<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9008.pdf>

---

*Natureza e História na Fundamentação do Municipalismo da Revolução Liberal ao Estado Novo* (uma síntese), Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004. Disponível em:

<http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=8407>

CATROGA, Fernando e ALMEIDA, Pedro Tavares de (coordenação)

*Res publica. Cidadania e Representação Política em Portugal, 1820-1926*, Lisboa, Assembleia da República, Biblioteca Nacional de Portugal, 2010.

CORDEIRO, Carlos

“Aristides Moreira da Mota e a Liberdade”, *República e Liberdade*. (Coordenação de Ernesto Castro Leal), Lisboa, Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011.

---

“A Imprensa Açoriana (1851-1870) e os “Clamores deste Povo”, *A História da Imprensa e a Imprensa na História o Contributo dos Açores*, Ponta Delgada, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores e Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, 2009.

---

“Mota, Aristides Moreira da”, *Enciclopédia Açoriana* Centro de Conhecimento dos Açores.  
Disponível em:  
<http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=8407>

---

“Nacionalismo e Cultura Política nos Açores de finais de oitocentos à Primeira Guerra Mundial”, *O Tempo de Manuel de Arriaga, Actas do Colóquio organizado pelo Centro de História da Universidade de Lisboa e pela Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, 24 a 26 de Setembro de 2003*. Coordenação de Sérgio Campos Matos, Lisboa, Coleção Colóquia, 2004.

---

*Nacionalismo, Regionalismo e Autoritarismo nos Açores durante a I República*. Tese de Doutoramento em História apresentada à Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1998. Exemplar policopiado.

---

“Iberismo nos Açores”, *Enciclopédia Açoriana*, Centro de Conhecimento dos Açores.  
Disponível em:  
<http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/default.aspx?id=7617>

CORDEIRO, Carlos e SILVA, Susana Serpa, (coordenação)

“Introdução” in *A História da Imprensa e a Imprensa na História o Contributo dos Açores*, Ponta Delgada, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores e Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, 2009.

GARCIA, Susana

*No Centenário da República Portuguesa. Retalhos da Nossa História* - LXXXV, 2010.

Disponível em:

<http://www.tribunadasilhas.pt/index.php/opiniao/item/1219-no-centen%C3%A1rio-da-rep%C3%BAblica-portuguesa-15>

HOMEM, Amadeu Carvalho

*A Ideia Republicana em Portugal. O contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Livraria Minerva-História, 1989.

---

*Da Monarquia à República*, Viseu, Palimage, 2001.

---

*Memorial Republicano*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, Departamento de Cultura, Divisão de Acção Cultural, 2012.

---

*A Propaganda Republicana (1870-1910)*, Coimbra, Coimbra Editora, 1990.

---

*Teófilo Braga Filosofia e Pensamento Político-Social*. Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1988.

LEAL, Ernesto Castro

*A Ética Positivista de Teófilo Braga: virtude moral e dever cívico dos centenários*, Revista *Estudos Filosóficos*, nº 11, São João del-Rei-MG, DFIME – UJSJ, 2013, pp. 33-44.

Disponível em:

<http://www.ufsj.edu.br/porta12-repositorio/File/revistaestudosfilosoficos/art5%20rev11.pdf>

---

“A Ideia Federal no Republicanismo Português (1910-1926)”, *Revista de História das Ideias*, vol. 27, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006.

---

\_\_\_\_\_ (coordenação)  
*Manifestos, Estatutos e Programas Republicanos Portugueses [1873-1926]. Antologia*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2014.

---

*Nacionalismo e Federalismo. Tópicos de Pensamento Político português e Europeu (1901-1926)*, *Revista Philosophica*, nº 22, Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2003, pp. 33-63. Disponível em:  
<http://www.centrodefilosofia.com/uploads/pdfs/philosophica/22/3.pdf>

---

*Partidos e Programas. O campo partidário republicano português (1910-1926)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

---

\_\_\_\_\_, (coordenação)  
*República e Liberdade*, Lisboa, Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011.

PEREIRA, Ana C. Moscatel

“Pai Paulino (O)”, *Enciclopédia Açoriana*, Centro de Conhecimento dos Açores.  
Disponível em:  
<http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/default.aspx?id=9187>

---

Republica Federal (A), *Enciclopédia Açoriana*, Centro de Conhecimento dos Açores.  
Disponível em:  
<http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/default.aspx?id=9690>

RIBEIRO, Lia

*A Popularização da Cultura Republicana (1881-1910)*. Dissertação de Mestrado em História das Ideologias e das Utopias Contemporâneas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992. Exemplar policopiado.

SARDICA, José Miguel

*A dupla face da Monarquia Portuguesa*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994.

### 3. Referências Electrónicas

Arquivo Histórico Militar – Projecto Germil – Guia de Fundos

<http://arqhist.exercito.pt/help>

Arquivo Histórico Parlamentar

<http://ahpweb.parlamento.pt/>

Centro Virtual Camões

<http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/bases-tematicas/figuras-da-cultura-portuguesa.html#.VKEOZI4jpk>

Centro de Conhecimento dos Açores

<http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=8407>

Centro de Documentação e Arquivo Feminista

<http://www.cdpcfeminista.org/index.php/pt/biografias-de-feministas>